

**MARCAS DA MEMÓRIA:
HISTÓRIA ORAL
DA ANISTIA NO BRASIL**



**GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
COMISSÃO DE ANISTIA**

Presidenta da República
DILMA VANA ROUSSEFF

Ministro da Justiça
JOSÉ EDUARDO CARDOZO

Secretária-Executiva
MARCIA PELEGRINI

Presidente da Comissão de Anistia
PAULO ABRÃO

Vice-presidentes da Comissão de Anistia
EGMAR JOSÉ DE OLIVEIRA
SUELI APARECIDA BELLATO

Secretário-Executivo da Comissão de Anistia
MULLER LUIZ BORGES

Coordenador Geral de Memória Histórica da Comissão de Anistia
MARCELO D. TORELLY

Secretária-Executiva Substituta
AMARILIS BUSCH TAVARES

Coordenadora de Políticas de Justiça de Transição e Memória Histórica
ROSANE CAVALHEIRO CRUZ

Realização:
Comissão de Anistia do Ministério da Justiça
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Universidade Federal de Pernambuco
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Catálogo na fonte:
Bibliotecária Josely de Barros Gonçalves, CRB4-1748

C733m	Comissão de Anistia (Brasil). Marcas da memória : história oral da anistia no Brasil / Organizadores: Antonio T. Montenegro, Carla S. Rodeghero, Maria Paula Araújo. – Recife : Ed. Universitária da UFPE, 2012. 212 p. Inclui bibliografia. ISBN 978-85-415-128-6 (broch.) 1. História oral. 2. Memória coletiva. 3. Anistia – Brasil. 4. Perseguição política. I. Montenegro, Antonio Torres, 1952- (Org.). II. Rodeghero, Carla S. (Org.). III. Araújo, Maria Paula (Org.) IV. Título. 907.2 CDD (23.ed.) UFPE (BC2012-153)
-------	---

Esta é uma produção independente, financiada pelo Conselho Federal Gestor de Direitos Difusos da Secretaria de Direito Econômico - SDE e pelo Projeto Marcas da Memória da Comissão de Anistia, por essa razão, as opiniões e dados nela expressos não traduzem opiniões ou políticas do Ministério da Justiça e do Governo Federal, salvo quando exposto em contrário.

Capa:

Laboratório Universitário de Propaganda e Arte da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (LUPA - ECO/UFRJ).

Imagem produzida a partir de fotografia de Giulio Sanmartini, extraída do site www.bahiapress.com.br (página da Comissão de Anistia na internet)

**MARCAS DA MEMÓRIA:
HISTÓRIA ORAL
DA ANISTIA NO BRASIL**

Organizadores:

Antonio T. Montenegro

Carla S. Rodeghero

Maria Paula Araújo

UFPE - 2012



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

MEMÓRIA COMO REPARAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES DA HISTÓRIA ORAL PARA A RECONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA E DA VERDADE SOBRE A DITADURA NO BRASIL

Paulo Abrão, Marcelo D. Torelly, Rosane Cavalheiro Cruz _____ 07

HISTÓRIA E MEMÓRIA DE LUTAS POLÍTICAS

Antonio Torres Montenegro _____ 15

UMA HISTÓRIA ORAL DA ANISTIA NO BRASIL: MEMÓRIA, TESTEMUNHO E SUPERAÇÃO

Maria Paula Araújo _____ 53

ANISTIA, ESQUECIMENTO, CONCILIAÇÃO E RECONCILIAÇÃO: TENSÕES NO TRATAMENTO DA HERANÇA DA DITADURA NO BRASIL

Carla Simone Rodeghero _____ 97

MARCAS DA AUSÊNCIA: O DRAMA DOS FAMILIARES MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICO NO BRASIL

Cecília Rebelo Matos, Desirree dos Reis Santos, Izabel P. da Silva ____ 137

MEMÓRIAS DA REPRESSÃO: PERNAMBUCO, 1964 - 1965

Pablo F. de A. Porfírio _____ 157

A DITADURA “DENTRO DE CASA”: EXPERIÊNCIAS DE MILITÂNCIA E DE PERSEGUIÇÃO ENTRE A POLÍTICA E A VIDA DOMÉSTICA

Carla Simone Rodeghero; Isabela Lisboa Berté _____ 177

CONTRIBUIÇÃO PARA UMA HISTÓRIA ORAL DA ANISTIA NO BRASIL A PARTIR DO ACERVO DE DEPOIMENTOS CONSTITUÍDO NO RIO DE JANEIRO (UFRJ)

_____ 201

LISTAGEM DE ENTREVISTAS - EQUIPE UFRJ _____ 204

CONTRIBUIÇÃO PARA UMA HISTÓRIA ORAL DA ANISTIA NO BRASIL A PARTIR DO ACERVO DE DEPOIMENTOS CONSTITUÍDO EM PERNAMBUCO (UFPE)	206
LISTAGEM DE ENTREVISTAS - EQUIPE UFPE	208
CONTRIBUIÇÃO PARA UMA HISTÓRIA ORAL DA ANISTIA NO BRASIL A PARTIR DO ACERVO DE DEPOIMENTOS CONSTITUÍDO NO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS)	210
LISTAGEM DE ENTREVISTAS - EQUIPE UFRGS	212

APRESENTAÇÃO

MEMÓRIA COMO REPARAÇÃO: Contribuições da História Oral para a reconstrução da memória e da verdade sobre a ditadura militar no Brasil

No ano de 2008 a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça recebeu, por meio de sua Coordenação de Arquivo, uma demanda social de dar início a uma política pública voltada para a história oral sobre a repressão no Brasil. Quatro anos depois, é um prazer e uma honra apresentarmos esta obra, resultado de uma das muitas iniciativas do projeto Marcas da Memória, que contempla não apenas história oral, como também toda uma pluralidade de outras ações, como a edição de livros, restauração e produção de audiovisuais, produção de exposições, digitalização de acervos, apresentações culturais (música e teatro), entre tantas mais.

O conceito que orienta esta política pública é muito simples: *a memória é, também, um mecanismo de reparação*. Com iniciativas voltadas ao fomento de projetos de memória a Comissão de Anistia procura afastar-se de uma perspectiva unitária do passado, focada na idéia de que uma única verdade permitirá uma única memória. Trabalha, em sentido oposto, com a pluralidade de leituras do passado e a necessidade de sua insurgência para a vitalização do presente democrático. Com isso não se quer dizer, como podem pensar alguns apressados, que o trabalho de busca da verdade não deva existir. A recente aprovação da criação da Comissão Nacional da Verdade é um passo importante na nossa história, tendo como objetivos desmas-

carar versões falseadas do passado (como aquelas apresentadas pela ditadura quanto a um sem número de cidadãos por ela assassinados), quanto permitir um amplo esforço concentrado de busca e revelação de informações que de outro modo jamais chegariam ao grande público. A Comissão da Verdade não tratará apenas de promover o conhecimento da história - trabalho arduamente empreendido a anos pela historiografia brasileira - mas também de promover o reconhecimento oficial das violações praticadas contra os Direitos Humanos perante um auditório universal, que inclui toda a sociedade brasileira. Entendemos que a aprovação da Comissão da Verdade constitui, portanto, uma das maiores vitórias de nossa sociedade, rompendo com a lógica da transição controlada e do silêncio imposto que o regime iniciado em 1964 tentou fazer prosperar.

Não obstante, *o direito à verdade* enquanto direito ao acesso a informações, ao conhecimento do passado e, em última análise, a transparência do Estado quanto aos atos de seus agentes não se confunde com o *direito à memória*. A memória é um produto humano complexo e multifacetado, que se metamorfoseia em diversos planos: a memória individual, a memória coletiva, social, institucional, geracional... Ainda, pode variar desde a lembrança objetiva, quase numérica, até a lembrança mais afetiva, absolutamente subjetiva, conectada talvez mais ao “eu” de quem lembra que ao próprio objeto da lembrança.

As metodologias da história oral são, desta feita, excelentes para captar estas sutilezas. Para compreender não apenas os macro-processos, mas também seus microefeitos. Para verificarmos como o funcionamento do aparato repressivo impactou de distintas maneiras na vida de distintas pessoas. Se a busca da verdade pode nos levar a conhecer os sítios onde funcionaram centros de tortura, somente a memória pode nos permitir acessar, em alguma medida, as experiências subjetivas daquele episódio.

É por isso que, apesar da distinção, *o direito à memória e à verdade* é apresentado como algo uno, composto por duas dimensões que se inter-relacionam de maneira complementar.

Através das entrevistas levadas a cabo pelo projeto que ora apresentamos na forma deste livro, os competentes e dedicados historiadores das universidades federais de Pernambuco, Rio Grande do

Sul e Rio de Janeiro puderam, desta feita, dar efetividade ao direito à memória e à verdade tanto em sua dimensão subjetiva, quanto em sua dimensão objetiva.

A distinção jurídica aqui posta merece uma breve digressão: diz-se que um direito é subjetivo quando ele pertence a um sujeito, que pode ou não exercê-lo. Já o direito objetivo diz respeito ao conjunto de normas, é a base que estabelece a condição de possibilidade para o exercício daquele outro direito, subjetivo, que é facultado individualmente ao agente. Dito de outra forma: posso ou não exercer o meu direito subjetivo à lembrança. Se preferir, posso manter-me com minhas memórias sem jamais compartilhá-las, mas tenho o direito subjetivo de trazê-las a público se o quero. De outro lado, todo cidadão objetivamente tem direito à memória - consequência de nosso direito à identidade. Mas aqui tratamos não apenas da memória individual, mas também das supracitadas memórias sociais e coletivas. Assim, é dever do Estado garantir meios para que todos os cidadãos, quer tenham ou não vivido um passado repressivo, possam acessar a este passado.

Temos como premissa que os regimes repressivos violam não apenas o direito à verdade, falsificando documentos, estabelecendo falsas versões ou, simplesmente, censurando informações, mas também o direito à memória. A ditadura opõe-se à pluralidade e vale-se do medo para tentar impor uma cultura monolítica, que passa tanto pela afirmação de uma longínqua origem comum uniforme do povo - tipicamente fascista - até a mais simples negação de respeito à divergência de opinião em assuntos cotidianos, base da pluralidade. Superar o legado autoritário, portanto, significa não apenas regressar à democracia em termos institucionais, mas também permitir que as memórias reprimidas possam insurgir sabendo-se a priori que, sopesados os fatos, estas memórias serão distintas no campo e na cidade, entre homens e mulheres, jovens e velhos, resistentes e opressores.

É assim que, por meio da história oral, encontramos um mecanismo de efetivação do direito à memória e à verdade. Embora não possa, por evidente, contemplar a todos os sujeitos, o presente estudo (e, mais importante, o acervo de entrevistas que lhe empresta suporte) permite jogar luz sobre um conjunto de experiências individuais sob o autoritarismo e, partindo desta dimensão subjetiva, reconstruir

parcialmente o passado comum que nos une. Permite, assim, efetivar o direito à memória daqueles que foram vítimas a um só tempo em que igualmente garante o direito às memórias de todos nós, vítimas diretas ou não do regime de arbítrio. Esse é o maior mérito do presente trabalho.

Duas objeções são recorrentes ante a nosso argumento, tendo surgido durante os encontros de apresentação parcial de resultados do projeto, e muito provavelmente vindo a surgir entre seus leitores. Uma primeira, sobre o efetivo alcance da pluralidade pretendida e posta como nosso pressuposto em um estudo que ouve apenas os reprimidos, e não aos repressores. Uma segunda, voltada à relação entre reparação, memória e verdade, oriunda do questionamento mais basilar sobre porque uma comissão de reparação, como o é a Comissão de Anistia, dispõe-se a promover uma iniciativa de memória e verdade.

Para a primeira objeção a resposta é simples: a versão historicamente reprimida do passado é a das vítimas. A versão dos perseguidores encontra-se disponível não apenas nos documentos oficiais (que nem sempre traduzem “a verdade”), como também em seus atos institucionais, nos livros que editaram e, mesmo, em amplos setores sociais doutrinados por meio dos aparelhos públicos do Estado, como escolas e universidades, onde complexos e abrangentes mecanismos de “limpeza” foram instalados como forma de eliminar a oposição de pensamento. Embora conformem um rico objeto de estudo, o que o Estado precisa recuperar neste momento é o oposto: as memórias caladas, que perigam deixar de existir com a morte daqueles que lembram. A Comissão de Anistia, enquanto órgão de reparação aos perseguidos políticos, tem compromisso com a preservação destas memórias, e é justamente este compromisso e a necessidade de romper o silêncio imposto que nos leva a resposta da segunda objeção, sobre a conexão entre reparação, memória e verdade.

Reparar significa, invariavelmente, substituir ou compensar uma perda imposta. Em alguns casos a reparação é absolutamente simples, como na destruição de um bem fungível. Neste caso pode-se tanto restituir um bem idêntico, quanto indenizar o proprietário com o valor a ele atinente. Mas outras formas de dano são absolutamente mais complexas. Como reparar uma infância vivida no exílio? A perda de um

irmão? A graduação perdida pela expulsão arbitrária da Universidade? Nestes casos, podemos apenas compensar o dano, oferecendo em substituição algo diverso do que aquilo que fora lesado. O exemplo mais trivial, por evidente, é a reparação econômica.

Por meio da reparação econômica o Estado pode compensar parte das perdas materiais sofridas como decorrência do autoritarismo. É assim tanto com indivíduos diretamente atingidos por atos de arbítrio, como o sujeito que perdeu seu emprego por ser enquadrado como “subversivo”, quanto com instituições, caso da União Nacional dos Estudantes, indenizada pela destruição de sua sede e pela ampla perseguição ao movimento estudantil durante a ditadura. Mas sempre penderá a questão: mas não fomos todos atingidos pelo autoritarismo, mesmo que não de maneira direta? E a resposta efetivamente é: sim.

Se a “limpeza” das universidades expulsou professores e impediu a alguns estudantes de colarem grau, impôs a todos nós um modelo de ensino medíocre e acrítico, contra o qual até hoje lutamos. Se a censura obrigou alguns jornalistas à clandestinidade, impôs a todos nós a desinformação. Se a proibição de organizar-se politicamente levou a alguns ao exílio, impôs a todos nós a vida em uma sociedade menos democrática. É assim que a efetivação do direito à memória é também uma forma de reparação.

Não se trata, logicamente, de uma forma de reparação eminentemente individual (mesmo que tal elemento nela esteja presente), mas sim de reparação coletiva, social, difusa. Busca-se fazer da memória um elemento de reparação a uma sociedade lesada em sua autodeterminação, em suas liberdades, em seu desenvolvimento. Essa é a resposta ao questionamento sobre a conexão entre reparação, memória e verdade. Assim como o processo de reparação promove a memória e a verdade, esclarecendo fatos e dando voz às vítimas em sessões públicas da Comissão de Anistia, também o processo de memória e verdade consubstancia-se em forma de reparação histórica a setores sociais, e a própria sociedade brasileira enquanto conjunto heterogêneo que é.

O direito à memória e à verdade atende, desta forma, não apenas ao interesse subjetivo daqueles que lembram, nem tão pouco ao interesse individual daqueles que perderam seus entes queridos para

a repressão. Ele atende ao interesse de toda a sociedade, funcionando como elemento de alargamento de nossa cultura democrática e de nossas identidades (locais, grupais, nacionais...). Promover tal direito é mais do que uma obrigação do Estado, reconhecida em inúmeros documentos e leis nacionais e internacionais, sendo sobretudo um imperativo ético de uma sociedade que pretende reconstruir-se em bases democráticas.

Quando tratamos de nosso legado de violações contra os direitos humanos, portanto, falamos de um conjunto de direitos que não pertencem apenas às vítimas, assim como de um conjunto de obrigações que não cabem exclusivamente ao Estado. Se são indubitáveis os objetivos e méritos acadêmicos da obra que agora chega ao leitor, parece-nos importante fechar esta apresentação destacando justamente a este elemento aparentemente lateral ao debate: o presente projeto assume para si a perspectiva de que somos todos solidários não apenas no direito à memória e à verdade, mas também na obrigação de sua efetivação. Coloca, desta feita, o conhecimento científico à serviço da sociedade. Em tempos de individualismo e de incertezas este é um fato a ser admirado.

É assim que a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, bem como o Fundo de Defesa de Direitos Difusos, a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFJR) emprestaram seu trabalho, seus recursos e sua dedicação ao presente projeto na absoluta segurança de dar máximo cumprimento a suas respectivas funções sociais, contribuindo para a efetivação do direito à memória e à verdade, para a proteção dos direitos humanos e para o desenvolvimento da historiografia brasileira.

Esperamos que a leitura das próximas páginas permita, portanto, ainda mais avanço neste processo democratizante que depende de todos nós e que olha tanto para o passado, quando para o futuro. Esperamos, em última análise, que o esforço dos que hoje buscam conhecer o passado possa somar-se ao esforço daqueles que no passado lutaram por justiça social, por democracia, ou por liberdade. Finalmente, e mais que tudo, esperamos que esta grande seqüência alcance o futuro, vez que sabemos que qualquer reparação, por maior

que seja, jamais terá o condão de mudar o passado, sendo o aprendizado e a não-repetição o verdadeiro núcleo normativo daquele princípio político que nós, latinoamericanos, simplesmente definimos como: “nunca mais”.

Brasília, maio de 2012

Paulo Abrão

Secretário Nacional de Justiça
Presidente da Comissão de Anistia

Marcelo D. Torelly

Coordenador Geral de Memória Histórica
Comissão de Anistia

Rosane Cavalheiro Cruz

Coordenadora de Políticas de Justiça de Transição e Memória
Histórica



HISTÓRIA E MEMÓRIA DE LUTAS POLÍTICAS

Prof. Dr. Antonio Torres Montenegro¹

Introdução

A escrita desse texto projeta-se num campo minado por múltiplas relações. Sem estabelecer qualquer hierarquia, não posso deixar de iniciar situando que o tema da história e da memória das lutas sociais e políticas anteriores e posteriores ao golpe militar e civil de 1964, tem sido objeto de minhas pesquisas, orientações de mestrado e doutorado e escrita de artigos e livros, há mais de uma década². Dessa forma, o convite da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça para participar do *Projeto Marcas da Memória*, realizando entrevistas de histórias de vida com “pessoas que vivenciaram histórias atreladas à resistência nos períodos de ditadura”³, possibilitou ampliar e intensificar as pesquisas

¹ Professor Titular do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da UFPE.

² Ao longo dessa última década desenvolvi, como bolsista de Produtividade do CNPq, os projetos (2003 a 2009) - *Memórias da Terra: a Igreja Católica, as Ligas Camponesas e as Esquerdas: 1950-1970*; (2009 à 2012) - *Produções do Medo: História e Política no Nordeste: 1955-1964*; e atualmente desenvolvo o projeto *Justiça do Trabalho e o Regime Militar: 1963-1974*. Publiquei artigos e livros em que destacaria: *As Ligas Camponesas às Vésperas do Golpe de 1964*. In: Revista Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP. São Paulo, (29) tomo 2. 2004. *Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução*. In: O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. / Organizadores Jorge Ferreira e Lucília Almeida Neves Delgado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. *Lutas políticas em Pernambuco... A Frente do Recife chega ao poder (1955-1964)*. Antonio Torres Montenegro & Tácia Mendonça dos Santos. In: *As Esquerdas no Brasil. Nacionalismo e reformismo radical; 1945 - 1964*, Organizadores Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. *História, Metodologia, Memória*. São Paulo, Contexto, 2010. Entre os trabalhos de orientação destacaria as dissertações premiadas e publicadas em livro: Porfírio, Pablo F. de A. *Medo, Comunismo e Revolução. Pernambuco (1959-1964)*. Recife: EdUFPE, 2009. Cavalcanti, Erinaldo. *Relatos do Medo*. Recife, EdUFPE, 2012. Também orientei a tese publicada em livro: Gouveia, Oserias. *Os (dês)caminhos da utopia. Glória e derrocada do comunismo na memória política de militantes nos anos sessenta*. Recife. EdUFPE, 2004.

³ Este texto é encontrado em http://www.ufrgs.br/nph/arquivos/Projeto_Marcas_da_Memria_-_TEXTO.pdf

e reflexões que realizo sobre esse período e sua temática política⁴.

Por outro lado, coloca-se como questão refletir acerca do significado de desenvolver um projeto de construção de uma coleção de registros de memórias orais de vida para uma instância do Estado brasileiro, o Ministério da Justiça. Afinal, foi também essa instância do poder do Estado que ofereceu suporte jurídico ao arbítrio que se instalou a partir do golpe militar e civil de 1964, até o final desse regime com as eleições indiretas para presidente da República do Brasil, em 1985. Nesse aspecto, destaco a análise de Maria José de Rezende, apoiada numa reportagem, de 1965, da revista *Visão*: “Ficava estabelecido com a posse de Juracy Magalhães, em 1965, que a tarefa de concretizar os suportes objetivos democráticos do golpe militar pertencia ao Ministério da Justiça. O referido ministro estaria incumbido de resolver a crise institucional para se alcançar a estabilidade política, o saneamento moral, o equilíbrio financeiro, o desenvolvimento econômico e o progresso social.”⁵ Dessa maneira, é possível recuperar como o regime militar e civil de 1964 buscou construir suportes jurídicos e aliou estratégias de legalização do regime às práticas de censura aos meios de comunicação, de cassação arbitrária de mandatos parlamentares e dos direitos políticos, de repressão, de sequestro, de tortura e de assassinato dos opositores.⁶

O texto produzido pela Comissão de Anistia do MJ e que norteia o trabalho do projeto *Marcas da Memória* define como um dos seus objetivos “promover a reparação de violações a direitos fundamentais praticadas entre 1946 e 1988”⁷. E acrescenta que essa iniciativa permite romper com a tendência do senso comum de considerar

⁴ Quero agradecer as historiadoras Regina Beatriz Guimarães Neto (UFPE), Elizabeth Madureira (UFMT) e Vera Lúcia Costa Acioli (UFPE) pela leitura e as inúmeras sugestões para a melhoria desse texto. Também registro meus agradecimentos a equipe de graduandos em história da UFPE que integrou o Projeto Marcas da Memória: Ermano Oliveira, Felipe Genú, Felipe Pedrosa Aretakis, Iana Araújo, Mariana Rodrigues, Pedro Dantas, Rebecca Batista de França, Suzane Batista de Araújo, Tássio Araújo. E também aos pós-graduandos Pablo Porfírio (UFRJ), Giuliana da Matta, Helder Remigio, Monique Vitorino, Saionara Leandro (UFMG). O trabalho de entrevistas, transcrições e edições de toda essa equipe foi fundamental para a escrita desse texto.

⁵ REZENDE, Maria José. *A ditadura militar no Brasil: Repressão e Pretensão de Legitimidade 1964-1984*. Londrina: EdUEL, 2001. P. 81-82.

⁶ Numa perspectiva de análise - semelhante à de Maria José Rezende - se encontra o texto de Maria Celina D'Araujo, Ministério da Justiça, o lado duro da transição: In: *Dossiê Geisel*. Celso de Castro - Maria Celina D'Araújo (Orgs.) Rio de Janeiro. EdFGV, 2002. p. 22.

⁷ http://www.ufrgs.br/nph/arquivos/Projeto_Marcas_da_Memria_-_TEXTO.pdf. p. 01.

anistia como sinônimo de esquecimento. Logo, o Estado por meio desse projeto não só reconhece seus erros como trabalha para que a sociedade conheça, compreenda e por extensão repudie as violações aos direitos humanos.⁸

Com esse objetivo fundamental, foi construída a parceria com a UFPE, UFRGS e a UFRJ para a realização de “108 entrevistas gravadas, filmadas e transcritas de pessoas que vivenciaram histórias atreladas à resistência nos períodos de ditadura e contempladas pela Lei nº 10.559/2002”⁹.

Na UFPE coordenei o projeto Marcas da Memória, contando com a ativa participação de alunos da graduação e do programa de pós-graduação de história. Com eles, formei a equipe de entrevistadores e de transcrição e edição de todos os relatos orais de vida de homens e mulheres que foram alvos da repressão.¹⁰ A realização das entrevistas foi acompanhada de estudos em bibliografia especializada e de debates coletivos sobre artigos e livros, o que possibilitou a essa equipe de jovens alunos do curso de história um conhecimento mais detalhado desse período. Para todos nós que participamos do projeto, ouvindo, perguntando, aprendendo com as histórias de vida de homens e mulheres que, de maneiras diversas, vivenciaram o medo, o temor, as perseguições, as prisões, as torturas e a perda - o assassinato - de amigos e familiares, esta foi uma experiência de grande aprendizagem de vida e histórica. Afinal, são histórias de vida narradas em forma de relatos de memória, de pessoas que viveram intensamente um período em que as liberdades democráticas foram amplamente cerceadas.

A equipe da UFPE realizou 40 entrevistas que contemplaram militantes de Pernambuco, do Piauí e de Alagoas. Entre estes, 9 eram mulheres e 31 homens. Partidariamente, atuaram no PCB, no PC do B, no PCBR, no PCR, no PORT e em organizações, como AP e ALN.¹¹

O memorial que está sendo organizado com esses relatos de história de vida e mesmo aqueles que ainda serão produzidos com

⁸ http://www.ufrgs.br/nph/arquivos/Projeto_Marcas_da_Memria_-_TEXTO.pdf. p. 01.

⁹ http://www.ufrgs.br/nph/arquivos/Projeto_Marcas_da_Memria_-_TEXTO.pdf. p. 02.

¹⁰ A equipe de alunos e alunas da graduação foi constituída por Ermanno Oliveira, Felipe Genú, Felipe Pedrosa Aretakis, Iana Araújo, Mariana Rodrigues, Pedro Dantas, Rebecca Batista de França, Suzane Batista de Araújo, Tássio Araújo; e da pós-graduação por Pablo Porfirio (UFRJ), Giuliana da Matta, Helder Remigio, Monique Vitorino e Saionara Leandro (UFMG).

¹¹ PCB: Partido Comunista Brasileiro. PC do B: Partido Comunista do Brasil. PCBR: Partido Comunista Brasileiro Revolucionário. PCR: Partido Comunista Revolucionário. PORT: Partido Operário Revolucionário - Trotskista. AP: Ação Popular. ALN: Ação Libertadora Nacional.

relatos de memória em diversos outros estados do Brasil se configura como um passo importante no sentido de evitar o silêncio e o apagamento sobre uma das experiências históricas mais marcantes e traumáticas da história do Brasil no século XX. Porém, ao mesmo tempo não se pode deixar de assinalar que, ao longo dessas últimas décadas, muitos documentos, reportagens, obras historiográficas, livros autobiográficos e de entrevistas, além de dissertações e teses, estudaram, analisaram, reescreveram esse período da história do Brasil.¹² Talvez o diferencial seja que essa iniciativa do Estado brasileiro, após décadas de pressão da sociedade civil, vem sendo construída por meio de muitos embates e negociações desde 2002, com a criação da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça.¹³ Esta revela uma força ou tendência de se repensar e reavaliar a responsabilidade do Estado em relação às torturas, aos assassinatos, aos desaparecidos, inicialmente com novos julgamentos e indenizações, mas sem perder de vista que se reabre o debate sobre esses crimes. A recente criação da Comissão Nacional da Verdade e também a criação de semelhante comissão em diversos estados do Brasil, como é o caso de Pernambuco, São Paulo, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, entre outros, apontam que, em razão de pressões internas e externas (pressão da OEA), o Brasil está, de maneira oficial, se voltando sobre esse passado e trazendo a público novos documentos e por extensão recolocando o debate acerca dos crimes e torturas praticados por agentes do Estado naquele período de 1964 à 1985.¹⁴

¹² O historiador Carlos Fico, em seu livro *Além do Golpe: Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar* (Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2004) apresenta um detalhado levantamento de livros, dissertações e teses produzidas até 2004 relacionados ao tema do regime militar e civil que se instalou em 1964. Também realiza uma compilação de importantes documentos produzidos entre 1961 e 1970. Em 2004, no campus da Universidade Federal de São Carlos, foi organizado o Simpósio Internacional "Quarenta anos do golpe de 1964: novos diálogos, novas perspectivas." Posteriormente, 14 palestrantes desse simpósio, tiveram seus textos publicados no livro *O Golpe de 1964 e o Regime Militar: novas perspectivas*, organizado por João Roberto Martins Filho (São Carlos: EdUFSCar, 2006). Também destaco o livro *O golpe a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)*,

¹³ Por meio de medida provisória, a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça passou a integrar em definitivo a estrutura do Estado brasileiro, no ano de 2002, com a aprovação de Lei n. 10.559, que regulamentou o artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

¹⁴ No período em que redigia esse texto, o coronel da reserva Carlos Alberto Brilhante Ustra, apontado por organizações de direitos humanos como mais notório torturador dos tempos do regime militar, teve negado seu pedido à justiça para reformulação da sentença em que foi reconhecido como torturador. Essa é a primeira vez que uma decisão envolvendo a tortura no regime militar é referendada por um colegiado de segunda instância. "Foi uma conquista inédita na Justiça brasileira", comemorou o advogado Fábio Konder Comparato, representante da família Teles, autora da ação, ao deixar o Tribunal, na Praça da Sé, centro de São Paulo. <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,justica-de-sao-paulo-reconhece-ustra-como-torturador,916432,0.htm>.

No entanto, parece-me importante assinalar que o discurso de que os documentos tirarão do silêncio e do esquecimento as torturas, os crimes e o destino dos desaparecidos durante o regime ditatorial, não deve ser pensado como se a divulgação dessas coleções de documentos se constituísse no único objetivo de todo esse trabalho. Afinal, quero destacar que é a sociedade, por meio dos seus diversos agenciamentos discursivos e práticos, quem nomeia e atribui significados ao passado.¹⁵

As Comissões da Verdade, criadas nos níveis federal e estadual, têm uma missão importante que é trazer à luz uma documentação que, sem dúvida, ajudará a ampliar o conhecimento acerca deste período. No entanto, diferente do senso comum, hoje, nenhuma área do conhecimento que tem nos documentos sua referência epistemológica opera como se os mesmos falassem por si.¹⁶ Se eles são fundamentais, se prestando como ponto de partida de análises, estudos e pesquisas, sabemos como é complexa a operação historiográfica que irá articular em outra ordem de significado, bem como em outra temporalidade, novas questões e novos problemas. Dessa forma, o passado que esses documentos possibilitam atualizar se projeta num campo minado, em que a batalha para retirar do esquecimento foi parcialmente ganha, no entanto, muitos desafios ainda se apresentam a essa caminhada.

Nesse cenário é que se pode analisar as recentes decisões, em 2010 e 2012, do Supremo Tribunal Federal validando a lei da anistia de 1979. Estas apresentam um entendimento jurídico e político acerca dos crimes cometidos pelos agentes do Estado, que contraria a leitura

¹⁵ Em artigo - *O joio e o trigo* - publicado na revista *CartaCapital*, de 10 de julho de 2012, (<http://www.cartacapital.com.br/politica/o-joio-%E2%80%A8e-o-trigo/>) a jornalista Cynara Menezes aponta alguns casos de denúncias de tortura e execução, cuja veracidade parecem não suportar uma avaliação mais criteriosa. Os exemplos que aponta em seu artigo só reforçam a importância da atuação da Comissão Nacional da Verdade, bem como das Comissões Estaduais, e ao mesmo tempo o rigor e a importância no cruzamento com outras fontes, pois, "Quanto mais informações foram chegadas, mais difícil será para os mitômanos plantarem falsas denúncias..." com outras fontes, pois, "Quanto mais informações foram chegadas, mais difícil será para os mitômanos plantarem falsas denúncias..."

¹⁶ Michel Certeau, em seu texto *A operação historiográfica*, que marca sua resposta à polêmica obra de Paul Veyne, *Como se escreve a história*, no tópico em que analisa o lugar social da produção histórica, afirma: "Há quarenta anos, uma primeira crítica do "cientificismo" desvendou na história "objetiva" a sua relação com um lugar, o do sujeito. Analisando uma "dissolução do objeto" (R. Aron) tirou da história o privilégio do qual se vangloriava, quando pretendia reconstituir a "verdade" daquilo que havia acontecido. A história "objetiva", aliás, perpetuava com essa ideia de uma "verdade" um modelo tirado da filosofia de ontem ou da teologia de anteontem; contentava-se com traduzi-la em termos de "fatos" históricos... Os bons tempos desse positivismo estão definitivamente acabados." In: CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rev. Tec. Arno Vogel. São Paulo: Forense Universitária, 2000, p. 67.

¹⁷ Vide reportagem em <http://noticias.r7.com/brasil/noticias/stf-deve-julgar-lei-de-anistia-nesta-quinta-20120326.html>.

e o entendimento da OAB, do Ministério Público Federal e da Corte Interamericana de Direitos Humanos.¹⁷

O regime de 1964 através da lente dos paradoxos

Para este texto, analiso alguns aspectos da atuação do general Geisel como estratégia para colocar em debate o regime militar e civil que se instalou no Brasil a partir do golpe de 1964, colocando em destaque os dispositivos e discursos que acionam o aparato policial e militar que engendraram a repressão, o sequestro, as prisões arbitrárias, as torturas e as mortes.

A estratégia narrativa alongando fios historiográficos e metodológicos; instaura uma leitura de paradoxos e dobras como forma de operar os deslocamentos analíticos. Contempla o estudo da complexa teia de discursos e práticas que instituíram a política de arbítrio e violência, indissociáveis do projeto de governabilidade do regime militar e civil que se instaurou com o golpe de 1964.

A análise do testemunho de um membro do PC do B - Alanir Cardoso¹⁸ - que foi preso em Recife, em setembro de 1974 é bastante reveladora. A escolha do seu caso não difere de centenas de outros da perspectiva da violência. Em diversos momentos esteve no limiar entre a vida e a morte. No entanto, o sequestro de Alanir e as subsequentes sessões de tortura adquiriram uma dimensão diferenciada, em razão do fato de terem sido rapidamente noticiadas na mídia internacional, especialmente dos EUA, tornando do conhecimento público o nome dos torturadores.¹⁹ Assim, o aparato de tortura do regime era frontalmente exposto, por meio de um discurso que apontava provas - amplamente reconhecidas - das práticas de violência, que tanto o governo brasileiro negava.

Refletir sobre essa prisão, na vigência da presidência do gene-

¹⁸ Entrevista com Alanir Cardoso para o Projeto Marcas da Memória, em 28 de novembro de 2011.

¹⁹ GREEN, James N. *Apesar de vocês. Oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos, 1964 - 1985*. (Trad. S. Duarte. São Paulo. Companhia das Letras, 2009, p. 431- 437.

²⁰ O general Ernesto Geisel exerceu o cargo de presidente do Brasil de 15 de março de 1974 a 15 de março de 1979.

ral Ernesto Geisel²⁰, possibilita pensar e mais propriamente repensar uma série de questões. Em primeiro plano, investigar as estratégias do regime militar e civil durante mais de uma década em tentar negar as torturas e os assassinatos cometidos por agentes do Estado.²¹ Ao mesmo tempo, militares e civis foram urdindo e ampliando o regime autoritário/repressor, quer fazendo uso de órgãos e instituições existentes, ou criando novos.²² Por outro lado, a história de vida de Alanir Cardoso ajuda também a refletir acerca da forma como a historiografia e mesmo a grande imprensa, ao comentarem as ações de diversos militares, nomeava-os com os rótulos de linha dura ou moderada.

Do meu ponto de vista, essa classificação não contribui para desnaturalizar as ações e o papel desses agentes na construção do estado de exceção. Nesse sentido, é que o historiador Carlos Fico já alertava: “De fato, a clássica divisão entre linha dura e moderados não dá conta da diversidade de clivagens que configuravam os diversos grupos militares. Basta lembrar, por exemplo, que nem todo integrante da linha dura praticava tortura, como é óbvio... De outro lado, supostos moderados, como o castelista Ernesto Geisel, aceitavam a tortura.”²³

Assim, proponho nesse texto pontuar alguns acontecimentos relacionados à atuação política do general Geisel, para, dessa forma, pensar ou repensar como este concorreu para a institucionalização da tortura, ainda em 1964. Ao mesmo tempo, em 1º de janeiro de 1979, à véspera de transmitir o cargo de presidente ao General João Batista Figueiredo, publicou o decreto que extinguiu o AI 5, embora fosse mantida a Lei de Segurança Nacional.²⁴ Para o jurista Heleno Fragoso,

²¹ FICO, Carlos. *Além do Golpe*. Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2004, p. 76.

²² Talvez o caso mais insigne seja o da criação do SNI, que teve como idealizador o general Golbery do Couto e Silva, ainda no governo do marechal Castelo Branco. ALVES, Maria Helena Moreira. Trad. Clóvis Marques. *Estado e Oposição no Brasil (1964 - 1984)*. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 72-74.

²³ FICO, Carlos. *Além do Golpe*. Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2004, p. 81.

²⁴ No período em estudo o Brasil aprovou diversas leis relativas a segurança nacional. É importante destacar que em dezembro de 1978 foi promulgada a Lei de Segurança Nacional (Lei de n. 6.620). Esta alterava o decreto-Lei de 29 de setembro de 1969, a Lei de Segurança Nacional que mais tempo esteve em vigor durante o regime militar. Em dezembro de 1983, o presidente general João Figueiredo sancionou a Lei de Segurança Nacional, n. 7.170, que continua em vigor até a presente data. [http://www.historiabrasileira.com/brasil-republica/lei-de-seguranca-nacional/\(15/10/2012\) Hora: 11:10](http://www.historiabrasileira.com/brasil-republica/lei-de-seguranca-nacional/(15/10/2012) Hora: 11:10).

apenas a Lei de Segurança Nacional, a que foi promulgada em 1983, após intensa campanha dos partidos de oposição e de entidades populares, rompia com a filosofia das Leis de Segurança que estiveram em vigor desde 1967.²⁵

O general Ernesto Geisel, quando ocupava a chefia da Casa Civil do governo Castelo Branco, foi enviado para investigar acusações de tortura em São Paulo, na Guanabara, em Pernambuco e no Rio Grande do Sul. Retornou da sua viagem de averiguação, negando qualquer



Figura 18: Última Hora, 19/09/64, Jaguar

²⁵ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_67/indices/IndiceTextosClassicos.htm (v. 5, n. 58, Março/2004). Hora: 11:30.

²⁶ Segundo Maria Helena Moreira Alves, "a investigação foi arquivada por insuficiência de provas, porém a tortura ficou temporariamente sob controle". In: ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964 - 1984)*. Trad. Clóvis Marques. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 60.

²⁷ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *A ditadura nos discursos verbais e visuais da grande imprensa: 1964 - 1969*. Charge apresentada no texto do Seminário do concurso de professor titular do Departamento de História da UFMG, em 30 de agosto de 2012.

procedência daquela acusação.²⁶ A charge abaixo dá a ver como a negação das torturas praticadas pelo regime e endossadas pelo general é apresentada à opinião pública pelo jornal *Última Hora*.²⁷

Por outro lado, a leitura da coluna diária do jornalista Carlos Castello Branco, publicada no matutino carioca *Jornal do Brasil*, ajuda a refletir como uma parte da imprensa da época apresentava as denúncias de violência cometidas pelo regime e, ao mesmo tempo, a expectativa que era criada, de que o governo estava empenhado em resolver o problema. Escrevia ele, no dia 15 de setembro de 1964, que o general Ernesto Geisel estava deixando Brasília em missão especial do Presidente da República “destinada a averiguar a procedência de denúncias sobre maus tratos físicos e morais infligidos a presos políticos.” Afirma ainda o jornalista que o Marechal Castello Branco, “diante das denúncias, já agora de fatos concretos, decidiu adotar as providências cabíveis, inclusive fiscalizar a execução de medidas já ordenadas.”²⁸ Assim, este jornalista noticia que o presidente militar resolveu adotar a medida de enviar seu chefe da Casa Civil àqueles estados, porque não havia mais como negar a prática de “maus tratos físicos e morais infligidos a presos políticos.” É possível avaliar que em certo meio jornalístico e político havia uma expectativa de que esse quadro de violência contra os presos políticos fosse efetivamente controlado e encerrado. Neste sentido, ainda no dia 16 de setembro, o jornalista Carlos Castello Branco registrou em sua coluna:

*O líder do PSD, Sr. Martins Rodrigues, declarou ontem que a nota do Governo anunciando providências para apurar as denúncias de violência em São Paulo, Guanabara, Pernambuco e Rio Grande do Sul foi a melhor coisa que poderia ter acontecido, desde há muito tempo, pois a ciência de que estava sendo violadas as regras comezinhas de respeito à pessoa humana criava invencível constrangimento aos deputados desejosos de cooperar com a obra do governo revolucionário, através da votação das medidas solicitadas pelo Presidente da República.*²⁹

Dessa forma, o constrangimento causado pela violência contra os presos políticos era motivo até mesmo de pressão por parte dos partidos, que apoiavam os militares. No entanto, o resultado da missão

²⁸ BRANCO, Carlos Castello. *Os Militares no Poder*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977, p. 130.

²⁹ *Ibidem*, p. 130-131.

que negara a existência de qualquer anormalidade no trato com os presos políticos não foi mais alvo de comentários na coluna do referido jornalista. Por outro lado, o atestado do general Ernesto Geisel, ainda em 1964, da insuficiência de provas³⁰ pode ser considerado como um dos marcos simbólicos da adoção oficial dessa prática de violência como instrumento de governabilidade.

Logo, classificar ou nomear esse general como moderado, da perspectiva de análise do presente texto, significa não contemplar a complexidade exigida pelo estudo do estado de violência, que vinha sendo montado desde antes do golpe; e que tem na complexa organização dos órgãos de informação e tortura - após 1964 -, associado à crescente censura aos meios de comunicação, alguns dos seus pilares.³¹ Significa ainda não contemplar os múltiplos discursos e ações do referido general em face das pressões e denúncias da sociedade política e civil de que foram alvo. Por essa razão se apresentam, em nossa leitura, paradoxais. Por outro lado, a necessidade constante de estabelecer nomes e adjetivações, tanto por parte da imprensa do período e mesmo da historiografia, projetam armadilhas que são reforçadas pelos movimentos de fundação de identidades fixas.

Para romper essas veredas identitárias, a literatura - através de Pirandello - pode ajudar a construir outro entendimento: "O aspecto trágico da vida está precisamente nessa lei a que o homem é forçado a obedecer, a lei que o obriga a ser um."³² Na perspectiva da historiografia, é possível perceber uma forte tendência em definir o que os líderes, homens públicos ou mesmo as pessoas simples foram ou são, instituindo identidades fixas, em lugar de pensá-las nas suas múltiplas e diversas relações, discursos e ações. Nesse aspecto, a identidade fixa se projeta como transhistórica ou mesmo a-histórica.

E será novamente pelas mãos da literatura, especialmente de

³⁰ Op. cit., p. 60.

³¹ O livro dos jornalistas José Amaral Argolo, Kátia Ribeiro Teixeira e do professor e engenheiro Luiz Alberto Machado Fortunato apresenta uma vasta e importante documentação acerca da atuação dos grupos terroristas de direita no Brasil nas décadas de 1960 e 1970. E que muitos desses personagens já atuavam nas décadas de 1940 e 1950. ARGOLO, José Amaral; Kátia Ribeiro Teixeira e Luiz Alberto Machado Fortunato. *A direita explosiva no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.

³² PIRANDELLO, Luigi. *Um, nenhum e cem mil*. Trad. Maurício Santana Dias. São Paulo: Cosac & Naify, 2001, p. 223.

Lewis Carrol e sua Alice, que podemos pensar os paradoxos do general Geisel. Afinal, foi ele que, ainda em 1964, - como já assinalei - contribuiu para a institucionalização da tortura, porém quando presidente irá exonerar o general Ednardo d'Ávila Melo, em janeiro de 1976, responsabilizando-o pela morte, por tortura, do operário Manoel Fiel Filho. Contudo, em toda sua vida defendia e ao mesmo tempo dizia não justificar a tortura. Seu próprio discurso sobre a tortura, em entrevista para o CPDOC, é uma peça de paradoxos: "a tortura em certos casos torna-se necessária, para obter confissões. Não justifico a tortura, mas reconheço que há circunstâncias em que o indivíduo é impelido a praticar a tortura, para obter determinadas confissões e, assim, evitar o mal maior."³³ Por meio das reflexões de Gilles Deleuze talvez seja possível construir outro entendimento sobre esse discurso em defesa da tortura, que ao mesmo tempo que a justifica, diz não a justificar. O filósofo, ao analisar a produção de paradoxos, afirma: "O bom senso é a afirmação de que, em todas as coisas, há um sentido determinável; mas o paradoxo é a afirmação dos dois sentidos ao mesmo tempo do futuro e do passado, da véspera e do amanhã, do mais e do menos, do demasiado e do insuficiente, do ativo e do passivo, da causa e do efeito."³⁴ Em face do exposto, indago se não foi esse o comportamento e o discurso de Geisel em relação à tortura? Diz que não justifica a tortura, mas ao mesmo tempo defende a tortura, ou seja, justifica em casos que acredita vão evitar um mal maior. Justifica a tortura, mas diz que não justifica.

Ainda na perspectiva dos paradoxos é que tendo a ler a análise apresentada pela cientista política Maria Celina D'Araujo, ao estudar a forma de atuação do Ministério da Justiça durante o governo Geisel. Segundo ela, o presidente militar que se apresentava encaminhando o fim daquele regime, ou mais propriamente que se destacou na busca pela "normalidade institucional", gerava de certa forma a expectativa de que a pasta da Justiça se convertesse em espaço relevante para o processo do que se nominou de abertura política: "No entanto, quando

³³ D'ARAÚJO, Maria Celina, CASTRO, Celso. *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: EdFGV, 1997, p. 225.

³⁴ DELEUZE, Gilles. *Lógica do Sentido*. Trad. Luiz Roberto Salinas Fortes; Revisão Mary Amazonas Leite de Barros. 4 ed., 2ª tiragem. São Paulo: Perspectiva, 2000, p. 1 e 3.

se examinam os documentos relativos ao Ministério da Justiça que integram o arquivo do ex-presidente, a impressão que fica é bem diferente. Segundo esses registros, as medidas de endurecimento do regime teriam prevalecido sobre aquelas que preconizavam a democratização.³⁵ Em face do exposto, é que o paradoxo se apresenta como um conceito que permite a releitura do período do governo do general Ernesto Geisel, que não se restringe à lógica dualista ou binária. Nesse sentido, essa perspectiva analítica recupera as práticas ditatoriais do período do regime e, ao mesmo tempo, reflete acerca das medidas adotadas para que, os militares se retirassem do governo do Brasil.

A tortura de presos políticos em 1964

As fontes documentais analisadas neste texto (relatos de memória, a grande imprensa, decretos e leis) possibilitam pensar ou ler na perspectiva dos paradoxos, a operação de construção e efetivação dos mecanismos que institucionalizam as prisões arbitrárias, os sequestros, as torturas e os assassinatos. No entanto, os relatos de alguns ex-presos políticos ao narrarem suas experiências pessoais permitem, também, uma leitura de outros sinais que, de alguma maneira, interferem na trama que está sendo narrada.³⁶ Jacques Revel, comentando o livro do historiador Maurizio Gribaudi acerca da cultura operária em Turin, aponta como este inicialmente a considerara homogênea, no entanto, ao realizar entrevistas sobre o passado familiar desse grupo descobriu a diversidade de formas de ingresso e de vida na condição operária.³⁷

O relato de Manuel Messias³⁸, secretário do Partido Comunista em Pernambuco, nos idos de 1964, acerca da visita do marechal Tau-

³⁵ D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. *Dossiê Geisel*. Rio de Janeiro: EdFGV, 2002, p. 22.

³⁶ REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Jacques Revel (Org.). Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: EdFGV, 1998.

³⁷ *Ibidem*, p. 23.

³⁸ Manuel Messias era secretário do Partido Comunista em Pernambuco na época do golpe. Preso, ainda em maio de 1964, foi alvo de sessões de tortura. Entrevista com Manuel Messias para o Projeto Marcas da Memória, em 28 de abril de 2011, p. 9.

³⁹ O marechal Taurino a quem Manuel Messias se refere é o general de divisão Estevão Taurino de Rezende, nomeado presidente da Comissão Geral de Investigações em 27 de maio de 1964. Quando da sua nomeação para presidir a Comissão Geral de Investigações, já havia sido promovido a marechal.

⁴⁰ O Marechal Taurino, presidente da Comissão Geral de Investigações, na época teve o filho (André de Rezende) preso e torturado em Recife.

rino³⁹, presidente da primeira Comissão Geral de Investigação, aponta para uma situação muito peculiar.⁴⁰ Informa ele, que, naquela visita, o marechal se encontrou com o seu próprio filho (Sérgio de Resende), que se encontrava na mesma cela que a sua e com diversos outros presos.

Este relato se cruza com outro registro de memória, o do professor Francisco Doria, que recorda a visita que o marechal Estevão Taurino de Resende Neto fez a seu avô, o advogado Justo Rangel Mendes de Moraes, ainda em 1964, para solicitar que este impetrasse um *habeas corpus* para livrar seu filho - Sérgio de Resende - da prisão em Recife.⁴¹ Ou seja, o todo poderoso militar, presidente da Comissão Geral de Investigação e nomeado pelo marechal presidente Castelo Branco, não tinha poderes para livrar seu próprio filho da prisão e da tortura.⁴²

O cruzamento desses relatos de memórias, de certa maneira, amplia a complexidade em torno do debate sobre o papel da comissão encarregada de realizar diligências sobre as torturas e os maus tratos contra presos políticos, remetendo para outro nível de problemática historiográfica, ou seja, às disputas de poder e de orientação política dentro do aparato militar e civil.⁴³ Nas memórias de Manuel Messias sobre sua prisão em 1964, embora não perguntado diretamente sobre a visita da comissão, este tema veio à tona por meio do relato de um acontecimento que se poderia considerar bastante singular. Lembra o entrevistado:

⁴¹ Francisco Antonio Doria é matemático, doutor em física pelo Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas e professor emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O relato acima é parte do seu texto *estrela como colaborador do Brasilianas.org*. <http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/noblesse-oblige-por-francisco-antonio-doria>. Acesso: 17/10/2012, 20h00.

⁴² No livro *Direita volver: o golpe de 1964 em Pernambuco*, o advogado, jurista e ex-deputado narra em detalhes como depois de solto com o primeiro habeas corpus Sérgio de Resende veio a ser preso no dia seguinte, quando se encontrava na companhia do Marechal Taurino, hospedado no Grande Hotel do Recife. Impetrado um segundo habeas corpus, quando estava se retirando do quartel onde se encontrava detido, foi sequestrado por homens a paisana com a complacência das autoridades militares presentes. Só após um terceiro habeas corpus e aguardar dez dias foi solto e viajou imediatamente para o Rio de Janeiro. In: COELHO, Fernando. *Direita volver: o golpe de 1964 em Pernambuco*. Recife: Bagaço, 2004, p. 264 - 267.

⁴³ Talvez, se a documentação dessa comissão ainda existir e for disponibilizado seu acesso, poderá trazer mais elementos para o debate historiográfico e político acerca da atuação dos grupos de poder e as disputas no interior do aparelho do Estado. A Comissão Geral de Investigações (CGI) foi criada em duas ocasiões. A primeira, pelo decreto n. 53.897, de 27 de abril de 1964. A segunda, por meio do decreto-lei n.359, de 17 de setembro de 1968. Esta uma nova Comissão Geral de Investigações (CGI), foi instituída diretamente no âmbito do Ministério da Justiça. http://www.an.gov.br/sian/Multinivel/Exibe_Pesquisa.asp?v_CodReferencia_ID=1009363 Dia Acesso: 17/10/2012, 10h15.

Nessa conversa, ele (Sergio de Resende) recebeu a visita do pai. Então, estava lá um dia, e a conversa tocou no marechal, e chegou Taurino que veio a mandado de Castelo Branco examinar as prisões de Pernambuco, porque se falava que em Pernambuco todo preso tinha sido torturado e Castelo Branco queria um levantamento correto sobre isso.⁴⁴

Então, chegou à porta do xadrez falou com o filho dele, falou com algumas pessoas, ele, o Villocq⁴⁵ e o coronel Hélio Ibiapina, aí conversa muito rápida com os presos e as pessoas com medo de delatar, de denunciar e eu não estava bem de frente, estava de lado aí ele disse: "e você jovem?", aí eu disse a ele: "olhe! Eu fui muito torturado aqui e também em Caruaru", nesse intervalo eu fui mandado para a CR de Caruaru, passei alguns dias lá, três ou quatro e voltei para cá. Então eu disse: "eu fui torturado aqui, no quartel do Villocq, em Casa Forte, e também aqui no quartel da PE - Polícia do Exército." O coronel Hélio Ibiapina, na frente dos dois, aí disse: "não, é mentira e tal", "não, não é mentira, além do mais, o senhor coronel Villocq forçava os presos, nós os presos que estávamos trancafiados no banheiro que nós cantássemos o hino nacional, senão não recebia comida e tal, coisa desse tipo, o que é uma desmoralização, a ideia que nós temos da nossa nação, do nosso hino nacional", o general virava-se, nessa hora o Taurino virava-se e falava para o ajudante: "tome nota, tome nota", e o cara tomando nota, aí eu descrevi as torturas que eu passei no quartel de Villocq, as torturas que eu passei lá na Polícia Civil, no Brasil Novo o buque,⁴⁶ as torturas que eu passei em Caruaru e as torturas que eu passei através da polícia civil no comissariado de Água Fria onde eu fui colocado dentro do xadrez com água até a altura do joelho e as paredes com piche fresco, fiquei aí, eu acho que eles tinham ideia de me matarem, provavelmente, mas meu irmão e João Lira Neto, atual vice-governador hoje, descobriram onde eu estava e foram até lá, chegaram lá e perguntaram bem alto: "tem um preso aí fulano de tal, não sei o quê", falando alto, "nós trouxemos a roupa dele, remédio, uma pessoa..." E o camarada disse: "não, não tem não", aí eu ouvi e gritei: "tem sim, eu estou aqui." E falei, dava para ouvir no comissariado e isso denunciou a minha presença, eu estava desaparecido.

⁴⁴ O marechal Estêvão Taurino de Resende Neto foi nomeado em 14 de abril de 1964 para conduzir os Inquéritos Policiais Militares. Em seguida por decreto de 27 de maio de 1964, passou a presidir a Comissão Geral de Investigações até 06 de agosto de 1964, quando então foi substituído pelo general-de-divisão Hugo Panasco Alvin.

⁴⁵ Na época do golpe, o coronel do exército Darcy Villocq Viana se tornou conhecido por ter desfilado com o preso político Gregório Bezerra, (um dos maiores líderes comunistas de Pernambuco) amarrado e ensanguentado, pelas ruas do bairro de Casa Forte em Recife, causando forte indignação e protestos dos moradores.

⁴⁶ ALVES, Márcio Moreira. Tortura e torturados. Rio de Janeiro: Composto e impresso nas oficinas jornalísticas da empresa PN, S.A., 1996, p. 81. O jornalista Márcio Moreira Alves, que esteve em Recife nesse período de 1964, também afirma que esses eram os termos atribuídos ao xadrez da Secretaria de Segurança Pública.

Então, tudo isso eu relatei ao marechal e ele mandava tomar nota, "e mais que o coronel Ibiapina prendeu a minha irmã que tem quinze anos", então, os dois ficaram tão violentos que o Villocq se retirou, ficou apoplético, não podia nem falar, ficou vermelho, o Ibiapina também, eles se retiraram da frente do xadrez e eu continuei falando para o marechal Taurino e aí se estendeu e eu terminei contando as torturas das pessoas que eu vi, Julião, que levou muitas porradas na cabeça, do sargento do dia, o sargento do dia que era fulano de tal, esqueço o nome, lá da Companhia de Guardas ali na rua Visconde Suassuna e o outro trabalhador, o jornalista, isso aí do que eu conhecia. Falei de Gregório Bezerra, falei de Gilberto Azevedo, falei de Miguel Dália. Aí encerrou, ele foi embora, a partir daí eu não fui mais molestado.⁴⁷

Esse acontecimento reconstruído/narrado por Manuel Messias projeta muitas perguntas. Afinal, será que outros presos políticos que vinham sendo torturados e que também estavam naquele quartel, mas que se mantiveram em silêncio, também deixaram de ser torturados? E em outros locais que a comissão realizou sindicância, teve esta o efeito de paralisar, ao menos momentaneamente, a prática das torturas? Segundo Márcio Moreira Alves, que veio a Recife quando da visita da segunda comissão, o trabalho de denúncia de torturas, então realizado, teria por um certo período cerceado a ação dos torturadores.⁴⁸ Narra ainda Manuel Messias que o efeito das suas denúncias não se resumiu apenas a algumas poucas notas registradas pelo ajudante de ordens do marechal Taurino, porém, dias depois recebeu a visita de outro oficial do exército, em que foi convidado a detalhar de maneira bastante extensa as torturas de que foi alvo:

O marechal foi embora, uns dias depois chegou lá um oficial do Exército, um cidadão de óculos, intelectual, um homem muito fino, ele me chamou, eu saí do xadrez, entrei numa sala, ele estava lá, só nós dois, ele com um maço de papéis e uma caneta, ele disse: "eu vim a mandado do marechal abrir uma sindicância dentro das forças armadas com base nas denúncias que o senhor fez. Então, eu estou aqui porque eu vou lhe fazer perguntas e vou escrever, a mão,

⁴⁷ Entrevista com Manuel Messias para o Projeto Marcas da Memória, em 28 de abril de 2011, p. 10-11.

⁴⁸ No livro que escreveu sobre a tortura no Brasil, nos anos iniciais da ditadura militar e civil de 1964, Márcio Moreira Alves narra em detalhes a situação em Pernambuco e a situação dos presos políticos nas diversas prisões. Este veio a Recife, em setembro de 1964, como jornalista do *Correio da Manhã* acompanhar os trabalhos da comissão coordenada pelo general Ernesto Geisel. Nas matérias que escreveu para o jornal, nomeia grande parte dos torturadores, além de divulgar inúmeras denúncias escritas pelos presos políticos. In: ALVES, Márcio Moreira. *Tortura e torturados*. Rio de Janeiro: Composto e impresso nas oficinas jornalísticas da empresa PN, S.A., 1996.

todas as perguntas, você responde quais quiser, analisa do jeito que quiser e depois você lê tudo, modifica algo que queira, acresce algo que ache importante". Então, realmente foi uma sindicância muito democrática, falei bastante do meu passado, da minha situação política, o que eu era, o partido praticamente não era ilegal, era uma ilegalidade formal, puramente formal; eu era secretário do partido, eu tinha estudado na União Soviética, economia, ciências políticas, durante um período e aí conversando. Ele terminou e me mostrou, eu li, acrescentei mais algumas coisas que queria falar sobre Castelo Branco, porque vi os documentos de Castelo Branco, os documentos que ele criava o Banco Central, era uma tese defendida pelo Partido Comunista, Banco Central, a reforma agrária, ele criou o INCRA, então tinha esses dois aspectos que eram coisas levantadas pela esquerda. Então, esperávamos que isso tivesse algum resultado não fosse uma mera... Mas que era observado que existia por trás disso uma outra força política da chamada "linha dura" e já se manifestava nessa época.

Dei minhas opiniões, essa sindicância eu não sei o que foi que houve com ela, esse oficial era um capitão do Exército, nunca mais o vi, um homem muito inteligente, ele levou tudo que eu disse, assinei, ele não conversou com mais ninguém no quartel, nem com os oficiais e disse que era uma sindicância. Nunca soube de nenhum resultado desses documentos, gostaria muito de saber. Já está na época da gente saber dos documentos, procurar saber essa história do sigilo, não existe sigilo, isso é a história do Brasil, tem que abrir os documentos, tem que abrir os documentos do Exército, marinha, aeronáutica, todos eles mandavam na polícia. A Polícia Civil era pau mandado, a polícia militar era pau mandado, era a orientação deles.⁴⁹

Este detalhado relato e as reflexões políticas apresentadas estão demarcadas pelas questões políticas que o entrevistado tem interesse em pontuar. A seletividade de quem narra, como narra, quando narra e o que narra é indissociável de valores e princípios que constituem e instituem a trama do relato a partir do presente. Nesse aspecto, me auxilio das reflexões da historiadora Regina Guimarães quando comenta sobre a memória enquanto testemunho e o documento:

A memória passa por regras de análise e discussão, que nos levam a outras reflexões e desdobramentos teóricos. Aprendo muito com a maneira pela qual Paul Ricoeur encaminha a questão. Ele pontua as diferenças entre os modos de representação do passado, distinguindo o conhecimento histórico das operações da memória. Os

⁴⁹ Entrevista com Manuel Messias para o Projeto Marcas da Memória, em 28 de abril de 2011, p.11-12.

*testemunhos dados de maneira direta, têm como referência aquele que ofereceu o testemunho, com base na confiança nele depositada. A memória que tem como referência a declaração está ligada ao testigo, testemunho direto, que tem um referente reconhecido, identificado. E o documento é a “memória de ninguém”; é a memória de todos, é a memória dos tempos, é a memória dos conflitos humanos. Então, a memória tem uma relação direta com os testemunhos. O documento, pelo contrário é indiciário, encontra-se em uma teia, em uma rede social e cultural, contendo várias informações, vários acontecimentos. A memória também tem seus elos vitais inseparáveis da vida social e cultural, é histórica. Mas ela tem relação direta com os testemunhos, é testigo. Este estatuto de testemunho se baseia na confiabilidade de quem relatou, de quem viveu, ancorando-se nas experiências vividas. Os documentos, os registros foram selecionados como documentos, necessitam de passar pelo conjunto ou pelo crivo das regras instauradas no campo da história.*⁵⁰

Dessa maneira, assim como outros historiadores, Regina Guimarães recupera a dimensão do relato de memória indissociável da história vivida e da dimensão de testemunho, mas, na medida em que se transforma em fonte para a operação historiográfica, exige que tenhamos consciência das suas especificidades, não naturalizando o seu lugar na teia do relato urdido pelo historiador.

Por outro lado, as fontes adquirem significado e se tornam capazes de produzir efeitos de verdade quando são remetidas a outras teias e séries documentais, sobretudo em razão das questões propostas pelo historiador e formuladas a partir dos deslocamentos metodológicos. Nesse aspecto, o testemunho de Manuel Messias, ao remeter para uma dimensão individual, possibilita enriquecer “a análise social tornando suas variáveis mais numerosas, mais complexas e também mais móveis.”⁵¹ Porém, ao mesmo tempo é necessário muita atenção, pois se como já assinalei, este relato concorre para romper e desnaturalizar a lógica do completo fracasso desse tipo de comissão, também reafirma a tese dos militares “linha dura e moderada”, com a qual a análise que realizo se recusa a operar. Ou seja, da perspectiva

⁵⁰ GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Trajetórias de vida, trajetórias de ofício. In: Saeculum: Revista de História. n. 23 - jul./dez. 2010. João Pessoa: Departamento de História/Programa de Pós-Graduação em História. UFPB, p.175.

⁵¹ REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Jacques Revel (Org.). Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: EdFGV, 1998, p. 23.

teórica trabalhada nesse texto, essa polaridade ou dualidade impingida em parte pelas próprias fontes, (a imprensa do período opera insistentemente com essa representação) não contempla a complexidade da relação de intensa disputa de poder entre os diversos grupos civis e militares que dominam o aparato do Estado e do governo. Estes adquirem diferentes formas estabelecendo alianças múltiplas em face das situações históricas que se apresentam e como são lidas.⁵²

Militância, prisão e tortura

Meu interesse neste tópico é o de estabelecer um paralelo entre o discurso do general Ernesto Geisel, afirmando que “a tortura em certos casos torna-se necessária, para obter confissões”, e o testemunho de presos políticos torturados, como Alanir Cardoso e Manuel Messias. No entanto, se enganam aqueles que esperam encontrar no estudo dessas falas uma volta ao indivíduo. Muito ao contrário, “a análise mostra antes que a relação (sempre social) determina seus termos, e não o inverso, e que cada individualidade é o lugar onde atua, uma pluralidade incoerente (e muitas vezes contraditória) de suas determinações relacionais”.⁵³ Em outros termos, meu interesse é estudar como o paradoxo Geisel, que em seu discurso diz *admitir a tortura em alguns casos, mas que diz também que não justifica a tortura*, num primeiro plano deve ser lido como uma fala que se projeta no fluxo de outros discursos que a apoiam e lhe dão suporte. Dessa maneira, não associarei esse discurso à pessoa ou ao sujeito, mas a toda uma rede complexa, múltipla, na qual ele ganha significado e é reconhecido como legítimo. Assim, esse discurso, à medida que circula e passa a ser apropriado por parte da sociedade, concorre para instituir e naturalizar no Brasil as práticas de tortura, sequestro e assassinatos.

⁵² As questões que o estudo e a análise dos testemunhos de memória suscitam ao trabalho de análise do historiador foram objeto de reflexão da historiadora Maria Helena Capelato, ao se debruçar sobre o período da ditadura na Argentina, de 1976 e 1983, e a atividade do registro e o trabalho com memória naquele País. Em diálogo com um diversificado conjunto de historiadores argentinos, como Guillermo O’Donnell, Diana Woisson, Hugo Vezzetti, mas também teóricos de diferentes matizes, como Paul Ricoeur, Tzevetan Todorov e Beatriz Sarlo, a historiadora pontua aspectos que considero significativos para refletir acerca da experiência da memória dos ex-presos políticos no Brasil. Sobretudo, não nos deixarmos capturar pelo fetiche do testemunho, pois, como aponta Sarlo, só uma fetichização de verdade testemunhal poderia outorgar-lhes um peso superior ao de outros documentos. CAPELATO, Maria Helena Rolin. Memória da ditadura militar Argentina: um desafio para a História. In. CLIO Revista de Pesquisa Histórica. n. 24, 2006. / Programa de Pós-Graduação em História. Recife. Editora Universitária da UFPE, 2006, p. 61-83.

⁵³ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. 1. Artes de fazer. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994, p. 38.

Também irá fortalecer e ampliar os órgãos e as instâncias do Estado que já atuam nessa direção. Ao mesmo tempo, é nesse cenário que a censura e o medo se associam para impedir que resistências, críticas a esses discursos e a essas práticas, por parte de pessoas com ou sem representatividade pública, e mesmo de instituições e setores da sociedade civil, sejam intensamente combatidas.

Alanir Cardoso⁵⁴, em sua entrevista para o *Projeto Marcas da Memória*, apresenta-se como um militante da Ação Popular (AP) que, em 1971, ingressa no Partido Comunista do Brasil (PC do B). Em 1972 é indicado pela direção do partido para atuar em Pernambuco. Nesse período - em Recife - conhece Maria das Neves (Nevinha), com quem se casa e passam a militar juntos. De Recife são transferidos, pelo partido, para Juazeiro do Norte. Em suas lembranças, a justificativa para ir atuar nessa cidade do interior do Ceará era a de que:

E fomos para Juazeiro passar um tempo longo por lá, pois era um projeto de longa duração. Ali era uma aérea de passagem e isso permitia que você se estabelecesse em uma área que pudesse servir de apoio para muita coisa. Nós estávamos ali diante da Guerrilha do Araguaia, que estava em curso, e evidente que o Partido tinha projetos de novas áreas de resistência.

*Era assim que as coisas se apresentavam, era dessa maneira que as coisas se colocavam, o Brasil era enxergado de maneira consequente e você funcionava daquela maneira. Então, ao ir para Juazeiro eu não fui para ser mais uma pessoa, me foi dado um projeto que ali servisse como área de passagem. Que você pudesse alimentar e abastecer outras frentes de luta. Isso era uma tarefa. A outra era criar ali, naquela região, uma área de retaguarda, tipo: criar as condições para se ter ali, uma área de auxílio médico, uma espécie de hospital para cuidar dos combatentes feridos e que eles pudessem ser levados para ali, fossem tratados, ficassem em recuperação e voltassem para as suas frentes de batalha. Então era um projeto que encaixava naquela região. Mas como é que isso iria ser feito? Por vários caminhos. O projeto não teve possibilidade de se concretizar, mas era uma idéia bem posta e trabalhada.*⁵⁵

⁵⁴ As Alanir Cardoso nasceu em Campos Belos, Goiás, em 1943. Em 1950, aos sete anos, se transfere com a família para cidade de Arraias, atualmente no estado do Tocantins. Em janeiro de 1964 muda para Goiânia para continuar os estudos. Inicia sua militância na Ação Popular, por volta de 1968, e, em final de 1971, ingressa no PC do B. Entrevista com Alanir Cardoso para o Projeto Marcas da Memória, em 28 de novembro de 2011.

⁵⁵ Entrevista com Alanir Cardoso para o Projeto Marcas da Memória, em 28 de novembro de 2011, p. 45.

Após se estabelecer com a mulher e militante Maria das Neves nessa cidade do interior do Ceará, e iniciarem na atividade comercial como vendedores de confecções, ocorre uma onda de prisões de militantes políticos. Mesmo tendo adiantado o valor do aluguel de uma casa por um ano, como era prática na cidade em razão da grande procura por moradia, resolvem se mudar para Petrolina, perdendo todo dinheiro adiantado.

Ao se mudarem para Petrolina, iniciam suas atividades comerciais visitando o setor de confecções da feira da cidade. Porém, ao escolherem uma barraca para mostrar as roupas que traziam do Ceará, a vendedora não os deixou nem abrir a sacola e já foi contando o acontecido há uma semana: “Olhe, hoje faz uma semana que foi preso aqui, nessa barraca, um senhor bem alto que para entrar aqui ele tinha que se curvar, o senhor Luis...”. E ela descreveu a pessoa, descreveu a cena da prisão, que chegou uma caminhonete preta, com homens armados de metralhadora e que o prenderam. Ele reagiu, disse que não era bandido, era um cidadão, um homem direito, e as pessoas saíram em defesa dele. Então, os caras disseram: “Olhe aqui é *boca quente!* É federal!”⁵⁶

Alanir narra que ele e Nevinha se entreolharam, nem chegaram a abrir a sacola e foram se afastando daquele local. Alanir reconheceu pelo relato que “o senhor Luis” era, na verdade, Rui Frazão, da direção do partido que foi preso e assassinado e depois passou a constar da lista dos desaparecidos políticos.

A solução, então, foi se mudarem para a Bahia, indo morar na cidade de Feira de Santana. Relata que, a partir de março de 1974, as prisões de militantes do partido se intensificaram bastante. Era o início do governo do general Ernesto Geisel:

Tivemos gente presa no interior do Maranhão, Piauí e Juazeiro. Tivemos prisões em Recife e no Crato. Luciano Siqueira foi preso no Crato e a mulher dele em Alagoas. Também, na Zona da Mata, pessoas foram presas assim como no Agreste. O companheiro Bosco foi preso

⁵⁶ Entrevista com Alanir Cardoso para o Projeto Marcas da Memória, em 28 de novembro de 2011, p. 47-48

⁵⁷ *Ibidem.* .

*na Cidade de Caruaru e a sua mulher no Município de Garanhuns. Tivemos várias prisões aqui em Recife, na Paraíba e em Campina Grande. Essas prisões foram acontecendo uma e depois a outra.*⁵⁷

Rememora dessa maneira aquele difícil ano de 1974. Na madrugada da segunda-feira, 30 de setembro, chega a Recife para uma atividade do partido. Dirige-se para uma hospedaria no centro, onde era conhecido e não lhe solicitavam documentos. Tinha um encontro pela manhã, na Avenida Caxangá. Após aguardar por dez minutos, deixa o local, como era a recomendação do aparato de segurança do partido. Toma um ônibus em direção a Camaragibe, cidade vizinha ao Recife. Lembra que um amigo americano, *Fred Morris*, trabalhava numa fábrica localizada naquela área. Como não tinha outros compromissos e Nevinha só chegaria de Feira de Santana na terça-feira, resolve procurá-lo. Segundo seu relato, Fred era um americano muito versátil, pois atuava também como pastor metodista e jornalista. Trabalhava para a revista *Times*.

Enquanto toma um cafezinho numa barraca próxima à fábrica, eis que Fred aparece no portão de saída e o avista. Conversam, e Alanir decide pegar uma carona para a cidade, e assim atualizariam as notícias, pois havia certo tempo não se encontravam. No caminho, Fred informa que irá passar rapidamente em seu apartamento para dar uns telefonemas antes de seguir para o centro da cidade. No momento em que estão deixando o prédio, após os telefonemas, já dentro do carro, são cercados por uma caminhonete veraneio. Presos por um grupo de homens armados de metralhadoras e revólveres, algemados e encauçados, são levados para a sede do IV exército, vizinho ao prédio da Faculdade de Direito, próximo ao centro da cidade.

Alanir narra, então, com detalhes, a violência sofrida nas dependências do IV exército:

Eles me tiram a roupa, me deixam só de cueca e começam o processo de tortura de toda ordem. Pancada, chute, e tal. Depois vai para o pau-de-arara. Nisso, vai o dia inteiro. Depois faz o processo de afogamento. O afogamento, você fica com as mãos algemadas para trás, amarradas por uma corda, nas duas pernas, (...) passando aqui (o entrevistado coloca os dois braços nas costas) e mergulhavam dentro de um tanque de cabeça para baixo, afogado mesmo: eles tiravam o capuz e me afundavam dentro do tanque. Na primeira vez, eles

contaram até dez e disseram que na próxima... aí me tiraram porque eu estava... "Agora vamos contar até vinte!". Mas não chegou até vinte porque com quatorze eu fui ao último suspiro. Com quatorze eu desmaiei, perdi os sentidos. Fui recobrar os sentidos com água fria e choque, isso já no final do dia. Então, naquela noite ainda continua pau-de-arara na madrugada. Depois desse processo me penduraram em uma corda, naquele aparelho, com as mãos algemadas em uma argola em cima da cabeça. Em uma posição que você fica na ponta dos pés. Eles botaram uma porção de pedras e vidros quebrados que quando você tentava colocar a planta do pé no chão, você sentia que aquilo estava sendo cortado. E, pancada. Me batendo de cassetete, de fios... Fio, corda de fio, de fio grosso, telefone. Todo o tipo de tortura possível e imaginável que a imaginação ruim criou. Isso vara a madrugada toda. Eu volto de novo para o pau-de-arara, mesma tortura.

Ali você tinha permanentemente cinco ou seis torturadores no mínimo. Claro que tinham os caras que comandavam isso. O chefe do DOI-CODI, que comandava esse processo era o major Augusto Fernando Maia. Esse cara era o chefe do DOI-CODI e ele era um dos torturadores mais...

Esse cara depois foi promovido a tenente-coronel e terminou morrendo de câncer na cabeça. Tinha o Luís Miranda que era o torturador que se apresentava, esse era o mais ousado entre eles, porque ele era conhecido assim. Ele era muito arrogante. Então ele me tirou o capuz, se apresentou que era ele, que era o Luís Miranda, que era torturador mesmo e que iria me torturar, me matar e que iria fazer e acontecer. Mas no geral, eles tentavam se proteger, não queriam ser identificados.

Tinham os carcereiros que tomavam conta. Você ficava ali sob vigilância permanente, porque você não estava na seção de tortura. Então, esses não tinham como você não saber quem era, mas o nome verdadeiro eu não sei. Um deles era conhecido como Valdeque, o outro era Teles, o outro era Jair. Esse Valdeque, eu cheguei a vê-lo na rua algumas vezes depois de solto, topei com ele, mas esse é o tipo de gente que lhe vê e sai para ficar mais longe.

Nesse período aqui, é um período de tortura tamanha. Eles me apagaram muito cigarro no corpo, acendia o cigarro e apagavam no corpo, arrancaram parte do meu bigode com pinça, tive os dedos torcidos com alicate. Choque elétrico era regra no pau-de-arara ou na cadeira do dragão. A cadeira do dragão era uma cadeira de madeira, feita à base de ferro, de madeira com um braço e você prendia o braço e prendia as pernas em uma correia e era choque elétrico, sessões intermináveis de pancadas. Nesse período eu tinha quebrado três dentes, de tanta pancada. Todo o tipo de choque. Eu fiquei aqui no Recife nesse período torturado por um tempo longo. Uma vez apareceu um

cara se dizendo de fora, isso eu estava na sala de tortura na cadeira de dragão, eu sendo torturado, chegou um cara para dizer: "Olhe, eu vim de longe para lhe interrogar, você é cabeça dura, você não quer dizer nada e, portanto, eu vim aqui lhe interrogar!"; mas era o interrogatório que todos os outros faziam. Eles queriam saber o quê? Queriam saber como é que chegava ao comitê central do Partido, onde eu morava, queriam saber da minha mulher. Eu nunca assumi para eles que era casado, para todos os efeitos nunca fui casado na época da repressão. Nunca morei. "Aonde mora?", "Não moro!" "E não conheço ninguém". "Que outros contatos?", "Não tenho contato". E a minha relação com Fred Morris.

Eles torturaram Fred na minha frente algumas vezes. Eu fui preso com o nome de Luís Soares Lima, eu tinha documentos e etc. "Quem é você?", "Eu sou esse cidadão, sou Luís Soares Lima", que era o documento que eu tinha no bolso. Eles sabiam que eu não era isso.

Eu fui a última pessoa da direção do Partido a ser presa em um processo de quedas que já vinha desde o mês fevereiro, isso era final de setembro. Então eles já tinham muitas informações acumuladas. Eu já tinha sido preso antes em Goiás, portanto, eles sabiam exatamente quando me prenderam, quem eu era. Eu dizia que era o Luís Soares Lima, e eles: "Não, você é Alanir Cardoso!", "Não sou. Sou Luís Soares Lima!". Mas, uma tortura desta a Fred, pressionando para que ele desse alguma informação: onde é que eu morava, aonde é que achavam a minha companheira, essas ligações que nós tivéssemos. Aí ele disse "Olha Luís, eles estão me torturando muito para eu dizer onde você mora e quem é você, e eu não sei onde você mora, eu sei que você é Luís, eu te conheço assim!". Eu aproveitei essa variação de linha e disse para Fred: "Olha Fred, na verdade eu não sou Luís..." e então eu assumi meu nome: "Eu não sou Luís, eu sou Alanir Cardoso, eu sou estudante, sou perseguido e eu adotei essa nova identidade, para escapar da repressão. Se você sair daqui, espero que você possa dizer que foi preso com Alanir Cardoso". Aí o cara percebeu, e disse: "Seu filho da puta, ainda aproveita para fazer proselitismo." Aí eu denunciei, disse que era um absurdo estarem torturando ele, que isso era um regime de torturadores.⁵⁸

Para Alanir Cardoso, uma das razões por que acredita não ter sido executado foi a libertação de Fred Morris, depois da interferência do cônsul norte-americano em Recife e também a pressão do embaixador dos EUA. Por conseguinte, se aparecesse morto ou desaparecesse, haveria uma testemunha internacional que responsabilizaria o governo do Brasil. Essa sua esperança foi construída quando um dos policiais que cuidava das celas, uma noite sigilosamente o entregou um jornal:

⁵⁸ Ibidem.

Um dia, um dos carcereiros chegou e abriu a portinhola e naquele dia eu já tinha sido torturado, ele disse: "Olhe, eu vou lhe passar um jornal, você lê e me devolva porque se alguém descobrir que eu estou lhe mostrando esse jornal, eu vou ser punido", "está certo!". Ele jogou o jornal por baixo da porta da cela, era o Jornal do Commercio. A manchete do jornal dizia: "Americano preso como terrorista expulso do Brasil". Isso se dá em novembro, mas era uma matéria do dia dezessete de outubro. O Fred tinha sido expulso no dia dezessete de outubro. Na verdade, Fred tinha desaparecido porque quando eu ia ao banheiro eu cantava uma música. Não sou grande cantor, evidentemente, mas assim, esse sentimento de quem canta, mostrando que esta resistindo àquela música, tipo: se entrega Corisco, não me entrego não, não sou passarinho... só me entrego na bala. O Fred citava alguns Salmos também. Esses Salmos encorajadores de quem estava resistindo porque ele teve um comportamento aqui, foi muito torturado pelo comportamento.

Fred Morris, em sua entrevista para o historiador James Green, afirma que foi torturado durante quatro dias, além de permanecer onze na solitária. Foi então expulso do Brasil, na qualidade de "pessoa nociva aos interesses do Brasil" em despacho assinado pelo general Ernesto Geisel. Segundo James Green, Fred Morris declarou que até hoje não sabia os motivos pelos quais as autoridades o prenderam. Supõe que pode estar relacionada a uma matéria publicada na revista Time, que apresentava dom Hélder Câmara como "Pastor dos Pobres" e também denunciava que pessoas ligadas ao arcebispo haviam sido presas e torturadas. Os torturadores muito insistiram para saber sua participação na redação deste artigo, que declarou não ter tido nenhuma.⁵⁹ O fato também de Fred haver sido preso, por coincidência, com Alanir Cardoso, para polícia foi mais um motivo que confirmaria as suspeitas de que este era um americano infiltrado e com maiores ligações do que eles talvez imaginassem. Porém, o desconhecimento sobre quem realmente era José Soares Lima, que Fred Morris declarou diante da Comissão da Câmara dos EUA, deve ter desafiado ainda mais aos torturadores, para fazerem-no contar o que deveria saber ou estaria escondendo.

Para o governo do general Ernesto Geisel, em seu primeiro ano como chefe da nação, além de ter de lidar com as constantes denúncias de tortura que circulavam em nível nacional e internacional, veio a se somar a repercussão da denúncia do pastor metodista ao ser ouvido no

⁵⁹ GREEN, James N. Apesar de vocês. Oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos, 1964-1985. Trad. S. Duarte. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 438.

⁶⁰ Ibidem, p. 440.

Congresso dos EUA e narrar em detalhes as sessões de torturas de que foi alvo e os nomes dos delegados e agentes que o torturaram.⁶⁰

Era um momento social e político inteiramente distinto daquele de setembro de 1964, quando estive em Recife verificando as denúncias de tortura. Ao final dessa sua visita de inspeção, declara, segundo o jornalista Márcio Moreira Alves, " [...] que os presos políticos estavam sendo normalmente tratados, dentro das circunstâncias excepcionais que atravessamos".⁶¹ Esse tipo de discurso, realizado em 1964, não tinha mais o mesmo efeito de verdade dez anos depois. Logo, o governo, mesmo que continuasse negando as torturas ou alegando exageros nos relatos dos torturados e dos seus denunciantes, estava sendo pressionado a reavaliar seu discurso e suas práticas.

A tortura como rede

O levantamento e o estudo acerca do significativo número de centros de detenção, tortura e execução, desde locais clandestinos, delegacias policiais, dependências do exército, da aeronáutica, da marinha, além dos DOI/CODS nos estados, revelam uma ampla e diversificada rede da prática institucional da violência.⁶²

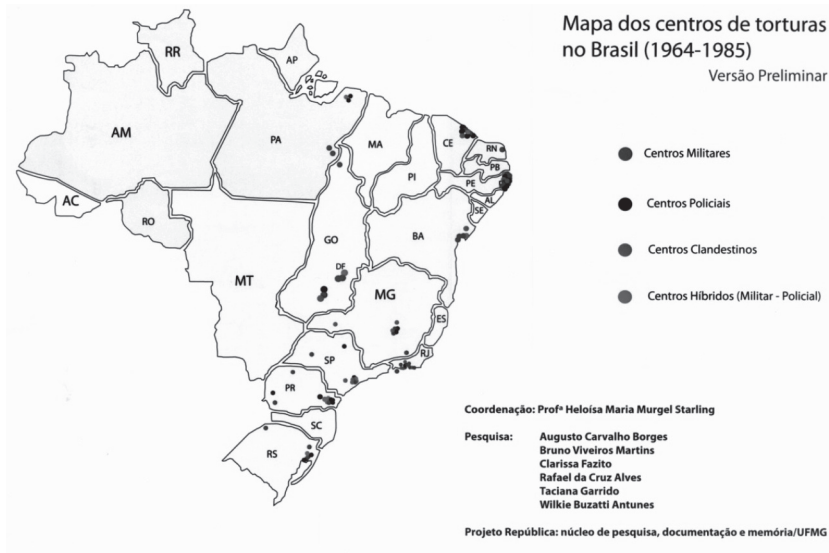
Esse extenso detalhado mapa da violência institucional (em sua versão preliminar), elaborado pela equipe coordenada pela Profa. Heloisa Starling, dá a ver como o discurso que autoriza e, portanto, justifica a tortura se materializa na produção de locais oficiais e clandestinos para a efetivação das múltiplas práticas de chantagem, coação física e moral, tortura e assassinato.

O estudo e a análise dos relatos de pessoas que foram alvo dessas práticas apontam como não se encontram algumas vezes a mesma cooperação e comunicação entre os órgãos de informação

⁶⁰ ALVES, Márcio Moreira. Tortura e Torturados. Rio de Janeiro: Composto e impresso nas oficinas jornalísticas da empresa PN, S.A., 1996, p. 59.

⁶² Mapa cedido pela Professora Dra. Heloisa Maria Murgel Staling, coordenadora do Projeto República: núcleo de pesquisa, documentação e memória da UFMG. Versão preliminar.

⁶³ Na pesquisa que realizei para escrever o artigo "Ação trabalhista, repressão policial e assassinato em tempos de regime militar", (Topoi. Revista de História, vol. 12, nº 22, jan - jun, Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ, 2011, p. 228 - 249), encontrei o mesmo ofício com denúncia de pessoas consideradas pelo regime como subversivas, endereçado a diferentes órgãos da rede de informação e também de captura, seqüestro e práticas de tortura e assassinato.



e os de segurança, prisão e ou sequestro.⁶³ Os órgãos e serviços de informação e espionagem, ao produzirem relatórios e documentos, distribuía-os entre diferentes órgãos, inclusive entre aqueles que atuavam diretamente na repressão. Ao contrário, no caso da localização de pessoas a serem sequestradas e torturadas, observa-se como havendo, muitas vezes, uma acirrada disputa, tanto no que tange ao êxito da prisão quanto aos meios de tortura capazes de extrair as confissões.⁶⁴ Alanir Cardoso relata, em entrevista, que foi transferido, presumivelmente para Brasília, a fim de ser torturado, na medida em que os torturadores em Recife não obtiveram as respostas esperadas às suas perguntas.⁶⁵

O professor Luiz Momesso também viveu a experiência de ser transferido para diversas prisões e, por fim, para o DOI-CODI em São Paulo, na medida em que os agentes que o prenderam no Nordeste não conseguiam identificá-lo ou obter qualquer confissão sua. Momesso

⁶⁴ O historiador Carlos Fico observa que “havia, até mesmo, conflitos entre os sistemas de informações e de segurança: o SNI, muitas vezes, foi “ultrapassado” pelos órgãos de segurança, deixando de ser informado dos acontecimentos”: In: FICO, Carlos. *Como eles agiam: Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e política*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2001, p. 112.

⁶⁵ Entrevista com Alanir Cardoso para o Projeto Marcas da Memória, em 29 de novembro de 2011, p. 22-25.

narra que foi militante da Ação Popular (AP) e, em 1977, filiou-se ao PC do B, partido no qual atuou durante alguns anos. Em 1969, foi preso no sertão do Ceará, numa fazenda no Crato, onde se encontrava junto com outros militantes realizando trabalhos políticos. Inicialmente, foram considerados suspeitos de pertencer ao grupo de Carlos Marighella. Mantidos em uma cela com presos comuns, puderam enviar notícias para familiares de um dos presos políticos daquele grupo e, em poucos dias, um advogado de Fortaleza chegou ao Crato para tentar defendê-los dessas acusações. Ao mesmo tempo, formou-se uma rede policial interligada ao Maranhão, ao Piauí, ao Rio Grande do Norte tentando, por meio de interrogatórios e da comparação de fotografias, descobrir quem eles eram. Posteriormente, foram transferidos para Fortaleza. Registra Luiz Momesso que esteve preso nesse período em mais de dez locais diferentes, como forma da polícia impedir os contatos do advogado e dos familiares.⁶⁶

Essa é outra prática que irá se tornar comum no período. Os agentes policiais e militares atuam de forma constante como sequestradores. Prendem as pessoas e as deixam incomunicáveis, negando sua presença ou o conhecimento onde as mesmas se encontram detidas, quando interpeladas pela família, por advogados ou mesmo por entidades da sociedade civil. Essa forma de atuar que se instala como procedimento de rotina dos órgãos policiais e militares, desde o golpe militar e civil de 1964, foi vivenciada por diversos presos políticos.⁶⁷ No entanto, tal prática dos agentes não impedia a pressão de advogados com *habeas corpus* em favor dos presos políticos, sobretudo quando obtinham informações acerca da localização dos mesmos. Porém, com a publicação do AI 5,⁶⁸ o Estado legaliza ou, mais propriamente, estabelece a justificativa jurídica para a prática do sequestro e da detenção arbitrários, já que a partir desse momento o *habeas corpus* não tem mais o efeito de garantir a liberdade das pessoas presas e acusadas

⁶⁶ Entrevista com Luiz Momesso para o Projeto Marcas da Memória, em 17 de outubro de 2011, p. 19-24.

⁶⁷ Vide relatos de Manuel Messias, Luiz Momesso e Alanir Cardoso citados neste texto.

⁶⁸ No artigo 10 do Ato Institucional Nº 5 reza: *Fica suspensa a garantia de habeas corpus, nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular.* Ou seja, o governo produziu um instrumento legal que normatizava a prática do sequestro e da detenção arbitrária que se estabeleceu com o golpe de 1964.

de crimes políticos contra a segurança nacional.

Nesse aspecto, quero destacar uma passagem do relato de memória do Professor Francisco Antonio Doria. Este narra uma conversa que teve com a advogada de presos políticos, Flora Frisch, que irá auxiliá-lo na luta para salvar o amigo Jaime Chaim: *Flora me disse então que, dois dias depois da prisão, não sabiam ainda onde o Jaime estava, se no DOPS ou no DOI-CODI. Tendo alguma ideia do lugar da cana, se impetrava imediatamente um habeas - e quando o exército reconhecia ter um prisioneiro, isso era sinal que as torturas iam cessar, ou, ao menos que iam cuidar para que não acontecessem "acidentes de trabalho" com o prisioneiro. O objetivo era sempre mudar o status de "desaparecido" para "prisioneiro por subversão. Estes nunca sumiam de vez."*⁶⁹ Meu interesse em destacar esse fragmento, está na leitura que a advogada apresenta dos sinais capazes de revelar a condição do preso. Ou seja, quando havia uma ideia de onde o preso estava detido se decidia entrar com o *habeas corpus*; a dúvida era se os agentes policiais ou militares reconheceriam a existência do detido. A resposta positiva emitia signos de que a tortura ia acabar, ou haveria mais atenção para que o preso não morresse em decorrência da violência das torturas. Ao mesmo tempo, o advogado do preso teria alcançado o incerto reconhecimento⁷⁰ de que o mesmo deixara a condição de desaparecido e passara a de prisioneiro por subversão. Essa leitura dos sinais que a advogada apresenta é reveladora de como as práticas policiais e militares passaram a ser decifradas, e quais os caminhos e brechas jurídicas criados para resistir ao arbítrio. A condição de estar vivo, morto, desaparecido, torturado era também lida por possíveis signos que os efeitos de um *habeas corpus* poderiam ou não produzir.

Ainda relacionado à entrevista de Luiz Momesso, este narra que os órgãos policiais e militares, em face do insucesso da obtenção de qualquer confissão sua, entregam-no ao delegado Sérgio Fleury que,

⁶⁹ <http://www.advivo.com.br/materia-artigo/anos-de-chumbo-i-presos-politicos>. Acesso 16/10/2012, 11h20.

⁷⁰ Utilizo a expressão o incerto reconhecimento, porque, como Luiz Momesso relata, ele foi transferido para mais de dez diferentes locais de prisão, como forma da polícia impedir o trabalho do advogado. Logo, no seu caso, viveu a experiência de ser e não ser desaparecido político. Entrevista com Luiz Anastácio Momesso para o Projeto Marcas da Memória, em 17 de outubro de 2011, p. 14.

⁷¹ Entrevista com Luiz Anastácio Momesso para o Projeto Marcas da Memória, em 17 de outubro de 2011, p. 14.

pessoalmente, vem buscá-lo. A justificativa para sua transferência estaria na descoberta do registro da sua prisão, por participar da greve de Osasco em 1968 e sua posterior condenação em decorrência de um processo que correu à revelia.⁷¹

Se até aquele momento, desde a sua prisão no Ceará, não havia sido alvo de torturas, em São Paulo, sob a custódia do delegado Fleury, a prática para obter seu depoimento mudou radicalmente:

Bom, enfim, chegou o dia lá em que me penduraram em “pau de arara”, fiquei todo nu, ferro no cu. Aí colocavam aqueles questionamentos, aqueles interrogatórios, colocavam um aquecedor para queimar a bunda assim, claro, para queimar, aí depois passavam sal grosso úmido, e depois o sarrafo, paulada assim. Aquele sal grosso entrando na carne queimada, você imagina, horrível, um negócio desesperador de dor. Então a gente berra assim sem pudor nenhum, colocavam um fio perto da orelha e ligava a maquininha, lá. Enquanto um batia, outro ligava a maquininha, aí enrolava a língua, eu não conseguia gritar, sufocado, horrível, entende? Fiquei lá, aqueles interrogatórios, eu vou pendurar sua mãe, tudo quanto é coisa que eles faziam, esse negócio de apagar cigarro nos olhos das pessoas, isso era fichinha, isso era besteira perto das coisas que... Eu sei que chegou um momento que eu achei que iria morrer. Eu estava tranquilo, no sentido que eu não ia dizer nada, eu nunca, em momento nenhum, tive dúvida, eles ficavam lá, fala pelo menos um pouquinho para a gente poder tirar daqui, era uma cilada, você falava um pouquinho, e outro pouquinho, outro pouquinho, não para mais, entende? Sempre muito atento para as ciladas.⁷²

Essa prática tão comum no período, e que o general Geisel até o final da sua vida reafirmou como sendo necessária para evitar um mal maior, não levou Momesso à morte por um acaso. Ou seja, seu corpo suportou até o limite possível/impossível as diferentes formas de tortura das quais foi alvo. No entanto, como se tem informações, inúmeros presos vieram a falecer por não suportarem o limite estabe-

⁷² Entrevista com Luiz Anastácio Momesso para o Projeto Marcas da Memória, em 17 de outubro de 2011, p. 23.

⁷³ Os assassinatos de Alexandre Vanucchi Leme (05/10/1950-17/03/1973), Vladimir Herzog (27/06/1937-25/10/1975) e Manuel Fiel Filho (07/01/1927-17/01/1976) talvez sejam bastante emblemáticos dessa prática de tortura que resultou em mortes dentro das prisões. No caso do jornalista Vladimir Herzog, o juiz Márcio Martins Bonilha Filho, da 2ª Vara de Registros Públicos do TJ-SP (Tribunal de Justiça de São Paulo), determinou na segunda-feira (24/09) a retificação do atestado de óbito, para fazer constar que sua “morte decorreu de lesões e maus-tratos sofridos em dependência do II Exército-SP (Doi-Codi)”. <http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2012/09/25/justica-retifica-registro-de-obito-de-vladimir-herzog-cao-da-morte-devera-ser-por-lesoes-e-maus-tratos.htm>. Hor. 10:16.

lecido pelos médicos e torturadores para suas práticas de tortura.⁷³

A pesquisa em jornais, documentos oficiais do regime, entrevistas e relatos de memórias de militares dá a ler como o regime militar e civil foi urdindo e justificando a rede clandestina de tortura e assassinatos. Esta se materializa na produção de discursos que, ao mesmo tempo, nega justifica e até minimiza essas práticas como excessos que fogem ao controle. Por outro lado, há que se considerar ainda que os militares e os civis que romperam com a Constituição e se instalaram no poder do Estado em 1964 alcançaram nesse momento o amplo apoio de diversos segmentos da sociedade civil. Dessa forma, os discursos que os militares e os civis emitem e as práticas que desencadeiam não são apenas deles, mas de todo um grupo e/ou uma instância de poder à qual estão relacionados. Nesse sentido é que a proposta constante deste texto é não pensar as pessoas como identidades ou referentes a partir do qual o conhecimento é possível e a verdade aparece.⁷⁴ Mas considerar que as formas de pensar e agir das pessoas remetem a grupos e redes sociais e políticas que instituem relações de poder passíveis de constantes deslocamentos em face de negociações, confrontos e conflitos que o fluxo da história institui de maneira permanente.⁷⁵

Nesse aspecto, reproduzo a seguir trecho de uma conversa entre o general Golbery do Couto e Silva e o general Ernesto Geisel, em fevereiro de 1974, portanto, às vésperas da posse deste como novo presidente militar, sobre o tema da tortura. No livro do jornalista Elio Gaspari este pequeno fragmento é apresentado no contexto de um encontro prévio do general Golbery com Dom Evaristo Arns, intermediado pelo professor Cândido Mendes. Esse encontro representava uma

⁷⁴ FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Trad. Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais, supervisão final do texto Léa Porto de Abreu Novaes et al. J. Rio de Janeiro: NAU, 2003, p. 11.

⁷⁵ O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. In. FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 183.

⁷⁶ SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na sombra. Bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. Trad. Carlos Eduardo Lins da Silva e Maria Cecília de Sá Porto. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. Como documenta o autor, durante o governo do general Garrastazu Médici foi formada uma comissão constituída por militares e representantes da Igreja Católica para, juntos, em reuniões secretas tentarem negociar os impasses ou mais propriamente os conflitos que constantemente vinham à público em razão das denúncias, divulgadas por padres e bispos, de sequestros, torturas e assassinatos promovidos pelos agentes do estado, apoiado pelos governos militares.

tentativa do futuro governo de estabelecer novo padrão de relação com a Igreja Católica, diferente do que vinha sendo realizado até então pela comissão bipartide:⁷⁶

Golbery: Eu sou contra a tortura de qualquer jeito. Tenha paciência. Esse negócio de tortura para mim... Quer dizer, o sujeito prende um camarada, tortura o sujeito, e depois solta porque não há nada contra ele. Francamente, isso é uma enormidade. Eu posso admitir...

Geisel: Mas você não sabe se... Eu não acredito em 50% do que o Arns diz. Espera aí. É uma forte distorção.

Golbery: Eu não acredito em 100% do que ele diz, mas que eu acho que pode ter acontecido, ah, nós vimos no começo. Começam por torturar o indivíduo antes de saber o que é. [...] Espera aí, é a mentalidade que nós conhecemos. Nós vemos esse Fleury. Eu vou dar crédito a um sujeito desses, que é um bandido sem-vergonha. Não, tenha paciência. Entregam o troço na mão do Fleury. Que é que pode acontecer? Eu vou até o ponto de admitir que num assunto de importância do Estado o sujeito possa ir um pouco além para obter do indivíduo uma informação vital. Eu vou até esse ponto. Suponha um negócio de atentado ao presidente, que há indícios, você aperta o indivíduo, vai até um pouco além. Mas para começo de conversa? Começam a torturar, para depois então conversar, quebrar o moral do sujeito.

Geisel: É o tal troço do inglês... Foram lá na Inglaterra e estudaram o troço do inglês.⁷⁷

Esse curto fragmento de uma conversa entre esses dois generais, que foram personagens centrais do regime, é passível de outras leituras distintas daquela comum à imprensa da época e mesmo a uma parte da historiografia que constantemente procura classificar os militares desse período por identidades de moderado e radical, ou linha dura. Para operar um deslocamento na análise, de maneira que não se deixe capturar por essas classificações, procuro estender os fios e refletir sobre as relações que se pode associar ao cenário apresentado. Embora uma conversa contenha muitos signos que algumas vezes apenas os interlocutores, em razão de um passado comum, podem apropriadamente decifrar, isso não impede que tentemos estabelecer

⁷⁷ GASPARI, Elio. A ditadura derrotada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 380.

outras análises e conexões. A primeira frase do general Golbery nessa conversa, ao dizer ao general Geisel, de maneira categórica e frontal que é contra a tortura, revela uma tomada de posição e enfrentamento com um interlocutor que, em razão dos longos anos de convivência mútua, supõe-se já por demais conhecidos. E por que esse assunto volta a ser abordado de maneira tão direta e explícita? Talvez para o futuro governo ter que construir uma nova estratégia para administrar o Brasil em face da maneira como cresciam, em nível nacional e internacional, as pressões e denúncias, responsabilizando a ditadura militar e civil pelas práticas que feriam frontalmente os direitos humanos. Por outro lado, a Igreja acusava o governo de, sob o discurso da ameaça comunista, não combater as práticas de violação aos direitos humanos, mantendo, nessa medida, um regime ditatorial. Em outros termos, essa conversa, na minha leitura, revela como se sentem emparedados pela pressão de uma autoridade da Igreja Católica que, concordem ou não, tem uma significativa representatividade política, social e cultural nacional e internacional; por outro lado, indiretamente reconhecem como as práticas do agente do Estado, taxado por Golbery de “bandeado”, atingem a imagem do regime. Porém, o general, apesar do lugar de poder que irá ocupar no governo do general Geisel, a partir de 15 de março de 1974, não se mostra com força para remover ou anular a ação desse agente e de outros que eram do conhecimento público, assim como não o fizeram em 1964.

As práticas condenadas pelo general Golbery, fartamente documentadas há décadas, não foram exclusividade do DOI-CODI de São Paulo.⁷⁸ E o general ainda afirma que, embora não acredite em nada que Dom Evaristo Arns apresenta, eles sabem como esses agentes

⁷⁸ Jacob Gorender afirma que Fleury teve rivais em diversos Estados: “O delegado Pedro Seelig, no Rio Grande do Sul; o delegado David Hazam, em Minas Gerais” op. cit p. 229. A essa lista os ex-presos políticos em Pernambuco, em entrevista para o Projeto Marcas da Memória, são unânimes em apontar o nome do policial Luis Miranda como um torturador que se poderia classificar nessa mesma linhagem. Fernando Coelho em seu livro também apresenta diversos outros nomes de delegados, oficiais e agentes que atuaram nos locais de tortura em Pernambuco. In: COELHO, Fernando. *Direita volver: o golpe de 1964 em Pernambuco*. Recife: Bagaço, 2004, p. 443-462.

⁷⁹ Estaria se referindo, o general Golbery, ao governo Castelo Branco, quando este nomeia uma comissão coordenada pelo general Geisel para verificar se eram verdadeiras as denúncias de tortura em vários estados do Brasil. Embora essa comissão tenha publicamente declarado que as denúncias não tinham fundamento, o ex-presos político Manoel Messias narra em detalhes o depoimento que prestou a um militar que se dizia representante desta comissão, e como depois deste depoimento, no seu caso as torturas foram suspensas.

policiais atuavam, “*nós vimos no começo*”. Não se sabe, exatamente a que começo⁷⁹ ele se reporta, porém, não se mostra estranho aos dois generais a forma de agir dos torturadores. Nesse aspecto, este texto operou sua análise deslocando o foco que opera por meio da classificação de moderado ou linha dura, para o estudo do fazer-se, refletindo acerca dos pensamentos e das ações de homens públicos que ocupam lugares de poder em suas relações no conjunto maior de configurações intragrupos e intergrupos. Ou seja, os indivíduos e os lugares de poder que ocupam são pensados em relação e, dessa forma, estão constantemente mudando de posição, produzindo variações em seus pensamentos e ações, na medida em que a rede social e política onde se inserem interage com outras forças e vetores, ou mesmo com as forças internas ao grupo. Assim, Golbery se afirma contra certa maneira de torturar e, ao mesmo tempo, revela sua impotência ou incapacidade para redirecionar as práticas desses aparelhos policiais e militares. Dessa maneira, o que significa dizer-se contrário a algumas práticas de tortura e ter colaborado diretamente na montagem de seu aparato fortalecendo sua complexa rede. Afinal, o órgão criado para centralizar o trabalho de rastreamento e documentação da vida das pessoas, é considerado obra desse general⁸⁰ e concorreu de maneira direta para institucionalizar o sequestro, a tortura e a prática da eliminação (assassinatos e desaparecimento dos corpos das vítimas), como atributo natural ao próprio regime. Sua oposição a uma certa prática de tortura não o torna aliado daqueles que a denunciam, nem tampouco o torna crítico da ditadura e do autoritarismo. Suas declarações contra as lutas que se encorpavam no campo sindical, estudantil e político no período do governo do general Figueredo, quando ocupou a chefia do gabinete civil, são emblemáticas de uma corrente do pensamento autoritário militar e também civil. Afirmava que, à medida que os movimentos sindical, estudantil e político passavam a atuar de forma mais efetiva:

“Na frente sindical, liquidar-se um vigoroso movimento grevista

⁸⁰ Observa Gorender que: “Em 1964, só a Marinha possuía um centro de informações - o CENIMAR. Em 1967 e 1970, respectivamente surgem os Centros de Informações do Exército (CIE) e o da Aeronáutica (CISA). Por iniciativa do general Golbery do Couto e Silva, fundou-se, em 1964, o cérebro do sistema geral de inteligência”. (op. cit., p. 226).

*que, preferindo a opção revolucionária da confrontação à opção democrática da negociação, extravasa para a contestação de caráter político, desmoralizando-lhes as principais lideranças e, também, os chefes de entidades. Na frente estudantil, desconhecer entidades não representativas e quaisquer pressões contestatórias em relação às medidas anunciadas. Na frente parlamentar, coibir manifestações agressivas e impróprias.*⁸¹

Afinal, o regime que se instala não pode ser pensado e analisado separado do aparato da tortura e repressão que o constituiu, e que durante um certo período encontrou apoio em diversos setores da sociedade civil e política para justificar suas ações terroristas como decorrentes da ameaça comunista. No entanto, à medida em que o discurso da ameaça comunista perde força, os movimentos sociais e políticos se reorganizam e passam a ter uma maior atuação e as condições de vida e trabalho não alcançam o patamar econômico proclamado pelos militares, a perda de apoio ao regime é crescente.⁸² A pressão pelo fim da ditadura começa a ser cobrado/projetado por meio de pronunciamentos dos mais diversos setores, tendo impacto especial aqueles que até então eram fortes aliados.⁸³

Porém, há que se ter em mente que os setores autoritários e conservadores construíram um novo pacto (militares, empresários, políticos) que será intensamente negociado com as oposições no Congresso Nacional e na sociedade civil, estabelecendo o cronograma do fim do regime. E se a anistia, aprovada em 1979, foi um dos passos importantes nessa negociação, ela também não contemplou aspectos considerados fundamentais para alguns setores da sociedade, especialmente aqueles relacionados ao reconhecimento dos mortos e desaparecidos, assim como a responsabilidade pelas torturas cometidas pelos agentes do Estado.⁸⁴ Porém, há também que se considerar que a permanente pressão de partidos e da sociedade civil conquistou

⁸¹ Revista Isto É. São Paulo: n. 224, p. 12. 08 abr. 1981.

⁸² REZENDE, Maria José de. *A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade 1964 - 1984*. Londrina: EdUEL, 2001, p. 324.

⁸³ Em dezembro de 1978, o jornal Folha de S. Paulo promoveu um debate durante vários dias cuja temática era A democracia e os empresários. In: REZENDE, Maria José de. *A ditadura militar no Brasil: Repressão e Pretensão de Legitimidade 1964 - 1984*. Londrina. Ed. UEL, 2001. Pag. 235.

⁸⁴ RODEGHERO, Carla Simone. Gabriel Dienstmann e Tatiana Trindade. Anistia ampla, geral e irrestrita: história de uma luta inconclusa. Santa Cruz do Sul; EDUNISC, 2011. Pag. 310 à 311.

mudanças. Nesse sentido é que leio a criação, ainda em 2001, da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça e todo trabalho que desenvolve até o presente. Também no bojo dessa luta é que se situa a criação da Comissão Nacional da Verdade, assim como Comissões similares em diversos Estados do Brasil. Todos esses movimentos projetam mais uma vez a história como contra memória, em constante movimento de reescrita e resignificação do passado.

Bibliografia

- AARÃO REIS, Daniel. *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- AARÃO REIS, Daniel e Pedro de Moraes. 1968, *a paixão da utopia*. 2 ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: EdFGV, 1998.
- AARÃO REIS, Daniel e Jair Ferreira de Sá (Orgs.). *Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961 - 1971*. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- ALVES, Marcio Moreira. *Tortura e torturados*. Rio de Janeiro: Composto e impresso nas oficinas jornalísticas da empresa PN, S.A., 1996.
- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Trad. Clóvis Marques. Petrópolis: Vozes, 1987.
- ARAÚJO, Maria Paula do Nascimento. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: EdFGV, 2000.
- ARAÚJO, Maria Paula do Nascimento. Lutas democráticas contra a ditadura. REIS FILHO, Daniel Aarão & FERREIRA, Jorge. *As esquerdas no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- ARGOLO, José Amaral, RIBEIRO, Kátia e FORTUNATO, Luiz Alberto. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.
- BASTOS, Joaquim Justino Alves. *Encontro com o tempo*. Porto Alegre: Globo, 1965.
- CAMPOS, Antônio. *A comissão da verdade e a operação condor*. Recife: Carpe Diem, 2012.
- CASTRO, Celso; ARAÚJO, Maria Celina D' Araujo; ABREU, Alzira Alves de; GOMES, Angela de Castro; SARMENTO, Carlos Eduardo; BOMENY, Helena; PINHEIRO, Letícia; FERREIRA, Marieta; ALBERTI, Verena (Orgs.). *Dossiê Geisel*. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2002.
- CAVALCANTI, Erinaldo Vicente. *Relatos do medo: a ameaça comunista em Pernambuco*. [Garanhuns - 1958 - 1964]. Recife: EdUFPE, 2012.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rev. Tec. Arno Vogel. São Paulo: Forense Universitária, 2000.
- _____. *A invenção do cotidiano*. 1. Artes de fazer. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- COELHO, Fernando. *Direita volver: o golpe de 1964 em Pernambuco*. Recife: Bagaço, 2004.

COUTO, Ronaldo Costa. *História indiscreta da ditadura e da abertura*: Brasil, 1964 - 1985. Rio de Janeiro: Record, 1998.

D' ARAUJO, Maria Celina, Gláucio Ary Dillon Soares, Celso Castro. Introdução e organização. *Visões do golpe*: a memória militar de 1964. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. *Os anos de chumbo*: a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. *A volta aos quartéis*: a memória militar sobre a abertura. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

D' ARAUJO, Maria Celina e Celso Castro (Orgs.) *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: EdFGV, 1997.

FARGE, Arlette. *Lugares para a história*. Trad. Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

FERREIRA, Jorge, Daniel Aarão Reis. (Orgs) *As esquerdas no Brasil*. As esquerdas no Brasil.v.3. Revolução e democracia (1964 - ...). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FICO, Carlos. *Além do golpe*. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004. _____. Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e política. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2001.

FROTA, Sylvio. *Ideais traídos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOMES, Angela de Castro (Coord.). Rio de Janeiro: EdFGV, 2007.

GOENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987

GOUVEIA, Oserias. *Os (Des)caminhos da utopia*. Glória e derrocada do comunismo memória política de militantes dos anos sessenta. Recife: EdUFPE, 2004.

GREEN, James N. *Apesar de vocês*. Oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos, 1964 - 1985. Trad. S. Duarte. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GUERRA, Cláudio. *Memória de uma guerra suja*. Depoimento a Marcelo Netto e Rogério Medeiros. Rio de Janeiro: TOPBOOKS, 2012.

LEAL, Murilo. *À esquerda da esquerda*: trotskistas, comunistas e populistas no Brasil contemporâneo (1952-1966). São Paulo: Paz e Terra, 2003.

MACIEL, Wilma Antunes. *O capitão Lamarca e a VPR*. Repressão judicial no Brasil. São Paulo: Alameda, 2006.

MARTINS FILHO, João Roberto. *O golpe de 1964 e o regime militar*: novas perspectivas. São Carlos: EdUFSCAR, 2006.

LORENZETTI, Ricardo Luis y Alfredo Jorge Kraut. *Derechos humanos*: justicia y reparación. Buenos Aires: Sudamericana, 2011.

NOSSA, Leonencio. MATA! *O major Curió e as guerrilhas no Araguaia*. São Paulo. Companhia das Letras, 2012.

- PORFÍRIO, Pablo F. de A. *Medo, comunismo e revolução*: Pernambuco (1959 - 1964). Recife: EdUFPE, 2009.
- REZENDE, Maria José de. *A ditadura militar no Brasil*: Repressão e Pretensão de Legitimidade 1964 - 1984. Londrina: EdUEL, 2001.
- RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. 2 ed. rev. e ampliada. São Paulo: EdUNESP, 2010.
- RODEGHERO, Carla Simone; DIENSTMANN, Gabriel; TRINDADE, Tatiana. *Anistia ampla, geral e irrestrita: história de uma luta inconclusa*. Santa Cruz do Sul: EdUNISC, 2011.
- ROIO, José Luiz Del. Zaratini. *A Paixão Revolucionária*. São Paulo: Ícone, 2006.
- SANTOS, Cecília Macdowell; TELES, Edson; TELES Janaina de Almeida (Orgs.) São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2009.
- SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na sombra*. Bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura. Trad. Carlos Eduardo Lins da Silva & Maria Cecília de Sá Porto. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- SMITH, Anne-Marie. *Um acordo forçado*. O consentimento da imprensa à censura no Brasil. Rio de Janeiro: EdFGV, 2000.
- SOARES, Samuel Alves. *Controle e autonomia*. As forças armadas e o sistema político brasileiro. (1974-1999). São Paulo: EdUNESP, 2006.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil*: de Castelo a Tancredo, 1964 - 1985. Trad. Mário Salviano Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- VALLE, Maria Ribeiro do. 2 ed. *1968: o diálogo é a violência - movimento estudantil e ditadura militar no Brasil*. Campinas, SP.: EdUNICAMP, 2008.



UMA HISTÓRIA ORAL DA ANISTIA NO BRASIL: MEMÓRIA, TESTEMUNHO E SUPERAÇÃO

Profa. Dra. Maria Paula Araújo¹

Apresentação

Durante todo o ano de 2011 trabalhamos realizando entrevistas no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais com o objetivo de constituir um acervo de depoimentos que pudesse contribuir para uma história oral da anistia no Brasil. O objetivo da pesquisa, que integramos junto com pesquisadores da Universidade Federal de Pernambuco e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, era realizar, em nível nacional, um amplo retrato do tema da Anistia no Brasil, recolhendo depoimentos de pessoas que foram perseguidas pela ditadura militar; pessoas que foram anistiadas ou estão solicitando o benefício; familiares de mortos e desaparecidos; pessoas que se engajaram na luta pela anistia desde a década de 1970 e que participaram da criação e da ação política do Movimento Feminino pela Anistia e dos diversos Comitês Brasileiros pela Anistia (os CBAs que se espalharam pelo Brasil inteiro entre 1977 e 1979); militantes de movimentos sociais e políticos que lutaram contra o regime e militantes dos movimentos de Direitos Humanos. Esses depoimentos - recolhidos no nordeste, no sudeste e no sul pelas equipes das três universidades mencionadas - foram gravados, filmados e transcritos, constituindo um amplo acervo sobre

¹ Professora Associada do Instituto de História e do Programa de Pós Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

a história política recente do país.

Apresento neste texto uma primeira reflexão feita a partir da análise das entrevistas realizadas pela equipe do Rio de Janeiro. O trabalho de pesquisa - a coleta, o tratamento e a análise dos depoimentos - nos propiciou uma reflexão sobre alguns aspectos teóricos e metodológicos da História Oral, tais como a articulação entre a memória e a retórica e a potencialidade do método biográfico. Além disso, a pesquisa trouxe à tona questões importantes sobre a memória do período repressivo: as disputas pela memória e a pluralidade de visões e de experiências. Enfim, no andamento de nossa pesquisa, constatamos que é possível construir uma narrativa histórica sobre a ditadura militar no Brasil a partir do tema da anistia, enfocando, principalmente, as múltiplas histórias de vida de cidadãos e cidadãs que foram atingidos pela repressão ou que lutaram contra ela.

O direito à memória e à verdade na justiça de transição: a importância do testemunho

Em nosso mundo contemporâneo, nas últimas décadas, inúmeras sociedades viveram transições políticas importantes: passaram de regimes ditatoriais e arbitrários para regimes democráticos. Em todos esses casos uma questão se colocou para a sociedade e para o Estado, logo após (e, muitas vezes durante) o processo de consolidação democrática: o que fazer com a herança autoritária? Como olhar para esse passado, enquadrá-lo aos novos tempos, tratar as feridas, suprimir o legado da violência? O Estado deve escolher como proceder: apura crimes e responsabilidades? Pune culpados? Anistia crimes políticos? Repara moral e materialmente os danos causados? Reintegra antigos excluídos? Desmantela o aparato repressivo? Revela e divulga os fatos? Todas essas questões dizem respeito a procedimentos jurídicos e políticos que acompanham um processo de transição democrática. Esses procedimentos revelam como o Estado e a sociedade lidam com seu passado autoritário e compõem o que se convencionou chamar de “justiça de transição”. Esse conceito tem sido discutido, nos últimos anos, por militantes e organizações de Direitos Humanos constituindo uma rede internacional que acompanha, debate e interfere em diferentes casos. Cada país adota diferentes medidas de “justiça de transição”

- de acordo com a sua história, sua cultura política e a correlação de forças da época da transição. A justiça de transição implica algumas questões: direito à memória, apuração da verdade, promoção de justiça, reconciliação nacional, reparação das vítimas. São fundamentalmente esses elementos que se articulam, em cada país, em função de suas circunstâncias conjunturais e estruturais².

Esse processo tem abarcado - em diferentes momentos históricos - diferentes países, tais como Portugal e Espanha que vivenciaram o fim das ditaduras do salazarismo e do franquismo (é interessante notar que foram diferentes tipos de fim: em Portugal os capitães de abril derrubaram o governo na revolução dos cravos e na Espanha a morte de Franco abriu espaço para uma solução negociada para o fim da ditadura); quase todos os países da América Latina que viveram ditaduras militares entre os anos 1960 e 80; a África do Sul, que superou o regime de segregação racial do *apartheid*. Alguns autores colocam nesse rol os países do Leste Europeu e também da Ásia, que viveram sob regimes comunistas de corte ditatorial. Podemos incluir também vários países africanos que procuram realizar uma transição em direção a regimes democráticos. Em suma, essa realidade é bastante diversificada - tanto no tipo de ditadura vivida por cada país, como no tipo de transição, nas medidas políticas adotadas e nos resultados políticos alcançados. Nosso objetivo aqui não é analisar esse processo em toda a sua abrangência mas sim apontar a emergência e universalidade do tema da justiça de transição e o papel do testemunho nesse contexto. Em todos esses casos um elemento tem se afigurado como fundamental: a palavra. Revelar os fatos, tornar pública as violações, denunciar as arbitrariedades, nomear responsáveis, resgatar a memória de lutas e resistências - têm tido enorme papel simbólico e político na construção de um novo pacto nas sociedades pós-conflitos.

Argentina e África do Sul têm se constituído como dois paradigmas diferenciados, dois modelos distintos de justiça de transição. A sociedade argentina, os grupos e militantes de direitos humanos no país, têm dado ênfase na questão da justiça - procurando res-

² Uma análise profunda das diferentes modalidades de justiça de transição é apresentada no livro organizado por Alexandra Barahona de Brito, Paloma Aguilar e Carmem Gonzalez, "Las Políticas hacia el pasado: juicios, depuraciones, perdón y olvido en las nuevas democracias", Madrid, Istmo, 2002.

pensabilizar e punir os agentes do Estado responsáveis pelos crimes e violações cometidos durante a ditadura. A África do Sul tem dado ênfase à memória, à denúncia e revelação dos fatos com o objetivo de promover uma reconciliação nacional. Em ambos os processos, no entanto, o testemunho é um elemento central.

A Argentina foi um país pioneiro nesse processo: no esforço de trazer à tona, através de depoimentos, a memória da repressão, com o objetivo de luta política. Militantes de direitos humanos e familiares de presos e desaparecidos políticos se reuniram em torno da consigna, *"lembrar para não esquecer, para não repetir"*. Nesse momento, a memória travava uma luta contra o esquecimento. O resgate da memória do que se tinha passado naqueles anos de ditadura revelou-se uma arma de denúncia da repressão e do terrorismo de Estado. A memória era usada como um instrumento político que impedia o esquecimento e reivindicava a justiça. A memória trazia à tona os crimes do Estado assim como também permitia a recuperação simbólica - para as famílias - de milhares de desaparecidos. É particularmente importante a contribuição que alguns pesquisadores argentinos têm dado no campo da reflexão sobre a produção das memórias da repressão: não apenas na recuperação e difusão dessas memórias, mas também na reflexão crítica sobre o próprio processo de construção de memórias sociais e políticas na Argentina atual. Num artigo publicado na revista Puentes *"Memorias en conflicto"*, Elizabeth Jelin salienta a dimensão conflitiva e plural dessa memória

*É impossível encontrar uma memória, uma visão, uma interpretação única do passado compartilhada por toda a sociedade. O que existe é uma luta política, e muitas vezes esta luta é concebida como uma luta contra o esquecimento*³.

Nessa luta contra o esquecimento o testemunho era um elemento central. A Argentina foi um dos primeiros países a organizar, num esforço conjunto de órgãos públicos e iniciativa privada, acervos de depoimentos de pessoas atingidas pela repressão: ex-presos políticos, familiares de desaparecidos, militantes de direitos humanos, intelectuais e artistas contrários ao regime que haviam sofrido perseguições

³ Elizabeth Jelin, "Memorias en conflicto", PUENTES, Buenos Aires, N. 1, agosto, 2000.

políticas. Na década de 90 foi criada a organização **Memoria Abierta**, que reuniu um acervo com centenas de depoimentos. Esse acervo tem embasado pesquisas sobre a história e a memória do período e tem também servido à finalidade política de revelar os crimes da ditadura.

Mais recentemente, alguns pesquisadores na Argentina têm procurado complexificar as relações entre memória e esquecimento. A produção historiográfica com base em depoimentos orais tem sido questionada por alguns intelectuais que afirmam que o país vive, já há algum tempo, um *boom* de memórias do período da ditadura e que essas memórias *reificam* a experiência daquela época, sem necessariamente compreendê-la a fundo. Essa é a discussão que Beatriz Sarlo propôs em seu livro *"Tiempo Pasado. Cultura de la memoria y giro subjetivo"*⁴. Sarlo coloca em questão a construção de uma historiografia baseada prioritariamente no testemunho. Para ela o testemunho e a valorização das memórias da repressão não necessariamente ajudam a compreender o processo vivido. Entre outros motivos, porque a produção do testemunho e a construção social da memória estão sempre informadas pelas contingências do presente e sempre marcadas pelos usos políticos do passado. *"Mais importante do que lembrar, é entender"*, nos diz Beatriz Sarlo. E nem sempre a reiteração sistemática da lembrança nos leva ao entendimento de um processo histórico. De qualquer forma, apesar dos questionamentos - ou talvez justamente por causa deles - é inegável a importância política do testemunho no processo transicional argentino.

A África do Sul nos oferece um modelo diferente. A Comissão de Verdade e Reconciliação instalada no país após o fim do regime de *apartheid* teve uma característica que a tornou singular frente a outras comissões de verdade. O objetivo da comissão sul africana - como o próprio nome diz: Comissão de Verdade e Reconciliação - mais do que punir os crimes do governo ou apurar responsabilidades, seu objetivo era revelar o que acontecera e promover um novo pacto social. A Comissão de Verdade e Reconciliação funcionou com um enfoque orientado para as vítimas denunciarem o que tinham sofrido. A Comis-

⁴ Beatriz Sarlo, "Tiempo Pasado: cultura de la memoria y giro subjetivo. Una discusión", Buenos Aires, Siglo Veintiuno Editores, 2007.

são não tinha objetivo de *punição* dos culpados e sim de *declaração* dos crimes. Era uma política mais voltada para a apuração da Verdade do que para a execução da Justiça. A Comissão tinha, inclusive, o objetivo de registrar a violência e os excessos cometidos por ambos os lados - não apenas os crimes do governo mas também os excessos dos militantes do Congresso Nacional Africano (a organização política armada que lutou contra o governo do *apartheid*). Ou seja, a Comissão não pretendia apurar os crimes cometidos pelo Estado, mas sim os crimes e violações cometidos por diferentes atores numa sociedade atravessada pela segregação racial. O objetivo não era responsabilizar o Estado, mas sim reconciliar a sociedade. Esse caráter peculiar da CVR muitas vezes foi apontado como um dos elementos responsáveis pela transição “pacífica” do *apartheid* para o regime democrático. Mas também gerou muitas frustrações, sobretudo entre jovens militantes do Congresso Nacional Africano, não apenas porque eles se opunham ao que consideravam uma “artificial equiparação de excessos”, mas principalmente porque, nessa visão, suas experiências de luta contra o *apartheid* não eram valorizadas. A Comissão abria espaço para os depoimentos de vítimas que denunciavam as atrocidades que haviam sofrido, mas não abria espaço para o relato das experiências de luta e combate dos jovens militantes do CNA.

Este é um debate bastante interessante e inteiramente centrado no potencial político da palavra e do testemunho. Para alguns estudiosos, entre eles Paul Ricoeur, esse é exatamente o mérito da CVR. O fato de que a revelação da verdade, a nomeação do dano e a instauração da anistia e do perdão possam criar um novo campo político que não seja o da vingança. Ricoeur salienta que na língua africana a palavra utilizada é UBUNTU, que é semelhante à idéia de perdão e anistia, mas um pouco diferente. Como nos explicam os autores do livro “*Vérité, Réconciliation, Réparation*”⁵ o termo *ubuntu* pressupõe uma relação de interação: alguém se queixa de um dano, a comunidade discute e concorda que ocorreu um dano. Todos se põem de acordo em relação a quem agiu de forma correta e quem agiu erradamente. Assim o perpetrador é obrigado a reconhecer a sua culpa para, em função desse

⁵ Cassan, Cayla & Salazer, “*Vérité, Réconciliation, Réparation*”, Seuil, Paris, 2004.

reconhecimento, pedir e obter o perdão. A CVR dessa forma estaria reproduzindo alguns procedimentos de solução de conflito existentes nas comunidades de forma ancestral. Para Paul Ricoeur, que é um dos autores desse livro, o que estaria em questão é a possibilidade de constituição de uma justiça não-violenta.

Mas este ponto de vista não é unânime. O historiador Jonatan Grossman tem uma opinião diferente. Num artigo publicado na Revista de História Oral intitulado “*Violência e silêncio: reescrevendo o futuro*”⁶ expõe uma opinião diferente e defende um outro argumento. Para ele, o foco da relação vítima/algoz; revelação/perdão seria despoliticizador. Reproduzo um trecho de seu artigo:

*Assisti a uma audiência da CVR que teve de lidar com as experiências de um grupo de jovens conhecidos por sua militância usualmente violenta, sua coragem e seus sucessos frente às forças do Estado. Os ativistas vieram para ouvir sua própria história. Alguns deles foram embora com o coração partido, desmoralizados e desolados, porque o que ouviram foi a história do que sofreram como vítimas ao invés do que fizeram como atores sociais. (...) O resultado do que vi se encontra baseado na própria estrutura da CVR, que é incumbida de lidar com a história das vítimas como indivíduos, num processo que coloca o sofrimento antes e no lugar do envolvimento e da resistência política.*⁷

A polêmica não está de forma alguma resolvida, os pontos de vista são bastante diferentes, mas ambas as posições situam sua reflexão em torno do potencial político da palavra e do testemunho. E não é à toa também que esses dois autores - Ricoeur e Jonatan Grossman - trabalham com a memória.

⁶ Grossman, “Violência e silêncio: reescrevendo o futuro”. In: História Oral - Revista da Associação Brasileira de História Oral. nº 3, Junho de 2000.

⁷ Grossman, op.cit, pp 12.

As Marcas da Memória: uma história oral da anistia no Brasil

A centralidade do tema da anistia no processo político brasileiro

Trazendo a questão para o Brasil, é importante situar a centralidade da questão da anistia no processo de transição política brasileira. Esta centralidade é uma especificidade do caso brasileiro. A anistia teve um papel político importante na luta contra a ditadura militar, posteriormente teve um papel político e simbólico na reconstrução democrática, terminou por ter o seu conteúdo equiparado à noção de reparação (política e material) e galvanizou, na discussão da revisão da Lei da Anistia, o tema da responsabilização e punição dos culpados pelos crimes cometidos pela ditadura. Foram também os organismos tradicionalmente vinculados às lutas pela anistia os principais protagonistas (muitas vezes críticos) do processo de criação e instalação da Comissão da Verdade que segue em curso⁸.

Recuperemos um pouco desse processo. A luta pela anistia, em meados da década de 1970 unificou e mobilizou vários grupos políticos e movimentos sociais. Entre eles: o Movimento Democrático Brasileiro, o MDB (o partido de oposição consentida da ditadura que, aos poucos, transformara-se num partido de oposição real), a Igreja Católica, o Movimento Estudantil, movimentos de bairros e de favelas, movimentos de profissionais liberais (como advogados, professores, jornalistas), alguns movimentos de novo tipo que estavam se construindo (ou se reconstruindo com novo conteúdo) como o movimento das mulheres e o movimento negro, a Imprensa Alternativa (um tipo de imprensa de oposição muito peculiar da época) e já no final dos anos 70 um novo movimento operário - sindical, oriundo principalmente da região industrial paulista. A campanha pela anistia foi a primeira grande campanha política nacional depois do AI-5. O ano de 1977 foi uma data importante nesse processo. Ela marcou um momento de retomada das lutas e manifestações políticas públicas nas principais capitais do país. O estopim foi a prisão de alguns jovens, ligados a organizações de esquerda, que estavam distribuindo panfletos numa

⁸ A comissão da Verdade foi aprovada pela Presidente Dilma Rousseff em 18 de novembro de 2011. Até a redação deste texto sua composição ainda não tinha sido definida.

comemoração operária do Primeiro de Maio em São Paulo. Com a palavra de ordem *"Libertem nossos presos! Agora, já!"* estudantes de todo o país realizaram amplos atos públicos em várias universidades e, junto com outros setores da oposição, aproveitaram o movimento e criaram o Comitê 1. de Maio pela Anistia: o primeiro passo para uma campanha pública, de rua e ofensiva pela anistia no país. Logo depois, no início de 1978, foi criado no Rio de Janeiro o Comitê Brasileiro pela Anistia, somando-se a outros comitês que já existiam, como o Comitê Feminino pela Anistia. Na seqüência foram criadas sedes do CBA em várias cidades do país.

Neste momento a atuação dos jornais da Imprensa Alternativa foi bastante importante. Eles ajudavam a divulgar e nacionalizar algumas amplas campanhas políticas, entre elas, a campanha pela anistia. Nas páginas dos jornais "Movimento", "Em Tempo", "Versus" o tema era debatido e divulgado. Com apoio desta imprensa e de movimentos sociais, o CBA dirigiu uma campanha nacional pela "Anistia, ampla, geral e irrestrita". Esta foi a bandeira de luta e a palavra de ordem que marcou a transição política brasileira.

Mas a anistia que foi promulgada na Lei de Anistia de 1979 não foi a anistia desejada pelos setores mais combativos da sociedade - o CBA, o movimento estudantil, os grupos e coletivos de familiares de mortos e desaparecidos, os jornais de esquerda da imprensa alternativa. Foi uma anistia parcial, restrita e que, ainda por cima, permitia um certo entendimento de "reciprocidade" ou seja, de proteção para os militares e perpetradores da violência do Estado.

A anistia no Brasil tem, portanto, um caráter complexo, como insiste em dizer o próprio presidente da Comissão de Anistia, Sr. Paulo Abrão. Ela representou, por um lado, uma conquista parcial da sociedade e dos grupos que lutavam pela "anistia geral e irrestrita" (e que viram a anistia como resultado, ainda que imperfeito, dessa luta); mas por outro lado, ela foi também uma vitória parcial dos militares e da classe dirigente que aprovou uma anistia limitada e se desobrigou da apuração das responsabilidades e dos crimes cometidos pelo regime.

A lei de anistia foi recebida como uma vitória parcial pelos movimentos de oposição ao regime. O verão de 1979 para 1980 entrou

para a história como o “verão da anistia”; os exilados voltavam e eram recebidos com festa no aeroporto do Galeão. Por outro lado, as famílias de mortos e desaparecidos políticos nada tinham a comemorar, a lei não aliviava a dor dessas famílias nem se tocava na questão das mortes e desaparecimentos forçados. Muitas dessas pessoas, em seus depoimentos, dizem que neste momento se sentiram “*abandonadas e à margem da festa do país*”⁹.

Mas o retorno dos exilados não encerrou a questão da anistia no Brasil. Aos poucos, por medidas e leis complementares, todos os prisioneiros políticos foram libertados, ultrapassando as barreiras inicialmente impostas pela Lei da Anistia de 1979. Nos anos seguintes - em 1985, 1988, 1992, 1995, 2001 e 2002 - a anistia foi alvo de nova legislação federal¹. De um modo geral essas leis visavam ampliar os benefícios e o número de beneficiados pela anistia, procurando reparar a violência praticada pelo Estado brasileiro durante a ditadura. E, por esse processo histórico, o termo “anistia”, no Brasil, foi paulatinamente se equiparando ao termo “reparação”. O governo de Fernando Henrique Cardoso iniciou esse processo de reparação. A ideia era que o cidadão não fosse apenas *anistiado* dos crimes políticos dos quais era acusado, mas *reparado* pelo mal sofrido. A Comissão de Anistia, criada em agosto de 2001, junto ao Ministério da Justiça, tinha (e tem) por função reparar, indenizar, reconduzir a postos públicos e a antigos cargos, enfim, exercer o papel de restaurar e compensar os danos provocados pela ditadura militar a perseguidos políticos. O termo anistia ganhou então uma acepção mais ampla, significando mais do que tudo, *reparação*. Esta é uma especificidade do processo político brasileiro, do modelo brasileiro de justiça de transição: a ênfase na reparação (em detrimento de outros aspectos, como por exemplo, a revelação da verdade, apuração de responsabilidades e punição dos culpados); e a identificação entre “anistia” e “reparação”¹¹.

Mais recentemente a Anistia foi objeto de discussão na so-

⁹ Souza, Jessie Jane Vieira de, Depoimento concedido ao projeto “Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil” (Equipe do Rio de Janeiro - UFRJ). Rio de Janeiro, 27 de abril de 2011

¹⁰ Rodeghero, Diestman & Trindade. Anistia ampla, geral e irrestrita. História de uma luta inconclusa”, Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2011.

¹¹ Este texto foi escrito e apresentado antes da instalação da Comissão da Verdade. Os trabalhos da Comissão poderão vir a redefinir os termos desta afirmação.

cidade. Movimentos de Direitos Humanos tentaram anular o efeito perverso da Lei de Anistia que inibe a apuração e punição dos crimes cometidos pelo Estado durante a ditadura. A Lei da Anistia promulgada em 1979 tem sido invocada para barrar políticas de verdade e justiça no país. Recentemente o Supremo Tribunal Federal entendeu que a lei se aplica também aos agentes do Estado que cometeram os crimes de tortura, assassinato e desaparecimento de presos políticos durante a ditadura militar. Contraindo-se a esta visão está a interpretação de alguns eminentes juristas brasileiros, como Dalmo Dallari, Fabio Comparato, Márcio Thomaz Bastos. Para eles, a lei concedeu anistia aos crimes *políticos* cometidos durante o regime militar. Ela não anistiou torturadores, porque a tortura não é crime político, é crime contra a humanidade. A lei da Anistia, portanto, não impediria a apuração de responsabilidades nem o julgamento e punição de torturadores. Esta questão, ainda não resolvida, expressa-se hoje no debate da Comissão de Verdade.

Um acervo de história oral da anistia

Encaramos, portanto, a anistia como uma questão chave - política e simbólica - para o entendimento do período e para a compreensão das lutas políticas da época, das disputas em torno da memória do período, do processo de transição vivido pelo país, das políticas de reparação que o Brasil vem implementando, das polêmicas surgidas a partir destas políticas, dos desafios referentes à consolidação democrática e das polêmicas em relação às demandas de verdade e justiça. A partir desse pressuposto começamos a constituir nosso acervo com depoimentos de pessoas que foram perseguidas políticas, familiares de mortos e desaparecidos, militantes de movimentos de direitos humanos, militantes políticos que lutaram contra a ditadura e que participaram da campanha pela anistia. Nosso objetivo é entender a história política do Brasil recente a partir da chave da anistia e analisar a importância da palavra e do testemunho na superação individual e coletiva de contextos políticos pós traumáticos.

Elaboramos nossa lista de depoentes não a partir de nomes isolados, mas buscamos grupos de pessoas articuladas em "comunidades de sentido" - grupos de pessoas que integraram uma unidade orgâ-

nica: um partido, um movimento, uma organização política, etc. Nos norteou não apenas a noção de comunidade afetiva de Halbwachs¹² - uma unidade a partir da qual pessoas compartilham e constroem suas memórias mas também a concepção de Franco Ferrarotti sobre biografias coletivas. Num livro que foi pioneiro nos estudos biográficos, intitulado *"História e histórias de vida: o método biográfico nas Ciências Sociais"*¹³ Ferrarotti chamou a atenção para a relação entre a história e as múltiplas histórias individuais e a possibilidade que daí decorre de *ler uma sociedade através de uma ou muitas biografias*. Ferrarotti se propôs a dar uma base teórica ao método biográfico utilizando-o no plural. De uma forma geral, nos diz ele, o método biográfico é utilizado para um indivíduo, para elaboração de biografias individuais. Mas, para ele, essa escolha expressaria um equívoco: a ideia do indivíduo como átomo social, como unidade básica fundamental da sociologia. Na verdade, o indivíduo não é este elemento mais simples. Ao contrário, o indivíduo enquanto tal é uma síntese complexa de várias relações. A unidade mais básica da sociologia é o grupo social - um grupo básico que estabelece entre si relações de sociabilidade, de troca, de interação. Sua perspectiva de histórias de vida volta-se, portanto, para a construção de biografias de grupo. Para Ferrarotti, é dessa forma que o método biográfico apresenta sua maior riqueza e seu maior potencial: ao mostrar que as múltiplas histórias de vida particulares de uma época, de uma geração, de um lugar, se inscrevem dentro dos limites e das possibilidades de uma História mais geral - e que cada uma dessas múltiplas histórias particulares interpreta, a seu jeito, a História e sua relação com ela. Essa perspectiva orientou a constituição de nosso acervo. Elaboramos nossas listas de entrevistados a partir da filiação das pessoas a algum tipo de grupo/comunidade de sentido.

As entrevistas foram feitas na modalidade de "história de vida" mas acentuando a trajetória política do depoente e enfocando sua militância contra a ditadura, seus embates, a perseguição política sofrida, sua inserção no processo de redemocratização e na justiça de transição implementada no país. Ênfase particular foi dada na relação

¹² Halbwachs, "A memória coletiva", São Paulo, Vértice, 1990.

¹³ Ferrarotti, "Histoire et histoires de vie: - la méthode biographique dans les sciences sociales", Paris. Librairie des Méridiens, 1983.

do depoente com o tema da anistia e da reparação política.

As entrevistas permitem perceber as diferentes construções de memória do período da ditadura militar; as diferentes e conflitantes versões sobre fatos e temas; as disputas pela memória. E as polêmicas em torno do próprio processo de anistia e reparação. Nesse terreno os autores que mais nos ajudaram foram Michel Pollak e Andreas Huysen.

Michael Pollak, no texto *"Memória, esquecimento, silêncio"*¹⁴ chamou atenção para os processos de dominação e submissão das diferentes versões e memórias, apontando para a clivagem entre a memória oficial e dominante e "memórias subterrâneas", marcadas pelo silêncio, pelo não dito, pelo ressentimento. Esta clivagem pode aparecer não apenas nas relações entre um Estado dominador e a sociedade civil, como também entre grupos minoritários e a sociedade englobante¹⁵; e mesmo entre diferentes correntes dentro de um mesmo grupo. São lembranças "proibidas", "indizíveis" ou "vergonhosas" que muitas vezes se opõem a mais legítima e poderosa das memórias coletivas: a memória nacional mas às vezes também se confrontam com a memória "oficial" de um grupo. A esta dimensão conflitiva, Huysen acrescentou um outro dado: o dinamismo e mutabilidade das versões e dos conflitos, mostrando que a relação entre o que é lembrado e o que é esquecido muda, de acordo com a conjuntura e com as possibilidades e necessidades políticas de uma época.

Temos, portanto, três eixos de investigação e análise de nosso acervo de depoimentos:

1 - os embates e disputas em torno da memória do período; os temas polêmicos e os tabus, as "memórias subterrâneas".

2 - as experiências de vida relatadas nas entrevistas, que nos permitem conhecer o horizonte de possibilidades, de escolhas, de valores, de caminhos, de projetos, de utopias, de perdas, frustrações e dor de uma época;

3 - o papel do testemunho e da palavra na superação não só

¹⁴ Pollak, *"Memória, esquecimento, silêncio"*, Estudos Históricos, RJ, 1989.

¹⁵ Araujo & Sepúlveda, *"História, memória e esquecimento: implicações políticas"*. IN: Revista Crítica de Ciências Sociais, dezembro 2007, N. 79, pp 95-111. Coimbra, Portugal, 2007.

individual, mas também social, em contextos posteriores a períodos de violência política.

Seria impossível, neste texto, dar conta desses três eixos em profundidade. Na verdade, este trabalho é uma primeira aproximação teórica, metodológica e analítica desse acervo de mais de quarenta depoimentos gravados e filmados no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais ao longo do ano de 2011. Pretendemos explorar um pouco esses três eixos, acreditando que com isso estamos abrindo um caminho de análise que poderá ser aprofundado por outros estudos.

1- As disputas pela memória

Os depoimentos têm apontado as disputas pela memória do período; questões controversas, polêmicas e tabus. Entre elas uma das mais marcantes se refere à memória do pré- 64, ou seja, do governo de João Goulart e do próprio golpe militar. Existe claramente uma disputa de versões nos depoimentos sobre esse período e esse tema. Para os entrevistados mais idosos, que foram cassados, presos ou exilados em 64 - como alguns velhos sindicalistas ainda vivos - há uma memória desse período como sendo um momento de glória, o período áureo da democracia brasileira: o movimento sindical, a campanha pelas reformas de base, a atuação da União Nacional dos Estudantes (UNE) e do Centro Popular de Cultura da UNE (CPC). Clodesmidt Riani, ex-presidente da Confederação Geral do Trabalho (CGT), braço direito do presidente João Goulart, principal responsável pelo dispositivo sindical e trabalhista do governo, hoje com 93 anos, é um dos principais representantes dessa corrente. Riani foi um dos primeiros cidadãos cassados e presos logo após o golpe. Representava, para os militares, a encarnação viva da ameaça da "república vermelha e sindicalista". Em seu depoimento, Riani, descendente de imigrantes italianos, refere-se ao presidente João Goulart de forma elogiosa, carregada de emoção e admiração. Para ele Jango era "*próximo dos trabalhadores*" e "*inteiramente acessível*". Riani lembra que tinha acesso direto aos aposentos do presidente - "*homem modesto e simples*"¹⁶.

¹⁶ Riani, Clodesmidt; Depoimento concedido ao projeto "Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil" (Equipe do Rio de Janeiro - UFRJ). Juiz de Fora, 28 de setembro de 2011.

Mas não apenas os sindicalistas, militantes estudantis ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e ao Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes (CPC da UNE) também enaltecem o momento pré -64 em seus depoimentos. Ferreira Gullar narra as experiências artísticas e a criatividade da geração envolvida com as propostas políticas e artísticas da época.

A historiadora Dulce Pandolfi, que era uma estudante secundarista no início dos anos 60, em Pernambuco, situa a politização do governo estadual de Miguel Arraes:

(...) eu acho que Pernambuco era o estado mais tenso do Brasil, com a questão do nordeste em foco, a questão camponesa. Então eu acho que foi um momento muito rico e que eu acho que produziu muitos efeitos em mim: essa preocupação com o social, essa vontade de participar, eu lembro das eleições, das campanhas, como aquilo me mobilizava, assim como o próprio governo Arraes. Imaginam eu andava com um bottom dele, estudando em um colégio de freiras super tradicional, reacionaríssimo¹⁷.

Para outros entrevistados, no entanto - sobretudo militantes das organizações da esquerda armada, mais jovens - esse período não é valorizado da mesma forma, ao contrário, muitas vezes é identificado com o adjetivo de populista ou de reformista. Todo um outro segmento da esquerda brasileira após o golpe de 64, construiu uma memória negativa do governo Goulart e de toda a experiência política do pré-64 - da campanha pelas reformas de base, da atuação do PCB e do presidente. Para este segmento, a experiência do pré - 64 teria sido essencialmente *reformista e não-revolucionária*, e teria, por essa direção incorreta, desvirtuado e enfraquecido o movimento popular que lhe dava base política. Jessie Jane refere-se a isso em seu depoimento. Filha de comunistas, formada na tradição da III Internacional, quando esteve presa junto a militantes egressas do movimento estudantil, Jessie ficou chocada com a opinião que estes tinham acerca do PCB:

Para mim era muito chocante ouvir alguém dizer que os velhos comunistas eram traidores da classe operária. Para mim isso chocava

¹⁷ Pandolfi, Dulce; Depoimento concedido ao projeto "Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil" (Equipe do Rio de Janeiro - UFRJ). Rio de Janeiro, 25 de maio de 2011.

profundamente.¹⁸

Jessie também comenta a desqualificação da figura de Jango feita por uma memória que denigre a experiência do pré - 64

*O Jango é a caricatura feita pela direita e pela esquerda. O 64 é o problema. Toda disputa de memória não tem a ver só com os porões do DOI-CODI não, tem a ver com 64, com a legitimidade do golpe.*¹⁹

Essa é uma das principais polêmicas que aparecem nas narrativas de nossos depoentes: o enquadramento de 1964 e do movimento político que havia antes do golpe militar que derrubou o governo de João Goulart. Uma polêmica que evidencia uma disputa política entre diferentes partidos e organizações de esquerda sobre a história e a memória, não apenas da ditadura e do golpe de 64, mas das próprias lutas políticas do país.

Uma outra polêmica que aparece quando cotejamos os depoimentos refere-se exatamente à própria questão da reparação - especificamente a reparação financeira dada pela Comissão de Anistia. Alguns dos entrevistados são contrários à reparação financeira e não solicitaram, ou então, em alguns casos, solicitaram e doaram para alguma instituição social. É o caso de muitos entrevistados oriundos do PCB, como Ferreira Gullar, por exemplo:

*Me neguei a aceitar qualquer indenização, porque ninguém me pediu para brigar, eu briguei porque quis. Não posso ser indenizado. Por que? O povo me chamou para brigar? Telefonaram para mim? A população pediu para mim para eu ir brigar contra a ditadura? Não, eu briguei porque eu quis. Por que o povo tem que pagar por isso? Por que? Fui eu que escolhi fazer.*²⁰

2- O relato das experiências de vida: história, memória e retórica

As experiências que podem ser vividas por uma pessoa são datadas. Um horizonte de possibilidades de escolhas, de caminhos,

¹⁸ Vieira de Souza, Jessie Jane. Depoimento concedido ao projeto "Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil" (Equipe do Rio de Janeiro - UFRJ). Rio de Janeiro, 27 de abril de 2011.

¹⁹ Idem.

²⁰ Gullar, Ferreira. Depoimento concedido ao projeto "Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil" (Equipe do Rio de Janeiro - UFRJ). Rio de Janeiro, 9 de maio de 2011.

de vivências concretas é historicamente construído. O trabalho com biografias e com a história oral nos permite investigar como, concretamente, na vida de algumas pessoas, este horizonte de possibilidades se apresenta. Essa é uma das maneiras de - repetindo a expressão de Ferraroti - compreender a história a partir de uma ou múltiplas histórias de vida. A história oral, através da coleta, organização e divulgação de depoimentos - muito tem nos ajudado a conhecer a experiência humana em tempos de crise e contextos de violência política.

Mas os relatos de vida de nossos depoentes não colocam em questão apenas a memória, mas também a retórica. Nos depoimentos não existe apenas uma relação entre memória e esquecimento, não se trata apenas de selecionar o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido, mas também como as coisas devem ser contadas ao entrevistador. Ou seja, a retórica é fundamental. Como narrar uma vida de tal forma que ela faça sentido, apesar (ou por causa) das prisões, exílios, torturas, perdas, mortes, etc. Em quase todos os depoimentos existe uma busca de sentido, algo que justifique trajetórias de vida que, algumas vezes, foram inteiramente conturbadas pela perseguição política.

Muitos de nossos depoentes apresentam suas trajetórias de vida como trajetórias exemplares - seja como exemplo para futuras gerações, seja como exemplo (representação) de sua própria geração. Outros não, outros apresentam essencialmente um relato de dor e de uma vida fragmentada pela repressão política. A diferença entre os primeiros e os segundos é dada, de uma forma geral, pela existência ou não de uma rede social, mas sobretudo política, em torno do depoente. O sobrevivente, como escreveu Primo Levi, é aquele que não morreu, que escapou, que não vivenciou o pior (Levi, 1988). Para ele, se aceitar como sobrevivente é necessário uma rede de apoio que justifique, explique e transforme em ação política essa sobrevivência. Dito mais simplesmente: o trauma da violência política é mais facilmente superado quando trabalhado coletivamente no interior de um espaço politicamente investido e com parceiros políticos.

Entre as experiências narradas algumas das mais interessantes para o historiador são aquelas que narram a experiência da vida cotidiana da prisão: a dor, o riso, as vitórias e derrotas, a doença, a

organização e vida comunitária na prisão. Nesse sentido, são bastante significativos os depoimentos das mulheres. A historiadora italiana Silvia Salvatici apontou a riqueza dos depoimentos femininos, num belo texto intitulado *"Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres"*²¹. Nesse texto ela relata a pesquisa que realizou com depoimentos de mulheres nos campos de concentração em Kosovo. A historiadora nos faz perceber que, a partir de depoimentos de mulheres que estiveram em campos de concentração ou que viveram épocas de guerras civis, foi possível trazer para a história um lado da experiência humana em tempos de guerra que era ocultado: episódios, experiências e vivências envolvendo estupros, partos clandestinos, abortos, os cuidados com doentes, a proteção das crianças, o armazenamento de comidas, a produção de vestimentas, a improvisação para lidar com a fome e o frio em épocas de escassez severa. Enfim, uma gama de experiências e formas de enfrentamento de guerras e tiranias que não eram conhecidas, que não apareciam nos relatos e registros históricos, nem nos depoimentos masculinos. Corroborando esta visão, os depoimentos de mulheres que passaram pela prisão trazem um olhar e uma experiência bastante específica e significativa. Nesse caso são particularmente expressivos os depoimentos de mulheres como Ana Miranda (Ana Bursztyn), Jessie Jane, Flávia Schilling, Rose Nogueira, entre outros.

Jessie Jane Vieira de Souza, atualmente professora de história da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), foi presa em 1970 com 19 anos, após uma tentativa frustrada de seqüestrar um avião para Cuba. Jessie passou quase 10 anos presa no presídio Talavera Bruce, em Bangu. Em seu depoimento Jessie relata a experiência de solidariedade feminina no presídio, mesmo sendo um presídio misto, de presas comuns e presas políticas. Na verdade, mais do que isso. A instituição era, ao mesmo tempo, presídio e manicômio judiciário.

Naquela época não existia manicômio feminino, então tinha duas alas no Talavera, uma ala era das presas "subversivas", como eles diziam, e a outra ala era das "malucas", que tinham sido enqua-

²¹ Salvatici, "Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres", In: História Oral - Revista da Associação Brasileira de História Oral, v. 8, nº 1, p. 29-42, 2005.

*dradas no artigo 121 do código penal*²² e quando eu cheguei, eu fui para lá, para essa ala das doidas.²³

Mas a relação que essas mulheres - estigmatizadas como loucas e acusadas de homicídio - estabeleceram com Jessie foi de solidariedade.

*Uma delas, a Nilze, gritou 'Cala boca aí todo mundo!'. Aí perguntou pra mim: 'Você é subversiva, né? A sua turma é do lado de lá. Você não tem que estar aqui não, é sacanagem desses caras!'*²⁴

Citando o médico Dráuzio Varela, que trabalhou em presídios, Jessie chama atenção para a diferença das relações num presídio feminino e num presídio masculino. Num presídio masculino os presos estabelecem uma relação de hierarquia, é comum a figura do "xerife"; já num presídio feminino as presas estabelecem redes, as relações são mais horizontalizadas.

Um dos episódios mais fortes narrados em seu depoimento diz respeito ao nascimento de sua filha, Letta. Jessie havia engravidado na prisão, após ter aberto o precedente do direito à visita íntima. Ela e seu companheiro Colombo ganharam o direito de estarem juntos na prisão. E Jessie engravidou. Quando chegou o momento da criança nascer, Jessie foi levada de camburão, já em trabalho de parto, para o hospital.

*Me levaram para o quarto e o doutor Jefferson Carneiro Leão fez o parto. Ele tinha feito o parto de quase todo mundo. O cara era do 'partidão' [Partido Comunista Brasileiro], sabe? Aí nasceu a Letta, de cesariana (...) eu fiquei ali na primeira noite, tudo bem. Na segunda noite eu liguei pros meus pais na Suécia, chorei muito. Dormi. Quando eu acordei, tinha uma escolta dentro do quarto, em volta da minha cama; uma escolta armada.*²⁵

Jessie conseguiu ligar para alguns amigos que retiraram os soldados de seu quarto. Mas logo depois disso o clima de terror recrudescceu.

(...) eu acho que dormi. Acordei com um monte de grito na

²² Artigo 121 do código penal refere-se ao crime de homicídio.

²³ Depoimento de Jessie Jane, op.cit.

²⁴ Idem.

²⁵ Idem.

*janela: 'vamos matar', 'vamos sequestrar'. Acordei assustada, peguei o telefone, tinham cortado o telefone. Eu chamava a enfermeira, a enfermeira não vinha. Aquilo foi o resto da noite.*²⁶

Até que Jessie foi levada de volta para o presídio. Rememorando o episódio Jessie diz que só compreendeu anos depois o que se passara. D. Adriano Hipólito, bispo de Volta Redonda, tinha sido seqüestrado e espancado naquela semana por grupos paramilitares de extrema direita. Os mesmos grupos e as mesmas pessoas que estavam na porta do hospital ameaçando-a. Seu retorno ao Talavera Bruce funcionou, de certa forma, como uma garantia de vida.

Jessie Jane saiu da prisão no final de 1978, com a reforma da Lei de Segurança Nacional, aos 29 anos de idade. Alguns anos depois, em 1982, iniciou o curso de História na Universidade Federal Fluminense (UFF). Hoje é professora adjunta de História da América na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Flávia Shilling exilou-se com sua família logo após o golpe de 64. Seu pai, Paulo Schilling, político gaúcho ligado a Brizola e Jango, era um dos nomes mais importantes do governo de Goulart. A família exilou-se no Uruguai. Flavia tinha 11 anos. A vida dos exilados adultos está sempre ligada a seu país de origem; mas os exilados crianças e adolescentes ligam-se à vida cotidiana do país que os acolhe. Flavia cursou o liceu uruguaio, envolveu-se com o movimento estudantil desse país e, muito jovem, ingressou na organização guerrilheira dos Tupamaros. Flavia chegou a iniciar o curso de Medicina mas interrompeu devido à luta política. Em 1972 abandonou a faculdade e entrou na clandestinidade.

*A clandestinidade é a tua morte social, é uma situação que até hoje eu não gosto de lembrar, porque é um tempo em que você não vive socialmente, é um tempo em branco, um espaço vazio. É de uma inutilidade, de uma brutalidade...A clandestinidade realmente é um momento terrível, porque você não faz nada, você só se esconde, você não existe...*²⁷

Flavia foi presa na rua em novembro de 1972. Tentou fugir, correu, o policial atirou em direção a sua nuca. O tiro pegou no pescoço.

²⁶ Depoimento de Jessie Jane, op.cit.

²⁷ Schilling, Flávia; Depoimento concedido ao projeto "Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil" (Equipe do Rio de Janeiro - UFRJ). São Paulo, 18 de julho de 2011.

Sua primeira prisão foi o hospital militar. Foi operada, salvou-se; mas durante muito tempo as fotos em que aparecia mostravam o curativo e, depois, a cicatriz no pescoço. Flavia foi libertada no final de 1979, pela ação do Comitê Brasileiro pela Anistia que pressionava o governo brasileiro a pedir ao Uruguai sua extradição. Mas, pouco antes de ser libertada, Flavia viveu uma situação dramática, um tipo de chantagem que só pode ser feita a uma mulher. Diagnosticada com um mioma no útero ela necessitava urgentemente de uma cirurgia, sem a qual poderia perder o útero. O governo uruguaio exigiu, em troca da cirurgia, que ela desse um depoimento público afirmando que estava em ótimas condições e que era muito bem tratada na prisão.

Na época eu estava com um mioma no útero, é uma situação dramática, porque eu já tinha 25 anos, óbvio que eu queria sair e ter filho. Eles me chantagearam no sentido de que essa cirurgia seria feita se eu desse um depoimento, porque já havia pressão no Brasil. (...) Mas é impossível você dizer que está ótima quando está pesando 50 quilos, e aquela cara, a gente usava uniforme, cabelo cortado muito curto, enfim, você não está ótima.²⁸

Flavia foi libertada, voltou ao Brasil, engajou-se no Partido dos Trabalhadores, cursou a Faculdade de Educação, fez mestrado, casou-se e teve um filho hoje com 20 anos. É professora de Educação na Universidade de São Paulo (USP) e estuda a questão da violência nas escolas.

Mas, na prisão, a violência contra a mulher é, quase sempre, o estupro. Um dos depoimentos mais fortes que temos de denúncia da violência sexual contra mulheres presas é o da jornalista Rose Nogueira. Rose foi presa em São Paulo, em 1969, com 23 anos. Era militante da ALN. Tinha acabado de ter um bebê, que tinha apenas um mês de vida e que ficou aos cuidados de seus sogros. Quando foi presa, Rose estava amamentando. Ficou presa por quase um ano, sendo torturada seguidamente, uma tortura marcada pela violência sexual. Mas, em sua memória do episódio, a violência dos perpetradores se transforma em fraqueza:

Eu era moça, era bonitinha, como todas, e eles me chamavam de Miss Brasil. Lá tinha um sujeito, que era um tarado, que não podia me ver. Quando ele me via, fazia assim [gesto esfregando as mãos]. O

²⁸ Depoimento de Flavia Schilling. Op.cit.

nome dele era Traly, o sobrenome, chamavam de Traly. (...) Eu tinha leite, e ele dizia que o leite atrapalhava o desejo dele. Então, mandou me dar uma injeção para cortar o leite. (...) Tinha um tal de Nelsinho também. E era tudo 'inho', Nelsinho, Rubinho, Luizinho, Toninho, era tudo 'inho', todos no diminutivo, porque eles eram menores mesmo. Eram menores!²⁹

A vida na prisão: a construção do cotidiano.

Um dos aspectos mais interessantes que podem ser observados nos depoimentos refere-se à vida cotidiana na prisão. Para enfrentar o dia a dia da vida na prisão uma série de estratégias eram montadas. A principal delas era constituir uma rotina que conferisse uniformidade e sentido ao cotidiano, para que as horas passassem de acordo com uma certa regularidade.

Jessie Jane refere-se à construção desta rotina:

(...) nós éramos militantes de uma causa e a gente tinha muita consciência de que nós éramos parte de uma outra coisa, entendeu? Então nós tínhamos que dar o exemplo e era aquela coisa meio militarista. Tínhamos que estudar, cumprir tarefa. (...); tínhamos uma rotina muito pesada, discussão de conjuntura, escrever documento... uma coisa muito... de construção de coletivo, às vezes era pesado.³⁰

Manter a noção de coletivo político e realizar as tarefas próprias da militância política ajudava a preservar a identidade política dos presos e conferia sentido à vida na prisão.

Já Flávia Schilling, presa no Uruguai, diz que duas coisas a ajudaram na prisão: a literatura e a prática da yoga.

Eu lia dois/três livros por semana, a literatura foi a minha grande aliada. Eu acho isso muito interessante porque no Uruguai eles nunca tiveram coragem de proibir a leitura, eu acho que exatamente porque é um país tão escolarizado, é uma coisa tão importante a educação, que acho que eles não tiveram coragem de cortar isso, então mesmo nos piores quartéis, os livros entravam.³¹

Na prisão, segundo Flavia, todo esforço era no sentido de pre-

²⁹ Nogueira, Rose. Depoimento concedido ao projeto "Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil" (Equipe do Rio de Janeiro - UFRJ). Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 2012.

³⁰ Depoimento Jessie Jane, op.cit.

³¹ Depoimento Flávia Schilling, op.cit.

servar a dignidade e a saúde:

Eu tinha uma rotina de tentativa de saúde, a gente tinha uma hora de banho de sol, às vezes duas, uma de manhã, outra de tarde e caminhar, caminhar erguida, caminhar com energia, entendeu? Caminhar olhando para longe³².

Até que apareceu a yoga.

Meus pais me mandaram um livro de yoga, imagina um livro de yoga, né? E eu lá decifrando as posições, eu fazia yoga mais de uma hora de manhã, mais uma de tarde. A questão da respiração foi fantástica para mim.³³

Flávia também fala do esforço das presas em enfeitar a cela com coisas bonitas, alegres e coloridas que as famílias traziam nas visitas quinzenais:

Outra coisa por exemplo era: enfeitar a cela com coisas coloridas. Eu lembro de uma colcha absurdamente colorida. Também alguma foto, enfim, um enfeite, né? Era um ambiente muito menor que essa sala., mas a gente enfeitava a cela, a gente realmente se apropriava do espaço, tentava mudar o tempo todo, bem naquele sentido da resistência, de Foucault.³⁴

Para Flávia o esforço investido no cotidiano da prisão permitiu que esta experiência tivesse um saldo positivo: o da construção de uma sólida rede afetiva.

A gente fazia vários grupos de estudo. Uma das coisas interessantes que a gente fez de presente para uma companheira, a Ivone, a gente produziu um livro para ela; pena que esse livro se perdeu. A gente produziu estórias, copiou o manuscrito, juntou, enfim, produziu um livro. A gente fazia muitos trabalhos manuais, então tinha muito esse cotidiano muito pleno ou o mais pleno possível dentro daquela situação terrível, com muita conversa e de muito fazer. E junções afetivas importantes. Por isso te digo que até hoje eu mantenho relações afetivas muito importantes com essas companheiras.³⁵

Mas a vida na prisão era também um laboratório de relações -

³² Idem.

³³ Idem.

³⁴ Idem.

³⁵ Idem.

pessoais, políticas e culturais - às vezes com alguns choques. Reproduzo aqui, de forma ampliada, um trecho do depoimento de Jessie Jane, já comentado nesse artigo:

Eu vim de uma família da III Internacional como eu disse antes, e fui criada nisso, com os valores da III Internacional, entendeu? E você sabe que o ambiente dessas famílias, do ponto de vista da moral, era conservador. E eu encontrei na prisão com meninas que vinham da classe média, do movimento estudantil e com valores completamente diferentes dos meus nesse aspecto e com abordagens sobre a história do Brasil muito diferentes. Por exemplo: para mim era muito chocante ouvir alguém dizer que os velhos comunistas eram traidores da classe operária. Para mim isso chocava profundamente.

E essa coisa da sexualidade. Eu fui criada para ser casada, monogâmica, tudo isso. Chegando lá as meninas tinham uma vida sexual que eu nunca imaginei que pudesse ser. E falavam de coisas que eu não sabia, por exemplo (...) as meninas conheciam mais Paris do que o Rio de Janeiro. Havia uma vivência muito diferente. Eu custei muito para decodificar o que elas diziam.³⁶

Este trecho evidencia não apenas o choque político e a disputa pela memória já comentado anteriormente mas também o choque cultural envolvido nessa diferença política, mostrando as contradições e desigualdades do cenário político da época e a diversidade de seus personagens, suas versões, suas memórias.

Falar da dor

Uma das maiores dificuldades no exercício da história oral é falar da dor. Inegavelmente, falar da dor, denunciar a violência perpetrada contra pessoas sem condições de defesa, relatar abusos para puni-los ou coibi-los, tem sido um elemento mobilizador da história oral. Com esse intuito pesquisadores recolheram depoimentos de vítimas do holocausto, de campos de concentração, de guerras civis e de regimes ditatoriais. Mas lidar com a dor é sempre difícil, tanto para quem fala como para quem escuta. Para o depoente, narrar o sofrimento, às vezes, é extremamente difícil. Não apenas porque o faz reviver momentos dolorosos, lembranças que muitas vezes que-

³⁶ Depoimento de Jessie Jane, op. cit.

rem ficar esquecidas, mas também porque o coloca num duro dilema sobre si próprio. Como narrar essa dor? De que ângulo? Como vítima, como herói, como sobrevivente? A narrativa da dor é um processo complexo para a maior parte dos depoentes que relatam violências sevícias. Para o pesquisador também é difícil. Uma dificuldade que se apresenta em vários níveis: como perguntar? como escutar? como incorporar o relato da dor numa narrativa histórica? Essa questão foi desenvolvida por Dominick LaCapra no livro *“Writing history, writing trauma”*³⁷, uma discussão teórica sobre a possibilidade de uma narrativa sobre o Holocausto reunindo história, filosofia e psicanálise. LaCapra comenta o papel que assumiram os testemunhos pós traumáticos e a especificidade do aporte que eles trazem: *“La importancia de los testimonios se hace más evidente cuando se piensa en que aportan algo que no es idéntico al conocimiento puramente documental”*³⁸. Mas LaCapra reconhece a dificuldade do exercício do historiador frente àqueles que dão o seu testemunho, ou seja, frente às vítimas e aos sobreviventes. Para LaCapra o historiador que trabalha com testemunhos converte-se, ele próprio, numa testemunha secundária (*testigo secundario*), porque tem acesso, em primeira mão, a um relato/registro do passado que só pode ser conhecido através daquele testemunho que, de certa forma, revive os acontecimentos traumáticos que relata. Essa narrativa dos acontecimentos traumáticos, para ele, é a parte mais difícil do trabalho com testemunhos. E LaCapra coloca a necessidade de uma ética própria para lidar com essa questão:

Cabe preguntarse si se puede y se debe desarrollar lo que podría llamarse una ética de la respuesta para los testigos secundarios: entrevistadores, historiadores que hacen historia oral y comentaristas. Tal ética podría operar como fuerza o factor dentro de un campo de fuerzas más amplio. Es importante reconocer que el historiador o cualquier otro académico, por atento y empático que sea, no puede asumir la voz de la víctima. Además, en su calidad de tal, el académico no es un terapeuta que trabaja en estrecha relación con los sobrevivientes u otras víctimas del trauma y no tiene derecho a

³⁷ Como o livro não foi traduzido no Brasil utilizamos a edição argentina “Escribir la historia, escribir el trauma”, lançado pela editora Nueva Visión em 2005.

³⁸ LaCapra, op.cit. pp 105.

*identificarse con ellos*³⁹.

É difícil, portanto, a posição do historiador. Sua empatia com as testemunhas não pode se transformar em identificação. Para LaCapra, a postura ética do historiador seria, essencialmente, a de reconhecer a alteridade do outro, dar espaço para a singularidade de sua experiência traumática. Mas, mesmo isso, para LaCapra, pode ser problemático. Ele se questiona sobre o direito do historiador de perguntar sobre a dor, e com isso, reviver e atualizar essa dor:

*... con respecto a los que hacen entrevistas o historia oral, se puede decir que tratar de inducir al sobreviviente a vivir nuevamente el trauma y volver a ser víctima en cierto sentido, delante de las cámaras, es una actitud ambigua, aun cuando el móvil sea la empatía o el intento de identificarse plenamente con la víctima para transmitir su experiencia al espectador.*⁴⁰

O questionamento de LaCapra cala fundo em todos aqueles que trabalham com história oral e com testemunhos. Qual é o limite da "intervenção" do pesquisador? Como trabalhar com o testemunho pós traumático sem "explorar" a dor, sem reificar o sofrimento, escapando da *vitimização* e da *heroicização* do depoente, respeitando sua alteridade, sua singularidade e, mais do que tudo, *o seu desejo de narrar*, não indo além dele. Na realização das entrevistas deste acervo várias vezes nos deparemos com essas questões. Alguns depoentes falaram da dor, outros não. E o fazem de formas diferentes.

Já vimos como aspectos da dor e da angústia típicos da condição feminina apareceram nos depoimentos de Jessie Jane e de Flavia Schilling. Vejamos outros exemplos.

Ana Miranda Batista, (Ana Bursztyn na época de sua prisão), integrante do *Fórum de Reparação e Memória* em seu depoimento relata algumas de suas experiências dolorosas. Ana, filha de imigrantes judeus poloneses, que vieram para o Brasil antes da Segunda Guerra, quando veio uma grande massa de judeus da Europa por volta de 1930, cresceu num ambiente, como ela mesmo define, "socialista e humanista" e desde adolescente participava de círculos de discussão e debate de judeus comunistas. Em 1967, já na Faculdade, cursando

³⁹ LaCapra, op.cit, pp 115.

⁴⁰ LaCapra, op.cit, pp 116.

Farmácia, entrou em contato com organizações de esquerda que criticavam o PCB. Em 1969, Ana entrou para a ALN (Ação Libertadora Nacional). Em julho de 1970 foi presa. Ana relata a violência sofrida - tortura física e psicológica:

Depois de dez dias na OBAN me levaram para o Rio, no meio do caminho me pararam em algum lugar e me botaram numa árvore e falaram para eu fugir. Eu fiquei paralisada e eles começaram a atirar para baixo e a atirar para baixo, eu fiquei paralisada, acho que não foi uma escolha: eu não decidi se ia fugir ou não, eu fiquei paralisada! Aí depois começaram a rir: "hahaha, brincadeira! Também se você tentasse fugir seria pior para você!" Terrorismo, terrorismo o tempo todo! Aí fui para o DOI-CODI no Rio de Janeiro, barra muito pesada! MUITO pesada! Muita tortura, muito barra pesada para mim! (...) Desse um mês que eu fiquei no DOI-CODI do Rio eu passei uma semana no hospital porque eu tremia muito do choque, e fiquei no lugar dos doidos e eles me dopavam o tempo todo e aí eu voltei. Eles me acariaram com uns companheiros, voltei para a OBAN de novo, fiquei um mês lá. (...) Eu não sei se eles me davam porrada todo dia, mas tinha interrogatório todo dia e se eles não batiam em você, eles davam porrada num companheiro teu na tua frente, ou não te deixavam dormir e abriam a porta a qualquer hora da tarde, do dia e da noite. Abriam uma portinha para soletrar meu nome e sobrenome, eu lembro que teve uma vez que eu estava arrebatada, cansada, arrasada e eu não fui, aí eles entravam e davam porrada. E assim intermitente, de manhã, de tarde, de noite... eu não sei te dizer... não foi ininterrupto, não foi! Mas é quase como se fosse porque não te deixam dormir, você não sabe direito se é de dia ou se é de noite. Eu me lembro que na PE aqui eu me orientava pela musiquinha do Jornal Nacional, aí eu sabia: Ah! Então já são umas oito horas!⁴¹

Em seu depoimento Ana faz revelações surpreendentes sobre as modalidades de tortura. A mais extravagante (também mencionada no depoimento de Dulce Pandolfi) é a utilização de um jacaré para intimidar o preso.

Às vezes não te dão porrada, mas põem um jacaré em cima de você. Um jacaré! Não muito grande, disseram eles depois que era desdentado. É assim, se perguntar, ele vai dizer "Tortura não. Foi só um choquinho. Ah! O jacaré não fazia nada!" Eles minimizam, entendeu? Eles colocavam o jacaré em cima e para cada um tinha um nome! O meu jacaré era Marighella. Era um jacarezinho que colocavam no teu corpo, aí eu vou dizer: não é porrada o tempo todo, mas é tortura! É humilhação, é sacanagem, é humilhar o outro na tua frente, é não

⁴¹ Bursztyn, Ana. Depoimento concedido ao projeto "Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil" (Equipe do Rio de Janeiro - UFRJ). Rio de Janeiro, maio de 2011.

*te deixar dormir, é tortura! É terror!*⁴²

Mas a pior lembrança é a do isolamento, quando a colocaram numa cela sozinha

*Eram oito mulheres, era uma cela grande chamada Maracanã, e eles disseram "Nós vamos tirar as oito mulheres daqui e você vai ficar sozinha". Eu fiquei sozinha um mês e era um horror, o isolamento é muito barra pesada, você só ver torturador na sua frente é MUITO barra pesada.*⁴³

Maria José Nahas, a Zezé, militante da organização armada COLINA (Comando de Libertação Nacional), também enfatiza o sofrimento do isolamento. Zezé foi presa como uma das "louras da metralhadora". As militantes envolvidas em ações armadas costumavam usar uma peruca loura para não serem identificadas. Em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte circulavam diferentes "louras" armadas de metralhadoras. Zezé era uma delas. A jovem de Muriaé, zona da mata mineira, veio para Belo Horizonte em 1966 para cursar a Escola de Medicina; dois anos depois, já militava na COLINA. Presa como a "loura da metralhadora" ficou na solitária por cinco meses.

*Eu sempre ficava isolada. Na cela de castigo, na surda da penitenciária, eu fiquei cinco meses ali, isolada. Cinco meses completamente isolada. Só saía dali para fazer depoimento. O próprio diretor da penitenciária falou 'Não, ela agüenta isso! Ela teve treinamento em Cuba.' Aí começa a fantasia. Porque ainda não tinha acontecido isso, uma pessoa ficar cinco meses lá e não enlouquecer né?! Mas quando você tem certeza daquilo que você está fazendo, você encontra mecanismos de defesa. É incrível como você mobiliza força que você não sabe que tem!*⁴⁴

A experiência da dor, para ser suportada, tem que adquirir algum sentido. A narrativa de Ivan Seixas é um exemplo disso. Filho de pais operários e comunistas, Ivan muito cedo começou a atuar politicamente. Em 1971 ele e seu pai, Joaquim Seixas, foram presos pela OBAN. Eram militantes do Movimento Revolucionário Tiradentes. Ivan tinha 16 anos. Pai e filho foram torturados um na frente do outro - para que a dor de um fizesse o outro falar. Joaquim Seixas foi

⁴² Idem.

⁴³ Idem.

⁴⁴ Idem.

morto na prisão. Quando nos narra essa experiência-limite de dor, Ivan a apresenta como um pacto firmado entre ele e seu pai. Narrando a prisão, ele conta:

Ao chegar na OBAN nós fomos tirados do carro no pátio (...) Começou uma pancadaria e eu e meu pai, presos por uma algema única, os dois pulsos, nós tínhamos como uma decisão nossa que era 'nós não vamos apanhar, nós não vamos falar, mas vamos brigar', aí começou o espancamento e nós brigamos com eles, apesar de estarmos algemados foi uma troca de coronhada, com soco, pontapé, mas foi tão violento o espancamento porque a gente deu o azar desgraçado de ser capturado na hora que os caras estão trocando plantão. Então tinha um bando deles que tava saindo e um bando deles que tava entrando pra plantão.⁴⁵

Para Ivan era importante mostrar para o pai que ele não fraquejara, que ele estava enfrentando com coragem a situação. Mas Ivan afirma também, em seu depoimento, que não se pode ter ilusões sobre esse enfrentamento.

Porque na tortura, uma coisa muito importante de dizer, não tem valente, não tem covarde. Tem o bom e o mau administrador do medo, porque o medo todo mundo sente. Ninguém tá preparado pra ser torturado, ninguém tem controle absoluto. O que tem é controle do medo, então se eu tenho um bom controle do medo, eu percebo que eu tenho a informação. Eles podem me matar, mas se eles me matarem eles perdem a fonte que, possivelmente, vá fornecer informação. É um jogo que você tem que, minimamente, dominar. Você tem que entender que isso daí é o seu capital.⁴⁶

Ivan atualmente é um dos membros mais destacados da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos.

Falar do amor e da vida

Se, por um lado, os depoimentos falam da dor, da morte, da perda e da tortura, por outro lado falam também da vida e do amor. A vida que segue, em qualquer circunstância. São inúmeros os relatos de solidariedade na prisão, no exílio, na clandestinidade, o exercício do afeto e da solidariedade no dia a dia, nas formas mais comezinhas, na

⁴⁵ Seixas, Ivan. Depoimento concedido ao projeto "Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil" (Equipe do Rio de Janeiro - UFRJ). São Paulo, 27 de janeiro de 2012.

⁴⁶ Idem.

regularidade da “vida ordinária”, como diria o filósofo escocês David Hume.

Maria José Nahas, por exemplo, relata seu exílio em Cuba, de forma extremamente positiva. Zezé foi uma das presas políticas trocados pelo embaixador alemão. Após uma breve passagem pela Argélia foi para a Cuba. Em Cuba ela terminou o curso de medicina e fez um treinamento especial em medicina de guerra, aprendendo práticas de cirurgia de guerra. Em Cuba, Zezé e o marido viveram “como cubanos”:

(...) com a libreta, comprando as coisas que tinha direito, pela libreta. A libreta, um caderninho (eu até queria trazer mas não deixaram). É um caderninho, uma libreta, que tem um espaço em que vão anotando o que você comprou, tem a parte de supermercado, de alimentação, e a de vestuário.⁴⁷

Zezé e Jorge foram “adotados” pelo diretor do hospital e aprenderam a medicina de guerra.

Nós fomos para o hospital fazer o treinamento de cirurgia de guerra (...) aí nós fomos apresentados ao chefe do Departamento de Cirurgia do hospital, que era um hospital militar, esse cirurgião depois veio a ser o cirurgião do Fidel e ele adotou a gente, era incrível! E eu chamava ele de pai postiço, eu falava “Jorge, nós fomos adotados por ele, pelo hospital e pelo serviço de cirurgia” e a gente trabalhava muito, a gente trabalhava muito! A gente entrava no Bloco Cirúrgico cedo e tinha dia que a gente passava mais de doze horas lá (...) Nós fomos, sim, recebidos de braços abertos, uma coisa que me chamou muita atenção quando nós começamos a trabalhar é como você é recebido de braços abertos (...) Se você está aqui em Cuba e se está aqui nesse hospital é porque você é companheiro, pronto, não fazem nenhuma pergunta.⁴⁸

Mais adiante Zezé especifica o que é a cirurgia de guerra:

Eu aprendia a fazer cirurgias grandes com anestesia local, que é a experiência dos soviéticos na Segunda Guerra. Muito dessa doutrina é experiência dos soviéticos na Segunda Guerra (...); eles (os cubanos)

⁴⁷ Depoimento de Maria José Nahas (Zezé), op.cit.

⁴⁸ Idem.

*experimentaram isso de fato, na prática, na guerra da Angola.*⁴⁹

Também fala do amor e da vida o depoimento dado em conjunto pelo casal mineiro José Luis e Nair Guedes. O casal se conheceu na faculdade, em Belo Horizonte, ele vindo da região rural de Juiz de Fora e ela da cidade de Araguari, no Triângulo Mineiro. Encontraram-se na militância da Juventude Universitária Católica (JUC), que deu origem à organização Ação Popular (AP), que mais tarde tomou o nome de Ação Popular Marxista Leninista (APML). Ambos haviam sido formados politicamente, ainda em seus cursos secundários, pela JEC - Juventude Estudantil Católica - que atuava junto aos secundaristas. No interior da JUC os mineiros se encontraram: José Luis e Nair, os irmãos Betinho, Henfil e Chico Mário e também José Carlos da Mata Machado, que mais tarde seria assassinado pela ditadura.

A vida do casal Zé Luis e Nair Guedes foi inteiramente pautada pela militância política. Primeiro na JUC, depois na AP e depois no PCdoB. Ao longo dessa militância estudaram, foram presos, tiveram filhos, “integraram-se na produção rural e fabril”, exilaram-se, formaram-se, enfim, viveram mais de 50 anos juntos e atuando politicamente. A experiência de “integração na produção” é parte importante do relato do casal, assim como era parte importante da tática política da Ação Popular: a proposta de que os membros da organização, quase sempre marcados pelo letramento e pela vida universitária, se engajassem na esfera da produção, trabalhando em fábricas como operários e em regiões rurais como camponeses. A idéia era promover a integração entre intelectuais e trabalhadores, produzindo uma troca de saberes e de consciência.

*A grande experiência nossa foi a da AP [Ação Popular], de integração na produção. Nair foi operária na Philco, numa fábrica de 5000 operárias, onde ajudou a organizar a manifestação do Primeiro de Maio de 1968, junto com o Jaír.*⁵⁰

A outra experiência de integração na produção vivida pelo casal foi na região rural de Trombas, no norte de Goiás, na beira do rio

⁴⁹ Idem.

⁵⁰ Guedes, José Luis e Nair. Depoimento concedido ao projeto “Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil” (Equipe do Rio de Janeiro - UFRJ). Juiz de Fora, 29 de novembro de 2011. O Jaír a que José Luis se refere é Jaír Ferreira de Sá, Dirigente de Ação Popular falecido em 1985, no Rio de Janeiro, por problemas cardíacos.

Tocantins. Uma região com tradição de lutas, que, na década de 1950, havia enfrentado inúmeras vezes a polícia de Goiás. Nessa região José Luis e Nair, com Maira, a filha mais velha que na época tinha 2 anos, instalaram-se junto com outros militantes da AP e viveram por mais de um ano plantando e vivendo com e como os camponeses da área. Nair também trabalhou como professora.

A Nair se tornou professora, eu fiz a escola com as minhas mãos. (...) Eu digo que foi uma experiência impressionante porque lá eu fiz a nossa cama num jirau, quatro forquilhas, altas, pra poder passar onça. E a Maira dormia numa rede acima da nossa cama. Onça, cobra, o que fosse! Riscos, os riscos passavam por debaixo da cama. E aí a Maira tinha que ficar acima da cama, né?, protegida!⁵¹

Depois ainda foram para a Bahia, para a Chapada Diamantina e Cariri no Ceará, onde José Luis trabalhou como operário e Nair novamente como professora agora do MOBREAL, alfabetizando adultos, com o método Paulo Freire.

Então a gente pegava mesmo aquela proposta do Paulo Freire, a partir da experiência das pessoas. Em geral eram camponeses que trabalhavam a roça, com as mãos calejadas ou então as mulheres que ou trabalhavam na roça ou trabalhavam em casa. Então você pegava a partir da experiência deles e a alfabetização vinha dali.⁵²

Em meio a esse trabalho político do casal, os filhos iam nascendo (um deles morreu ainda bebê, no contexto de “integração na produção”).

Nós fizemos uma opção, eu e o Zé Luis. Muitos companheiros fizeram a opção de não ter filhos, mas nós dois nos conhecemos, nos apaixonamos, passamos a viver essa experiência, casamos (...) Nós fizemos a opção de ter filhos, a gente sabia que era arriscado mas optamos por ter uma vida normal. É complicado porque eu sei que as crianças sofreram, sofreram com essa nossa opção. Nasceram numa família de militantes.⁵³

A vida, a família, os filhos, o amor e a militância política se mesclam no relato de José Luis e Nair. Para eles é impossível falar de suas trajetórias políticas separadas do contexto do casal - de uma trajetó-

⁵¹ Idem.

⁵² Depoimento de José Luis e Nair Guedes, op.cit.

⁵³ Idem

ria familiar e amorosa. E por isso mesmo deram seu depoimento em conjunto.

Falar do riso

Mas em vários depoimentos existe o relato de inúmeros episódios engraçados, casos que são narrados ressaltando a parte cômico ou jocosa. Os casos engraçados estabelecem uma imediata cumplicidade entre o depoente e a equipe entrevistadora. Mais do que isso: a narração de episódios cômicos retira o depoente da condição de vítima e o reintegra na humanidade. O riso é sempre uma atividade compartilhada, um elo de ligação. Nesse sentido, o relato cômico aproxima não apenas depoente e entrevistador mas também o aproxima dos futuros leitores/ouvintes daquele depoimento. O riso arranca o depoente de sua condição isolada e o devolve ao seio da comunidade, ao conjunto das pessoas que riem porque entendem e compartilham uma piada. O filósofo, lingüista e crítico literário Mikail Bakhtin foi um dos precursores em evidenciar essa dimensão de signo agregador do riso em seu estudo sobre a cultura popular medieval e renascentista⁵⁴.

Muitos de nossos depoentes são narradores de histórias engraçadas. Os momentos em que narram essas histórias são os momentos em que depoente e entrevistadores “relaxam” e riem juntos de uma comicidade compartilhada. Nessas narrações os depoentes também mostram como que uma vitória sobre a violência: afinal, não têm apenas duras lembranças, marcas de sofrimento, mas também lembranças engraçadas, são capazes de rir do que passou. Essa narração cômica representa, de certa forma, uma vitória sobre a dor e o trauma.

Podemos ver alguns exemplos desses casos cômicos. Alguns dos mais engraçados são relatados por Maria José Nahas, a Zezé.

Zezé conta que, por ser muito tímida e não participar da frente de massa, foi alocada no comando armado. A timidez inibiu sua ação política de massas mas produziu uma guerrilheira.

Eu sou muito tímida, então, eu nunca participei de movimento estudantil, meu trabalho sempre foi interno na COLINA, aí quando

⁵⁴ Bakhtin, “Cultura popular na Idade Média e no Renascimento”, HUCITEC, 2010.

*teve opção para a luta armada, quando foram formados os comandos: o comando de inteligência, o comando de movimento estudantil, eram os diversos tipos de comando, (...) e eu fui para o comando armado. (...) Porque eu não aparecia na Escola de Medicina como uma militante de esquerda, entendeu? Os outros colegas sim. Basta dizer que, na primeira reunião do comando armado que eu fui, a maioria dos militantes era da Escola de Medicina, e quando eu entrei na reunião todo mundo achou que eu tinha entrado no lugar errado.*⁵⁵

E a história do enxoval que se transformou em arsenal (armas e munições);

*Quando a gente estava ali formando o comando armado, a gente tinha que ter armas e estávamos com dificuldade de ter armas (...) a gente tinha um contato, um desses contrabandistas de armas que tem até hoje, mas e o dinheiro? então eu decidi casar, e disse "Mãe, acho que vou casar!", "Mas como? Te pediram em casamento?" eu disse "Não! Não pedi não, mas eu acho que vou pedir! Você tem que me dar o dinheiro para eu fazer o meu enxoval". (...) e o fato é que eu recebi esse dinheiro para fazer o enxoval, e entreguei para o Ângelo que era o nosso comandante. Cheguei para ele e falei "Olha, eu consegui o dinheiro para fazer o enxoval". E ele disse "Nossa que maravilha, nós estamos precisando demais desse dinheiro". Algum tempo depois aí está bem, ele chegou lá em casa, e falou "Olha, chegou o seu enxoval", e eu falei "Bom vamos ver o enxoval". O meu enxoval rendeu, sabe? Eles conseguiram metralhadora, daquelas que aparecia em filmes da máfia, eles gostavam de usar essa metralhadora. E falava "Olha, gostou dos seus lençóis? Você acha que seus lençóis são bons?" E todo o armamento que a gente teve estava ali, depois nós não conseguimos mais armamentos.*⁵⁶

Casos engraçados aparecem também relacionados à atuação da ditadura militar. Como o episódio narrado por Modesto da Silveira, advogado de presos políticos. Durante todo o período da ditadura militar, Modesto atuou como advogado dando assistência aos presos políticos, lutando para quebrar regimes de incomunicabilidade, para obter habeas corpus, para garantir a integridade dos presos e para efetuar solturas. Modesto narra o caso da prisão de um rapaz, estudante de letras, que não tinha nenhum relacionamento com a política. O episódio parece um filme cômico.

⁵⁵ Depoimento de Maria José Nahas. Op.cit.

⁵⁶ Idem.

Naquele tempo, todo jovem era olhado como suspeito, se estudante, duplicava a suspeita, se tivesse livro na mão ou debaixo do braço, ia preso com certeza, no mínimo para investigação. (...) Muito bem, aí esse garoto foi assim: ele saiu da faculdade com um livro embaixo do braço. E foi preso! E ele tinha uma anotação de caderno onde estava escrito "Maiakowski". (...) Eles diziam: "Quem é esse espião?" "Não, isso aqui é apenas um trabalho, eu sou aluno de literatura e a professora marcou para mim esse trabalho sobre esse poeta russo". "Que poeta russo? Ele está aonde? Diga logo antes que ele fuja". E começa uma gritaria danada. Aí, na gritaria, vem o chefe dele. Aí ele fala: "Vê chefe, olha aqui. Esse cara está dizendo que estuda literatura, é um espião russo que está aqui em Recife. O chefe pega o caderno e diz: "Seu burro, você não vê que são dois espiões? Um é um brasileiro chamado Maia, o outro é o Kowski. Ele tem que dar conta dos dois, do Maia e do Kowski". Então, por aí vocês vejam como uma coisa ridícula podia virar coisa séria. Felizmente conseguimos, porque o rapaz foi liberado no final. Ele não sabia nada de política. (...) Era um aluno iniciante de literatura.⁵⁷

Ivan Seixas, apesar da experiência tão fortemente marcada pela violência, relata também episódios muito engraçados. Reproduzimos um deles:

Eu sempre conto, parece brincadeira, mas não é: eu lá tentando xavecar uma menina pra namorar e aí a menina falava assim: "Você é viado?" "Pô, que papo é esse?" "Porque tem aquele cara que não tira o olho de você!" E era o cara que tinha me torturado! Tava ali me vigiando. Aí, o que eu ia dizer para ela? "eu sou viado", isso a espantaria; "eu fui preso, esse cara é o meu torturador", isso espantaria também. Era um negócio complicadíssimo pra conviver com isso né.⁵⁸

O que afastaria mais a moça do objetivo amoroso de Ivan? Assumir uma pretensa homossexualidade ou reconhecer sua condição de militante, ex-presos e vigiados pela Polícia Política?

Desigualdade e exclusão no processo de reparação

Nossos depoimentos evidenciam também que o processo de reparação em curso no Brasil ainda é marcado por diferentes percalços. Desigualdades sociais que são acentuadas pela lei da anistia, reparações que ainda não se efetivaram. Categorias cujos processos de

⁵⁷ Modesto da Silveira, Antônio. Depoimento concedido ao projeto "Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil" (Equipe do Rio de Janeiro - UFRJ). Rio de Janeiro, 25 de julho de 2011.

⁵⁸ Depoimento de Ivan Seixas, op.cit.

anistia demoraram anos para serem declarados. Existem os “excluídos” ou “marginais” da anistia, que tiveram, ou ainda têm, grande dificuldade em obter anistia e reparação - como cabos, marinheiros, alguns familiares de mortos e desaparecidos, alguns operários. Desigualdades sociais, culturais e políticas atravessam e atrasam o processo de reparação das violências sofridas.

Alguns de nossos depoentes se sentem preteridos, excluídos, marginalizados ou secundarizados do processo político de anistia, resgate da memória e reparação vivido pelo país nas duas últimas décadas. Vamos colocar em foco alguns desses casos.

Os marinheiros representam, sem dúvida, uma das categorias que teve maior dificuldade em receber anistia e reparação pela perseguição política sofrida durante o regime militar. O historiador e também marinheiro Anderson da Silva Almeida abordou essa questão em sua dissertação de mestrado: *“Todo leme a bombordo. Marinheiros e ditadura civil - militar no Brasil: da rebelião de 1964 à anistia”*⁵⁹. Em sua pesquisa Anderson mostra como foi longo e tortuoso o caminho dos marinheiros para obter anistia e reparação. Anderson salienta que a anistia jurídica (exclusão das punições) não foi difícil; o problema foi obter os benefícios de reintegração (reserva remunerada), promoções e indenizações. Quando os marinheiros entravam com seus requerimentos nos órgãos da Marinha, os pedidos eram sempre negados com a alegação de que eles haviam sido punidos por questão disciplinar e não por motivos políticos. Para enfrentar essa situação os marinheiros atingidos fundaram, em 1982, junto com outras categorias, a União dos Militares Não Anistiados (UMNA), que passou a lutar pelo reconhecimento político das punições e pela obtenção dos benefícios. Mas somente em novembro de 2002, no final do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, uma nova lei beneficiou os marinheiros, derrubando os argumentos da falta disciplinar usados pela Marinha determinando que poderiam ser anistiados os “desligados, licenciados expulsos” mesmo que com fundamento da legislação comum. Além disso, a partir dessa data o Ministério da Justiça passou a ser o órgão

⁵⁹ Almeida, “Todo leme a bombordo. Marinheiros e ditadura civil - militar no Brasil: da rebelião de 1964 à anistia”, Dissertação defendida na Universidade Federal Fluminense (UFF) orientada pela Profa. Dra. Samantha Quadrat em 2010.

competente para declarar a anistia dos marinheiros e não mais a Marinha⁶⁰. A partir daí os processos de anistia e reparação dos marinheiros se aceleraram e, finalmente, eles foram incluídos, no processo de justiça transicional mais geral vivido pelo país. Mas, ainda hoje, muitos marinheiros ainda não conseguiram a reparação solicitada, principalmente quando se refere à promoção. Os depoimentos dos marinheiros que entrevistamos narram essa longa batalha. Raimundo Porfírio participou do movimento dos marinheiros em 1964. Com o golpe foi preso, torturado e expulso da Marinha. Passou 10 anos trabalhando como vendedor de livros da Editora Brasiliense, vendendo livros de Monteiro Lobato. Na década de 1970 engajou-se na campanha pela anistia. Para Raimundo, a anistia de 1979 foi uma anistia “para as elites, que excluiu marinheiros, fuzileiros navais, operários, ferroviários”⁶¹. Em 1982, Raimundo participou da criação da UMNA iniciando uma longa luta para anistia e reparação dos marinheiros punidos e expulsos da Marinha. Segundo ele, ainda existem inúmeros marinheiros tentando obter essa reparação, principalmente as promoções. O próprio Porfírio conseguiu apenas em 2009 obter a patente de capitão de mar e guerra.

Mas não apenas os marinheiros tiveram e têm seus processos de anistia e reparação dificultados pela Marinha. Operários navais que trabalhavam no arsenal da Marinha também sofreram dificuldades semelhantes. A história de Stanley Bueno ilustra um desses casos. Stanley iniciou sua militância em 1974, na Ala Vermelha (uma organização oriunda do PCdoB). Stanley faz parte de uma geração que viveu intensamente a campanha pela anistia e a luta pela redemocratização do país. Em 1982, foi trabalhar no Arsenal da Marinha, como operário naval e iniciou uma ativa militância por melhores condições de trabalho e salário.

O trabalho era muito pesado. O trabalho era você pegar um eixo de navio com 50 toneladas e prender o eixo, arriar o eixo, suspender o eixo até alinhar o troço pra colocar no lugar certo. (...). A gente trabalhava embarcado, dentro dos navios e dos submarinos. E era um inferno porque quando tava calor, o submarino, por exemplo, tinha que fazer entrada de ar forçado porque imagina um calor de 40°C em

⁶⁰ Idem.

⁶¹ Porfírio, Raimundo. Depoimento concedido ao projeto “Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil” (Equipe do Rio de Janeiro - UFRJ). Rio de Janeiro, junho de 2011.

*cima de uma chapa de ferro. Quem tá lá dentro, você entrava lá com a roupa seca e saía pingando de suor. Então você tinha que trabalhar sobre aquelas condições ali, adversas, horríveis de trabalhar.*⁶²

Stanley empenhou-se na criação de uma organização dos operários do Arsenal: uma comissão com 50 membros eleitos, representando os diferentes segmentos de trabalho. A Comissão conseguiu organizar uma passeata massiva e iniciar um movimento cujas principais reivindicações, segundo Stanley era: “direito de organização e reajuste salarial de acordo com os metalúrgicos do Rio”⁶³. Como liderança conhecida desse movimento, Stanley foi demitido do Arsenal. Todos os 50 membros da comissão foram demitidos por justa causa. Depois disso, Stanley nunca mais conseguiu trabalhar como operário naval. Segundo ele, foi emitida uma nota do arsenal da Marinha para todas as empresas de construção naval com os nomes dos operários que haviam liderado o movimento para que não fossem contratados. Nos meses seguintes as demissões cresceram e atingiram 1500 operários. Muitos deles ainda estão lutando para obter anistia. Cerca de 400 processos foram formados, desses, 190 foram julgados e deferidos pela Comissão da Anistia. No entanto, o Comitê Geral da União deu parecer contrário à anistia alegando que não havia se caracterizado uma demissão política, mas sim uma demissão comum por justa causa.

Em outubro de 2010 foi criada a Associação dos Anistiados do Arsenal da Marinha (AARMA), que congrega os trabalhadores do arsenal demitidos por “justa causa” em função do movimento grevista de 1984/85. O objetivo da associação é centralizar e organizar a luta desses trabalhadores por anistia e reparação. O passo mais importante para isso é conseguir qualificar a demissão e a perseguição que daí se seguiu (com o impedimento de contratação em outras empresas de construção naval) como uma perseguição de cunho político.

Além dos marinheiros e operários navais, outras pessoas tiveram (em alguns casos, ainda têm) dificuldades em obter a anistia solicitada. O ex-operário metalúrgico José Ibrahim é uma dessas pessoas. Ibrahim foi uma das principais lideranças da greve de Osasco de 1968. Uma

⁶² Bueno, Stanley. Depoimento concedido ao projeto “Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil” (Equipe do Rio de Janeiro - UFRJ). Rio de Janeiro, 17 de maio de 2011.

⁶³ Depoimento Stanley Bueno, op.cit.

greve histórica, que ousou desafiar o regime militar e inaugurou uma nova modalidade de protesto operário: a greve de ocupação. Em vez de ficarem na porta da fábrica fazendo piquete, os operários entraram, ocuparam a fábrica e pararam as máquinas. José Ibrahim tinha apenas 21 anos e era o presidente do sindicato dos metalúrgicos de Osasco. Era militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), mas vinculado ao trabalho de massa e não à luta armada. Preso após a greve, foi trocado pelo embaixador norte americano e banido do país. Viveu em Cuba, no Chile, na Bélgica e voltou ao Brasil em 1979, poucos meses antes da assinatura da Lei da Anistia. Ibrahim entrou com o processo de anistia em 2002 e até hoje seu processo não foi julgado.

Olha, o meu pedido existe desde 2002, eu não fui dos primeiros, mas também não fui dos últimos. Desde 2002 que eu fiz o processo. Já eu fiz o processo e até hoje eles não me julgaram como deveriam julgar. Não me julgaram⁶⁴.

Entre as dificuldades apontadas por nossos depoentes está o fato de que, nos processos de anistia, o ônus da prova é todo do solicitante. É ele quem tem que recolher a documentação e organizá-la para comprovar que tem direito ao que está solicitando. Isso dificulta a formação dos processos e introduz um viés de classe na questão. Pessoas de classe média, com maior escolaridade e maior familiaridade com documentos, burocracia e advogados teriam mais condições de montar seus processos do que trabalhadores e operários. Essa característica confere um certo traço elitista ao processo que, apesar do empenho da Comissão de Anistia, ainda não foi inteiramente superado.

A necessidade de construir a prova da perseguição política é a maior dificuldade encontrada pelos requerentes. A advogada pernambucana Rita Sipahi, ex-presa política, atualmente conselheira da Comissão de Anistia, reforça esse problema em seu depoimento. Rita foi dirigente da UNE e militou na JUC e na Ação Popular; quando presa foi companheira de cela da Presidente Dilma Rousseff na “torre das donzelas”, a cela feminina do Presídio Tiradentes em São Paulo.

(...) a lei [de anistia] é limitante de muita coisa, também porque

⁶⁴ Ibrahim, José. Depoimento concedido ao projeto “Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil” (Equipe do Rio de Janeiro - UFRJ). São Paulo, 27 de janeiro de 2012.

ela não fala em prisão, a lei fala em perseguição em determinadas circunstâncias - ele é perseguido quando perdeu o vínculo [de trabalho] e quando ele consegue provar o vínculo; (...) a Comissão de Anistia não constrói o testemunho. O testemunho é do outro, a prova é do outro e, se ele não prova, por mais que esteja ali a gente (da Comissão da Anistia) não pode fazer.⁶⁵

Essas questões e limitações apontadas pelos depoentes re-presentam, para muitos deles, entraves no objetivo da Comissão de Anistia de promover uma reparação de todas as formas de violência, perseguição e prejuízos promovidos pelo Estado durante a ditadura militar.

3- A força da palavra

Eu gostaria ainda de destacar neste trabalho um aspecto do processo de anistia e reparação que o Brasil tem vivido nos últimos anos, a partir das “Caravanas de Anistia”. Como já foi salientado no início desse texto, a justiça de transição no Brasil tem dado ênfase à questão da reparação. O objetivo principal é reparar o dano cometido pelo Estado. Com esse espírito a Comissão da Anistia tem passado por vários estados do Brasil realizando audiências públicas em que são julgados diferentes processos de anistia. Este procedimento é chamado de “Caravana da Anistia”. Nos julgamentos a peça chave é o processo encaminhado à Comissão de Anistia, é baseada nele que a comissão toma a sua decisão. Mas os momentos mais importantes da solenidade são ligados à palavra: o primeiro é o depoimento do requerente à anistia. Por 10 minutos a tribuna é dele, pode falar o que quiser, revelar, denunciar, aclamar. E, após o julgamento, se deferido, o presidente da Comissão de Anistia pede perdão, em nome do Estado brasileiro, pelos danos cometidos ao requerente durante a ditadura militar. Todos os nossos depoentes que foram anistiados e passaram por este ritual falam desse pedido de perdão oficial. Para todos eles o pedido de perdão do Estado é o elemento chave da reparação. Recorro mais uma vez ao depoimento de Dulce Pandolfi. Dulce foi presa em agosto de 1979 devido à sua ligação com a organização Ação Libertadora Nacional (ALN) e permaneceu presa por um ano e meio, passando pelas de-

⁶⁵ Sipahi, Rita Maria de Miranda. Depoimento concedido ao projeto “Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil” (Equipe do Rio de Janeiro - UFRJ). São Paulo, 28 de janeiro de 2012.

pendências da Polícia do Exército (PE), do DOPS, do presídio Talavera Bruce e, em Recife, pelo presídio Bom Pastor. Seu depoimento é um dos que relata com maior detalhe, franqueza e coragem as torturas e sevícias a que foi submetida. Ao final de seu depoimento ela destaca a importância do pedido oficial de perdão pelo Estado:

O Estado está agora diante de mim se curvando e me tratando desse jeito, que coisa linda! (...), foi quando eu desabei, eu me senti muito recompensada, foi uma coisa muito bonita! Mesmo que a gente saiba que, claro, não apagou as coisas do passado, mas você sente que finalmente a cidadania chegou nesse país. Acho mesmo que todo mundo deveria entrar [com o pedido de reparação]. Foi um momento muito lindo da minha trajetória.⁶⁶

Vera Vital Brasil, militante política vinculada ao Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), exilada no Chile e anistiada em 2010 também salienta, sem seu depoimento, a importância do pedido formal de desculpas por parte do Estado. Vera é psicóloga, foi integrante do *Grupo Tortura Nunca Mais* e hoje atua no *Fórum de Reparação e Memória*, realizando um trabalho terapêutico junto a vítimas de violência e tortura. Por sua própria experiência profissional, ela valoriza enormemente a força da palavra. E em sua experiência pessoa de anistiada também:

Eram quinze mulheres e foi uma seção especial (...) e foi muito bonita porque os depoimentos das mulheres foram muito contundentes, isso comoveu muito a todas nós, de forma especialíssima e... Enfim... essa situação de ouvir da parte do Estado um pedido de desculpas pesa, pesa simbolicamente. Eu acho que, apesar de ser uma formalidade, não é uma mera formalidade, entende? É alguma coisa que atravessa a vida da gente.⁶⁷

Algumas conclusões

No contexto recente da América Latina os historiadores que trabalham com História Oral, com depoimentos, têm tido grande atuação. Eles têm ajudado a recompor e a problematizar a história e a memória dos períodos ditatoriais. Têm organizado acervos de depoimentos,

⁶⁶ Depoimento de Dulce Pandolfi. Op.cit

⁶⁷ Vital Brasil, Vera. Depoimento concedido ao projeto "Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil" (Equipe do Rio de Janeiro - UFRJ). Rio de Janeiro, 12 de setembro de 2011.

divulgado fatos e episódios obscuros, têm trazido à luz diferentes experiências e ajudado a reparar injustiças. A História Oral está tendo um papel efetivo na transição democrática vivida na América Latina. Historiadores têm estado ao lado de militantes de direitos humanos, de ativistas políticos, de juristas, de pessoas que foram vítimas de arbítrios e perseguições políticas - registrando, entrevistando, coletando depoimentos e impressões, organizando acervos, divulgando, recompondo memórias, problematizando memórias. Mas é bom não esquecer do alerta de Beatriz Sarlo. É bom lembrarmos que, ao lidar com depoimentos, o historiador deve se precaver contra a "sedução" do testemunho e deve procurar sempre exercer a crítica sobre suas fontes. A História Oral deve fugir do terreno da pura exaltação da subjetividade; procurando não se "colar" à fala do depoente, não ser subjugada por uma "verdade absoluta" (imaginária) da fala na primeira pessoa. Deve ser capaz, por mais difícil que seja, principalmente nos depoimentos que se referem a momentos de grande violência política, de exercer a crítica e a reflexão.

Trabalhar com a temática da violência, principalmente quando associada à metodologia de história oral, que envolve memória, testemunho, depoimento, rememoração de experiências, troca e empatia entre entrevistador e entrevistado (que no caso significa dizer: o historiador e seu objeto de estudo) é um imenso desafio para os historiadores do tempo presente, como bem acentuou Dominick LaCapra.

Enfrentar esse desafio é hoje uma questão ética e política na ordem do dia para muitos historiadores, sobretudo na América Latina, em que muitos países vivem seu complexo, contraditório e vital processo de consolidação democrática.

Referências Bibliográficas:

ALMEIDA, Anderson da Silva. *Tudo leme a bombordo. Marinheiros e ditadura civil - militar no Brasil: da rebelião de 1964 à anistia*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense (UFF), 2010

ARAUJO, Maria Paula & SEPÚLVEDA, Myrian, "*História, memória e esquecimento: implicações políticas*" IN: Revista Crítica de Ciências Sociais, dezembro 2007, N. 79, pp 95-111. Coimbra, Portugal, 2007

BAKHTIN, Mikail, "Cultura popular na Idade Média e no Renascimento". HUCITEC, 2010.

BARAHONA de Brito, Alexandra; FERNANDEZ, Paloma Aguilar & ENRIQUEZ, Carmen González (eds). *"Las políticas hacia el pasado: juicios, depuraciones, perdón y olvido em las nuevas democracias"*. Madrid. Ediciones Istmo, 2002.

CASSAN, Bárbara; CAYLA, Olivier & SALAZAR, Philippe-Joseph (orgs.) *"Vérité, Réconciliatio, Réparation"*, Seuil, Paris, 2004

FERRAROTI, Franco. *"Histoire et Histoires de Vie - la méthode biographique dans les sciences sociales"*. Paris: Librairie des Meridiens, 1983.

GROSSMAN, Jonathan. *"Violência e silêncio: reescrevendo o futuro"*. In: História Oral - Revista da Associação Brasileira de História Oral. nº 3, Junho de 2000. pp 7-24

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990

HUYSSSEN, Andréas. *Resistência à memória: os usos e abusos do esquecimento público*. (mimeo.)

JELIN, Elizabeth, *"Memorias en conflicto"*, PUENTES, Buenos Aires, N. 1, agosto, 2000.

LACAPRA, Dominick, *"Escribir la historia, escribir el trauma"*, Buenos Aires, Nueva Visión, 2005

LEVI, Primo. *"É isto um homem?"*, RJ, Rocco, 1988

POLLAK, Michael, *"Memória, esquecimento e silêncio"*, Estudos Históricos, RJ, 1989.

RICOEUR, Paul *"Avant la justice non violente, la justice violente"* IN: Cassan; Cayla & Salazar (Orgs.), *"Vérité, Réconciliatio, Réparation"*, Seuil, Paris, 2004

RODEGHERO, Carla; Diestman, Gabriel & Trindade, Tatiana, *"Anistia ampla, geral e irrestrita. História de uma luta inconclusa"*, Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2011.

SARLO, Beatriz, *"Tiempo Pasado: cultura de la memoria y giro subjetivo. Una discusión"*, Buenos Aires, Siglo Veinteuno Editores, 2007.

SALVATICI, Silvia. *"Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres"* In: História Oral - Revista da Associação Brasileira de História Oral, v. 8, nº 1, p. 29-42, 2005.

Neste texto são citados trechos dos seguintes depoimentos*:

Jessie Jane Vieira de Souza; Clodesmidt Riani; Dulce Pandolfi; Ferreira Gullar; Flávia Schilling; Rose Nogueira; Ana de Miranda (Ana Bursztyn); Maria José Nahas; Ivan Seixas; José Luis e Nair Guedes; Modesto da Silveira; Raimundo Porfírio; Stanley Bueno; José Ibrahim; Rita Sipahi; Vera Vital Brasil.

* Todos os depoimentos encontram-se à disposição do público no Núcleo de História Oral do Laboratório de Estudos do Tempo Presente do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IH/UFRJ). Cópias dos mesmos foram entregues à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça.



ANISTIA, ESQUECIMENTO, CONCILIAÇÃO E RECONCILIAÇÃO: TENSÕES NO TRATAMENTO DA HERANÇA DA DITADURA NO BRASIL

Carla Simone Rodeghero¹

Apresentação

O presente capítulo visa analisar as relações entre anistia e esquecimento, na forma como isso se manifestou nas falas das pessoas entrevistadas pela equipe da UFRGS para o Projeto Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil, desenvolvido ao longo de 2011. A partir da apresentação e exploração desse material, procura discutir as tensões presentes no tratamento da herança da ditadura no Brasil.

A reflexão sobre anistia e esquecimento pode ser útil para compreender como se iniciou a transição da ditadura para a democracia, na segunda metade dos anos 1970, processo que ainda está incompleto. Hoje, quando se questiona, por exemplo, se a Lei de Anistia atingiu tanto opositores, quanto agentes da ditadura, ou quando se discute a criação e o funcionamento da Comissão da Verdade, diferentes atores políticos se referem ao período da transição, e especificamente à lei de 1979, para dizer que naquela oportunidade houve uma negociação entre governo e oposição em torno do projeto aprovado pelo Congresso. A medida teria sido um mecanismo para garantir a

¹ Professora Associada do Departamento e do PPG em História da UFRGS, coordenadora do Projeto Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil na UFRGS.

reconciliação nacional e, no presente, não deveria ser revista.² Tal foi o entendimento do Supremo Tribunal Federal em 2010, ao julgar a Ação por Descumprimento de Preceito Fundamental da Constituição, impetrada pela Ordem dos Advogados do Brasil. O mais alto órgão do judiciário brasileiro reiterou a interpretação de que a anistia atingiu “os dois lados”. Tal é, também, o entendimento majoritário da imprensa sobre o funcionamento da Comissão da Verdade: ela não deve tocar na Lei da Anistia, ou seja, os esclarecimentos que serão alcançados a partir da atuação no novo órgão não poderão romper com a lógica de esquecimento e de reconciliação, que teria marcado a lei de 1979 nem dar lugar a um espírito de revanchismo.³

Para os entrevistados pelo Projeto Marcas da Memória, pessoas que se opuseram à ditadura e de variadas maneiras sofreram sob o regime, as coisas se colocam de uma maneira diferente. A Lei de Anistia não é entendida como representativa de um pacto entre o governo e a oposição. O esquecimento não é bem visto. É, na verdade, denunciado. A reconciliação não aparece como algo realizado e, poucas vezes, como uma possibilidade de se realizar.

O texto inicia com uma reflexão sobre o esquecimento, passa para a apresentação e análise de partes das entrevistas realizadas pela equipe da UFRGS para o Projeto Marcas da Memória e conclui com

² Sobre o questionamento da abrangência da Lei 6.683, de 28 de agosto de 1979, ver: BICUDO, Élio. Anistia e crimes contra a humanidade que não prescrevem. *Com Ciência: Revista Eletrônica de Jornalismo Científico*, n. 106, 2009. Disponível em: <http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=43&id=525>. MOREIRA FILHO, José Carlos. O Julgamento da ADPF 153 pelo Supremo Tribunal Federal e a Inacabada Transição Democrática Brasileira. In: PIOVESAN, Flávia; SOARES, Inês Virginia Prado (Coords.). *Direito ao desenvolvimento*. São Paulo: Fórum, 2010; DIENSTMANN, Gabriel. *Usos do passado e disputa pela memória no questionamento da lei de anistia de 1979 no Supremo Tribunal Federal*. Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em História. Porto Alegre: UFRGS, 2010.

³ Algumas matérias jornalísticas exemplificam esta lógica. O editorial da *Folha de São Paulo* de 25 de setembro de 2011, Caderno Opinião A2, ao falar do projeto que trata da criação da Comissão da Verdade, enfatiza que a “lei de anistia, estabelecendo as condições irrevogáveis de um processo de transição sem traumas para a democracia, assegura que se possa tratar do tema com sobriedade e equidistância”. Citado por BLANKL, Alexandre. *O debate sobre a criação da Comissão de Verdade, a partir do Jornal Folha de São Paulo*. Monografia apresentada à disciplina Anistia, esquecimento e reconciliação na história recente do Brasil, ministrada pela professora Carla Simone Rodeghero, no PPG em História da UFRGS, em 2011. Em 27 de outubro de 2011, o *Correio do Povo*, de Porto Alegre, publicou notícia informando que “a Comissão não terá poderes para punir agentes da ditadura. As investigações incluem a apuração da autoria de crimes como tortura, mortes, desaparecimentos e ocultação de cadáveres, perdoados pela Lei de 1979” (p. 4). Em 18 de novembro do mesmo ano, matéria publicada no site do *Jornal O Globo* destaca que “opositores da medida dizem que haverá estímulo ao revanchismo. A comissão, no entanto, não revogará a Lei da Anistia nem terá caráter punitivo”. Disponível em <http://oglobo.globo.com/pais/dilma-rousseff-sanciona-lei-que-institui-comissao-da-verdade-3265626>. Consulta em 07 de março de 2012. Quero destacar a ênfase na preservação da Lei de Anistia e na interpretação de que ela abrange os crimes cometidos pelos agentes da ditadura.

uma análise sobre os diferentes significados atribuídos à anistia. Consideramos que debruçar-se sobre tais significados é um esforço que ajuda a entender dificuldades e tensões que existem no Brasil para o tratamento da herança da ditadura.

Sobre o esquecimento

O questionamento da relação entre anistia e esquecimento foi instigado pelos depoimentos colhidos, mas também por estudos a respeito do significado atribuído a essa medida jurídica e política. A reflexão sobre o esquecimento tem acompanhado aquela sobre a memória e é muito pertinente para tratar da anistia de 1979.

Sabemos que entre lembrar e esquecer existe uma complementaridade. A memória e o esquecimento, conforme lembra Nicole Lapierre, “intervêm conjuntamente na apreensão do mundo, na constituição da personalidade, na aprendizagem, na elaboração do conhecimento.”⁴ Por ser seletiva, a memória requer o esquecimento. Não se pode lembrar de tudo ao mesmo tempo. As lembranças são evocadas por situações do presente e, como nos ensinou Halbwachs, estão em constante transformação.⁵ Para que elas possam se transformar é preciso que certas dimensões do vivido ganhem mais destaque do que outras na rememoração. Em outro nível, todo o esforço para reforçar certas experiências compartilhadas socialmente, acaba por empurrar para uma zona de silêncio outras situações, consideradas num determinado momento menos relevantes. Da literatura, temos o exemplo de Funes, personagem de Jorge Luiz Borges, que nada esquecia, tendo sua memória povoada de detalhes, o que o impelia a viver simultaneamente todas as coisas. Isso, por outro lado, significava não poder viver plenamente nunca.

Para além dessa seletividade que é constitutiva da memória, existem problemas específicos relacionados ao esquecimento. O fi-

⁴ LAPIERRE, Nicole. La Mémoire et l’Oubli, *Communications*, nº 49, 1989, p. 8

⁵ Um exemplo desta transformação é apresentado por Halbwachs em *A memória coletiva*, quando ele se refere à imagem que tem do próprio pai. “A imagem que fiz de meu pai, desde que o conheci, não parou de evoluir, não somente porque as lembranças se juntaram às lembranças: mas, eu mesmo mudei, isto é, meu ponto de vista se deslocou, porque eu ocupava dentro da minha família um lugar diferente e, sobretudo, porque fazia parte de outros meios”. Daí que, “o passado tal como me aparecia outrora, enfraquece-se lentamente. As novas imagens recobrem as antigas...”. HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Edições Vértice, 1990, p. 74.

lósofo Paul Ricoeur, que se preocupou com este tema, parece ser um guia seguro para adentrarmos na especificidade da problemática do esquecimento e para entendermos a relação entre ele e a anistia. No artigo “O perdão pode curar?”, Ricoeur distingue um “esquecimento de fuga” de um “esquecimento activo, libertador, que seria como que a contrapartida e o complemento do trabalho de lembrança”.⁶ Aqui e em outros momentos de sua obra, o filósofo usa a noção de “trabalho de lembrança” de Freud e também de “trabalho de luto”. Este último consiste em “desligar-se, por graus, do objecto de amor - o qual é também objecto de ódio - até o ponto em que poderá ser de novo interiorizado, num movimento de reconciliação semelhante ao que opera em nós o trabalho de lembrança”.⁷ O desligamento em relação ao passado e a possibilidade de encará-lo com novos olhos podem ser entendidos como os frutos de um “esquecimento libertador”.

O autor desenvolve esta reflexão para responder à pergunta sobre se “o perdão pode curar”. Ele está preocupado em demonstrar as possibilidades que um indivíduo ou uma coletividade tem de se libertar do passado traumático, de não continuar a repeti-lo indefinida e obsessivamente, de romper com o ressentimento. Existiria, segundo Paul Ricoeur, “uma memória apaziguada e até mesmo um esquecimento feliz”, aquele que é resultado de um trabalho de enfrentamento das experiências traumáticas.⁸ Tal enfrentamento pode se dar, em nível individual, no colóquio analítico e, em nível social, em espaços públicos nos quais se cria a possibilidade da escuta das pessoas que passaram por estas experiências. As situações criadas pelo uso da história oral, por exemplo, ajudam na construção deste espaço, já que instigam ao diálogo, oferecem aos entrevistados um clima de empatia e, ao mesmo tempo, permitem novos questionamentos, para além de narrativas já consolidadas.

O esquecimento é entendido majoritariamente como “dano à confiabilidade da memória”, como “fraqueza, lacuna” e é contra isso

⁶ RICOEUR, Paul. O perdão pode curar? In: Fernanda HENRIQUES (org.), *Paul Ricoeur e a Simbólica do Mal*, Porto, Edições Afrontamento, 2005, pp. 35-40. Disponível em http://www.lusosofia.net/textos/paul_ricoeur_o_perdao_pode_curar.pdf. O texto foi publicado pela primeira vez em *Esprit*, no210 (1995), pp. 77-82. Acesso em 03 de março de 2012.

⁷ *Idem*.

⁸ RICOEUR, Paul. *A história, a memória, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, p. 423.

que se colocam as exortações no sentido de “não esquecer”.⁹ Indo além da noção de esquecimento como inimigo da memória, Ricoeur constrói uma tipologia de esquecimentos, relacionando-os a uma “memória impedida”, a uma “memória manipulada” e, finalmente, a uma “memória obrigada”. Neste ponto, ele trata especificamente da anistia.

O esquecimento que acompanha uma “memória impedida” aparece em situações nas quais se colocam obstáculos para se “ter acesso aos tesouros enterrados da memória”, especialmente por motivos traumáticos. À luz de Freud, o filósofo se refere à compulsão da repetição, situação em que “o paciente repete, ao invés de se lembrar”. Lembranças encobridoras tomam o lugar daquelas que permitiriam enfrentar os conflitos que, no passado, deixaram marcas dolorosas. Neste caso, a compulsão pela repetição “impede a conscientização do acontecimento traumático”.¹⁰ Frente a isso, a psicanálise defende que o esquecimento não é definitivo já que “em certas circunstâncias, porções inteiras de passado reputadas esquecidas e perdidas podem voltar”.¹¹ Tal afirmação é derivada da crença na indestrutibilidade do passado vivido e da aposta nos frutos de um trabalho de rememoração e de luto. Tal trabalho não teria lugar, segundo Ricoeur, apenas a nível individual e clínico, mas se manifestaria também na história dos povos. Segundo o filósofo, “esquecimentos, lembranças encobridoras, atos falhos, assumem, na escala da memória coletiva, proporções gigantescas, que apenas a história, e mais precisamente, a história da memória é capaz de trazer à luz”.¹²

Em outra dimensão, Ricoeur associa o esquecimento a uma “memória manipulada”, a formas de esquecimento que podem ser associadas à narrativa da história. Segundo o autor, “pode-se sempre narrar de outro modo, suprimindo, deslocando as ênfases, refigurando diferentemente os protagonistas da ação, assim como os contornos dela”. Isso permite e, ao mesmo tempo, torna perigoso o manejo pelas forças do poder de uma “história autorizada, imposta, celebrada,

⁹ Idem, p. 424.

¹⁰ Idem, p. 452.

¹¹ Idem, p. 453.

¹² Idem, p. 455.

comemorada". Uma narrativa pode ser imposta aos atores sociais que, então, perdem "seu poder originário de narrarem a si mesmos".¹³ Ricoeur denuncia que este esforço se ampara não só no poder, mas na cumplicidade da sociedade, num esquecimento passivo, num "déficit do trabalho de memória".¹⁴ É o caso da imobilidade que marcou certas coletividades em momentos nos quais teria sido possível saber e fazer mais do que se soube e se fez, em relação aos abusos do poder. Aqui, o querer não-saber coletivo é denunciado como uma forma de esquecimento. Há situações em que algumas lembranças, amplamente reforçadas e celebradas, acabam encobrendo outras, como no caso das memórias sobre a resistência na França que, por décadas, encobriram os traços de convivência da sociedade francesa com o nazifascismo.¹⁵

Ao tratar da relação entre o esquecimento e a memória manipulada, Ricoeur contribui com a discussão dos usos do passado, da "gestão" da memória coletiva e das políticas de memória. As reflexões sobre os empreendimentos de memória permitem analisar como, em determinados períodos, certas coletividades são instigadas a lembrar de seu passado apenas sob um determinado foco, deixando de lado outras dimensões, por serem muitas vezes mais dolorosas, de mais difícil trato ou por tocarem nas cumplicidades, omissões, cegueiras coletivas. É possível e necessário, então, escrever a "história da memória" e o seu anverso, a "história do esquecimento", destacando o que, em certos momentos, uma coletividade escolheu lembrar ou esquecer.

Na tipologia proposta por Ricoeur encontramos finalmente o "esquecimento comandado", aquele que o autor considera ser o mais explícito, o mais impositivo e, ainda, o mais ineficaz instrumento de gestão do passado. Para o filósofo, a anistia e o direito de graça são "formas institucionais de esquecimento cuja fronteira com a amnésia é fácil de ultrapassar".¹⁶ O autor apresenta, aqui, exemplos de anistias como a de 403 a.C. na Grécia e a prevista no Edito de Nantes, no século XVI. Na Grécia, após a vitória dos democratas sobre a oligarquia

¹³ Idem., p. 455.

¹⁴ Idem., p. 456.

¹⁵ Ricoeur desenvolve tal exemplo a partir dos trabalhos de Henry Rousso.

¹⁶ RICOEUR, Paul. *A história, a memória, o esquecimento*, p. 459.

e o Governo dos Trinta, os cidadãos foram obrigados a jurar que não lembrariam em público as violências e confrontos do passado, nem os vencedores, nem os vencidos. Na França, a memória dos conflitos religiosos entre católicos e protestantes deveria ficar “apagada e adormecida como coisa não ocorrida”. Foi proibido aos súditos “renovar a memória deste passado, atacar, ressentir, insultar ou provocar um ao outro em reprovação pelo que ocorreu...”. Ricoeur destaca que tanto a declaração de que os crimes havidos não existiram, quanto o compromisso de não lembrá-los são estratégias que permitem a reconstrução do vínculo político, a “sobrevivência imediata do conjunto da nação enquanto tal”.¹⁷ Nestes e em outros casos mencionados, a anistia aparece para Ricoeur como uma medida *útil*, que possibilita reafirmar a unidade nacional.

A construção dessa unidade imaginária, no entanto, é apresentada como problemática porque com ela “a memória privada e coletiva seria privada da salutar crise de identidade que possibilita uma reapropriação lúcida do passado e de sua carga traumática”.¹⁸ A anistia, desta maneira, impediria que os erros e crimes do passado viessem a se tornar ponto de partida para lições para o futuro. O filósofo até admite a medida como “terapia social emergencial”, não sem alertar que a forma de se livrar do mal não é silenciando-o, mas dizendo-o de “modo apaziguado”. Temos, assim, a associação da anistia com as formas de esquecimento menos saudáveis, ou “felizes”, para usar o adjetivo que Ricoeur associa ao que considera ser o justo uso da memória e do esquecimento.

A anistia, então, permitiria recompor a coesão social, à custa da proibição de lembrar o passado vivido. Tal estratégia poderia ser bem sucedida emergencialmente, mas seria problemática a médio e longo prazo, porque a memória não se deixa comandar completamente por forças externas e porque o esquecimento, se fosse alcançado, levaria à repetição do passado e aos mesmos erros antes cometidos. A unidade

¹⁷ A última expressão é de Jeanne Marie Gagnebin, comentando Ricoeur, em O preço de uma reconciliação extorquida, publicado em: SAFATLE, Vladimir & TELLES, Edson (Orgs.). *O que resta da ditadura*. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 179.

¹⁸ RICOEUR, Paul. *A história, a memória, o esquecimento*, p. 462.

que se imaginava alcançar, então, mostra-se frágil. A todo o momento, podem vir à tona as lembranças daquilo que se mandou esquecer. Este esquecimento será marcado pela presença do ausente. O ausente negado, silenciado, disfarçado, se faz presente como ferida que impede os indivíduos e as coletividades de olharem para a frente.

Como ficará claro adiante, na mobilização em prol da anistia ao final dos anos 1970, a medida foi associada a um conjunto de demandas voltadas à conquista das “liberdades democráticas”. Porém, após a aprovação do projeto de lei do governo Figueiredo, difundiu-se a ideia de que a anistia obrigava o conjunto dos atores políticos a esquecerem o passado - caso contrário, seriam pessoas ressentidas e revanchistas. Situações como a volta dos exilados e a montagem de novos partidos criaram um clima mais propício à ação do que à escuta. Olhar para o futuro parecia, naquela conjuntura, mais importante do que olhar para trás.¹⁹ Para alguns, esquecer parecia mais conveniente do que lembrar. Esta postura marcou o período de transição e parece ter muita força ainda hoje.

A memória e o esquecimento, ainda é importante ressaltar, são campos de luta política, luta para definir quais sentidos do passado serão considerados mais ou menos legítimos; quais experiências serão valorizadas; quais protagonistas serão alçados à condição de heróis ou de símbolos da coletividade. Estas lutas podem ser empreendidas em diferentes espaços, no campo da educação, nas artes, na definição de políticas de preservação, na constituição de arquivos, na imprensa, na produção de livros didáticos de História, etc. e costumam ser protagonizadas por um conjunto delimitado de atores que são chamados por Elizabeh Jelin de “empreendedores da memória”.²⁰ A intenção do seu trabalho tem sido geralmente colocada como a de lutar contra o esquecimento.

O que nem sempre fica explícito nestas batalhas de memória é o pressuposto de que algumas memórias seriam mais verdadeiras do que outras. Neste quadro, o predomínio de determinada versão

¹⁹ Estes temas são tratados no último capítulo da tese de Heloisa Greco. *Dimensões fundacionais da luta pela anistia*. Belo Horizonte: UFMG, 2003 (Tese de doutorado em História).

²⁰ JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madri: Siglo XXI, 2002, p. 49.

(geralmente a dos que foram politicamente vencedores) é entendido como política de esquecimento das experiências dos que foram vencidos. Todavia, na versão dos vencidos - seria melhor falar em "versões" - há relatos mais e menos valorizados; vozes mais ou menos autorizadas para falar; disposição de escutar os relatos de alguns mais do que os dos outros; circunstâncias mais favoráveis à recepção de algumas narrativas em detrimento de outras.²¹ As disputas políticas do passado incidem nas narrativas de memória, na escolha do que dizer e do que reter, na avaliação dos acontecimentos políticos do passado e do presente.

A anistia, as indenizações e os empreendimentos de memória nas entrevistas do Projeto Marcas da Memória

O Projeto Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil é uma iniciativa da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, realizada em parceria com as Universidades federais de Pernambuco, do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul. No texto oficial de apresentação do projeto, lê-se que a Comissão "tendo por objetivo promover a reparação de violações a direitos fundamentais praticadas entre 1946 e 1988, (...) configura-se em espaço de reencontro do Brasil com seu passado, subvertendo o senso comum da anistia enquanto esquecimento. A Anistia no Brasil significa, a contrário senso, memória".²² A afirmação é indicativa de um esforço de transformação no sentido atribuído à anistia, o qual justificaria ações como o projeto em questão.

A História Oral da Anistia no Brasil é uma das ações promovidas pelo Projeto Marcas da Memória, que realizou, desde o início de 2011, "108 entrevistas, gravadas, filmadas e transcritas de pessoas que vivenciaram histórias atreladas à resistência nos períodos de ditadura e contemplados pela Lei n.º10.559/2002", com recursos provenientes

²¹ Como nos mostraram os trabalhos pioneiros de Alessandro Portelli e de Michael Pollak. Para a memória da ditadura, especialmente dos grupos de esquerda, ver ROLLEMBERG, Denise. *Esquecimento das memórias*. In: MARTINS FILHO, José Roberto. *O golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas*. São Carlos: Editora da Edufscar, 2006, p. 81-92.

²² Este texto faz parte da apresentação oficial do Projeto Marcas da Memória e aparece em diversos sites relacionados ao mesmo. Todos foram consultados em 13 de setembro de 2012. <http://iiepmemoriaoperaria.wordpress.com/marcas-da-memoria/>; http://www.torquemada.art.br/?page_id=38; <http://www.bememans.com.br/aprovadefogo.htm>; http://www.ufrgs.br/nph/arquivos/Projeto_Marcas_da_Memria_-_TEXTO.pdf

do Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos - CFDD (2009-2010).²³ O projeto também prevê a publicação deste livro, no qual os coordenadores e membros das três equipes envolvidas desenvolvem reflexões consideradas relevantes para a apresentação dos resultados do projeto. As entrevistas serão, em breve, disponibilizadas no Memorial da Anistia e em centros de pesquisa das universidades participantes do projeto. Poderão se transformar em fonte para pesquisas futuras. As outras atividades previstas no Projeto Marcas da Memória são audiências públicas, chamadas públicas de fomento às iniciativas da sociedade civil e publicações.²⁴

Desafiada a realizar cerca de duas dezenas de entrevistas com pessoas que foram alvo de perseguição política e/ou que se engajaram em diferentes formas de combate à ditadura, no Rio Grande do Sul, a equipe da UFRGS selecionou um conjunto de entrevistados a partir do critério da diversidade: definiu-se que seriam buscadas pessoas que já costumavam conceder entrevistas e outras que raramente ou nunca tinham passado por esta experiência; pessoas pertencentes a variadas organizações políticas e que tivessem se engajado em diferentes formas de oposição à ditadura, em momentos diversos deste processo. Também quisemos dar atenção especial às mulheres, sem, no entanto, deixar de reconhecer que houve uma proporção maior de homens que foram alvos diretos da repressão. Entrevistamos pessoas que foram contempladas com indenização por perseguição política e outras que não foram indenizadas ou que não requereram tal benefício.²⁵

Para montar os roteiros de entrevista, cruzamos uma pesquisa prévia sobre a trajetória da pessoa a ser entrevistada com um conjunto de tópicos definidos a priori. Os tópicos eram basicamente os que seguem: a inserção na militância política (família, formação profissional, orientação política); a forma como a pessoa viveu o golpe de 1964;

²³ Informativo da Comissão de Anistia, n. 54, dezembro de 2010.

²⁴ Idem.

²⁵ A equipe da UFRGS, coordenada por mim, foi formada pelas seguintes pessoas: Francisco Carvalho Junior e Rosemary Fritsch Brum (pesquisadores do NPH/UFRGS); Dante Guimaraens Guazzelli (estudante de pós-graduação, com bolsa do Marcas da Memória); e pelos estudantes de graduação Amanda Manke do Prado (voluntária); Aryanne Cristina Torres Nunes (Bolsa do Marcas da Memória); Diego Scherer da Silva (bolsa do Marcas da Memória); Gabriel Dienstmann (bolsa Fapergs); Isabela Lisboa Berté (bolsa Fapergs); Laura Spritzer Galli (bolsa Propesq); Milene Bobsin (bolsa do Marcas da Memória); Ricardo Eusébio Valentini. (bolsa do Marcas da Memória). O projeto contou, ainda, com a participação e apoio da professora Maria Luíza Fillipozzi Martini, do Departamento e do PPG em História da UFRGS e de Niura Borges, mestre em Artes Visuais.

o tipo de militância que desenvolveu, as ações e grupos dos quais participou; como foi atingido pela repressão (expurgo, perseguição, clandestinidade, prisão, exílio, morte ou desaparecimento de familiares ou companheiros, etc.); como reconstruiu sua vida ao final da ditadura; como avalia a forma como o Brasil vêm lidando com a herança da ditadura. Neste último ponto, cabiam menções explícitas ao trabalho da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, às indenizações a perseguidos políticos, à criação da Comissão da Verdade, à necessidade de liberação dos documentos secretos da ditadura. Cabiam, ainda, reflexões sobre a importância dada a empreendimentos de memória como aquele que vínhamos realizando e sobre a forma como as pessoas viam a experiência de lembrar situações relacionadas à ditadura.

De fato, ao longo das entrevistas, tal roteiro foi muito útil. Deixou espaço para o afloramento das vivências particulares e, ao mesmo tempo, permitiu que ouvíssemos opiniões de praticamente todos os entrevistados sobre temas candentes do momento, que estão relacionados com a ditadura. Nos parágrafos que seguem, procurarei apresentar algumas destas reflexões que apareceram, geralmente ao final das entrevistas, e com as quais é possível avançar na abordagem da relação entre anistia e esquecimento.

A socióloga Lícia Peres, que foi fundadora e dirigente do Movimento Feminino pela Anistia no Rio Grande do Sul, afirmou em sua entrevista que não aceita “que se fale em revisão da Lei da Anistia”.²⁶ Ela entende que uma revisão da Lei representa uma forma de desprezo em relação ao que se conseguiu com esta medida. Segundo Lícia, a anistia foi “a base das conquistas posteriores, a base da democracia”. Para se conseguir a Lei de 1979, segundo a entrevistada, chegou-se “ao limite do limite”. A medida, para ela, não foi mal negociada. Nas condições da época, Lícia considera que venceu a proposta do governo. Este entendimento é acompanhado pela convicção de que o Brasil precisa trazer à tona os documentos sigilosos, dar uma resposta à questão dos mortos e desaparecidos, trazer a público os nomes dos

²⁶ Constam, ao final do texto, os nomes das pessoas entrevistadas e demais dados referentes às entrevistas.

torturadores. Mais do que defender a lei apresentada pelo governo Figueiredo, nossa entrevistada defende enfaticamente a luta que foi empreendida em prol da anistia. Ainda em suas palavras, “quando nós fizemos a nossa luta, a gente queria os nossos brasileiros de volta. Nós queríamos que retornassem; que os professores que foram expurgados, fossem anistiados. Isso é o que nós queríamos”. Em relação à interpretação do que seriam os crimes conexos, a entrevistada disse preferir se abster de comentários, já que o tema exigiria um maior conhecimento no campo do direito.

Entendo a posição de Lícia como a de uma guardiã da memória da luta pela anistia. Ela foi uma das poucas pessoas entrevistadas cujo relato teve como eixo central a dimensão de luta que marcou a anistia. Era de se esperar que isso acontecesse com uma pessoa que esteve tão diretamente ligada ao tema.

Os outros entrevistados, mesmo aqueles ou aquelas que participaram das campanhas no final dos anos 1970 em prol desta medida, enfatizaram as limitações da lei. Foi o caso de Jair Krischke, por exemplo. Para ele, que foi fundador e é dirigente do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, no Rio Grande do Sul, “a lei não foi negociada”, já que na época havia uma “pressão terrível da ditadura”. Houve uma votação muito apertada e dela saiu uma “auto-anistia, que tem grosseiros problemas jurídicos”. Estes problemas, segundo Krischke, não estão sendo enfrentados pelo judiciário brasileiro. O entrevistado afirmou que tinha uma expectativa negativa quanto ao resultado do processo encaminhado pela OAB ao STF para julgar a constitucionalidade da lei de anistia, a Ação por Descumprimento de Preceito Fundamental da Constituição, acima mencionada (que disse respeito à abrangência da anistia aos crimes cometidos pelos agentes do aparato repressivo). Tendo presente o caráter conservador daquele colegiado, Jair Krischke considerou que o melhor encaminhamento seria continuar a tratar a anistia como um tema político e não como uma questão jurídica. Nosso entrevistado defendeu que o Brasil precisa reconhecer que os agentes do Estado não cometeram crimes conexos aos políticos e que devem ser cumpridas as determinações da Corte Interamericana dos Direitos Humanos, órgão da Organização dos Estados Americanos (OEA), que condenou o Brasil pelo tratamento dado ao caso dos mortos e desa-

parecidos na Guerrilha do Araguaia.

A funcionária pública Marta Sicca Rocha também se referiu à Lei da Anistia. Ela é filha de Tapir Rocha, político trabalhista de Viamão, já falecido, que foi preso e perdeu o mandato de vereador em 1964. Como criança, numa família com muitos filhos e poucos recursos financeiros, passou por situações traumáticas derivadas da perseguição política do pai e, posteriormente, acompanhou a militância de uma irmã, Ceci Iara Sicca Rocha, engajada no Comitê Brasileiro pela Anistia do Rio Grande do Sul. Marta referiu-se à lei de 1979 como tendo sido marcada por um grande erro: a reciprocidade. Mesmo tendo acompanhado pessoalmente a dimensão de luta associada à anistia, a entrevistada preferiu enfatizar a questão da auto-anistia dos agentes da repressão. Raul Ellwagner, cantor e compositor, com quase dez anos vividos entre clandestinidade e exílio, considerou que “o crime praticado organizadamente pelo aparelho estatal de um país, contra os civis, independente do que esses civis tenham feito, esse crime não prescreve. Então, a anistia brasileira, ela é uma anistia torcida, torta, insuficiente, enganadora. Eu considero que essa anistia (...)vai ter que ser refeita”. Defendeu, ainda, que “a anistia que o Brasil precisa é uma anistia moral, ética, de conteúdo político, humano, democrático e republicano”. Com estas palavras, o entrevistado se contrapôs tanto à interpretação vigente da Lei de Anistia, quanto à política de indenização a perseguidos políticos, sob responsabilidade da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. Para Raul, que foi prejudicado pessoalmente de diversas maneiras pela repressão, “esse dinheiro não ajuda”. Ele “foi e continua sendo e vai continuar entorpecendo”.

A questão do pagamento de indenizações apareceu em algumas entrevistas associada aos aspectos negativos da Lei de Anistia, acima apontados, e em outras, diretamente ligada a uma comparação com as políticas levadas adiante nos países vizinhos quanto à herança das próprias ditaduras. Quase todas as pessoas entrevistadas avaliaram que, comparado especialmente à Argentina, mas também ao Uruguai e ao Chile, o Brasil está muito atrasado no processo de esclarecimento, julgamento e punição dos crimes cometidos pela repressão.

Ao falar do julgamento do STF quanto à constitucionalidade da Lei de Anistia e à decisão da OEA sobre a Guerrilha do Araguaia, o

advogado Carlos Franklin Paixão Araujo, que foi militante de organização clandestina e preso político, afirmou que o crime de tortura é imprescritível e que “todos os tribunais internacionais julgaram assim. E [os] julgamentos aqui na América Latina, então, foram todos assim também, no Chile, na Argentina, no Uruguai, em qualquer lugar”. Para Cláudio Accurso, economista e professor expurgado da UFRGS em 1964, o exemplo a ser seguido é o da Argentina: “os argentinos fizeram muito bem, enquadraram aqueles militares, enquadraram no sentido: ‘nós não admitimos isso, e que nunca mais se faça isso, que nunca se admita projetos, atitudes não democráticas’”. Emílio Chagas, jornalista e militante do movimento negro, avaliou em sua entrevista que “a gente está muito atrasado. Se a gente for tomar como referência a Argentina, por exemplo, país aqui do lado que teve uma ditadura feroz como a brasileira, você tem trezentos e poucos agentes da ditadura presos, os próprios ditadores, [Jorge Rafael] Videla, na cadeia”. O movimento no Brasil, segundo Chagas, “é extremamente tímido, em relação aos países platinos, nessa questão”. O jornalista ainda considerou como “muito lento o desenvolvimento destas questões” nos “oito anos de um governo que se diz do campo popular democrático”. Lino Brum Filho, jornalista, irmão de desaparecido político no Araguaia, assim avaliou a situação do nosso país: “O Brasil está na contramão da história. O Uruguai, Chile, Argentina, e tantos países que no final dos anos 70/80 tinham suas ditaduras, esclareceram todos os crimes. Porque é que nós não podemos esclarecer? Ninguém está pedindo revanchismo, os familiares não querem revanchismo, o que nós queremos é esclarecimento”.

O atraso do Brasil em relação aos países vizinhos quanto ao julgamento de oficiais e de outros agentes da repressão também foi destacado pelo advogado e ambientalista Caio Lustosa: “eu acho que, os outros países, por exemplo, o Uruguai e a Argentina, eles anularam aquelas leis de anistia, e estão processando e julgando os criminosos lá. Porque a minha tese e de outros é que esses crimes de tortura são imprescritíveis”. Reflexões nesta direção foram desenvolvidas, ainda, por Jair Krischke; por Lúcio Barcellos, médico sanitário, membro de organização clandestina e preso político; por Sandra Helena Machado, professora, militante de organização clandestina, presa e exilada; e

pelo professor José Augusto Avancini, prejudicado profissionalmente pela impossibilidade de obter um atestado de bons antecedentes, expedido pelo DOPS.²⁷

Além da questão do “atraso” em relação aos países vizinhos, a comparação se referiu também à prioridade dada no Brasil à reparação financeira, em detrimento de medidas relativas à justiça e à memória. Jair Krischke, em seu depoimento, questionou: “do que nós precisamos?” Concluiu que precisamos “de verdade, justiça e reparação. Aqui se começa pela reparação [financeira]”. Flávia Schilling, professora, filha de exilado brasileiro e ex-presa política no Uruguai, por sua vez, afirmou que “há reparações e reparações, e a vítima precisa de reparação. Ela pode ser simbólica”. Ainda segundo Flávia, “as resoluções da ONU sobre vítimas vão te mostrar essa possibilidade enorme que não se restringe à [reparação] financeira”. Esta modalidade foi interpretada pela professora como uma forma de “você monetarizar, digamos, a dor”. Na mesma direção, Marta Sicca Rocha, questionou em sua entrevista: “quem vai me devolver a minha infância? Quem vai devolver esses momentos de dificuldades da minha família, do meu pai?”. Segundo a entrevistada, “essas coisas, gente, não tem, o dinheiro não resolve”.

Alguns entrevistados apontaram as indenizações como medidas positivas. Foi o caso do jornalista Emílio Chagas, do ex-deputado em-debista Fernando do Canto, do médico sanitarista Lúcio Barcelos e da professora Sandra Helena Machado. Os dois últimos mencionaram que foram beneficiados com indenização. Fernando do Canto destacou o apoio que sempre deu às pessoas que estavam em busca deste benefício: “E sempre apoiei e dei toda a participação que me foi solicitada e até as que não foram solicitadas”. Honório Peres, advogado e então militante do PCB, que foi preso político, informou que seu pedido de indenização foi indeferido: “tinham me dado um prazo para recorrer. Eu

²⁷ Segundo Jair Krischke, “no pequeno Uruguai, nós temos o último presidente da ditadura, que morreu agora, morreu preso, o presidente da ditadura que está condenado a vinte e cinco anos de prisão. Tem vários oficiais condenados. Na Argentina, prisão perpétua, no Chile... No Brasil, não se molesta ninguém”. Nas palavras de Lúcio Barcelos, “os países da América Latina, que eu saiba - Argentina, Uruguai, Chile, outros países -, têm uma... abriram seus... Não só abrir arquivo, documento, mas julgar seus torturadores”. Sandra Helena Machado destacou que “a luta pela anistia foi feita pela metade, porque tanto no Uruguai quanto na Argentina as pessoas, os torturadores, foram presos e julgados, e aqui no Brasil está na lei de: ‘Eu dou e tu também dá’, anistia para os dois lados”. O professor Avancini, por sua vez, lembrou que: “nós estamos em um processo a quem do que ocorreu, ocorre, na Argentina, no Chile, aonde parece que houve um resgate maior desse passado”.

não vou recorrer coisa nenhuma! São coisas que não estão na minha cabeça". Hoje, com mais de 80 anos, Honório revelou sua dificuldade de "ter as coisas na cabeça", de reconstituir, no caso, através da memória, as situações que comprovem a perseguição política que sofreu.

Como é possível deferir das falas apresentadas, prevaleceu entre os entrevistados uma visão negativa a respeito da indenização monetária por perseguição política. Levar a julgamento os agentes que cometeram crimes contra a humanidade durante a ditadura foi considerado uma medida mais urgente e necessária. Ao lado disso, houve ao longo das entrevistas uma espécie de consenso a respeito da importância de iniciativas que enfrentem a falta de esclarecimento e a "desmemória" sobre o período.

O desconhecimento sobre os fatos da ditadura e sobre as iniciativas relacionadas ao equacionamento das heranças daquele período é, na opinião do padre Arnildo Fritzen, algo que dificulta que as pessoas se posicionem. Arnildo, que foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional, no início dos anos 1980, por atuar junto aos agricultores sem terra acampados na Encruzilhada Natalino, disse que acompanha questões como a da criação da Comissão da Verdade, "mais pelos noticiários do que por ligação direta. Isso de fato nos prejudica muito, porque a gente ouve até versões diferentes, e não sabe por onde anda..., de fato, por onde é o caminhar em busca da verdade".

Possivelmente ele esteja se referindo às críticas que a grande imprensa tem dirigido à criação do órgão mencionado. Mesmo sem estar diretamente ligado ao assunto, como outros entrevistados que revelaram acompanhar de perto questões como o julgamento da Lei de Anistia pelo STF ou a condenação do Brasil pela OEA, Arnildo tem consciência do processo em curso e se preocupa com a sua abrangência. Ele levantou, durante a entrevista, a necessidade de algum tipo de reparação àqueles trabalhadores sem terra que foram torturados por lutarem por seus direitos. Nas palavras do entrevistado:

agora, quando se fala da Anistia, é o que mais precisa ser olhado: a tortura que a Segurança Nacional impôs àquele povo da Encruzilhada Natalino. O mês inteiro. Cercaram o acampamento com o Exército, com a Polícia Federal, com a Polícia Rodoviária, com a Brigada Militar, e todos os dias a tortura passava pelos altos falantes... Era um campo de concentração!

Vários dos entrevistados assumem, hoje, o papel de “militantes da memória”.²⁸ São pessoas que tendo sido atingidas diretamente pela repressão, tomaram para si a tarefa de contar para as novas gerações o que foi a ditadura, que se dispõem seguidamente a falar em público e a conceder entrevistas, que sentem necessidade de falar e de serem ouvidos. O economista Cláudio Accurso, por exemplo, mencionou que falar sobre a ditadura e sobre seu expurgo da Universidade é algo que lhe causa náuseas. Acha que já falou demais sobre o tema, ao comentar que “a gente chega à conclusão que está colocando saliva fora. Mas como saliva é recurso abundante a gente continua botando (risos). Continua botando fora, porque é muito difícil mudar essa sociedade nossa”. Aqui, o entrevistado mostrou que mesmo nauseado, continua falando e que esta fala, apesar de difícil, é necessária numa sociedade como a nossa. Segundo Accurso, “o conservadorismo no Brasil, o medo de fazer justiça nesse país, é uma coisa incrível”. Para Carlos Araújo, mais urgente do que a penalização dos agentes da repressão é a conscientização da sociedade sobre o que foi a ditadura. Os crimes do regime, segundo o entrevistado, “não são ainda uma questão que a sociedade brasileira tenha conhecimento da dimensão que foi. Ainda é muito de grupos mais politizados, que têm conhecimento. Para mim, o principal é que atinja a sociedade brasileira, para que esse troço fique enraizado e que não se repita mais”.

A falta de conhecimento do jovens a respeito dos acontecimentos da ditadura foi destacada pelo professor José Augusto Avancini, que também avaliou se tratar de um fenômeno que transcende as fronteiras brasileiras: “eu acho que isso foi mais ou menos geral no ocidente, não é só aqui, na Europa, e Estados Unidos, não é, a década de [19]60 e [19]70 foram muito politizadas e a partir de [19]85 há um

²⁸ Inspiro-me, aqui, na reflexão de Elizabeth Jelin, em *Los trabajos de la memoria*. Ela propôs o uso do conceito de “empreendedor de memória”, acima apresentado, e a ele contrapôs o de “militante da memória”, ao analisar as situações onde a reiteração da particularidade de certas experiências impediria o aprendizado coletivo a partir das mesmas (memórias literais x memórias exemplares, na terminologia de Todorov). Os militantes da memória seriam “aquelas pessoas que tiveram uma experiência pessoal de sofrimento corporal” (p. 61). Há situações em que a autoridade decorrente da experiência vivida pode deslizar para a afirmação do monopólio do sentido da memória e da verdade. Para Jelin, a “fixação dos ‘militantes da memória’ em um acontecimento específico do passado, impede a possibilidade de criação de novos sentidos” (p. 62). Não identifiquei, entre os entrevistados, um empenho em monopolizar a verdade. Percebi, sim, que a participação em empreendimentos de memória é vista como militância política, para parte considerável destas pessoas que sofreram pessoalmente com a repressão. JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madri: Siglo XXI, 2002.

movimento de despolitização, me parece isso". Jair Krischke considerou que o esclarecimento das novas gerações é uma tarefa ligada à defesa dos direitos humanos e um dever de cidadão. Marta Sicca Rocha, por sua vez, chamou a atenção para a necessidade do esclarecimento para que não se confundam as ações levadas adiante pela oposição e aquelas realizadas pelos agentes do Estado.

A professora e psicoterapeuta Nilce Azevedo Cardoso, que foi militante de organização clandestina e presa política, defendeu que o trabalho de memória voltado às novas gerações é "uma tarefa política. Não deixar esquecer o que aconteceu. Quer dizer, foram vinte anos de [uma] ditadura que marcou o povo brasileiro. Então, eu acho que todos nós militantes temos essa tarefa política". Ela também avaliou que o povo brasileiro é "desmemoriado". A professora Flávia Schilling, finalmente, apontou para a complexidade da discussão em torno da memória e da verdade: "a questão da verdade ela é muito complicada, mas o que a gente precisa é tentar, de alguma maneira, chegar um pouco mais perto disso". A entrevistada considerou que "mesmo problematizando essa possibilidade de você alcançar (...) a verdade, a memória, é importante o trabalho com a memória, e com a possibilidade de [restabelecer] algumas verdades". O resgate do passado aparece, aqui, como tarefa tensa e sempre incompleta. Aparece também como esforço necessário, muito próximo daquilo que vimos acima, na análise sobre esquecimento e memória.

Ainda sobre a questão da necessidade de esclarecimento dos fatos da ditadura, Lícia Peres e Honório Peres tocaram na questão da necessidade de liberação dos documentos sigilosos. Para a socióloga, "o Brasil ainda tem um compromisso muito importante. Primeiro, que é [o de] trazer à tona os chamados documentos sigilosos. Eu acho que um país, quando tem documentos sigilosos, fica meio infantilizado. As pessoas não podem [até agora] saber o que aconteceu na sua pátria." Ela também apontou a necessidade de dar uma resposta à questão dos mortos e desaparecidos. Honório avaliou que "uma das grandes falhas do [governo] Lula é essa. Isso aí já era para estar revelado, essa documentação toda aí, posta à vista de todo mundo. Onde é que está a tal transparência? A falada transparência que não é transparência em nada!"

A falta de esclarecimento foi ainda analisada no relato do padre Arnildo Fritzen:

agora, francamente, penso que é uma mancha na nossa história, que não tem que ter receio de dizer a verdade e tem que mostrar para toda população brasileira o quadro que foi essa Ditadura Militar. Para nós nunca mais cairmos em um erro destes. Quer dizer, o ensinamento que deve ficar é primeiro conhecer bem todos os fatos, essa dureza que se viveu. E a partir disso dizer: "vamos agora objetivamente dar um basta desta prática de sacrificar, de judiar, de torturar pessoas inocentes, pessoas pobres, que nada mais queriam do que os seus direitos".

Outros entrevistados tocaram na questão da "desmemória", em busca de responsabilidades sobre esta situação ou, ainda, indicando a necessidade de espaço de acolhida para as narrativas referentes à militância e à perseguição durante a ditadura. Para Jair Krischke, "esse nível de consciência (...) é algo que nós temos culpa. Em alguma parte, nós temos culpa. Erramos, nós não estamos conscientizando essa gente jovem de que aconteceu isso no país, e que nós temos que criar mecanismos, anticorpos para que não se repita". Raul Ellwanger destacou o quanto a geração que viveu estes fatos, ainda precisa ser ouvida. Ao final da entrevista disse: "talvez eu tenha me excedido um pouco, falado demais. É que a gente quer falar, não é?". E falar, não apenas a partir da análise dos "grandes interesses, grandes movimentos históricos". Disse que se emociona e até se atrapalha um pouco quando fala, "porque a mim [isso tudo] me toca sensivelmente (...). É com isso que tu acorda[s] e com isso que tu dorme[s] e com isso que tu vive[s]".

A possibilidade de conceder a entrevista, de ter registrada a própria experiência de vida durante e depois dos anos traumáticos da ditadura foi louvada por praticamente todos os entrevistados. Cláudio Accurso, apesar da mencionada náusea em tocar em tais temas, disse receber com gosto as demandas da universidade. O ex-deputado Fernando do Canto afirmou: "eu até quando soube que vocês andavam fazendo [entrevistas], eu digo: 'isso é bom'. Porque essa gente jovem que não viveu aquele tempo tem que saber como é que era para não se repetir". Sandra Helena Machado considerou importante a entrevista, que foi uma experiência nova para ela: "eu acho importante que a vida

da gente, que foi um pouco diferente da vida das pessoas comuns, tenha um depoimento gravado, porque eu vou morrer um dia, não é? Então, vai ter um depoimento gravado. Acho importante para as futuras gerações saberem o que aconteceu”.

A anistia: de bandeira de luta a ferramenta da impunidade

Sabemos que de 1979 até hoje, 2012, aconteceram mudanças no que diz respeito à Lei de Anistia. Quando perguntamos aos entrevistados o que lembravam sobre a mobilização pela anistia e sobre a lei, e ainda, quando os questionamos sobre sua avaliação a respeito da forma como têm sido encaminhadas, no Brasil, as questões ligadas à herança da ditadura, estas pessoas acabaram tocando em algumas das dimensões do tema e dando menos atenção a outras. Não estava em discussão apenas o que teria acontecido no final da década de 1970, mas os prolongamentos da transição até os dias de hoje e a forma como cada um viveu e avaliou este período.

Para compreender as ênfases e os silêncios presentes nas referidas entrevistas, considero válido apresentar um breve quadro das campanhas pró-anistia e das medidas que se seguiram à lei de 1979, para chegar ao presente. Com isso, pretendo mostrar que a anistia teve uma dimensão de luta e de mobilização de importantes setores da sociedade civil e que, a partir da posse do general Figueiredo, ela se tornou uma das estratégias governamentais para levar adiante a transição controlada. Quero destacar, ainda, que ao longo dos anos de mobilização e especialmente no confronto com as intenções do governo, estiveram em disputa diferentes concepções sobre a medida. Tais concepções poderiam ser apresentadas transitando entre dois polos: o que associa a medida ao esquecimento e aquele que a coloca como passo inicial para o desmonte do Estado de Segurança Nacional. Por fim, pretendo mostrar os desdobramentos da legislação sobre anistia que levaram à criação da Comissão de Anistia e à concessão de indenizações aos perseguidos políticos, retomando as críticas que foram dirigidas a tais iniciativas.

A história da anistia aprovada pelo Congresso Nacional em 1979 é marcada pela passagem desta demanda da mão de grupos de

oposição para as mãos do governo.²⁹ Organizações como o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), os Comitês Brasileiros pela Anistia (CBAs), entidades de defesa dos direitos humanos, o MDB, partido de oposição, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e outras alçaram a bandeira em favor da libertação de presos políticos, da volta de brasileiros exilados, da reintegração de funcionários públicos civis e militares expurgados, do esclarecimento dos casos de mortes e de desaparecimentos. A mobilização iniciou em 1975 e se intensificou em 1978 e 1979, fazendo com que a bandeira da “anistia ampla, geral e irrestrita” fosse levada às ruas. Da parte do governo Geisel havia grande resistência a esta demanda.

No seio da oposição, construíam-se pelo menos duas maneiras de entender a anistia: uma delas é exemplificada na proposta do general cassado Pery Bevilacqua e que também foi defendida por deputados do MDB. A outra maneira é aquela que acabou predominando nos documentos produzidos pelos núcleos do CBA ou, ainda, que foi majoritária nos encontros nacionais que reuniram as entidades pró-anistia em 1978 e em 1979. Em discurso feito quando da criação do CBA de Porto Alegre, Bevilacqua se referiu a um “consenso nacional” que estaria pressionando o governo para a redemocratização. Esta redemocratização levaria o Brasil “à posse de si mesmo, à dignidade de um Estado de Direito e à Reconciliação de todos os brasileiros”.³⁰ Para se chegar a isso, a anistia deveria “ser ampla, geral e irrestrita”, seria uma medida de “alta sabedoria política”, destinada a “desarmar os espíritos, a dissipar a sementeira de ódios que as injustiças e violências provocam, a premunir as vindictas futuras, a permitir e promover a Reconciliação [...]”.³¹ O general disse, ainda, que reconciliação é sinônimo de anistia e que esta é “o perdão, o esquecimento, o eterno silêncio”. Bevilacqua acreditava que o Brasil possuía uma longa e positiva tradição de anistias e que seria necessário buscar na história brasileira os exemplos a serem seguidos naquele momento crucial pelo qual passava o país. Além de “ampla, geral e irrestrita”, a anistia deveria

²⁹ Este relato baseia-se em Rodeghero, Carla; Dienstmann, Gabriel e Trindade, Tatiana. *Anistia ampla, geral e inconclusa: História de uma luta inconclusa*. Santa Cruz do Sul/RS: Editora da Unisc, 2011.

³⁰ Bevilacqua, Pery. 1978. *Anistia*. Palestra proferida na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul (mineo), 23 p. Acervo do MFPA - Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (Acervo da Luta Conta a Ditadura).

³¹ Idem, p. 2.

ser recíproca. Para o general, "os torturadores de presos políticos, por exemplo, deverão ser abrangidos pela anistia, mesmo que as consequências do seu procedimento criminoso tenham sido a morte de suas vítimas. E os subversivos que, por motivos políticos, hajam cometido crimes semelhantes ou atentados contra a vida, em ações ditas, geralmente, terroristas, também deverão, no interesse da paz social".³² Só sendo geral e recíproca, na compreensão de Bevilacqua, a anistia poderia ser justa, desarmaria os espíritos e acabaria com a sementeira de ódios. A postura dos CBAs era diferente. Conforme Heloísa Greco, a anistia almejada deveria ser acompanhada pelo reconhecimento das mortes e dos desaparecimentos de militantes de oposição e pela responsabilização dos agentes do Estado pela tortura. A medida não deveria ser recíproca e deveria contribuir para romper a dimensão do esquecimento, trazendo à tona as atrocidades cometidas durante o regime. A anistia, assim, teria um sentido de *anamnesis*, de reminiscência necessária à consecução da justiça como resgate da memória e como direito à verdade.³³

Quando o novo governo, encabeçado pelo general Figueiredo, tomou posse, no início de 1979, o clamor por anistia ganhava mais intensidade. Houve, da parte do governo, a promessa da apresentação de um projeto tratando do tema, o que se efetivou em junho do mesmo ano. Segundo Carlos Fico, foram dois os pontos polêmicos: o projeto concedia anistia aos que tinham cometido crimes políticos e crimes conexos aos políticos e excluía aqueles que tinham sido condenados por crimes de terrorismo, assalto, sequestro, atentado.³⁴ Para o autor, foi em torno da segunda questão que a oposição mais se debateu, já que ela atingia diversos militantes da esquerda armada, que não seriam contemplados pela medida. A preocupação com este tópico, na avaliação de Fico, fez com que a primeira questão mencionada - a anistia aos crimes conexos - ganhasse menos atenção. A expressão foi entendida, por todos os participantes do debate, como estratégia

³² Idem, p. 10.

³³ Greco, Heloísa. Op. cit. Cap. 10.

³⁴ Fico, Carlos. A negociação parlamentar da anistia de 1979 e o chamado "perdão dos torturadores". In: *Revista Anistia Política e Justiça de Transição* / Ministério da Justiça. - N. 4 (jul. / dez. 2010). Brasília, 2011, p. 318-333.

para salvaguardar os agentes da ditadura. Entre os parlamentares do MDB, no entanto, poucos foram os que viram problemas em que a anistia atingisse tanto apoiadores da ditadura quanto agentes da repressão.³⁵

Esta aceitação da anistia recíproca pode ser explicada pela correlação de forças políticas no momento: o governo tinha maioria no Congresso, conseguida com a ajuda dos senadores "biônicos", eleitos indiretamente em 1978. Para além disso, acredito que o projeto do governo, o não questionamento da reciprocidade e a votação revelam questões de mais longo alcance, que podem ser melhor avaliadas quando se pergunta sobre os significados que os envolvidos atribuíam à anistia. Enquanto os CBAs defendiam que "esta anistia, como pretendemos, não deve ser um simples perdão ou esquecimento", outros atores políticos do momento pretendiam, sim, que os conflitos do passado fossem esquecidos.³⁶

Na mensagem divulgada por rede nacional de rádio e de televisão, em que o presidente Figueiredo anunciava o envio ao Congresso do projeto de anistia, em junho de 1979, informava-se que a iniciativa "marcha na boa tradição brasileira". Ao ser transformado em lei "tal projeto, apagar-se-ão os crimes e serão suspensos os processos em curso (...). Quer o governo, com isso evitar o prolongamento de processos traumatizantes para a sociedade. Certos eventos é melhor silenciá-los, em nome da paz da família brasileira".³⁷ O presidente destacou, ainda, que sua mão esteve "sempre estendida, em conciliação". Solicitou aos anistiados que se reintegrassem na vida nacional e almejou que eles "saibam, possam e queiram participar do nosso esforço em prol dos ideais que sendo os da Revolução de 1964 - são de toda a nação". O ideário de 1964 seria a base da proposta de anistia, medida que visava, segundo Figueiredo, a "conciliação para a renovação".

³⁵ Idem. Em análise feita sobre os discursos parlamentares sobre anistia na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, foi possível perceber a mesma tendência. Ver: em Rodeghero, Carla; Dienstmann, Gabriel e Trindade, Tatiana. Op. cit.

³⁶ Relatório do 3º Encontro Nacional dos Movimentos pela Anistia, 15 a 17 de junho de 1979, Rio de Janeiro.

³⁷ *Folha de São Paulo*, 28/06/1979, p. 2.

É perceptível, nestas poucas palavras, que o governo absorveu elementos do discurso de oposição para justificar sua proposta: mencionou a necessidade de paz para a “família brasileira”, expressão muito usada nos documentos do MFPA para designar o Brasil; inseriu seu projeto numa tradição, da mesma forma que havia feito Bevilacqua e outros militantes em prol da anistia;³⁸ associou anistia a esquecimento e a conciliação. Por outro lado, a proposta, quase obscura, de que os anistiados se integrassem ao “espírito da Revolução” indica seu propósito de continuidade, de não rompimento com o passado.

Aprovado o projeto do governo, mesmo que com pequena margem de votos, ficaram sem atendimento várias das demandas dos movimentos pela anistia, que consideraram que havia sido alcançada meia vitória. A maioria dos presos foi libertada, quase todos os exilados voltaram. Criou-se um clima de comemoração, afinal, a volta de todas estas pessoas ao convívio social era resultado não só do projeto apresentado pelo governo, mas da luta empreendida naqueles anos. Depois da aprovação da lei, as tentativas de trazer os crimes da ditadura à tona foram acusadas de revanchistas, já que desrespeitavam o silêncio associado à anistia. A própria mobilização em busca de “anistia ampla, geral e irrestrita” foi perdendo vigor e o tema passou a ser tratado apenas pelos diretamente atingidos (como militares expurgados e familiares de mortos e desaparecidos).³⁹

Novas leis, posteriormente, trataram de alargar esta anistia. Entre elas, destaco o artigo 8º das Disposições Transitórias da Constituição de 1988, a Lei dos Desaparecidos, de 1995, e a Lei 10.559, que em 2002, instituiu as indenizações para perseguidos políticos e criou a Comissão de Anistia, no âmbito do Ministério da Justiça.

O artigo 8º das Disposições Transitórias da Constituição de 1988 aumentou a abrangência temporal da lei de anistia que passou a ser de 18 de setembro de 1946 até a data de promulgação da Constituição. Por esta prática, ficaram cobertos os crimes políticos cometidos entre a promulgação da Constituição de 1946 e a de 1988. Além disso, o

³⁸ Martins, Roberto Ribeiro. *Liberdade para os brasileiros: anistia ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1978.

³⁹ Conforme Heloísa Greco, em obra já citada.

artigo 8º pela primeira vez instituiu a reparação de natureza econômica para anistiados políticos, embora esta reparação estivesse restrita a um único caso, o dos aeronautas que foram perseguidos pelo Ministério da Aeronáutica após o golpe e que ficaram impedidos de exercer sua profissão na vida civil.

Com esta medida, criaram-se precedentes para a reparação financeira, questão que a Lei de 1979 vetava. A reparação também foi contemplada na lei aprovada no final de 1995, no governo Fernando Henrique Cardoso, a 9.140, conhecida como Lei dos Desaparecidos. Ela instituiu a indenização aos familiares de mortos e desaparecidos políticos, reconheceu a responsabilidade do Estado nos casos de 136 mortos e desaparecidos políticos e criou, ainda, uma comissão para averiguar novos casos de mortes e de desaparecimentos, os quais não haviam sido contemplados pela lei de 1979.

A possibilidade de indenizações foi ampliada na lei 10.559, aprovada no final de novembro de 2002, no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso. A medida estabeleceu que os anistiados teriam direito à Declaração de Anistiado Político, à reparação econômica, à contabilização do tempo de afastamento, à conclusão do curso interrompido e, ainda, que os servidores públicos punidos por adesão a greve teriam direito à reintegração.⁴⁰

Como aconteceu em 1979, também em 1995 e em 2002, a iniciativa do governo de encaminhar ao Congresso um projeto (ou medida provisória) tratando do tema da anistia, foi precedida de mobilização de setores da sociedade civil, de entidades que agregam perseguidos ou familiares, de militantes dos direitos humanos que conquistaram vaga no Legislativo.⁴¹ Não houve, todavia, uma campanha de rua como as que aconteceram em 1978 e 1979. Da mesma forma, as leis mencionadas, ainda que trouxessem avanços frente à legislação existente, foram alvo de severas críticas de entidades que representam os diretamente atingidos. Entre estas críticas estavam aquelas voltadas à falta de inicia-

⁴⁰ Rodeghero, Carla; Dienstmann, Gabriel e Trindade, Tatiana. Op. cit., p. 279.

⁴¹ Glenda Mezarobba. *O preço do esquecimento: as reparações pagas às vítimas do regime militar*. São Paulo: USP, 2007 (Tese de doutorado em Ciência Política).

tivas governamentais que visassem “restabelecer a verdade histórica”⁴²; à manutenção da interpretação segundo a qual os crimes da repressão poderiam ser considerados como crimes conexos aos políticos e, assim, beneficiados pela anistia⁴³; aos parâmetros utilizados para a concessão do benefício previsto na lei de 2002 (onde prevaleceu o impedimento ao exercício de atividades profissionais e não o sofrimento vivido); à disparidade nos valores pagos aos requerentes; à criação de um clima de “desconfiança cívica”, pelo fato das “indenizações milionárias” terem sido alvo de alarde na imprensa e de oposição de parte da sociedade civil e, finalmente, a transformação de um processo que deveria ser coletivo em numerosas demandas individuais.⁴⁴

Um de nossos entrevistados, o jornalista Lino Brum Filho, como familiar de militante morto e desaparecido na região do Araguaia, assim avaliou a Lei dos Desaparecidos e o período posterior a ela:

no governo do presidente Fernando Henrique nós tivemos alguns avanços, de verdade. Lentos, poucos, mas tivemos. A lei 9.140, de dezembro de [19]95, é do governo Fernando Henrique. Tarde? Sim, 21 anos depois, mas recebemos a certidão de óbito, aquele desaparecido passou a ser, como eu já disse, um morto escondido. Então, nós temos 70 brasileiros que são mortos escondidos. De lá para cá, não tivemos, não tivemos nenhum avanço, e eu sou um pouco cético nesse sentido, acho que os familiares, as comissões têm que trabalhar muito para nós conseguirmos esses avanços.

Como foi dito acima, a Lei de 2002 criou a Comissão de Anistia, com o objetivo de avaliar os pedidos de indenizações. Criada com este objetivo, a Comissão foi, no entanto, acompanhando as mudanças na orientação política do governo federal e do Ministério da Justiça, e desde 2007, no segundo mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva, passou a se dedicar ao conhecimento e à implementação dos princípios da justiça de transição. Entre as medidas nesta direção está o fomento da memória sobre a ditadura, propósito que é levado adiante por iniciativas como a do projeto Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil.

⁴² Ver artigo de André Herzog em TELES, Janaína (Org.). *Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade*. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/USP, 2000.

⁴³ Idem. Ver também texto de Hélio Bicudo, acima citado.

⁴⁴ Para as últimas quatro críticas, ver a conclusão da tese de Glenda Mezarobba.

Da conciliação à reconciliação: as tensões no esforço de transformar a anistia em ferramenta da justiça de transição

Nesta parte final, gostaria de retomar algumas questões colocadas pelos entrevistados, à luz da reflexão sobre o esquecimento, para mostrar as tensões que, na minha visão, têm marcado o trabalho realizado pela Comissão de Anistia e que, de alguma maneira, afetam projetos como o Marcas da Memória. Considero que está em curso no Brasil um esforço de deslocar o sentido da anistia, não só de esquecimento para memória e reparação, mas também de ferramenta de conciliação para instrumento de reconciliação, dentro da lógica da justiça de transição.

Começo, explorando os conceitos de conciliação, reconciliação e justiça de transição. A noção de conciliação tem sido usada para interpretar a política brasileira como um contínuo arranjo entre as elites, as quais aprenderam, em situações de risco, ser esta a melhor estratégia para a manutenção do poder e para afastar as pretensões de participação popular e as demandas do “povo”. Essa postura é defendida por José Honório Rodrigues, em *Conciliação e Reforma no Brasil*.⁴⁵ Para o autor, “a liderança nacional, sem suas sucessivas gerações, foi sempre anti-reformista, elitista, personalista”. Ela “teve ação mais moderadora que criadora, mas os interesses arcaicos sempre ou quase sempre venceram os inovadores ou renovadores”. Ainda segundo Rodrigues, “a conciliação foi uma arte finória da minoria dominante e visou sempre ao compromisso dos interesses divergentes dos seus próprios grupos”. José Honório considera que o “processo histórico brasileiro compõe-se mais de instantes de retardamento que de instantes de aceleração”.⁴⁶

No que se refere à anistia de 1979, a análise realizada por Renato Lemos está em sintonia com a abordagem acima apresentada. Para Lemos, “a anistia de 1979 resultou de uma grande transação entre setores moderados do regime militar e da oposição, por iniciativa e sob

⁴⁵ RODRIGUES, José Honório. *Conciliação e reforma no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1982. As citações foram retiradas das páginas 123 e 124.

⁴⁶ RODRIGUES, José Honório. Op. cit., p. 24.

o controle dos primeiros”.⁴⁷ A medida, segundo o autor, foi uma das “microtransformações” que tiveram o objetivo de “preparar a transição do regime, não necessariamente para outro qualitativamente diferente, mas para outra forma, que incorporasse novas forças políticas, sem descartar a tutela militar”.⁴⁸

A continuidade, o ritmo lento, a exclusão de grande parte da sociedade e das forças progressistas da tomada de decisões seriam características deste *modus operandi* da política brasileira, o qual teria contribuído para o caráter da transição brasileira, batizada pelos próprios idealizadores, como “lenta, gradual e segura”.

Na fala de alguns entrevistados é possível entrever a presença desta lógica e a crítica a ela. O economista Cláudio Accurso, que foi professor expurgado da UFRGS, ressaltou em vários momentos o conservadorismo reinante no Brasil. Jair Krishcke, ativista dos direitos humanos, avaliou a permanência do poder dos militares. Em sua opinião, “até hoje, os militares somente desocuparam a praça, eles continuam por trás com um poder imenso”. Da mesma forma, defendeu que a transição “não termina nunca, é interminável”. Alguns dos fatores para esta lentidão estariam na falta de independência do poder legislativo e nas dificuldades para que o poder judiciário seja democratizado.

As palavras conciliação e reconciliação apareceram, como vimos, em diferentes manifestações sobre a lei de 1979. Bevilacqua falou da necessidade de “promover a reconciliação” através da anistia. O presidente Figueiredo, ao apresentar o projeto de anistia ao Congresso, afirmou que a medida visava a “conciliação para a renovação”. A Lei dos Desaparecidos de 1995 definiu no seu segundo artigo que sua aplicação seria orientada “pelo princípio da reconciliação e da pacificação nacional expresso na Lei de 28 de agosto de 1979”. O Ministro Eros Grau, no julgamento da ADPF 153, em abril de 2010, admitiu que “há quem se oponha ao fato de que a migração da ditadura para a democracia ter sido uma transição conciliada, suave em relação a

⁴⁷ LEMOS, Renato. Anistia e crise política no Brasil pós-64. *Topoi*, Rio de Janeiro, dezembro de 2002, p. 293.

⁴⁸ Idem.

certos compromissos”.⁴⁹ Mais recentemente, vemos a presença da ideia de “reconciliação nacional” no texto da lei que criou a Comissão da Verdade.⁵⁰

Tanto setores da oposição, quanto do governo, ao final dos anos 1970, associaram anistia a “reconciliação da família brasileira”. O uso desta expressão pelo nascente movimento pela anistia parece ter sido resultante de uma escolha estratégica para se falar no tema, num momento onde a possibilidade de repressão era ainda muito grande. A associação entre anistia e “reconciliação da família brasileira” havia ocupado lugar de destaque nos discursos pró-anistia que antecederam a medida decretada por Vargas em 1945.⁵¹ A adoção desta expressão pelo governo em 1979, por sua vez, aponta para uma escolha entre as propostas que pareciam mais adequadas à lógica da transição segura.

Apenas um de nossos entrevistados, o advogado Almoré Zoch Cavalheiro, que foi sargento expurgado do Exército, se aproximou, em sua narrativa, do raciocínio contido na expressão acima destacada. Referiu-se, em suas narrativas, a situações cotidianas nas quais as “famílias brigam, há um período que os irmãos brigam e tal, às vezes até grandes, brigam por motivos mais variados e os pais lutam pra conciliar”. Em certa altura, segundo Almoré, a família amadurece, os irmãos se tornam amigos e lamentam as brigas do passado. Levando estas reflexões para o âmbito político, nosso entrevistado avaliou que “a família brasileira brigou entre si, militares contra civis, civis contra militares, civis contra civis, militares contra militares”. Apesar disso, Almoré afirmou acreditar que “a sociedade brasileira, minha gente, amadureceu, e hoje essa potência econômica chamada Brasil, é a sétima economia do planeta, sua presidente é uma guerrilheira que foi torturada no regime militar, e hoje comanda seus carcereiros, é a

⁴⁹ As declarações de Eros Grau e dos outros ministros sobre a constitucionalidade da Lei de Anistia foram analisadas por Dienstmann. Gabriel. Op. cit. A citação está na página 44.

⁵⁰ Lê-se no primeiro artigo da lei 12.528, de 2011, que “é criada, no âmbito da Casa Civil da Presidência da República, a Comissão Nacional da Verdade, com a finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período fixado no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional”. Grifo da autora.

⁵¹ RODEGHERO, Carla Simone. *Anistia, esquecimento e conciliação*: as anistias de 1945 e 1979 em perspectiva comparada. Trabalho apresentado no CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, em 10 de agosto de 2012.

comandante chefe das Forças Armadas e auxiliares". A situação de crescimento econômico do país e a eleição de Dilma Rousseff aparecem nesta argumentação como "provas" do amadurecimento do Brasil. Neste quadro, Almoré conclama seus entrevistadores e seus futuros ouvintes a uma postura mais positiva:

"Então, o convite que eu faço é que a gente não esqueça, registre para que não se repita, mas comemore hoje, todos, civis, militares, armados, desarmados, comemore a nação que nós construímos aos trancos e barrancos até hoje (...). Vamos examinar as nossas brigas, para ver que nós, apesar delas, construímos uma grande sociedade, e uma grande nação. E a contribuição que eu posso dar, é chegar a esses oitenta anos feliz da vida, e poder fazer esse apelo. Família brasileira vamos nos dar as mãos, de vez em quando um beliscão nos outros, mas vamos pra frente e construir essa grande potência que vai trazer a felicidade para nossos filhos, nossos netos, e o orgulho para nós todos. Obrigado!"

A análise de Almoré, neste ponto, diverge daquela dos demais entrevistados que não se mostram otimistas no balanço do que restou da ditadura. A maioria demonstrou preocupação com o processo incompleto da transição, com as permanências e com as continuidades perceptíveis entre o passado e o presente. Mesmo distanciando-se das argumentações apresentadas pelos demais entrevistados, a fala de Almoré chamou a atenção para a importância de "não esquecer", de "registrar" para "que não se repita" e, ainda, "comemorar a nação que nós construímos". Nosso entrevistado, que se revelou um grande orador, havia passado, em 2011, pela experiência de escrever um livro de memórias.⁵² O fecho com "final feliz" que ele escolheu dar à sua entrevista pode ser relacionado a este intenso trabalho de memória que ele realizou próximo ao período em que nos concedeu a entrevista. À sua maneira, Almoré desempenhou o papel de um militante da memória.

A noção de reconciliação - que pretendo distinguir daquela de conciliação - tem sido contemporaneamente utilizada em estudos sobre história, memória e traumas coletivos e tem sido utilizada em diferentes disciplinas como as Relações Internacionais, o Direito, a Filosofia, a Investigação para a Paz. Segundo Mário Lopez Martínez,

⁵² CAVALHEIRO, Almoré Zoch. *A Legalidade, o golpe militar e a rebelião dos sargentos*. Porto Alegre: AGE, 2011.

pesquisador do Instituto da Paz e dos Conflitos, da Universidade de Granada, desde o final do século XX, no pós Guerra Fria portanto, “a reconciliação faria parte de um esforço crítico de balanço histórico e de um propósito de clima moral que trataria de recuperar valores que se acreditam perdidos ou desqualificados, pelo fato de terem caído em desuso”.⁵³ Desse esforço, fariam parte o arrependimento e o remorso pelo mal causado aos outros. O arrependimento, tanto quando de iniciativa própria, quanto quando induzido, segundo Martínez,

é um estado adotado por aqueles grupos ou indivíduos que comprovam que a história não está mais do seu lado, que mudou o curso do rio, que a lógica que eles impuseram já não têm lugar na nova ordem, que o que, em algum momento, pôde beneficiá-los em prerrogativas, dádivas, honrarias se voltou contra eles, fazendo-os réus de suas responsabilidades contraídas. Por isso, o arrependimento é um gesto dos vencidos, mas, sobretudo e muito especialmente, dos vencidos ética e moralmente.

Para o autor, a reconciliação é um longo processo, no seio do qual são necessários passos como: o reconhecimento da existência de vítimas e de algozes; a elaboração e divulgação de um “catálogo dos horrores e dos erros”, ou seja, a busca da verdade para que a violência cometida no passado seja tornada pública; o esforço para animar a produção do arrependimento sincero, do perdão reabilitador e da justiça restitutiva, para com isso, retomar melhores graus de confiança na sociedade; a definição de quais foram os atores envolvidos neste processo; a definição de agendas de reintegração; a elaboração de planos de reconstrução (econômica, social e psicológica) e, finalmente, a refundação de um Estado de direito. A reconciliação estaria completa quando se consolida uma democracia que é o governo da maioria, com respeito às minorias, e que funciona com clareza e respeito das regras do jogo, com alternância política verdadeira e com a disseminação de uma ética dos direitos humanos.⁵⁴

O esforço em prol da reconciliação - meta a ser alcançada a partir da efetivação de medidas relacionadas ao esclarecimento, à responsa-

⁵³ MARTÍNEZ, Mario López - Transiciones y reconciliaciones: câmbios necessários em el mundo actual. In: RODRÍGUEZ ALCÁZAR, F. JAVIER.(eds.) *Cultivar la Paz*. Editorial Universidade de Granada, Coleccion monográfica “EIRENE” Nº 14, 2000, p. 76.

⁵⁴ Idem, p. 108.

bilização, à publicização das violências do passado - é, ainda segundo Martínez, uma questão de ordem pragmática. É preciso continuar convivendo e não "instalar-se de forma ilimitada no passado". Mas é também indispensável realizar um balanço do sofrimento padecido e das injustiças que não podem mais ser cometidas.⁵⁵

Juan Méndez, presidente do *International Center for Transitional Justice* (ICTJ), por sua vez, afirma que

*a reconciliação é um objetivo fundamental de qualquer política de justiça de transição porque o que não queremos é que se reproduza o conflito (...). Nesse sentido, tudo o que fazemos - justiça, verdade, medidas de reparação - tem de estar inspirado pela reconciliação, mas a reconciliação verdadeira, não a falsa reconciliação que na América Latina se pretendeu como desculpa para a impunidade.*⁵⁶

Para Paul Ricoeur, a reconciliação é algo que se opera em nós - no indivíduo, mas também na coletividade - a partir do trabalho de lembrança e de luto. A reconciliação, assim, não poderia se dar acompanhada pelo esquecimento. "Dizer de um modo apaziguado" a dor vivida é pressuposto para a superação do trauma. Na opinião do filósofo, algo parecido foi levado a cabo na África do Sul, a partir do trabalho da Comissão de Verdade e Reconciliação, instaurada ao final do regime do *apartheid*. As pessoas foram chamadas a vir a público para relatar os sofrimentos padecidos e as violências cometidas. No último caso, o esclarecimento dos crimes e a demonstração de arrependimento poderiam levar à concessão da anistia, uma anistia aplicada individualmente e atrelada a determinadas condições, entre as quais não estava a de manter no esquecimento os fatos do passado.⁵⁷

Feita esta contraposição entre a lógica da conciliação e os desafios para uma reconciliação que traz o passado à luz e que abre perspectivas para olhar para o futuro, resta apresentar o que se entende por justiça de transição e como ela se relaciona com os dois conceitos já trabalhados.

⁵⁵ Idem, p. 110.

⁵⁶ MÉNDEZ, Juan. Entrevista concedida a Glenda Mezarobba. In: *Sur, Revista Internacional de Direitos Humanos*. Vol.4, no.7 São Paulo, 2007.

⁵⁷ A experiência da África do Sul é avaliada na página 489 e seguintes, no tópico em que discute o perdão. RICOEUR, Paul. *A história, a memória, o esquecimento*.

A justiça de transição ou justiça transicional “é um ramo altamente complexo de estudo, que reúne profissionais das mais variadas áreas (...), com vistas a verificar quais processos de Justiça foram levados a cabo pelo conjunto dos poderes dos Estados nacionais, pela sociedade civil e por organismos internacionais para que, após o Estado de Exceção, a normalidade democrática pudesse se consolidar”.⁵⁸Tais estudos devem ser aplicados “em políticas públicas de educação e justiça”, com as quais é possível “trabalhar socialmente os valores democráticos”.⁵⁹ Esta lógica passou a dirigir várias das iniciativas da Comissão de Anistia, entre as quais destaco a criação da *Revista Anistia Política e Justiça de Transição*, a realização das Caravanas da Anistia, a construção do Memorial da Anistia, a implementação do Projeto Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil e a abertura de editais públicos no seio do Projeto Marcas da Memória, para financiar iniciativas propostas por entidades da sociedade civil (peças teatrais, publicação de livros, organização de acervos, exposições, etc.). Nestes diferentes canais, a Comissão se esforça para consolidar uma nova concepção de anistia, na qual cabe ao Estado pedir desculpas “àqueles cidadãos que lutaram contra a tirania e por isso sofreram prejuízos materiais e morais, assumindo os erros do Estado e pedindo perdão em seu nome”.⁶⁰

São muitas as dificuldades que se colocam frente aos propósitos de algum avanço neste campo no Brasil. Elas podem estar relacionadas com a persistência da lógica da conciliação, mas também com aquilo que Ricoeur chamou de “déficit de memória” e que foi percebido por boa parte de nossos entrevistados no que se refere à memória relativa à ditadura. Retomando as falas antes apresentadas, destaco o desafio de fazer com que as informações sobre esta experiência histórica não fiquem apenas com os grupos mais politizados; a importância de que os esforços se voltem especialmente às novas gerações, para com isso, criar-se uma cultura de respeito aos direitos humanos; e, ainda, a necessidade de resgatar a memória daqueles que lutaram por seus direitos. Estes, segundo Cláudio Accurso, “foram vítimas por serem

⁵⁸ Abrão, Paulo et alii. Justiça de Transição no Brasil: o papel da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça In: *Revista Anistia Política e Justiça de Transição*. Brasília, n. 1, jan.-jun. 2009, p. 12.

⁵⁹ Idem.

⁶⁰ Genro, Tarso; Abrão, Paulo; ato, Sueli. Os 30 anos da luta pela anistia política e o dever de reparação. In: *Revista Anistia Política e Justiça de Transição* (apresentação). Brasília, n. 2, jul.-dez. 2009, p. 9.

brasileiros, por serem nacionais, por serem interessados em mudança da sociedade, só por isso, não precisava outros crimes, o 'crime', entre aspas, era esse".

O déficit de memória foi percebido como "falta de sensibilização nacional" por um de nossos entrevistados, o ambientalista Caio Lustosa. Ao se referir à Lei de 1979 e ao julgamento do STF em 2010, defendeu que "nosso Congresso aprovou essa Lei de Anistia e o Supremo reconheceu que tem que ser aplicada. Só uma outra, uma [Assembleia] Constituinte que viesse a reformular isso. Acontece que não há, digamos assim, no imaginário do povo uma consciência popular, isso não é uma demanda, a não ser dos grupos diretamente interessados nisso, pró ou contra, não há uma sensibilização nacional em relação a isso".

Até que ponto a lei de anistia de 1979 contribuiu para a falta desta "sensibilização nacional", para este déficit de memória? A lei teve força suficiente para induzir ao esquecimento da violência da ditadura? Outras variáveis estariam incidindo sobre a sociedade brasileira para que ainda haja fortes restrições ao livre debate dos temas relativos àquele período?

Acredito que a interpretação de que a anistia de 1979 foi um pacto entre o governo e a oposição, reiterada inúmeras vezes, desde o final da década de 1970 até os dias de hoje, contribui em muito para que ainda seja difícil tratar com transparência destas questões. Atores políticos de peso, situados no Judiciário, mas também no Executivo e no Legislativo, na imprensa e entre os militares têm defendido este pacto de esquecimento. Não custa lembrar as palavras de um dos "militantes da memória" da ditadura, o ex-ministro Jarbas Passarinho, em entrevista à *Folha de São Paulo*. Para ele, "foi uma anistia mútua. É preciso reconciliação. Para reconciliar é preciso esquecer".⁶¹

Há, por outro lado, responsabilidades que podem ser atribuídas à própria oposição à ditadura, especialmente aos grupos de esquerda, e questionamentos que podem ser dirigidos à forma como a sociedade

⁶¹ Entrevista concedida à *Folha de S.Paulo* (22.11.2006, p. A11) e citada em SELIGMANN-SILVA, M. Anistia e (in)justiça no Brasil: o dever da memória e a impunidade. *Literatura e autoritarismo: memórias da repressão*, 9, janeiro-junho de 2007. Disponível em: http://coralx.ufsm.br/grpesqla/revista/num09/art_02.php, acessado em: 07/03/2012.

como um todo viveu a ditadura e hoje lida (ou não) com sua herança. Um regime como o inaugurado em 1964 não se sustentou apenas pela força. Ele contou para sua instauração e para sua longevidade com o apoio, a conivência ou a apatia de consideráveis setores da população brasileira, bem como de importantes atores coletivos, instituições representantes de setores da sociedade civil. A partir desta abordagem seria possível perguntar, por exemplo, sobre o consenso que se construiu a respeito do caráter recíproco da anistia de 1979. Tal consenso - que ia frontalmente contra o tipo de anistia defendida pelos CBAs - seria resultado apenas dos arranjos entre setores da elite no governo e na oposição e, depois, da interpretação consolidada pelo judiciário? Ou, seria o caso de se perguntar por que foi possível que prevalecesse esta concepção, mesmo que a reciprocidade não estivesse literalmente inscrita na lei de 1979?⁶²

Ao desafio de captar - a partir da pesquisa histórica - os indícios de apatia ou de conivência da sociedade em relação à ditadura, acrescento outro: a necessidade de reflexão sobre o peso que tiveram, em nossa história republicana, diferentes concepções de anistia. Para a cientista política Glenda Mezarobba, mesmo contemplando agentes da repressão, a Lei de Anistia de 1979 não foi alvo de contestação, como aconteceu na Argentina e no Chile, e mais recentemente, no Uruguai. A razão, para a pesquisadora, seria a legitimidade que tal lei ainda tem entre nós. Ela é entendida como a primeira porta aberta - a partir da luta - para a reconquista da democracia. Por conta disso, os esforços de questioná-la, revisá-la, reinterpretá-la se tornam infrutíferos.⁶³

Dialogando com esta abordagem, gostaria de sugerir que o que aconteceu no final dos anos 1970, no seio das campanhas pela anistia, foi um trabalho de ressignificação do conceito de anistia. Os setores mais à esquerda, envolvidos na mobilização, equipararam a liberdade, verdade, esclarecimento, responsabilização, restabelecimento do Estado de direito. Teriam estes homens e estas mulheres conseguido avaliar a força da associação pré-existente entre anistia e

⁶² Sobre este tema, ver: REIS FILHO, Daniel. Ditadura, anistia e reconciliação. In: *Estudos Históricos*, vol. 23, n.45, p. 171-186, janeiro-julho de 2010; ROLLEMBERG, Denise. História, memória e verdade: em busca do universo dos homens. In: TELES, Janaína; TELLES Edson e SANTOS, Cecília M. (Orgs.) *Desarquivando a Ditadura*. Vol. 2, p. 575-6.

⁶³ Conforme consta na conclusão da tese, já citada

esquecimento? Ou, teriam eles conseguido fazer prevalecer sua nova concepção, se não no Congresso, no seio da sociedade brasileira? Creio que apesar do consenso sobre a legitimidade da lei de anistia de 1979, a batalha pelo sentido da medida foi perdida para os grupos mais à esquerda no espectro político. Tal batalha não foi abandonada, no entanto. Ela continua em curso nos dias de hoje, especialmente nas iniciativas protagonizadas pela Comissão de Anistia, como o projeto Marcas da Memória.

Fontes

Entrevistas

Almoré Zoch Cavalheiro. Entrevista concedida a Aryanne Torres Nunes, em Porto Alegre, em 05 de outubro de 2011.

Arnildo Fritzen. Entrevista concedida a Carla Simone Rodeghero em 14 de novembro de 2012, em Carazinho, RS.

Carlos Francklin Paixão de Araujo. Entrevista concedida a Dante Guimaraens Guazzelli e a Francisco Carvalho Jr., em 11 de abril de 2011, em Porto Alegre.

Caio Lustosa. Entrevista concedida a Gabriel Dienstmann e a Carla Simone Rodeghero, em 22 de novembro de 2011, em Porto Alegre.

Cláudio Accurso. Entrevista concedida a Francisco Carvalho Jr. e Rosemay F. Brum, em 1º de setembro de 2011, em Porto Alegre.

Emílio Chagas. Entrevista concedida a Carla Simone Rodeghero em 13 de dezembro de 2011, em Porto Alegre

Fernando do Canto. Entrevista concedida a Dante Guimaraens Guazzelli e Gabriel Dienstmann, em 05 de setembro de 2011, em Porto Alegre.

Flávia Schilling. Entrevista concedida a Carla Simone Rodeghero e a Maria Paula Araújo, em 18 de julho de 2011, em São Paulo.

Honório Peres. Entrevista concedida a Dante Guimaraens Guazzelli, em 04 de maio de 2011, em Porto Alegre.

Jair Krischke. Entrevista concedida a Carla Simone Rodeghero em 21 de setembro de 2011, em Porto Alegre.

José Augusto Avancini. Entrevista concedida a Carla Simone Rodeghero, em 18 de agosto de 2011, em Porto Alegre.

Lícia Peres. Entrevista concedida a Carla Simone Rodeghero e a Gabriel Dienstmann, em 27 de junho de 2011, em Porto Alegre.

Lino Brum Filho. Entrevista concedida a Gabriel Dienstmann em 18 de outubro de 2011, em Porto Alegre.

Lúcio Barcellos. Entrevista concedida a Francisco Carvalho Jr. em 09 de junho de 2011, em Porto Alegre.

Marta Sicca Rocha. Entrevista concedida a Gabriel Dienstmann em 21 de maio de 2011, em Porto Alegre.

Nilce Azevedo Cardoso. Entrevista concedida a Carla Simone Rodeghero e a Gabriel Dienstmann, em 17 de maio de 2011, em Porto Alegre.

Raul Ellwanger. Entrevista concedida a Carla Simone Rodeghero, em 07 de julho de 2011, em Porto Alegre.

Sandra Helena Machado. Entrevista concedida a Francisco Carvalho Jr. em 27 de outubro de 2011, em Porto Alegre.

Bibliografia

ABRÃO, Paulo et alli. Justiça de Transição no Brasil: o papel da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça In: *Revista Anistia Política e Justiça de Transição*. Brasília, n. 1, jan.-jun. 2009, p. 12.

ARAÚJO, Maria Paula do Nascimento. Lutas democráticas contra a ditadura. REIS FILHO, Daniel Aarão & FERREIRA, Jorge. *As esquerdas no Brasil*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

BEVILACQUA, Pery. 1978. *Anistia*. Palestra proferida na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul (mineo), 23 p. Acervo do MFFPA - Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (Acervo da Luta Conta a Ditadura).

BICUDO, Élio. Anistia e crimes contra a humanidade que não prescrevem. *Com Ciência: Revista Eletrônica de Jornalismo Científico*, n. 106, 2009. Disponível em: <http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=43&id=525>.

BLANKL, Alexandre. *O debate sobre a criação da Comissão de Verdade, a partir do Jornal Folha de São Paulo*. Monografia apresentada à disciplina Anistia, esquecimento e reconciliação na história recente do Brasil, ministrada pela professora Carla Simone Rodeghero, no PPG em História da UFRGS, em 2011.

BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Informativo da Comissão de Anistia*, n. 54, dezembro de 2010.

CAVALHEIRO, Almoré Zoch. *A Legalidade, o golpe militar e a rebelião dos sargentos*. Porto Alegre: AGE, 2011.

DIENSTMANN, Gabriel. *Usos do passado e disputa pela memória no questionamento da lei de anistia de 1979 no Supremo Tribunal Federal*. Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em História. Porto Alegre: UFRGS, 2010.

FICO, Carlos. *A negociação parlamentar da anistia de 1979 e o chamado "perdão dos torturadores"*. In: *Revista de Anistia Política e Justiça de Transição / Ministério da Justiça*. - N. 4 (jul. / dez. 2010). Brasília, 2011, p. 318-333.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. O preço de uma reconciliação extorquida, publicado em: SAFATLE, Vladimir & TELLES, Edson (Orgs.). *O que resta da ditadura*. São Paulo: Boitempo, 2010.

GENRO, Tarso; Abrão, Paulo; ato, Sueli. Os 30 anos da luta pela anistia política e o dever de reparação. In: *Revista Anistia Política e Justiça de Transição* (apresentação). Brasília, n. 2, jul.-dez. 2009, p. 9.

GRECO, Heloísa. *Dimensões fundacionais da luta pela anistia*. Belo Horizonte: UFMG, 2003 (Tese de doutorado em História).

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madri: Siglo XXI, 2002.

LAPIERRE, Nicole. La Mémoire et l'Oubli, *Communications*, nº 49, 1989.

LEMOS, Renato. Anistia e crise política no Brasil pós-64. *Topoi*, Rio de Janeiro, dezembro de 2002.

MARTÍNEZ, Mario López. Transiciones y reconciliaciones: câmbios necessários em el mundo actual. In: RODRÍGUEZ ALCÁZAR, F. JAVIER.(eds.) *Cultivar la Paz*. Editorial Universidade de Granada, Coleccion monográfica "EIRENE" Nº 14, 2000.

MARTINS, José Roberto. *Liberdade para os brasileiros: anistia ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978.

MÉNDEZ, Juan. Entrevista concedida a Glenda Mezarobba. In: *Sur, Revista Internacional de Direitos Humanos*. Vol.4, no.7 São Paulo, 2007.

MEZAROBBA, Glenda. *O preço do esquecimento: as reparações pagas às vítimas do regime militar*. São Paulo: USP, tese em Ciência Política: 2007.

MOREIRA FILHO, José Carlos. O Julgamento da ADPF 153 pelo Supremo Tribunal Federal e a Inacabada Transição Democrática Brasileira. In: PIOVESAN, Flávia; SOARES, Inês Virginia Prado (Coords.). *Direito ao desenvolvimento*. São Paulo: Fórum, 2010.

REIS FILHO, Daniel. Ditadura, anistia e reconciliação. In: *Estudos Históricos*, vol. 23, n.45, p. 171-186, janeiro-julho de 2010.

RICOEUR, Paul. *A história, a memória, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RICOEUR, Paul. O perdão pode curar. In: Fernanda HENRIQUES (org.), *Paul Ricoeur e a Simbólica do Mal*, Porto, Edições Afrontamento, 2005, pp. 35-40. Disponível em http://www.lusosofia.net/textos/paul_ricoeur_o_perdao_pode_curar.pdf. Acesso em 03 de março de 2012.

RODEGHERO, Carla S. A anistia entre a memória e o esquecimento. In: *História Unisinos*, São Leopoldo, 13(2):131-139, Maio/Agosto 2009.

RODEGHERO, Carla; DIENSTMANN, Gabriel e TRINDADE, Tatiana. *Anistia ampla, geral e irrestrita: história de uma luta inconclusa*. Santa Cruz do Sul/RS: Editora da Unisc, 2011.

RODRIGUES, José Honório. *Conciliação e reforma no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1982.

ROLLEMBERG, Denise. Esquecimento das memórias. In: MARTINS FILHO, José Roberto. *O golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas*. São Carlos: Editora da Edufscar, 2006, p. 81-92.

ROLLEMBERG, Denise. História, memória e verdade: em busca do univeso dos homens. In: TELLES, Janaína; TELLES Edson e SANTOS, Cecília M. (Orgs.) *Desarquivando a Ditadura*. Vol. 2, p. 575-6.

SELLIGMANN-SILVA, M. Anistia e (in)justiça no Brasil: o dever da memória e a impunidade. *Literatura e autoritarismo: memórias da repressão*, 9, janeiro-junho de 2007. Disponível em: http://coralx.ufsm.br/grpesqla/revista/num09/art_02.php, acessado em: 07/03/2012.

YERUSHALMI, Yosef H. Reflexiones sobre el olvido. In: YERUSHALMI, Y. et al. *Usos del olvido*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1989.

ZERBINE, Therezinha Godoy. *Anistia: semente da liberdade*. São Paulo: s/ed., 1979.



MARCAS DA AUSÊNCIA: O DRAMA DOS FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS NO BRASIL¹

Cecília Rebelo Matos²
Desirree dos Reis Santos³
Izabel Pimentel da Silva⁴

***“Naquela mesa tá faltando ele.
E a saudade dele tá doendo em mim...”***
“Naquela mesa” - Sérgio Bittencourt

Em 1964, um golpe civil-militar derrubou o governo democrático do presidente João Goulart e colocou o Brasil sob uma ditadura que, a rigor, duraria mais de vinte anos e iria perseguir, censurar, prender, banir, torturar e/ou matar as vozes dissidentes. O recrudescimento da repressão deu-se a partir do decreto do *Ato Institucional nº 5*, o

¹ Este artigo foi elaborado a partir do estímulo e da colaboração generosa da professora Maria Paula Araújo.

² Mestranda em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Bolsista de Aperfeiçoamento do projeto “Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil”, desenvolvido em parceria pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

³ Mestranda em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Bolsista de Aperfeiçoamento do projeto “Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil”, desenvolvido em parceria pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

⁴ Doutoranda em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF); mestre em História Social também pela UFF. Pesquisadora-bolsista do projeto “Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil”, desenvolvido em parceria pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

AI-5.⁵ A partir de então, os altos comandos militares consolidaram uma estrutura policial-burocrática, calcada na espionagem, coleta de informações e operações policiais e voltada, sobretudo, para a captura e interrogatório dos opositores políticos do regime, incluindo, entre seus métodos, o uso sistemático da *tortura*. A tortura, o assassinato e o “desaparecimento” de pessoas foram sistematicamente usados pelos governos militares contra seus opositores, ainda que nunca oficialmente assumidos por eles.

Muitos anos já se passaram desde os tempos da ditadura e o Brasil, através de um caminho tortuoso, alcançou e vem consolidando o regime democrático. No entanto, ainda são muitas as feridas abertas pela ditadura: muitas mortes ainda não esclarecidas, muitos corpos ainda não localizados, muito desrespeito ao direito à memória, à verdade e à justiça. E estes são aspectos que se tornam particularmente dolorosos e fundamentais para os familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil, obrigados a conviver com a ausência de seus entes queridos e a demora do Estado em relação aos esclarecimentos e responsabilização por estas mortes, além da localização dos corpos.

No Brasil, cerca de 50.000 pessoas foram presas durante o período da ditadura civil-militar; 7.367 indiciadas e 10.034 atingidas na fase de inquérito, em 707 processos na Justiça Militar por crimes contra a segurança nacional; 4.862 foram cassadas; 130 banidas; milhares de exilados e, pelo menos, 426 mortos e desaparecidos políticos (incluindo 30 no exterior).⁶ As famílias destes mortos e desaparecidos políticos foram algumas das primeiras vozes que se levantaram, ainda na década de 1970, contra os arbítrios e abusos cometidos pela ditadura em relação aos opositores políticos do regime e, ao longo das últimas décadas, se tornaram protagonistas na luta pelo direito à verdade e à justiça e na defesa dos direitos humanos no país.

No primeiro momento da atuação destes familiares, a dificuldade em obter informações sobre seus parentes desaparecidos era inten-

⁵ Com o AI-5, o Congresso Nacional e as Assembléias Legislativas estaduais foram fechados e o governo passou a ter plenos poderes para suspender direitos políticos dos cidadãos, legislar por decreto, julgar crimes políticos em tribunais militares, cassar mandatos eletivos, demitir ou aposentar juizes e outros funcionários públicos.

⁶ TELES, Janaína de Almeida. “Entre o luto e a melancolia: a luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil”. In: SANTOS, Cecília MacDowell; TELES, Edson & TELES, Janaína de Almeida. *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*. Volume 1. São Paulo: Editora HUCITEC, 2009, p. 152.

sificada pela conjuntura autoritária da ditadura militar. Antes mesmo de se estabelecerem como um grupo atuante na causa desses perseguidos políticos, a procura por pais, irmãos, filhos, maridos e esposas engajados na resistência passou a fazer parte da vida destas pessoas, que, por vezes, sofriam ameaças dos órgãos da repressão para que interrompessem suas buscas. Percorriam tribunais, delegacias e quartéis na tentativa de encontrar seus parentes. Utilizavam vários artifícios para atingir este objetivo, inclusive a solicitação de *habeas corpus* como forma de registrar a responsabilização do Estado por aquela pessoa. Buscavam apoio na ala progressista da Igreja Católica e nos escritórios de advocacia; conheciam outras famílias com o mesmo problema, até que, ainda nos anos 1970, formaram a comissão de familiares de desaparecidos políticos que, mais tarde, atuaria juntamente com o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) na luta contra a ditadura, levantando a bandeira da democracia.

Com a promulgação da Lei 6.683 de 28 de agosto de 1979, a “Lei da Anistia”, parte das vozes dissidentes conquistou seus objetivos. Afinal, a volta de exilados, clandestinos e ex-presos políticos era uma vitória considerável depois de tantos anos de silêncio e repressão. Apesar das conquistas com a anistia, muitos dos familiares não conseguiram sequer um atestado de óbito, ao invés disso, o governo emitia um “atestado de paradeiro ignorado” ou de “morte presumida” aos desaparecidos, procurando se eximir de suas responsabilidades e impedir a investigação das circunstâncias das mortes e desaparecimentos.⁷ Isso não impediu a luta destes familiares. Pelo contrário, até os dias atuais, a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos atua no sentido de fomentar a busca pelos restos mortais dos militantes de esquerda e denunciar os crimes cometidos contra os direitos humanos durante a recente ditadura.⁸

* * *

⁷ COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS & INSTITUTO

DE ESTUDOS SOBRE A VIOLÊNCIA DO ESTADO. Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985). São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009, p. 23.

⁸ Exemplo disso foi a conquista de ampliar a Lei 9.140/95, a “lei dos mortos e desaparecidos”, resultando na nova lei editada 10.536/02, que responsabiliza o Estado por desaparecimentos e mortes “de pessoas que tenham participado, ou tenham sido acusadas de participação em atividades políticas, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 05 de outubro de 1988.”

Neste texto, utilizaremos alguns dos depoimentos colhidos pela equipe carioca do projeto *Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil*.⁹ A partir destes depoimentos, buscaremos elucidar como a repressão, a morte e/ou o desaparecimento de um familiar afeta de forma indelével o cotidiano, os sonhos, as esperanças, o passado, presente e futuro de suas respectivas famílias.

Das seis entrevistas escolhidas para compor esse artigo, quatro falam sobre pais que desapareceram ou foram mortos pela repressão. A figura paterna aparece nesses casos como a primeira referência ideológica da vida da família e por consequência disso é comum que essa ausência transforme os filhos em defensores das causas de seus provedores. Observa-se, no entanto, que há, entre os parentes dos que desapareceram, uma esperança velada de que os mesmos retornem. O momento em que esse sentimento deixa de existir é quando a morte se repete. Se antes foram braços brutos que os assassinaram, depois é o silêncio que os permite continuar morrendo. Há ainda os casos de famílias de militantes, nas quais seus membros, além dos laços sanguíneos, também estavam ligados pela militância política, que afetava o cotidiano familiar.

Esse foi o caso de *Ivan Akselrud Seixas*, nascido em Porto Alegre em 1955. Seus pais, Joaquim Alencar de Seixas e Fanny Akselrud, eram militantes comunistas. Por essa razão, Ivan ressaltou em seu depoimento: *“Eu não entrei na luta, eu nasci dentro dela”*.¹⁰ Sua família dedicava-se à causa operária e Ivan, desde criança, auxiliava o pai em suas atividades políticas. Em 1970, seu pai integrou-se ao *Movimento Revolucionário Tiradentes* (MRT) e o ingresso de Ivan nessa organização, aos 15 anos, foi quase natural, ainda que sua família se opusesse a isso.

Em abril de 1971, pai e filho foram presos juntos em São Paulo

⁹ Ao longo de um ano de projeto, realizamos 44 entrevistas, que configuram um amplo e diversificado painel de histórias de vida de ex-líderes estudantis, ex-guerrilheiros, familiares de mortos e desaparecidos políticos, militares cassados, perseguidos políticos em geral, pessoas que se engajaram na Campanha da Anistia na década de 1970, ativistas de direitos humanos, entre outros. Estas entrevistas não só apontam para as inúmeras possibilidades de atuação durante o período da ditadura civil-militar brasileira, mas também revelam uma pluralidade de memórias, que podem servir como fonte e objeto de estudo para os historiadores, constituindo-se, portanto, em um rico manancial para os estudos históricos do Brasil contemporâneo.

¹⁰ SEIXAS, Ivan Akselrud. Depoimento concedido ao projeto “Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil” (Equipe do Rio de Janeiro - UFRJ). São Paulo, 27 de janeiro de 2012.

e levados para a *Operação Bandeirantes* (OBAN). Ambos reagiram aos primeiros espancamentos, algemados juntos, mas posteriormente foram levados cada um para uma sala de tortura. Supondo que sua família já teria desocupado sua casa, seguindo as normas de segurança da organização, Ivan revelou seu endereço. Mas sua mãe e suas irmãs ainda estavam lá e também foram levadas para a OBAN. No caminho de volta, Ivan viu uma notícia no jornal anunciando a morte de seu pai, antes mesmo de ela acontecer. Nesse momento, ele acreditou que ambos seriam assassinados. Na OBAN, os militares fizeram com que Fanny e suas filhas ouvissem Ivan e Joaquim sendo torturados.

Ivan Seixas expõe que usou como estratégia para enfraquecer e confundir os torturadores entregar um ponto de encontro falso com outro companheiro. Ele diz que parte dos militares que o interrogavam foi conferir a informação e que quando retornaram, furiosos em razão de terem percebido a mentira, sua atitude foi de tentar se comunicar com seu pai e fortalecê-lo:

Eles voltaram espumando (...) e eu aproveitei a fúria deles para passar um recado para o companheiro que estava ali, que era o meu pai. Porque ali não era pai e filho, eram dois militantes. E quando você tem uma situação dessa, o militante que fraquejar ou vacilar enfraquece o outro. (...) Eu precisava dizer ao meu pai que estava tudo bem, que eu não "abri" ninguém. (...) E quando os caras chegaram rasgando a minha roupa, eu falei pro meu pai ouvir: "Claro que era ponto frio, seus babacas! Vocês acham que eu ia entregar um companheiro pra vocês matarem?". Foi um modo que eu arrumei de eu dominar os caras.¹¹

Joaquim Seixas foi morto em 17 de abril de 1971. Ivan ficou preso por seis anos, sem nunca ter sido oficialmente condenado, em razão de ter sido detido quando era menor de idade. Foi liberado em agosto de 1976, durante o processo de "abertura" implementado pelo governo Geisel. Sua reinserção na sociedade foi problemática, porque durante muito tempo foi vigiado diariamente. Por questão de segurança, tornou pública a sua história. Mais tarde, integrou-se à Comissão de mortos e desaparecidos e participou ativamente da luta pela anistia. O corpo de seu pai somente foi encontrado em 4 de setembro de 1990, em uma vala clandestina no cemitério Dom Bosco, no bairro de Perus, em São

¹¹ Idem. Grifos nossos.

Paulo, onde estavam depositadas mais de mil ossadas de indigentes, presos políticos e vítimas de esquadrões da morte.

Ao contrário da família Seixas, os Mata Machado - uma das mais tradicionais famílias mineiras - não eram militantes, porém também tiveram o seu cotidiano alterado pela atuação política de um de seus membros, José Carlos Novaes da Mata Machado.

Em 1964, enquanto Bernardo Novaes da Mata Machado não completara 10 anos de idade, seu irmão, José Carlos, então com 18 anos, ingressou na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. A partir de então, José Carlos teve uma atuação destacada no movimento estudantil universitário, tendo, inclusive, sido eleito vice-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE) em 1967. Ele era ligado à *Ação Popular* (AP), posteriormente conhecida como *Ação Popular Marxista-Leninista* (APML), da qual se tornaria dirigente. Em 1968, José Carlos foi um dos cerca de 800 estudantes presos após a invasão do 30º Congresso da UNE, realizado na cidade de Ibiúna, no interior paulista. No ano seguinte, após 8 meses preso, ele foi libertado e optou por continuar sua militância na APML, caindo na clandestinidade. Essa nova etapa da vida e militância de José Carlos alterou profundamente a rotina da família, que ainda mantinha um certo contato com ele:

Ele dava um jeito de fazer com que cartas chegassem pra gente. Eram sempre mensageiros; nunca pelos Correios e nunca pelo telefone. Nossos telefones foram censurados, nossa casa era vigiada diariamente. Eu me lembro de atender telefonemas de amigos e de repente ouvir um barulhinho dos gravadores ligando; a gente já estava acostumado... E eu, na minha paranóia crítica, começava a conversar com os censores pelo telefone: "O que vocês estão fazendo? Vocês não tem nada melhor do que ficar ouvindo conversa dos outros? Que trabalho feio!"¹²

Em 1973, após muitas "quedas" na APML, José Carlos - que tinha se casado com sua companheira de organização, Maria Madalena Prata Soares, com quem teve um filho em 1972 - foi para São Paulo encontrar alguns familiares e amigos, que montavam um esquema para

¹² MATA MACHADO, Bernardo Novaes da. Depoimento concedido ao projeto "Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil" (Equipe do Rio de Janeiro - UFRJ). Belo Horizonte, 26 de novembro de 2011.

tirá-lo do país. Mas foi denunciado pelo próprio cunhado, Gilberto Prata Soares, irmão de Madalena, que atuou como agente infiltrado na AP e colaborador dos órgãos de repressão de 1973 a 1982. Após ser preso, José Carlos foi levado para Pernambuco, onde foi torturado e assassinado no Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) de Recife, em 28 de outubro de 1973. No dia 31 daquele mês, os meios de comunicação divulgaram a falsa versão de que José Carlos e Gildo Macedo Lacerda, também membro da APML, foram mortos por um terceiro militante da organização, que teria conseguido fugir.

A partir de então, começou a luta da família Mata Machado para resgatar o corpo de José Carlos, que, juntamente com Gildo Lacerda, fora enterrado como indigente num caixão de madeira sem tampa. Seu pai, Edgar Godoy da Mata Machado, utilizou seu prestígio e contatos na busca pelo corpo de seu filho, como relembra Bernardo:

Ele aciona o Ministério da Justiça. Já existia uma Comissão de Direitos Humanos pró-forma... Ele aciona os colegas do Congresso Nacional, do MDB (ele já era cassado). Ele aciona jornais estrangeiros, dos contatos que ele tinha como jornalista (...). E ele aciona Recife, amigos dele, inclusive um ex-deputado (...) Então ele começou a atacar em várias frentes. (...) Jornais estrangeiros começam a falar [do caso], a Câmara começa a falar, o Senado começa a falar. Uma advogada muito corajosa, Dr^a Mércia [Albuquerque], no Recife, começa a pressionar as autoridades pela liberação do corpo. E a pressão vai crescendo, até que os militares perceberam que era melhor soltar o corpo, pra liquidar, pra diminuir, baixar a pressão, porque a pressão começava a ficar internacional.¹³

Com isso, a família conseguiu a autorização para exumação e o traslado do corpo, em caixão lacrado, para Belo Horizonte, sob a condição de que o caixão não poderia ser aberto e não poderia haver anúncio fúnebre. José Carlos Novaes da Mata Machado foi enterrado no dia 15 de novembro de 1973, no cemitério Parque da Colina, em Belo Horizonte.¹⁴

Bernardo da Mata Machado considera que sua família é pri-

¹³ Idem.

¹⁴ Anos mais tarde, já em 1990, quando das escavações na vala do cemitério de Perus, em São Paulo, a família Mata Machado decidiu exumar o corpo de José Carlos para assegurar-se da identidade do corpo que tinham enterrado (em caixão lacrado), o que foi confirmado através de exame em sua arcada dentária.

vilegiada, em comparação com a maioria das famílias de mortos e desaparecidos políticos no Brasil: *“Porque a gente enterrou José Carlos. E não é qualquer família que tenha conseguido isso. A gente sabe onde ele está. E isso é muito importante! (...) A verdade e a memória são fundamentais não só pro país e pra sociedade, mas também para os familiares”*.¹⁵

Já Victória Lavínia Grabois Olimpo não teve este “privilegio”, pois não conseguiu enterrar seus familiares mortos pela repressão. Nascida em 1943, foi criada em uma família na qual a militância de esquerda fazia parte do cotidiano. Seu pai, Maurício Grabois, foi um histórico dirigente comunista e sua mãe, a advogada Alzira Costa Reis, por influência do marido, também se tornou militante. Desde que nasceu, Victória era levada pelos pais para as manifestações políticas no Rio de Janeiro. Em 1964, depois do golpe civil-militar, Victória, que era militante do *Partido Comunista do Brasil* (PCdoB), foi expulsa, juntamente com outros 18 estudantes, do curso de Ciências Sociais da Faculdade Nacional de Filosofia (pertencente à atual UFRJ). A partir daí, com a perseguição política aos seus pais, toda a família, incluindo seu irmão André Grabois (então com 17 anos) se transferiu para São Paulo e caiu na clandestinidade.

Em São Paulo, Victória conheceu Gilberto Olímpio Maria, também militante do PCdoB, com quem se casou. Posteriormente, ela decidiu engravidar. E foi justamente por isso que ela não foi pra região do Araguaia, onde o PCdoB pretendia deflagrar a guerrilha rural: *“Eu queria ter um filho, e eu falei: ‘Se eu não tiver um filho agora, eu não terei um filho nunca!’. Eu acertei em cheio. Aí eu fiquei grávida em dezembro de 1965 (...). O meu filho salvou a minha vida. Porque se eu não tivesse tido o meu filho (...) provavelmente eu teria morrido [no Araguaia]”*.¹⁶

¹⁵ MATA MACHADO, Bernardo Novaes da. op. cit. A propósito, o corpo do militante da AP/APML, Gildo Macedo Lacerda, enterrado como indigente junto ao de José Carlos, nunca foi entregue à sua família. José Carlos Mata Machado foi anistiado post mortem durante a 7ª Caravana da Anistia, realizada em Belo Horizonte em 2008. O centro acadêmico da faculdade de Direito da UFMG, onde José Carlos estudou, recebeu seu nome. Em sua homenagem, também foi rebatizada uma rua em Belo Horizonte, em substituição a sua antiga denominação “Dan Mitrioni”, nome do agente estadunidense que veio para o Brasil ensinar técnicas de tortura aos policiais e militares, utilizando mendigos como cobaias.

¹⁶ OLIMPO, Victória Lavínia Grabois. Depoimento concedido ao projeto “Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil” (Equipe do Rio de Janeiro - UFRJ). Rio de Janeiro, 18 de novembro de 2011.

Desde 1966, diversos militantes do PCdoB foram deslocados para a região do Araguaia, no sul do Pará e parte do Maranhão e Goiás, atual Tocantins. Quase todo o núcleo da família Grabois transferiu-se para o Araguaia: Maurício Grabois em 1966 (quando se tornou um dos dirigentes da guerrilha); André Grabois em 1967 e Gilberto Olímpio, marido de Victória, em 1969.¹⁷ A presença do PCdoB, na área, foi descoberta pelos órgãos repressivos e, após três campanhas militares, desencadeadas entre 1972 e 1973, a guerrilha foi liquidada. Os camponeses locais foram brutalmente torturados pelo Exército, acusados de serem cúmplices dos guerrilheiros. Os guerrilheiros, por sua vez, foram caçados com requintes de crueldade. Mesmo depois de presos, foram assassinados e seus corpos esquartejados, exibidos em lugares públicos e enterrados em locais até hoje desconhecidos. Maurício Grabois, André Grabois e Gilberto Olímpio são até hoje *desaparecidos políticos*.¹⁸ Seus corpos nunca foram entregues à família, nunca tiveram um enterro digno. Victória Grabois, que perdeu pai, irmão e marido nas selvas do Araguaia nunca pode depositar uma flor em seus túmulos.

Segundo Ludmila Catela, o desaparecimento pode ser encarado como uma *morte inconclusa*.¹⁹ A falta de informações sobre o que de fato aconteceu a um ente querido e a não localização de seu respectivo corpo leva seus familiares a estar sempre buscando pistas e esperando um possível retorno que nunca se concretiza. A categoria “desaparecido” simboliza, ainda de acordo com Catela, uma tripla condição: “a falta de um corpo, a falta de um momento de luto e a falta de uma sepultura”.²⁰ Nesse sentido, a ausência do corpo e de um ritual fúnebre perpetua a dor, já que o corpo “condensa e domestica a morte. Torna-a

¹⁷ BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *Direito à verdade e à memória: Comissão especial sobre mortos e desaparecidos políticos*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

¹⁸ Segundo a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, André Grabois foi assassinado em outubro de 1973, enquanto Maurício Grabois e Gilberto Olímpio foram assassinados em 25 de dezembro de 1973. As circunstâncias de suas mortes nunca foram devidamente esclarecidas. Cf. BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS. op. cit.

¹⁹ CATELA, Ludmila da Silva. “Desaparecidos e direitos humanos. Entre um drama nacional e um dilema universal”. In: NOVAES, Regina Reyes & LIMA, Roberto Kant (orgs.). *Antropologia e direitos humanos*. Niterói, RJ: EdUFF, 2001a, p. 212.

²⁰ CATELA, Ludmila da Silva. *Situação-limite e memória. A reconstrução do mundo dos familiares desaparecidos na Argentina*. São Paulo: Hucitec, 2001b, p. 150.

concreta, definitiva, presente, individual, identificada”.²¹ Assim sendo, o desaparecimento, de certa forma, *mata a própria morte*.

A falta do corpo também significa ausência de um túmulo, que, por sua vez, constitui-se em um *lugar de memória*,²² onde a história e a identidade da vítima são reafirmadas, através de rituais de lembrança. Sem uma sepultura, os familiares necessitam criar novas formas e estratégias - públicas ou privadas, individuais ou coletivas - para lembrar os desaparecidos.²³

Enquanto sua família estava no Araguaia, Victória Grabois, que já vivia na clandestinidade, permaneceu em São Paulo, adotou uma nova identidade (passou a se chamar “Teresa”), batalhou para conseguir emprego, teve de registrar seu filho Igor com outro nome (com medo de que pudessem descobrir que ele era neto de Maurício Grabois), mudava constantemente de casa, por questões de segurança e, junto com sua mãe, enfrentou grandes dificuldades em seu cotidiano clandestino:

*(...) Eu vivia com a minha mãe e o meu filho. Eu não tinha marido, eu não tinha amiga, eu não tinha ninguém (...) eu caí na clandestinidade com 20 anos de idade e fui até os 36 (...) Viver na clandestinidade é algo inominável (...) no meu caso em particular, você viver com filho pequeno, com nome falso, uma criança que não tem parente (...) eu tive que inventar para ele que o pai era separado. Porque ele era muito pequeno e não sabia o que acontecia. Quer dizer, esse pai ausente que nunca aparece (...) Todas as crianças tinham família, ele não tinha família. Era uma coisa muito dura!*²⁴

Assim como no caso de Victória Grabois, a perseguição e a inviabilização da vida de inúmeras pessoas como consequência da atuação política de seus parentes afetava grande parte da família, inclusive os filhos dos opositores políticos do regime. O cotidiano de militância marcou a infância dessas crianças, que, por vezes, tinham de adotar

²¹ CATELA, Ludmila da Silva. op. cit. 2001a, p. 220.

²² Cf. NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, n.10, p. 7-28, dez. 1993.

²³ CATELA, Ludmila da Silva. op. cit. 2001a, p. 227-228.

²⁴ OLIMPO, Victória Lavinia Grabois. op. cit. Após o decreto da lei da anistia em 1979, Victória voltou para o Rio de Janeiro, procurou um advogado que defendia presos políticos, tirou novos documentos, desta vez com seu nome verdadeiro e, finalmente, ela e sua mãe saíram da clandestinidade. Victória Grabois foi anistiada em 1994; sua mãe em 1995, pouco antes de morrer. Seu marido, Gilberto Olímpio, foi anistiado post mortem em 2009 e seu pai, Maurício Grabois, em 2010, sem reparação econômica. André Grabois ainda não é anistiado.

“nomes de guerra”, viver em “aparelhos”, tornarem-se clandestinas, seguindo, assim, as estratégias executadas pelas organizações de resistência naquele momento.

Essa realidade fez parte da infância de *Virgílio Gomes da Silva Filho*, nascido em 1962, sobretudo no final da década de 1960, quando seu pai, Virgílio Gomes da Silva (ou “Jonas”), era um dos homens mais procurados pelo sistema de vigilância do governo, por ser um dos comandantes militares da *Ação Libertadora Nacional* (ALN) e ter participado da captura do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick, em 4 de setembro de 1969. Seu filho, Virgilinho - como é chamado por familiares e amigos - recorda a constante ausência do pai depois da decisão de dedicar-se à guerrilha armada: *“A presença dele se tornou mais espaçada, ou seja, não era tão contínua como antigamente. Ele começa a vir com menos frequência lá em casa”*.²⁵

As mudanças no cotidiano da família intensificaram-se a partir daí, até porque Virgílio foi um dos militantes convocados a realizar o treinamento em Cuba para fomentar a revolução brasileira. Durante sua estadia em território cubano, entre agosto de 1967 e julho de 1968, Virgilinho ainda não tinha consciência das atividades políticas do pai. Ao questionarem à mãe sobre onde ele estava, sempre recebia a mesma resposta: “está trabalhando”.

Ao retornar ao Brasil, Virgílio e toda a família foram viver em um sítio em Ribeirão Preto, que servia de base para treinamento dos militantes da ALN. Depois, mudaram-se para São Sebastião, onde ganhou força a ideia de partir para o exílio em Cuba. Virgílio queria tirar sua família do Brasil, uma vez que temia a segurança da esposa e dos filhos. A utilização de “nomes de guerra” era necessária para sair do país. Virgilinho relembra que, de acordo com a vontade de seu pai, teve de se chamar Vicente - nome de fácil memorização pela inicial dos nomes.

A morte de Virgílio Gomes em 29 de setembro de 1969 pelos órgãos repressivos marca outro momento tortuoso na trajetória daquela família. Sem saber da morte do marido, Ilda e seus filhos foram

²⁵ SILVA FILHO, Virgílio Gomes da. Depoimento concedido ao projeto “Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil” (Equipe do Rio de Janeiro - UFRJ). São Paulo, 28 de janeiro de 2012.

capturados pela polícia política, acarretando na prisão da mãe na OBAN, seguida de torturas, e seu afastamento dos filhos, que tiveram de passar dois meses em um Juizado de Menores e depois separados entre os tios maternos. Virgílinho relembra a saída do Juizado e a dificuldade de comunicação com a mãe, que só teve notícias dos filhos depois de quase 4 meses de prisão, quando já estava no presídio Tiradentes:

Uma tia nossa foi lá [no Juizado de menores] e conseguiu tirar a gente. Nós fomos repartidos cada um para uma família (...). Minha mãe estava incomunicável nessa época, a gente não podia vê-la e minha avó levava a gente para que minha mãe visse. Tinha um horário marcado, combinado, onde minha avó nos levava até uma esquina, ficava esperando o horário e a minha mãe lá na cela (numa janelinha pequena) abanava o jornal [demonstrando] que estava nos vendo. Então, a gente sabia que estava tendo um contato visual, a gente não a via, mas ela nos via.²⁶

Virgílinho não tinha a consciência da morte do pai até partir para o exílio²⁷, junto com sua mãe e irmãos, em 1972, já na iminência de completar dez anos de idade.

Só fiquei sabendo [do assassinato de meu pai] em Cuba. Eu escutava aquilo "teu pai foi assassinado", mas aquilo para mim era mentira. Ainda esperava encontrá-lo, ele chegar lá em casa... Quando, em Cuba, nós fomos recebidos como filhos, familiares de um mártir brasileiro, aí comecei a perceber que meu pai tinha sido morto. (...) Mas até então, eu não tinha essa consciência de que ele tinha sido morto na tortura, apesar de ter ido à cadeia várias vezes para visitar minha mãe, visitar os outros companheiros e meu tio que estava preso no [presídio] Tiradentes.²⁸

Mesmo com as tristezas vividas pela família, Virgílinho, comparando com as demais atrocidades ocorridas durante o governo ditatorial, aponta que:

[Apesar de] todos os problemas, nós fomos pessoas de sorte, porque conseguimos sair do Brasil, conseguimos nos formar, consegui ter uma meia-infância em Cuba, uma adolescência plena que não

²⁶ *Idem.*

²⁷ No caso de Virgílio Gomes da Silva, a foto de corpo, junto ao laudo da autópsia, só foi encontrada em 2004 pelo jornalista Mário Magalhães, ao pesquisar o arquivo do DOPS/SP. Como apontam Edileuza Pimenta e Edson Teixeira, foi a primeira vez que Isabel, a única filha do casal, chorou a morte do pai. Não restava mais dúvida de que o pai estava morto. Cf. PIMENTA, Edileuza & TEIXEIRA, Edson. *Virgílio Gomes da Silva: de retirante a guerrilheiro*. São Paulo: Plena Editorial, 2009, p.101. O corpo foi identificado, mas não foram resgatados seus restos mortais.

²⁸ SILVA FILHO, Virgílio Gomes da. op. cit. Grifos nossos.

*tive aqui [no Brasil]. Eu tive a perda do pai, mas foi uma opção dele... Ele estava consciente do que estava fazendo, era uma luta política... Isso [nos dá] orgulho.*²⁹

As vítimas da ditadura não ficavam restritas àqueles que resistiam através das armas. O caso do engenheiro Rubens Beirodt Paiva é exemplar no tocante a essa afirmação. *Vera Silvia Facciolla Paiva* tinha dezesseis anos quando seu pai foi preso. Rubens Paiva, seu pai, tinha 41 anos em 1971. Viviam com a mulher, Maria Eunice, e os cinco filhos, no Rio de Janeiro. Era engenheiro civil, sócio de uma empresa que construía casas populares e elegeu-se deputado pelo Partido Trabalhista Brasileiro em 1962. Com o golpe de 1964, teve seu mandato cassado, encontrou asilo na embaixada da então Iugoslávia, ficou fora do país por sete meses e, ao retornar, voltou a trabalhar como engenheiro. Apoiava a resistência ao regime militar sem fazer parte de nenhuma organização. Escondia pessoas em sua casa, dava dinheiro e auxiliava perseguidos políticos a saírem do Brasil.

No feriado do dia 20 de janeiro de 1971, um grupo de policiais o levou para a base aérea do Aeroporto Santos Dumont, onde foi espancado e de lá saiu para o DOI-CODI da rua Barão de Mesquita. No mesmo dia, Eunice e a filha Eliana, de 14 anos, também foram presas. O recibo da devolução do veículo, que tinha sido levado pelos policiais junto com Rubens Paiva, é a única prova de que ele esteve preso. As únicas informações sobre o que lhe aconteceu na prisão provêm dos relatos dos presos que estavam em celas vizinhas à dele.

Eunice conseguiu que a Justiça aprovasse um *habeas corpus* para seu marido duas vezes. Porém, a resposta que recebia era de que ele não se encontrava nas dependências do Exército. A família passou a não falar mais sobre o assunto, temendo afastar os últimos resquícios de esperança que cada um tinha de encontrar Rubens. Segundo Vera Paiva, cada um em sua família aceitou a morte de Rubens Paiva em um dia diferente, o que para ela o fez morrer muitas vezes.

Minha mãe só enterrou o meu pai (...) quando recebeu o atestado de óbito, em 1995. E essa é a diferença entre quem tem um morto

²⁹ *Idem.* Virgílio Gomes da Silva foi anistiado *post mortem* em 2005; sua viúva e seus filhos Isabel e Vladimir também foram anistiados. Já Virgílio Gomes da Silva Filho optou por não entrar com pedido de anistia. Os restos mortais de Virgílio nunca foram encontrados, a família nunca pôde enterrá-lo.

*pra enterrar e o que não tem. Nós descobrimos recentemente que cada um de nós enterrou meu pai num ano diferente. (...) Porque você decidir que morreu é matar de novo. Eu já tinha matado o meu pai antes, mas pra ela foi só nesse ano.*³⁰

O que marca o caso da família Paiva é a desestruturação da vida de seis pessoas, cada uma delas tendo que criar um sentido para a ida sem volta do patriarca do seu lar. É possível, além disso, traçar um paralelo entre a morte de Rubens Paiva e a do jornalista Vladimir Herzog, que ocorreu em 25 de outubro de 1975. Ambos não estavam diretamente ligados a organizações de luta armada, mas eram contra a ditadura.

A viúva de Vlado (como Vladimir era mais conhecido), *Clarice Herzog*, diferente da maioria dos familiares de presos políticos, soube do local da morte e pôde enterrar o corpo do marido na época. Sua luta tinha um foco específico: desconstruir a versão do governo de que seu esposo tinha se suicidado. O episódio da morte, a divulgação da foto do corpo enforcado na cela e a atuação de Clarice são bastante conhecidos até hoje e tiveram grande repercussão na época.

Vlado fazia parte das células de jornalistas do PCB (que utilizavam a imprensa como forma de luta política) e foi morto no dia em que se apresentou ao DOI-CODI/SP.³¹ Para ocultar essa ação, os responsáveis pela morte alegaram que o jornalista tinha cometido suicídio com o cinto do macacão. Clarice sabia que isso era uma calúnia e começou a buscar meios para responsabilizar o Estado pelo assassinato de Vlado, embora não tenha encontrado médicos que se dispusessem a dar um laudo que contrariasse a versão oficial de suicídio:

Eu decidi que eu ia provar que o Vlado tinha sido assassinado. Eu nunca tive dúvida disso. Aí comecei a procurar advogados (...) Fui várias vezes... eu achava que era meu advogado, mas chegava na hora, ele "caía fora". Ia entrar [na Justiça], eu e o Sindicato [dos jornalistas]. O Sindicato falava que ia entrar com advogado, entrar

³⁰ PAIVA, Vera Sílvia Facciolla. Depoimento concedido ao projeto "Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil" (Equipe do Rio de Janeiro - UFRJ). Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2012.

³¹ Vladimir, diferente de muitos presos políticos, apresentou-se à prisão. Tinha sido abordado no dia 24 de outubro, numa sexta-feira, mas depois de uma negociação, afirmou que se apresentaria no dia seguinte. Clarice recorda que Vlado comentou com ela: "é uma vitória dos jornalistas poder me apresentar espontaneamente e não ser arrastado à força". HERZOG, Clarice. Depoimento concedido ao projeto "Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil" (Equipe do Rio de Janeiro - UFRJ). São Paulo, 30 de janeiro de 2012.

*com uma ação contra a União (...) [depois] o Sindicato também “caiu fora”, disse que não podia entrar porque tinha vindo um recado de Brasília que se ele [o advogado do Sindicato] entrasse, o Sindicato seria invadido. (...) Fui falar com outro advogado, que disse que só quando chegasse o Tribunal de Nuremberg. Falei: “não vou ficar esperando o Tribunal de Nuremberg”. Eu estava desesperada.*³²

Clarice não queria uma ação indenizatória e seu advogado Sergio Bermudez, indicado por Heleno Fragoso, deu a ideia de entrar com uma ação de responsabilidade pela prisão ilegal, tortura e morte. Após várias denúncias feitas por ela nos Estados Unidos e em Londres, finalmente, em 1977, ela ganhou essa ação e conseguiu provar que seu marido foi assassinado. No entanto, um dos maiores problemas depois da morte do Vlado foi a consequência disso para os filhos: *“Meu filho mais velho ficou mal, ficou muito doente, somatizou, passou muito mal. (...) Eu sofri muito”*.³³

A forma de lidar com os filhos e contar sobre as circunstâncias da morte do pai era tarefa difícil para as viúvas dos perseguidos políticos. Além de conviver com a dor da perda do marido, tinham de reunir forças para reestruturar a vida das crianças. Isso não foi diferente para Clarice, que, num primeiro momento, quis ofuscar a realidade sobre a morte de Vlado para seus filhos. Recomendada por um médico da família, que dizia ser confuso para os filhos entenderem que o pai foi morto por policiais, já que “polícia mata assassino”, contou às crianças que seu pai tinha sofrido um acidente. Mas não tardou para que essa versão fosse negada. Clarice teve de contar a verdade, pois o assunto era comentado por toda parte. O caso da morte de Vlado teve grande repercussão nacional e internacional, propiciando a comoção e o recrudescimento do movimento de denúncia contra a ditadura por vários setores da sociedade.

A luta pela responsabilização do Estado pelas mortes de seus familiares perpassa a história de todas as personagens aqui analisadas. Como vimos, a versão oficial do regime militar buscava ocultar os assassinatos e torturas ocorridos durante a ditadura. No caso dos desaparecimentos, a situação é ainda mais grave, pois os corpos das

³² HERZOG, Clarice. op. cit.

³³ *Idem*.

vítimas nunca foram encontrados e entregues às suas famílias. Assim sendo, a busca do corpo torna-se, então, o *locus da dor* e cria laços de união e solidariedade entre os familiares de desaparecidos, ao mesmo tempo em que configura o cerne das estratégias de ação destes grupos, sintetizadas nas denúncias de violações de direitos humanos e na busca pela verdade, memória e justiça.³⁴

Diferentemente dos coletivos de familiares de mortos e desaparecidos políticos no país, Bernardo da Mata Machado foi favorável à recente decisão do Supremo Tribunal Federal de manter a atual interpretação da lei de anistia brasileira de 1979, que não permite a punição aos torturadores e àqueles que violaram direitos humanos durante o período da ditadura civil-militar brasileira. Ele explica sua posição a partir da atitude de seu pai. Após saber da morte do filho pelo *Jornal Nacional*, que reproduziu a versão oficial que omitia as reais circunstâncias do assassinato de José Carlos, Edgar da Mata Machado, que era um católico fervoroso, reuniu a família em seu escritório e disse:

*'Vamos rezar uma oração pra gente ter forças pra perdoar'. Isso, meia hora depois de saber da morte de José Carlos e papai já estava pensando em perdão. (...) Isso me marcou profundamente. (...) Eu acho fundamental a questão de levantar a memória de cada um, saber como morreu, quem mandou matar, quem torturou e aonde, onde está enterrado, eu acho que tem que achar os corpos, tem que desenterrar os corpos, entregar para as famílias. E eu acho que o restabelecimento da verdade, que vai demorar muito tempo, talvez seja um pouco ingenuidade política da minha parte, mas eu acho que pode ser mais fácil de recuperar a verdade e a memória se não houver a condenação e o julgamento dos assassinos. Ou seja, eu tenho a esperança de que eles, protegidos pela lei da anistia, possam começar a contar (...) Porque eu acho fundamental que eles comecem a contar pra que a verdade toda seja restabelecida. Evidentemente, é fundamental a abertura de todos os arquivos.'*³⁵

Em relação à Comissão da Verdade, recentemente aprovada, Bernardo Mata Machado tem expectativas positivas e aprova o modelo da Comissão de Verdade e Reconciliação da África do Sul, que defendia o direito à verdade, não necessariamente vinculado à justiça e punição, mas perpassando a questão do perdão e da reconciliação nacional. Esta não é a postura da grande maioria dos coletivos de familiares de

³⁴ CATELA, Ludmila da Silva. *op. cit.* 2001a.

³⁵ MATA MACHADO, Bernardo Novaes da. *op. cit.*

mortos e desaparecidos políticos no Brasil e dos grupos de ativistas dos direitos humanos. Este é o caso, por exemplo, de Victória Grabois. Ela reconhece que a indenização econômica é importante para as famílias, mas defende que o processo de reparação não pode se limitar a isto: *“Pagar é fácil, arranjar dinheiro não é difícil, agora você ter coragem de abrir os arquivos secretos da ditadura e mostrar as barbaridades que o Exército brasileiro cometeu contra centenas e milhares de brasileiros, aí que é a coisa”*.³⁶

Nesse sentido, Victória Grabois, que atualmente é vice-presidente do Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro e ativista dos direitos humanos, critica a atuação do governo federal em relação ao direito à memória, à verdade e à justiça e considera as iniciativas mais recentes neste sentido - como a aprovação da Lei de Acesso à Informação e a Comissão da Verdade, ambas sancionadas em novembro de 2011 - ainda muito tímidas:

*Eu não considero um pequeno avanço! Isso é o que o governo fala, [diz que] é o que é possível (...) Não tem mais o que esperar (...) nós estamos cansados, eu não aguento mais! (...) eu não quero o possível (...) Os nossos familiares foram para o Araguaia para fazer o impossível, para derrubar a ditadura militar brasileira. Podem dizer que era errado o método, mas naquele momento a coragem desses jovens, de saírem de suas casas indo lutar por outro país (...) deram sua vida para isso?! (...) Eu sou cética, não espero nada [em relação à Comissão da Verdade]. Nós [do grupo Tortura Nunca Mais] temos uma posição crítica (...) Nós não queríamos uma Comissão da Verdade, nós queríamos uma Comissão da Verdade e da Justiça, para que aqueles que cometeram crime de lesa humanidade, aqueles que prenderam, que torturaram, que mataram, que desapareceram com os brasileiros, que prenderam mais de 50 mil brasileiros, que essas pessoas fossem processadas pela Justiça. Agora, o que a Justiça vai fazer com eles? A mim, não interessa! O mínimo é que eles fossem processados!*³⁷

De fato, o Brasil ainda tem um longo caminho a percorrer no que tange ao direito à memória, à verdade e à justiça. A aprovação da Comissão da Verdade pode ser considerada um avanço neste sentido. No entanto, ainda há muitas incertezas em relação ao seu

³⁶ OLIMPO, Victória Lavínia Grabois. *op. cit.*

³⁷ *Idem.*

funcionamento e sua eficácia, sobretudo por conta da pressão que alguns setores militares ainda exercem na política brasileira. Um caso emblemático dos limites que se impõem à esta Comissão ocorreu no próprio dia da sanção da lei que a aprovou, quando, durante a cerimônia oficial realizada em Brasília, Vera Paiva, embora tivesse sido convidada para discursar no evento, foi impedida de ler uma carta em nome dos familiares de desaparecidos. Reproduzimos abaixo um trecho desta fala silenciada:

*Ao enfrentar a verdade sobre esse período, ao impedir que violações contra direitos humanos de qualquer espécie permaneçam sob sigilo, estamos mais perto de enfrentar a herança que ainda assombra a vida cotidiana dos brasileiros. (...) Hoje, consente quem cala!*³⁸

Passados mais de 25 anos do fim da ditadura civil-militar brasileira, o drama dos familiares de mortos e desaparecidos políticos está longe de ter um fim. A luta destas famílias contra o esquecimento é contínua. Grande parte dos avanços, ainda que inconclusos, do governo federal neste âmbito é fruto da pressão destes familiares. As entrevistas utilizadas neste texto configuram um mosaico da desestruturação das famílias atingidas pela repressão da ditadura, desestruturação esta que se perpetua até os dias atuais. Infelizmente, ainda *choram Marias e Clarices no solo do Brasil*.³⁹

Bibliografia

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS. *Habeas corpus: que se apresente o corpo. A busca dos desaparecidos políticos no Brasil*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2010.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS. *Direito à verdade e à memória: história de meninos e meninas marcados pela ditadura*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2009.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *Direito à verdade e à memória: Comissão especial sobre mortos e desaparecidos políticos*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

³⁸ Carta de Vera Paiva, 18 de Novembro de 2011, Palácio do Planalto, Brasília. Disponível em: < <http://blogs.estadao.com.br/marcelo-rubens-paiva/comissao-da-12-verdade/> >. Acessado em 03/03/2012.

³⁹ Trecho da música *O bêbado e o equilibrista*, de João Bosco e Aldir Blanc, lançada em 1979.

CATELA, Ludmila da Silva. "Desaparecidos e direitos humanos. Entre um drama nacional e um dilema universal". In: NOVAES, Regina Reyes & LIMA, Roberto Kant (orgs.). *Antropologia e direitos humanos*. Niterói, RJ: EdUFF, 2001a.

_____. *Situação-limite e memória. A reconstrução do mundo dos familiares desaparecidos na Argentina*. São Paulo: Hucitec, 2001b.

COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS & INSTITUTO DE ESTUDOS SOBRE A VIOLÊNCIA DO ESTADO-IEV. *Dossiê Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*. 2ª edição. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

NORA, Pierre. "Entre memória e história: a problemática dos lugares". *Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História do Departamento de História da PUC-SP*. São Paulo, n.10, p. 7-28, dez. 1993.

PIMENTA, Edileuza & TEIXEIRA, Edson. *Virgílio Gomes da Silva: de retirante a guerrilheiro*. São Paulo: Plena Editorial, 2009.

RODEGHERO, Carla et al. *Anistia ampla, geral e irrestrita*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2011.

TELES, Janaína de Almeida. "Entre o luto e a melancolia: a luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil". In: SANTOS, Cecília MacDowell; TELES, Edson & TELES, Janaína de Almeida. *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*. Volume 1. São Paulo: Editora HUCITEC, 2009.



MEMÓRIAS DA REPRESSÃO: PERNAMBUCO, 1964-1965

*Pablo F. de A. Porfírio*¹

Este texto percorre algumas das entrevistas realizadas pela equipe de pesquisadores da Universidade Federal de Pernambuco, integrantes do Projeto de história oral Marcas da Memória². Uma das possíveis contribuições desta pesquisa, financiada pelo Ministério da Justiça e coordenada pela Comissão de Anistia, consiste na formação de um acervo com relatos de pessoas que sofreram algum tipo de perseguição, repressão e tortura promovidas por representantes da ditadura militar instalada no Brasil com o golpe de 1964. Tal acervo, uma vez disponibilizado, poderá ser consultado, explorado e utilizado por estudantes, professores, pesquisadores e demais interessados no tema. Além disso, viabilizará a reunião e a divulgação, por meio de mídia digital ou em um site, dos depoimentos dessas pessoas que dedicaram parte da sua vida a elaborar e executar ideias, as quais pensavam coletivamente a sociedade, seus problemas e possíveis soluções. Pessoas que em vários casos viram sua vida engolida por uma repressão, cuja função era criminalizar a ação de se discutir e questionar determinada ordem social estabelecida e sugerir outros caminhos. Repressão que dizia como crime as discordâncias expressas e criava uma verdade do medo e do perigo.

A maior parte dos relatos ouvidos pelos pesquisadores da UFPE

¹ Doutorando em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Bolsista CAPES.

² Na região Nordeste, o projeto foi coordenado pelo professor Dr. Antônio Torres Montenegro, da Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Os pesquisadores envolvidos na realização das entrevistas, transcrições e edições foram: Antonio Montenegro, Ermano Oliveira, Felipe Genú, Felipe Pedrosa Aretakis, Giuliana da Matta, Helder Remigio, Jana Araújo, Mariana Rodrigues, Monique Vitorino, Pablo Porfírio, Pedro Dantas, Raíssa Alves, Rebecca Batista de França, Saionara Leandro, Suzane Batista de Araújo, Tássio Araújo.

é constituída pelas trajetórias de militantes das diversas organizações de esquerda, dos partidos políticos, do movimento estudantil. A possibilidade da fala e da sua documentação, convertendo-se em registro de uma memória sobre o passado, deverá oferecer a essa narrativa uma visibilidade e uma circulação social que outrora eram mais limitadas ou até inexistentes. Essa é outra contribuição desse projeto da Comissão de Anistia.

Em vários momentos dos relatos reinou a emoção ao se rememorar os dias de luta, os futuros traçados, os sonhos acalentados e destroçados. Nas falas se apresentaram as amizades formadas e persistentes, mas também as decepções. Produziu-se outro nível de realidade, muitas vezes inexistente na documentação escrita das organizações de esquerda ou da repressão policial, seja pela falta de registro, seja pela queima dele ou porque a escrita não elaborou as imagens e os cenários construídos pelo trabalho da memória.

Neste texto, os depoimentos escolhidos são de pessoas atingidas pela repressão nos primeiros momentos da ditadura militar. Referimo-nos a entrevista concedida por Socorro Ferraz, militante das organizações de esquerda atuantes no início dos anos de 1960, no Nordeste do Brasil. Dialogaremos também com a entrevista de Sebastião Durval, que viveu aquele período e as mobilizações sociais nessa região, mas não estava integrado diretamente a nenhum movimento político. Em comum, eram os jovens de 1964, atingidos pela violência da implantação de um regime de exceção no país.

O leitor encontrará as falas de pessoas que viveram, em diferentes lugares sociais, o movimento camponês em uma região que se tornava internacionalmente conhecida pela mobilização de seus trabalhadores rurais, com líderes considerados incendiários, radicais e inspirados pelo exemplo da Revolução Cubana e de seu comandante, Fidel Castro. Entre essas lideranças e seus movimentos sociais, pode-se citar a Francisco Julião, dirigente das Ligas Camponesas, que apresentava, nos cálculos da CIA, de 60 a 80 mil associados³.

³ A informação está no Relatório da CIA - Drought in the Brazilian Northeast. 18/05/1962. p. 12. <http://www.foia.cia.gov>. Neste relatório Francisco Julião é considerado como o líder pró-comunista das Ligas Camponesas.

O movimento camponês no Nordeste do Brasil do início da década de 1960 mobilizava, além dos trabalhadores rurais, estudantes secundaristas e universitários, profissionais liberais, médicos e advogados, pastores protestantes, religiosos católicos, operários e outros. As marchas camponesas avançavam sobre a cidade do Recife. Em 1959, o Engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão⁴, foi desapropriado⁵. Ali havia sido criada a primeira Liga Camponesa e se conquistava a primeira desapropriação⁶. Em Pernambuco, a mobilização dos trabalhadores rurais se intensificava a cada dia, tornando-se maior e mais impactante. Jornalistas dos principais jornais do país se dirigiam ao Nordeste do Brasil para conhecer *in loco* o movimento e seus diversos personagens⁷. Parte da imprensa norte-americana, como a *Life* e o *The New York Times*, também enviava seus profissionais⁸.

Nestas publicações eram destacados aspectos que indicariam a iminência de uma revolução comunista naquela região do país e a quebra da ordem social. O jornalista do *The New York Times*, Tad Szulc, dizia, em 1960, que “os componentes de uma situação de revolução tornam-se cada vez mais visíveis na vastidão de um Nordeste brasileiro assolado pela pobreza e perseguido pela praga da seca”⁹. Em relação

⁴ O município está situado a 53 km de Recife.

⁵ Há uma extensa bibliografia que analisa diversos aspectos do movimento camponês no Nordeste do Brasil entre a década de 1950 e início da seguinte. Citamos alguns textos e livros, nos quais o leitor poderá encontrar uma discussão sobre os assuntos apontados no parágrafo desta nota: MONTENEGRO, Antônio Torres. *Ligas Camponesas e Sindicatos Rurais em tempo de revolução*. In *História, Metodologia, Memória*. São Paulo: Ed. Contexto, 2010. pp. 73-100; AZEVEDO, Fernando. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982; PAGE, Joseph. *A revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil 1955-1964*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1972. Há também o livro do jornalista Antônio Callado que apresenta importantes informações coletadas em suas visitas ao Nordeste nos anos finais da década de 1950: CALLADO, Antonio. *Os industriais da seca e os galileus de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.

⁶ Realizei uma análise sobre os debates na Assembleia Legislativa dessa desapropriação, bem como sua repercussão na imprensa, no primeiro capítulo do livro *Medo, comunismo e revolução*: Pernambuco (1959-1964). Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.

⁷ Como citamos na nota anterior, o jornalista Antônio Callado esteve no Nordeste para fazer uma série de reportagens sobre o movimento camponês, mais especificamente para conhecer as Ligas Camponesas e seu líder, Francisco Julião, de quem se tornou amigo. As matérias foram publicadas no jornal *Correio da Manhã* em edições dos meses de setembro, novembro e dezembro de 1959. No ano seguinte, ganharam formato de livro intitulado: *Os industriais da seca e os galileus de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.

⁸ Em outubro de 1960, o jornalista Tad Szulc do *The New York Times* foi enviado a Pernambuco para conhecer o movimento social organizado pelos camponeses. Dessa viagem resultaram duas reportagens publicadas nos dias 31 de outubro e 1º de novembro daquele mesmo ano, tendo a primeira ocupado um espaço de destaque na capa do *The New York Times*. Em junho de 1961, a revista *Life* publicou uma reportagem sobre a influência de Fidel Castro na América Latina. Para isso, enviou a Pernambuco, entre outros lugares, uma equipe de jornalistas que apresentou as Ligas Camponesas e seu principal líder, Francisco Julião, como seguidores da Revolução Cubana e com possibilidade de transformar aquela parte do Brasil em um território comunista.

⁹ The New York Times, 31 de outubro de 1960. p. 01.

à desapropriação do Engenho Galiléia, o jornal *O Estado de São Paulo* afirmava que “o combate a propriedade particular representa, em qualquer tentativa de reforma agrária, um retrocesso que nos pode arrastar a própria barbárie”¹⁰. Se por um lado, alguns setores entendiam as mobilizações e conquistas dos camponeses como sinal de uma revolução comunista e, por conseguinte, uma ameaça à ordem, por outro a possibilidade de promover mudanças sociais e políticas animavam diversas pessoas a dedicar grande parte do seu tempo ou propriamente sua vida ao movimento camponês. O medo de uns era o ânimo de outros, até porque a certeza de se poder fazer uma revolução era um sentimento cada vez mais forte.

A reportagem do *The New York Times*¹¹ também publicou o que seria a declaração de um dos integrantes das Ligas Camponesas em uma assembleia de trabalhadores rurais: “o exemplo de Cuba está aqui [...] queremos uma solução pacífica para nossos problemas, mas se isso não for possível, viremos aqui pedir a vocês para pegar em armas e fazer a revolução”. Em outra reunião de trabalhadores, desta vez em uma zona bastante pobre da cidade do Recife, o dirigente camponês Francisco Julião teria falado para uma equipe de jornalistas norte-americanos que “ao invés de visitarem os pontos chic da cidade, deveriam ir para a Ilha de Xié para verem o povo e as crianças de Xié. Ali morrem de fome à culpa do Governo e que o povo por este motivo devia unir-se e seguir o exemplo do grande Fidel Castro e para isto é que sábado iria [Francisco Julião] a Paraíba, arregimentar camponeses para uma futura revolução e que o Governo já tinha visto o exemplo do povo de Galiléia de Vitória”¹².

Muitos militantes do movimento camponês no início da década de 1960 compartilhavam destes pensamentos. Vários deles iam ao campo certos de uma vitória política. Esse clima de confiança contribuía para atrair ainda mais jovens estudantes a se inserir nesta onda social.

¹⁰ Estado de São Paulo, 03 de fevereiro de 1960. P. 03.

¹¹ The New York Times, 31 de outubro de 1960. p. 04.

¹² Relato produzido por uma agente policial da DOPS-PE na Ocorrência nº 54, 23 de fevereiro de 1961. Coleção Francisco Julião - Prontuário Dops. Mp 01. FUNDAJ.

2 - Leituras sobre duas entrevistas

Antes de analisar as possíveis relações entre os relatos de memória e um debate historiográfico, quero apresentar aspectos sobre as entrevistas aqui trabalhadas. Isso para o leitor conhecer, mesmo que minimamente, o processo de elaboração desses registros e algumas das leituras que podem ser feitas dessa produção de memória.

2.1 - Socorro Ferraz

No final da década de 1950, Socorro Ferraz era uma estudante, que integrava a Juventude do Partido Comunista em Pernambuco. Participava das reuniões e dos cursos sobre marxismo, revolução e política internacional oferecidos pelo PC. Frequentava as aulas da graduação do curso de História e também atuava junto as Ligas Camponesas. Esta última ação reprovada pela direção do partido, que pensava a Juventude Comunista apenas para atuar nas universidades e ademais não concordava com o modelo de processo revolucionário proposto pelos dirigentes das Ligas¹³.

Socorro Ferraz, que atualmente é professora na Pós-graduação em História da UFPE, recorda parte de sua juventude como um momento repleto de atividades políticas e de perigosas viagens para a Zona da Mata de Pernambuco, onde se realizavam os encontros com os camponeses.

Participar das Ligas era uma opção de parte dos jovens comunistas. Para muitos deles, Cuba já era o exemplo de que se poderia fazer a revolução sem passar pela etapa da aliança com a burguesia e

¹³ As divergências entre o Partido Comunista e as Ligas Camponesas se acentuaram a partir do início da década de 1960, quando o PC propunha um processo revolucionário considerado etapista e setores das Ligas defendiam uma ação mais radical, sem passar pela aliança com a burguesia, e até com o uso das armas, por meio da realização de guerrilhas, inspirando-se no modelo cubano de revolução. Em 1961, no I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, realizado em Belo Horizonte, o representante e dirigente das Ligas Camponesas, Francisco Julião, conseguiu obter o voto da maioria dos 1400 delegados presentes e aprovou a tese da *Reforma Agrária na Lei ou na Marra*. A radicalização cada vez maior proposta pelos líderes dos camponeses promoveu um crescente afastamento dos líderes comunistas em relação a este movimento. Quando parcelas da Juventude Comunista participava das ações das Ligas estariam fortalecendo a estratégia deste movimento e, por conseguinte, enfraquecendo a posição do PC. Nesse sentido, o desagravo dos dirigentes comunistas ao comportamento de Socorro Ferraz estava relacionado com a disputa de poder político nacional travada entre esses dois grupos das esquerdas no início dos anos 1960.

aquela organização campesina era o caminho que mais os aproximava da experiência cubana¹⁴.

Como Cuba não passou por essa etapa, então começou a haver uma fissura dentro do Partido: “olha! Cuba é um exemplo, não foi preciso se chegar a uma aliança tão grande com o capital ao ponto de se fazer uma Revolução Burguesa e a partir daí se pensar numa Revolução Socialista” e isso incomodava também aos dirigentes comunistas, principalmente, aos mais velhos. E essas ideias vinham muito da Juventude, a Juventude queria muito acabar com as etapas. Não ter etapas, se partir para uma Revolução Socialista e essa revolução se previa que ela poderia vir da cidade, quer dizer, dos operários, e do campo¹⁵.

Essa ânsia e inconformidade, rememorada por Socorro Ferraz, de parcela da Juventude do PC, que tanto incomodava aos mais antigos líderes do Partido, pareciam ser atendidas e conformadas com a dinâmica oferecida e empreendida pelos vários representantes e dirigentes das Ligas:

Os dirigentes das Ligas convidavam esses estudantes que eram pessoas que se conheciam, que eram amigos, etc. E “olha! Vai lá!” e havia um deputado muito atuante aqui, Carlos Luis de Andrade que era do Partido Socialista e era da direção também das ligas com o Julião e era uma das pessoas, que eu conheci, mais capaz, mais inteligente, mais culta e conhecia muito o marxismo, conhecia muito sobre política, sobre direito, era uma pessoa realmente especial. E na casa dele havia uma frequência de estudantes e uma discussão com outras pessoas, com Enildo Carneiro Pessoa, às vezes o Arraes, que morava perto, também ia, nessa época ele não era ainda governador, e muitos outros, advogados, engenheiros iam muito e nós ouvíamos aquela discussão e aprendíamos muito [...] Para a Juventude e eu me lembro que éramos tantos que não cabia assim numa sala comum, essas reuniões eram num armazém que havia na Rua da Aurora, ou eram na Rua do Sol¹⁶, acho que era a Rua do Sol e era um armazém

¹⁴ Naqueles anos iniciais da década de 1960, muitos militantes de esquerda eram animados pela rápida conquista do Estado representada pela Revolução Cubana, aliada a liderança tecnológica na corrida espacial e a perspectiva do desenvolvimento na produção de bens de consumo realizadas pela União Soviética. Esses eram fatores que influenciavam e impulsionavam a participação, sobretudo, de jovens no projeto socialista. Ver BARÃO, Carlos Alberto. *A influência da Revolução Cubana sobre a esquerda brasileira nos anos 60* In: MORAES, João Quartim de; REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *História do Marxismo no Brasil*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

¹⁵ Socorro Ferraz. Depoimento concedido ao projeto “Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil” (Equipe da UFPE). Recife, 01/04/2011. 2ª sessão. pp. 04-05.

¹⁶ Rua da Aurora e Rua do sol estão localizadas no chamado centro da cidade do Recife, paralelas entre si, em determinado perímetro, e separadas pelo Rio Capibaribe.

imenso [...] Então essas reuniões eram lá, de tão grandes que eram, com tantos estudantes. Mas enfim, então esse grupo começou a frequentar as ligas e começou a participar das reuniões não só na casa de Carlos Luis de Andrade, nem na sede das ligas, como também indo, acompanhando Francisco Julião, indo aos locais das Ligas¹⁷.

E assim, sendo da Juventude Comunista e atuando nas Ligas Camponesas, Socorro Ferraz relata que:

Então os estudantes de direito ajudavam em todos esses processos, por que todo dia tinha uma expulsão, todo dia tinha uma grande confusão jurídica [...] as ligas tinham uma sede ali na Avenida Conde da Boa Vista¹⁸, a gente terminava as aulas e corria pra lá, sabia que tinha coisas pra fazer, tá entendendo? Para ajudar, para levar, era um trabalho contínuo, contínuo. Olha! É um tempo assim, da minha juventude, que eu esqueci de me divertir, não é? Eu passei minha vida nisso e realmente a minha vida de juventude, né?¹⁹

E ainda nesse trabalho da Juventude junto as Ligas Camponesas, rememora:

[...] a gente ia de ônibus, um camponês sempre ia nos buscar e a gente entrava pelo canavial, porque os senhores de engenho sempre faziam tocaia, sempre faziam correrias dentro dos canaviais, não era fácil. Olhe! Ali no Cabo²⁰, tem uma viagem que era uma das coisas mais lindas que eu lembro, de canoa por dentro do mangue, [...] era o que a gente fazia porque dentro do mangue era a melhor forma de não ser visto, porque o mangue é muito alto e você vai por dentro do mangue, naquelas canoas, não é? E eles nos levavam, então parava em tal engenho, já sabia que a gente ia em tal engenho. Agora as condições de vida deles, não podia haver pior, a gente às vezes pelo tempo, a gente levava comida, coisas para eles, inclusive para todos, mas assim na hora do almoço, sabe o que eles tinham? Caroço de jaca cozido, isso era o almoço do camponês, antes de Arraes assumir o governo, era caroço de jaca cozido. A gente chegava, tinha mais um dinheirinho, mandava comprar aquelas sardinhas nas caixas que são, como essa expressão: “sardinha em caixa”, é isso aí, é uma imprensa na outra, um fedor incrível, por que aquilo tem dias sem refrigeração, sem nada, aí se comia isso com farinha. Eles tinham o beiju, tinha a casa de farinha, muitas vezes eu também ajudava um

¹⁷ Depoimento de Socorro Ferraz. Op. Cit.

¹⁸ Esta avenida situa-se perpendicular a Rua da Aurora, citada na nota 16.

¹⁹ Socorro Ferraz. Depoimento concedido ao projeto “Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil” (Equipe da UFPE). Recife, 18/04/2011. 3ª sessão. p. 09.

²⁰ O município do Cabo de Santo Agostinho está situado ao sul da cidade do Recife e distante cerca de 30 km.

*pouco na casa de farinha, fazia-se o beiju e se comia beiju, caroço de jaca cozido*²¹.

A narrativa realizada por Socorro Ferraz propõe-se a produzir uma dimensão realística, romântica e de aventura. Procura envolver o leitor com os detalhes, oferecidos por quem esteve na linha de frente do movimento camponês. As descrições das reuniões, do trabalho na sede das Ligas, das viagens pelos manguezais, do almoço com “caroço de jaca cozido” ou do “fedor incrível” da “sardinha em caixa” visa conferir ao seu relato uma abundância realista por seu caráter verossímil²².

No total, esta entrevista foi constituída por nove sessões e, conseqüentemente, várias horas de gravação. Foi o relato mais longo registrado pela equipe da UFPE para o projeto Marcas da Memória. Estivemos presente a todas as sessões e fomos, por diversas vezes, envolvido pela narração contínua e detalhista da professora e pesquisadora do Departamento de História da UFPE. As aventuras nos canaviais e/ou os suspenses das perseguições policiais sofridas tomavam nossa atenção, arrebatavam nossa admiração e criava uma ansiedade para o próximo encontro.

Era o relato sobre uma mulher que dedicava os seus anos juvenis para revolucionar a vida de miseráveis camponeses, arriscando-se em meio aos manguezais e as possíveis tocaias preparadas pelos latifundiários.

Mas, para além dos detalhes descritos, o que estava sendo trazido para a discussão pela entrevista? Entre outras questões, pensamos ser uma das principais a que procuraremos apresentar com a sequência de fragmentos transcrita acima: a juventude.

Para a militante do Partido Comunista e das Ligas Camponesas, aquela intensa mobilização social, que visava uma revolução, cada vez mais próxima, no Nordeste do Brasil, como a ocorrida em Cuba, estava marcada pela audácia, pelo ímpeto e desprendimento da juventude que desafiava os antigos dirigentes do PC, se arriscava nos manguezais, driblando as armadilhas dos donos de engenhos e com disposição saía

²¹ Depoimento de Socorro Ferraz. Op. Cit.

²² SARLO, Beatriz. *Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007. p. 52.

das aulas direto para trabalhar na sede das Ligas Camponesas.

O relato de memória de Socorro Ferraz nos diz que aquela mobilização revolucionária do início da década de 1960 se deu sob o signo da sua juventude e de muitos outros, de uma geração. Contudo, ademais das aventuras e do romantismo político de sua narrativa, houve a forte repressão civil e militar a partir de abril de 1964. Sonhos desfeitos, projetos inviabilizados, amigos e companheiros perdidos. E nesta memória construída e direcionada para o projeto da Comissão de Anistia, o qual deseja registrar e divulgar as práticas repressivas do Regime Militar, Socorro Ferraz afirma: “Olha! É um tempo assim, da minha juventude, que eu esqueci de me divertir, não é? Eu passei minha vida nisso e realmente a minha vida de juventude, né?”²³. E aqui, a memória exerce sua cobrança. Exige o caráter de protagonismo da juventude para aquela imensa mobilização do início dos anos 1960, aliado ao reconhecimento do sacrifício e da abnegação daqueles jovens militantes políticos.

2.2 - Sebastião Durval - Caxito

Ferreiros é uma cidade rodeada por engenhos e suas plantações de cana-de-açúcar. Está situada a 78 km de distância do Recife. Viajamos para lá em 13 de janeiro de 2012 para realizarmos algumas entrevistas. Nossa equipe era formada pelo autor desse artigo e pelos professores Dr. Antonio Montenegro e Ms. Ricardo Leite, natural do município, mas já vivendo há vários anos na capital pernambucana, e quem realizou o contato com os entrevistados. Um deles foi Sebastião Durval, que passou grande parte de sua vida trabalhando nas plantações dos engenhos. Em quase toda cidade, Sebastião Durval é conhecido como Caxito²⁴ e ficou marcado por ter sido raptado e torturado por um grupo de homens, civis e policiais militares, no ano de 1965.

Atualmente, Caxito está aposentado e vive em uma pequena casa, com precária estrutura física. Ao chegarmos, encontramos-lo no terraço, acompanhado de sua esposa e também de várias crianças. Ricardo se dirigiu para falar com o ainda então possível entrevistado.

²³ Depoimento de Socorro Ferraz. Op. Cit.

²⁴ No decorrer do texto utilizarei o nome Caxito, pois é assim que o entrevistado é sempre chamado.

De início parecia que ele não concederia o seu relato de memória, pois algumas semanas antes havia sofrido um princípio de AVC. Mas, com o avanço da conversa, ele aceitou nos contar sua história. A entrevista, com duração de quase uma hora, ocorreu na sede municipal do Partido dos Trabalhadores - PT -, uma casa que além de abrigar ao partido político, também é utilizada como sala de aula de um curso pré-vestibular.

Instalado o material de filmagem e gravação de áudio, iniciamos a entrevista, interrompida algumas vezes pelo excesso de ruído que vinha da rua, provocado, em sua maioria, pela passagem de caminhões e tratores. Perguntado sobre o que gostaria de contar, Caxito responde de modo direto e enfático: “contar o que sofri, né” e passou a relatar seu rapto e tortura.

Beatriz Sarlo diz que “a rememoração do passado [...] não é uma escolha, mas uma condição para o discurso, que não escapa da memória, nem pode livrar-se das premissas impostas pela atualidade à enunciação”²⁵. Quando chegamos à casa de Caxito e fomos apresentados como pesquisadores da Universidade Federal de Pernambuco, interessados em conhecer as histórias de pessoas que haviam sofrido algum tipo de repressão durante a ditadura militar, estávamos dizendo que o relato que nos interessava exigia uma rememoração do passado.

Ao sair de sua casa, falar um até logo a sua esposa e filhos, Caxito aceitava a nossa proposta. Quando chegamos à sede do PT e o professor Antonio Montenegro explicou, com mais detalhes, o que era o projeto Marcas da Memória, da Comissão de Anistia, pontuava-se as premissas que o presente sutilmente impunha à memória a ser construída. “A memória não é invariavelmente espontânea”²⁶.

E por isso ao ser perguntado o que gostaria de contar, afirma: “contar o que sofri”. Porque para ele era isso o que ao final dizíamos querer ouvir e também era essa a relação estabelecida entre o seu passado e aquele momento.

²⁵ SARLO, Beatriz. Op. Cit. p. 49.

²⁶ SARLO, Beatriz. Op. Cit. p. 56.

3 - Imagens da memória - Repressão ao movimento camponês.

3.1 - Por Socorro Ferraz

Iniciamos este tópico com uma imagem narrativa de memória sobre o golpe civil e militar de 1964, mais especificamente, sobre momentos do dia 1º de abril. Nesta data, Socorro Ferraz e dois companheiros de partido, há três dias em viagem pelo interior de Pernambuco, sem tomar banho e se alimentado mal, chegaram a Palmares, município da Zona da Mata do Estado. Esperavam encontrar no sindicato rural e na liga camponesa daquela região uma resistência maior e mais organizada ao golpe, a qual eles se incorporariam.]

O que encontraram? Cito a narração de Socorro Ferraz.

[...] "comemos alguma coisa, botamos gasolina no jipe e fomos. Voltamos, pegamos Bonito e a gente sabia que tinha uma estrada de Bonito para Palmares, era uma estrada carroçável, hoje é uma boa estrada, mas naquela época era de você entrar pelo mato adentro quase. E nós chegamos em Palmares, porque a gente queria ir para a Liga Limão, a gente sabia, ia ao sindicato, a gente sabia que poderia existir uma resistência maior, mais organizada e a gente já queria estar lá. Quando nós chegamos em Palmares, chovia, era uma chuva fina [...] isso era dia 1º, a cidade estava completamente deserta, era como uma cidade da guerra e não havia uma pessoa na rua, absolutamente [...] Quando nós chegamos o exército já vinha entrando na cidade por Alagoas. Mas, olha! Pense num exército assim, tipo de passo de ganho, assim, pá, pá, na cidade, mas foi uma coisa, um impacto, porque a gente sempre um pouco improvisado, a gente sempre achou que as nossas forças, o exército brasileiro, não era algo tão organizado, mas pense numa coisa violenta. Mas assim, nós ficamos escondidos atrás do posto, nesse jipe, eles não nos viram, passaram, e daí a gente foi até a liga Limão que era nos engenhos. Quando nós chegamos lá, todas as casas estavam fechadas, não havia ninguém nas casas, os camponeses já haviam sido presos, a família já tinha toda debandado para dentro dos matos [...] os camponeses foram presos da noite do dia 31 para o dia 1º e eles já fizeram todas as prisões, enquanto estavam dizendo a Arraes que ainda iam ver, ia acontecer, eles já estavam prendendo a liderança toda, entendeu? E daí a gente voltou, não tinha mais nada o que fazer, de pessoas para ver, para organizar. Nós voltamos pela mesma estrada, chegamos à

*noite, muito tarde em Bonito...”*²⁷.

Enquanto Socorro Ferraz ia a Palmares, Gregório Bezerra, líder comunista que também poderia organizar uma resistência no campo, era procurado, preso e depois arrastado pelas ruas do bairro de Casa Forte, em Recife, torturado e achincalhado em praça pública. E os camponeses, que junto com o líder comunista promoveriam uma resistência, tentavam escapar frente à intensa repressão e perseguição exercida pelos próprios donos dos engenhos, com a anuência e a colaboração de grande parte da polícia.

A cidade deserta, sem uma pessoa na rua, tocada por uma chuva fina seria a imagem do fim daquela mobilização revolucionária. A “cidade da guerra” seria a devastação promovida por uma derrota. Essas imagens minimalistas e individuais produzidas pela memória de Socorro Ferraz devem ser lidas, contudo, para além dos simples detalhes e isso implica enunciar algo inteligível. Neste caso, essa é uma memória da repressão ao movimento camponês no Nordeste do Brasil com o golpe civil e militar de 1964; a marcha do exército, a prisão de vários camponeses, a fuga e o desaparecimento de outros. As organizações de esquerda no campo já estavam desmanteladas em 1º de abril.

Analisando as produções sobre o golpe civil militar de 1964, Carlos Fico afirma que uma primeira fase desses trabalhos foi constituída pela *memorialista*. Os relatos de memória, contudo, para o autor, seriam uma fonte já esgotada para a obtenção de informações. Ainda argumenta que foram esses relatos, cuja repetição, ajudaram a fixar, no senso comum, algumas versões sobre a ditadura, como a de que os primeiros anos do Regime Militar foi moderado em relação à repressão e às torturas²⁸.

Contudo, em cada época a sociedade desenha suas memórias e estas podem oferecer ainda novos elementos para a produção histórica, produzindo relatos carregados de novas informações e dinâmicas sociais e políticas. Cabe ao historiador integrar esses relatos a uma

²⁷ Socorro Ferraz. Depoimento concedido ao projeto “Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil” (Equipe da UFPE). Recife, 29/04/2011. 4ª sessão. pp. 28-29.

²⁸ FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Revista Brasileira de História. São Paulo. V.24, nº 47. 2004. p. 32.

tessitura histórica, perpassada por uma nova intriga, ou seja, a nova problemática que se deseja discutir.

A memória de Socorro Ferraz, assim como outros relatos produzidos para o Projeto Marcas da Memória, não só ratifica uma análise historiográfica de que não houve um governo militar moderado, como também oferece fios, a serem tecidos, de que a repressão no Nordeste foi extremamente forte e possivelmente constituída por uma integração entre militares e grupos civis, principalmente, os latifundiários.

Ainda mais, obriga-nos a perguntarmos sobre essa massa de camponeses, por vezes, apresentada de modo tão superficial e uniforme por uma parcela da historiografia, e que foi vítima primeira e direta do Regime Militar.

Esses camponeses, que estavam integrados naquela região em sindicatos e Ligas, como a do Engenho Limão, foram presos ou sofreram algum tipo de repressão ou procuravam fugir dela, abandonando suas casas e roçados. Um dos seus líderes mais destacado, Gregório Bezerra, foi torturado publicamente pelas ruas do bairro de classe média alta de Recife.

Outras lideranças camponesas, menos conhecidas, também foram atingidas. Sobre elas e os primeiros momentos pós-golpe, Fernando Barbosa, esposo de Socorro Ferraz, médico e também militante do Partido Comunista e das Ligas Camponesas, relata o seguinte:

Pena! Com tudo isso de 1964, matou a nossa liderança camponesa toda. O que foi encontrado de cadáveres, de corpos na estrada entre Caruaru e Campina Grande, inclusive mutilados para ninguém conhecer quem era [...] pouca gente sobrou daquele tempo no campo, pouquíssima gente. Sobrou quem a gente escondeu, uma parte, uns que resistiram porque eram fortes, como Joaquim Camilo, que eu te falei, mas Zé Eduardo e Jessino tiveram que se ausentar, mas o resto... Manoelzinho sumiu, ninguém sabe aonde foi que acabou Manoelzinho. Ele era aqui da Mirueira, trabalhava aqui nesse Litoral Norte todo; Igarassu, Goiana, Paulista²⁹.

Quantos camponeses foram mortos? Quantos tiveram que sair de suas casas? Para onde foram? O que ocorreu com sua família?

²⁹ Fernando Barbosa. Depoimento concedido ao projeto "Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil" (Equipe da UFPE). Recife, 18/10/2011. pp. 18-19.

Fernando Barbosa cita, em outro trecho do seu relato, que no Sindicato de Palmares havia cerca de 70 mil associados. No dia 1º de abril, Socorro Ferraz relata que já não havia mais pessoas para ver, para organizar.

O trabalho com a memória para os estudos da ditadura militar ainda oferece várias possibilidades, que vão além do objetivo de “esclarecer detalhes, sobretudo concernentes a atuações individuais”³⁰, como afirma Jacob Gorender e reafirma Carlos Fico. Os relatos de Socorro Ferraz e Fernando Barbosa ajudam-nos a desconstruir ainda mais a tese do período moderado do início da ditadura. Mas também, extrapola a dimensão do detalhe individual e nos empurra a pensar sobre o aniquilamento do movimento camponês nos primeiros dias após o golpe de 1964.

Esse aniquilamento, entretanto, não parece tão presente em uma memória social e hegemônica sobre a repressão realizada pela ditadura militar. Talvez, deva-se começar a pensar que há um trabalho de memória presente em livros autobiográficos e no cinema, apenas para citar dois, que destacaram os jovens do movimento de luta armada da geração de 1968, vitimados pelo AI-5 e pelo governo Médici, como representantes de todo um grupo de pessoas atingidas pela violência e tortura do Regime Militar.

Livros que obtiveram grande circulação como *O que é isso, companheiro*.³¹, do ex-integrante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro, Fernando Gabeira, ajudaram a tornar popular a figura dos jovens revolucionários do final da década de 1960 e início da seguinte. O filme³², inspirado neste livro, com o mesmo nome, e indicado ao Oscar na categoria de melhor filme estrangeiro em 1997, proporcionou também uma maior divulgação das ações, vistas muitas vezes como heroicas, dos jovens militantes da geração de 1968.

Alguns anos depois do lançamento deste filme, a eleição do presidente Luis Inácio Lula da Silva alçou para a grande mídia personagens

³⁰ GORENDER, J. Prefácio in FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar*. Rio de Janeiro, Record, 2001. p. 13 Apud FICO, Carlos. *Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Op. Cit. p. 32.

³¹ O livro foi escrito por Fernando Gabeira quando ainda estava no exílio e lançado em 1979, obtendo grande sucesso editorial.

³² O filme teve direção de Bruno Barreto e foca sua narrativa no sequestro do embaixador dos Estados Unidos no Brasil Charles Elbrick, em 1969. Nos EUA, a película recebeu o nome de *Four Days in September*.

daquela juventude do final da década de 1960, como José Dirceu³³ e José Genoíno³⁴, presos e torturados pelos governos militares.

Mais recentemente, em 2010, a eleição da presidente Dilma Roussef trouxe à tona a imagem da jovem revolucionária, presa e torturada, que lutava em movimentos considerados de resistência democrática³⁵.

Todos são vítimas de uma longa e violenta ditadura militar. No entanto, o que a memória de Socorro Ferraz produz não é apenas agregar detalhes e informações individuais. Juntamente com o relato produzido por Fernando Barbosa, essas memórias também podem estar exigindo que a historiografia se debruce e analise o caso dos camponeses e seus líderes atingidos diretamente pela forte repressão do governo Castelo Branco³⁶.

Nesse caso, os relatos de memória não são fontes esgotadas, mas sim trazem informações que pediriam a produção de deslocamentos, de revisões e novas tessituras de problemáticas. Estariam lutando contra outra memória social, estabelecida por setores da própria esquerda. Que os relatos de militantes do movimento camponês e dos trabalhadores de 1964, reprimidos, presos, torturados e exilados, atuem como *memórias subterrâneas*, que *afloram em sobressaltos bruscos e exarcerbados* e fazem suas exigências³⁷.

3.2 - Por Severino Durval - Caxito

Desde jovem, Caxito viveu e trabalhou nas terras dos engenhos do município de També. Em determinado momento, com vinte e poucos anos, trabalhava no Engenho Oriente, que hoje tem a sede no município de Ferreiros, na época apenas distrito. Caxito viveu o período de intensas mobilizações de camponeses naquela região, no início da década

³³ Foi preso no XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes, em Ibiúna, 1969.

³⁴ Foi preso em 1972, quando participava da Guerrilha do Araguaia.

³⁵ Sobre o debate acerca da chamada resistência democrática pelos grupos da luta armada, ver: AARÃO REIS FILHO, Daniel. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: Marcelo Ridenti; Rodrigo Patto Sá Motta. (Org.). O golpe e a ditadura militar - 40 anos depois (1964-2004). 1a ed. Bauru: EDUSC, 2004. p. 29-52.

³⁶ Deve-se ressaltar a existência de uma publicação mais recente, que caminha nesse sentido da investigação. Para tanto, ver: CARNEIRO, Ana e CIOCCARI, Marta. Retrato da Repressão Política no Campo, Brasil 1962-1985. Camponeses torturados, mortos e desaparecidos. Brasília: MDA, 2010.

³⁷ POLLACK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro. Vol. 2, nº3, 1989.

de 1960. Viu e ouviu as histórias sobre alguns jovens que chegavam de fora da cidade e começavam a organizar greves de trabalhadores e exigir direitos sociais e trabalhistas até então inexistentes.

Um desses jovens era Paulo Roberto Pinto, gráfico e metalúrgico em Mogi das Cruzes, que recebeu, no Partido Operário Revolucionário Trotskista, POR-T, o nome de Jeremias e foi enviado, aos 21 anos, para atuar em També, próximo à fronteira entre Pernambuco e Paraíba. Jeremias foi assassinado em uma emboscada, quando se dirigia com mais de 500 pessoas ao Engenho Oriente, atendendo a um chamado do dono, José Borba, que prometeu realizar o pagamento do 13º salário, atrasado há nove meses³⁸. Caxito tinha sido chamado por uns amigos para ir também ao Oriente, acompanhar o que, segundo seu relato, era uma passeata organizada pelo militante. Entre ir e não ir, Caxito e mais um companheiro se atrasaram em relação ao grupo maior e quando se aproximavam do açude, junto à sede do engenho, escutaram os tiros, muitos tiros, e a correria desenfreada de pessoas.

Isto foi em agosto de 1963. Caxito continuou seu trabalho nos engenhos da região, sem grandes mudanças, segundo seu relato. Contudo, no início de 1965, então com aproximadamente 25 anos, foi sequestrado da casa de sua tia, onde morava em um quarto nos fundos. Por volta de uma hora da manhã, bateram em sua porta. Poderia ser o aviso da chegada do transporte para o trabalho, mas este estaria pelo menos três horas adiantado. As batidas voltaram com mais intensidade. O morador abriu e foi informado que deveria ir até a delegacia, naquele momento. Havia dois jipes parados perto da sua casa. Uns se diziam policiais. Relata Caxito: “Eu não roubei, não matei, não desonrei. Não fiz nada de errado”. Seguiu, então, tranquilo da correção de seu comportamento.

Em um determinado momento do trajeto, os carros pararam. O escuro era reinante e o silêncio quase completo. Estava-se perto de um barreiro³⁹. Alguns homens disseram que iriam tomar um banho. Caxito

³⁸ Para uma análise e mais informações da atuação política de Jeremias, bem como do planejamento e execução do seu assassinato, ver a dissertação: GALLINDO, José Felipe Rangel. *O trotskismo no campo em Pernambuco: o Jeremias das caminhadas*. Recife, Programa de Pós-graduação em História da UFPE, 2008.

³⁹ Pequeno reservatório natural de água.

continuou sentado no banco de trás de um dos jipes. Passado um tempo, os homens regressaram e iniciaram uma sessão de espancamento, sem nenhuma explicação, de acordo com o relato do trabalhador. Foram horas levando murros, chutes, sendo enforcado. Quase todos os dentes foram perdidos, alguns naquele momento e outros depois, e uma hemorragia intensa se abateu sobre o trabalhador. Depois de horas apanhando, ele foi levado ao distrito policial, mas o delegado se negou a recebê-lo como preso.

De qualquer forma passou o dia na delegacia, respondendo perguntas de uns e outros. Apesar de seu péssimo estado físico e aparência, que em sua entrevista foi denominada de monstro, pois estava todo inchado, Caxito foi colocado ainda com alguns presos para limpar os matos existentes na frente da cadeia. Como era de se imaginar, ele não aguentou realizar a atividade. Ao final do dia, foi liberado para voltar para sua casa. A delegacia ficava em outro município e ele, todo machucado, caminhou pela estrada. Por sorte, no meio do trajeto, foi identificado por um conhecido, que passava dirigindo um caminhão. Com muito sacrifício, subiu na caçamba e retornou a sua casa.

Passou mais de seis meses em casa para se recuperar. Só regressou ao trabalho um ano depois, na Usina Olho d'água, onde se aposentou com mais de 70 anos. Por muito tempo desempenhou a função de calungo, responsável por carregar os caminhões com os feixes de cana.

É possível que não exista nenhum registro policial sobre este rapto e tortura. O acontecido, contudo, deve ser inserido nos movimentos de repressão aos camponeses realizados em Pernambuco, depois do golpe, e executado na maioria das vezes por latifundiários, com o apoio de parcelas dos agentes policiais. Os camponeses de Palmares, citados por Socorro Ferraz, estavam tentando fugir da repressão ou ainda já tinham sido atingidos por ela. No caso de Caxito, a repressão tardou, mas chegou.

E desenvolveu-se na atmosfera de violência que marcava o local onde trabalhava. Jeremias, o militante trotskista, foi assassinado ao organizar camponeses para reivindicar direitos trabalhistas. Esta prática estava presente também em quase toda a Zona da Mata de Pernambuco, onde camponeses foram mortos ao exigirem o pagamento do

13º salário, como na Usina Estreliana, em Ribeirão⁴⁰.

O golpe de 1964 garantiu a manutenção dessas práticas e, em certa medida, as fortaleceu. Parece ter reforçado a condição de latifundiários como defensores de uma ordem. Defensores agora mais que legais, apoiados por práticas e estruturas estatais e também de parte da sociedade civil.

Não se conhece, até este momento, outra fonte ou relato sobre o caso de Caxito. Mas, sua narrativa pode ser inserida nessa cultura de repressão violenta tão presente na Zona da Mata de Pernambuco, desde anos antes do golpe.

Seu relato, como também o de Socorro Ferraz, pode reforçar a tese de que no governo Castelo Branco houve tanta repressão, tortura e assassinatos quanto em períodos posteriores. Oferece indícios de uma aliança operativa entre representantes das forças repressivas do Estado e setores da sociedade civil. Mas ainda, faz-nos pensar sobre um apoio do governo ditatorial para a manutenção e intensificação das ações desse grupo civil, sobretudo, latifundiários.

Por fim, se a anistia de 1979 proporcionou a volta de várias líderes - Francisco Julião e Gregório Bezerra - por exemplo, constituiu também uma anistia a esses setores civis repressores. Caso se tome a anistia como uma forma institucional de esquecimento, esta parece ter sido operacionalizada por esses latifundiários em relação a camponeses torturados e assassinados.

Esta é uma prática alicerçada no uso da anistia como um acordo para promover a reconciliação e um esquecimento do passado. Mas, existia uma fronteira entre a institucionalização do esquecimento instaurado pela anistia e a amnésia. Há uma divisão muito frágil e que por diversas vezes se torna inexistente. O esquecimento político da anistia é diferente do apagamento do passado. O primeiro visa criar um novo pacto social, após fortes e violentas discordâncias política,

⁴⁰ Cinco camponeses foram mortos ao se dirigirem ao escritório da Usina Estreliana, a fim de reivindicarem o pagamento do 13º salário. Os trabalhadores traziam um ofício da Delegacia Regional do Trabalho, o qual confirmava o direito dos camponeses em receber aquela remuneração. PORFÍRIO, Pablo. Op. Cit. pp. 80-85. Sobre a questão da luta dos trabalhadores rurais pelos direitos trabalhistas e a repressão do Regime Militar ver texto publicado por Antonio Montenegro. *Ação trabalhista, repressão policial e assassinato em tempos de Regime Militar*. TOPOI, v. 12, n. 22, jan. - jun. 2011, p. 228-249.

seja por guerras, revoluções, golpes de Estado. O segundo é uma denegação da memória⁴¹.

Entretanto, o que pode manter a frágil fronteira entre a anistia e a amnésia é o trabalho da memória, como o realizado por Caxito. Registra-lo é tentar manter essa linha divisória que separa a anistia de 1979 do apagamento das violências cometidas durante a Ditadura Militar.

Caxito, atualmente, sofre com as sequelas de um princípio de AVC. Nunca ouviu falar em Comissão de Anistia, nem em processo de reparação. Talvez o seu relato frente à câmera do projeto Marcas da Memória tenha sido a única oportunidade que ele teve para dizer e registrar na sociedade sobre uma época, sobre si, sobre sua vida, sobre sua dor. Ele e vários outros precisam ser lembrados e escutados. Suas memórias nos obrigam a isso. E a luta contra essa amnésia também.

Bibliografia

AZEVEDO, Fernando. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BARÃO, Carlos Alberto. *A influência da Revolução Cubana sobre a esquerda brasileira nos anos 60* In: MORAES, João Quartim de; REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *História do Marxismo no Brasil*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

CALLADO, Antonio. *Os industriais da seca e os galileus de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.

CARNEIRO, Ana e CIOCCARI, Marta. *Retrato da Repressão Política no Campo, Brasil 1962-1985*. Camponeses torturados, mortos e desaparecidos. Brasília: MDA, 2010.

FICO, Carlos. *Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo. V.24, nº 47. 2004.

GALLINDO, José Felipe Rangel. *O trotskismo no campo em Pernambuco: o Jeremias das caminhadas*. Recife, Programa de Pós-graduação em História da UFPE, 2008.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *Ação trabalhista, repressão policial e assassinato em tempos de Regime Militar*. TOPOI, v. 12, n. 22, jan. - jun. 2011.

_____. *Ligas Camponesas e Sindicatos Rurais em tempo de revolução* In

⁴¹ Essa discussão sobre a denegação da memória nesta tênue fronteira entre anistia e amnésia está baseada na leitura sobre texto o esquecimento comandado produzido por RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Ed. Unicamp, 2008. pp. 461-462.

História, Metodologia, Memória. São Paulo: Ed. Contexto, 2010.

PAGE, Joseph. *A revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil 1955-1964*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1972.

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. Vol. 2, nº3, 1989.

PORFÍRIO, Pablo F. de A. *Medo, comunismo e revolução: Pernambuco (1959-1964)*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória*. In: Marcelo Ridenti; Rodrigo Patto Sá Motta. (Org.). *O golpe e a ditadura militar - 40 anos depois (1964-2004)*. 1a ed. Bauru: EDUSC, 2004.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Ed. Unicamp, 2008.

SARLO, Beatriz. *Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

A DITADURA “DENTRO DE CASA”: EXPERIÊNCIAS DE MILITÂNCIA E DE PERSEGUIÇÃO ENTRE A POLÍTICA E A VIDA DOMÉSTICA

*Carla Simone Rodeghero¹
Isabela Lisboa Berté²*

Introdução

O presente capítulo tem por objetivo apresentar uma das facetas perceptíveis nos testemunhos construídos durante a realização das entrevistas do projeto *Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil*. Quer elucidar, a partir de variadas experiências individuais, as formas como a ditadura afetou o cotidiano familiar, bem como as maneiras como as experiências de militância e de perseguição transitaram entre os espaços da política e da vida doméstica. Entre as dezoito pessoas entrevistadas pela equipe da UFRGS, algumas delas se referiram a situações que permitem explorar as questões acima colocadas. Seus relatos, então, servirão de base para este texto.

O propósito de elucidar as formas pelas quais a ditadura adentrou as casas dos militantes responde a algumas inquietações que acompanharam a pesquisa, especialmente na fase da escolha dos entrevistados e na elaboração dos roteiros de entrevista. Era intenção

¹ Professora Associada do Departamento e do PPG em História da UFRGS. Foi coordenadora do projeto *Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil*, nesta universidade.

² Estudante de graduação em História na UFRGS. Participou do projeto *Marcas da Memória* como bolsista de Iniciação Científica.

da equipe de pesquisadores dar espaço significativo às narrativas femininas, considerando o envolvimento de mulheres nas ações de oposição à ditadura, nem sempre valorizado suficientemente, mas também atentar para as potencialidades presentes em relatos de esposas, filhas, mães de perseguidos ou de ativistas políticos. Esses relatos poderiam nos apontar para a diversidade das formas de se viver a ditadura e sob a ditadura.

As pesquisas de história oral sobre a ditadura brasileira costumam dialogar com livros de memória publicados por militantes de esquerda ou com depoimentos compilados por jornalistas, militantes ou seus familiares, os quais foram e ainda são fontes ricas para o entendimento daquele contexto. Tais obras começaram a ser publicadas nos anos 1970, tiveram um primeiro “boom” logo após a anistia e continuam a surgir até os dias de hoje.³ Serviram como fonte para pesquisas históricas que buscavam elucidar questões de ordem política e organizacional, além de desvelar os mecanismos da repressão.⁴ Aos poucos, começaram a ser inquiridos a respeito de outras dimensões, entre as quais as da vida privada, do cotidiano e das relações de gênero.⁵

Em artigo sobre a vida privada durante a ditadura, Maria Hemínia Tavares de Almeida e Luiz Weis falam das dificuldades de demarcar “ a esfera - pública ou privada - das ações da oposição e seu entre-

³ Balanços a respeito da produção de obras memorialísticas podem ser encontrados em CARDOSO, Lucileide C. Construindo a memória do regime de 1964. *Revista Brasileira de História*, vol. 14, n. 27, 1994, p. 179 a 196; MARTINS FILHO, José Roberto. A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militares e militantes. *Varia História*, Belo Horizonte, n. 28, p. 178-201, 2003; ROLLEMBERG, Denise. “Esquerdas revolucionárias e luta armada”, in Ferreira, Jorge e Delgado, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano. O tempo da ditadura*. Vol. 4. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003; RODEGHERO, Carla Simone. Os historiadores e os estudos sobre o golpe de 1964 e o regime militar no Brasil. *L'Ordinaire Mexique Amérique centrale*, v. 203, p. 93-123, 2006; e SCHMIDT, Benito Bisso. Cicatriz aberta ou página virada? Lembrar e esquecer o golpe de 1964 quarenta anos depois. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 14, n. 26, p.127-156, dez. 2007.

⁴ Foi o que aconteceu com estudos pioneiros sobre a ditadura, como os de Jacob Gorender e de Marcelo Ridenti, os quais utilizaram entre suas fontes, livros de memórias e entrevistas com militantes. GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987 e RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da Unesp, 1993.

⁵ Uma das primeiras obras - compilação de depoimentos - sobre a militância feminina durante a ditadura foi COSTA, A.O.; MORAIS, M.T.P.; MARZOLA, N.; LIMA, V. da R.(dir). *Memórias das mulheres do exílio*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980. Estudos acadêmicos começaram a aparecer na década de 1990: RIDENTI, Marcelo. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. In: *Tempo Social*, São Paulo, v. 2, n. 2, 2^o. sem. 1990; FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. *Mulheres, militância e memória*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996; de COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Record/ Rosa dos Tempos, 1997; WOLFF, Cristina Scheibe. Narrativas da guerrilha no feminino (Cone Sul, 1960-1985). *História Unisinos*, v. 13, p. 124-130, 2009.

laçamento com o cotidiano dos opositores”⁶. Para os autores, fariam parte da esfera privada, “a família, o círculo de amigos, as relações amorosas, a experiência religiosa ou mística, o trabalho, o estudo, o lazer, o entretenimento e a fruição da cultura”. A resistência aos regimes de força, ainda para Almeida e Weis, “arrasta a política para dentro da ordem privada”.

Marcelo Ridenti, ao estudar a inserção das mulheres na política durante a ditadura, apontou que elas “ocupavam posições submissas na política e na sociedade brasileira, pelo menos até o final dos anos sessenta”.⁷ Quando a participação se dava era para reafirmar os papéis de mães, esposas e donas de casa, como aconteceu com os movimentos femininos que apoiaram o golpe militar de 1964. Durante a ditadura, porém, surgiram outras formas de engajamento político. No caso das mulheres que participaram de organizações clandestinas, suas opções representaram rupturas em relação ao estereótipo da mulher restrita ao espaço doméstico. Pretendemos mostrar nas páginas que seguem que, mesmo quando não tinham tal participação, na condição de familiares de militantes e de perseguidos, muitas mulheres tiveram seu cotidiano modificado pela ditadura.

Para além dos livros de memória, a realização de entrevistas de história oral, articulada em alguns casos aos estudos de gênero, tem permitido avançar no entendimento da vida privada e do cotidiano.⁸ Os estudos de gênero contribuíram, como aponta Susan Okin, para o questionamento da dicotomia público-privado, entendido o público como o local do poder e da ação masculina e o privado como o âmbito familiar, menos infenso às relações de poder e estruturado a partir de uma divisão “natural” entre os sexos.⁹ Na medida em que os papéis

⁶ ALMEIDA, Maria Herminia Tavares de & WEIS, Luiz. Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano de oposição da classe média ao regime militar. In: SCHWARTZ, Lilia (org.). *História da Vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, vol. 4. Esta e as demais citações do parágrafo foram retiradas das p. 326 e 327.

⁷ RIDENTI, Marcelo. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo.

⁸ PEDRO, Joana Maria & WOLFF, Cristina Scheibe (org). *Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010; PEDRO, Joana & WOLFF, Cristina Scheibe. As dores e as delícias de lembrar a ditadura no Brasil: uma questão de gênero. In: *História Unisinos*, 15(3):398-405, Setembro/Dezembro 2011 e MACHADO, Vanderlei. A luta das mães de presos e desaparecidos contra a ditadura no Brasil. In: *Jornada de Estudos sobre Ditaduras e Direitos Humanos*. Porto Alegre: APERS, 2011, p. 100 a 105.

⁹ OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. In: *Estudos Feministas*, Florianópolis, n 16 v. 2, 2008.

de gênero passaram a ser interpretados como construção social, as relações familiares começaram a ser encaradas como indicativas de poderes e de hierarquias que se produzem e são produzidas em relação ao espaço público.

No projeto Marcas da Memória, além de buscar a presença feminina nos relatos sobre militância e sobre repressão durante a ditadura, houve a preocupação de procurar indícios sobre as relações entre homens e mulheres e sobre a forma como dimensões tidas com públicas foram afetadas ou afetaram aquelas ligadas à vida privada dos militantes de esquerda. Perguntas direcionadas à explicitação do cotidiano familiar e à vida doméstica, por exemplo, foram dirigidas tanto aos homens quanto às mulheres que entrevistamos. No balanço do material produzido, todavia, percebemos que tais temas se fizeram mais presentes nas narrativas femininas, mas que não estavam ausentes nas falas masculinas, como veremos abaixo.¹⁰

Segundo Elizabeth Jelin, os impactos da repressão das ditaduras do Cone Sul foram diferentes em homens e em mulheres, devido a posições diferenciadas que ambos ocupavam no sistema de gênero, que implicam em experiências e em relações sociais diferentes. Muitas foram alvo da repressão por terem participado, por exemplo, do movimento estudantil e de organizações armadas. Outras foram “vítimas indiretas”, na condição de mães, avós, esposas, irmãs, noivas, as quais tiveram seu cotidiano transformado e as quais se engajaram em diferentes organizações de defesa dos direitos humanos.¹¹

A contraposição entre os conceitos de público e de privado permitiu distinguir espaços historicamente delimitados de atuação de homens e de mulheres e, para determinados contextos, ajudou a denunciar o enclausuramento imposto às mulheres e os modelos de ação que se esperava delas. cremos, porém, que a abordagem mais produtiva é a que leva em conta tais construções, mas avança na busca dos traços de complementariedade entre estes “dois mundos”. Os relatos memorialísticos sobre a ditadura têm contribuído para revelar tal complementariedade ao mostrar que o engajamento político

¹⁰ BOBSIN, Milene. *A luta contra a ditadura e as relações de gênero em entrevistas do projeto Marcas da Memória (Brasil 1964 - 1985)*. Porto Alegre: UFRGS, Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em História, 2011.

¹¹ JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madri: Siglo XXI, 2002. Ver o capítulo O gênero das memórias.

de homens ou de mulheres, geralmente, foi afetado pelos próximos e que pais, mães, tios, avôs serviram como fonte de inspiração ou como exemplo a ser repudiado. Na pesquisa feita por Elizabeth Xavier Ferreira, várias das mulheres entrevistadas narraram tais influências no início de sua militância. Quando se referiam ao período posterior à Anistia, as militantes estudadas apontaram para as dificuldades de tornar pública a experiência da clandestinidade, da perseguição e da prisão, dificuldade que se manifestou nos novos espaços de trabalho ocupados e até em relação aos próprios filhos. Em algumas famílias, como explicam Joana Maria Pedro e Cristina Wolf, “o envolvimento de seus jovens em organizações de esquerda representou uma grande vergonha. Ter a casa invadida por policiais, ser constantemente ameaçada, ter suas vidas vigiadas, ver os vizinhos comentando sobre seus filhos ou parentes, não deve ter sido muito simples”. Isso explicaria, segundo as pesquisadoras, a opção de muitas famílias pelo silêncio, ainda hoje.¹²

As organizações clandestinas, é importante lembrar, exigiam dos militantes um nível de engajamento que afetava suas relações familiares. Isso não era novidade em certas famílias cujos pais eram ou haviam sido militantes do PCB, partido que viveu na ilegalidade quase toda a sua existência e que teve momentos de perseguição e de clandestinidade muito fortes. Do código moral que guiava estes militantes, fazia parte, como destaca Jorge Ferreira, uma crítica aos hábitos decadentes da burguesia, a condenação do jogo, do álcool, da prostituição, práticas que poderiam desviar o militante de suas tarefas.¹³ Segundo Daniel Aarão Reis Filho, exigia-se que o militante do PCB fosse “estudioso, firme, discreto, seguro, solidário, ligado às massas” e teoricamente atualizado. Ele, ao mesmo tempo, era instado a ser “bom pai e marido e irmão e filho”.¹⁴ Apesar disso, as obrigações que o militante tinha em relação ao partido e a condição da clandes-

¹² PEDRO, Joana & WOLFF, Cristina Sheibe. As dores e as delícias de lembrar ..., p. 402.

¹³ FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do mito*. Cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956). Niterói: Editora da UFF; Rio de Janeiro: MAUAD, 2002. p. 127-128.

¹⁴ REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 122. O tema também é tratado por MARTINS, Marisângela T. A. *À esquerda de seu tempo: escritores e o Partido Comunista do Brasil (Porto Alegre - 1927-1957)*. Porto Alegre: UFRGS, Tese de Doutorado em História, 2012. Ver cap. 5.

tinidade, em muitos casos, interferiam de diversas maneiras em suas relações familiares.

As novas organizações surgidas nos anos 1960, várias das quais resultaram de dissidências em relação ao PCB, foram de alguma forma permeadas por novas concepções sobre família e sexualidade, as quais estavam emergindo dos movimentos contestatários do período, e que lhes eram contemporâneos. Assim, entre os militantes de esquerda, tornou-se ponto pacífico que as mulheres poderiam ter atuação política e, inclusive, que as tarefas domésticas poderiam ser repartidas entre companheiros e companheiras. As formas de sociabilidade proporcionadas pela vida em “aparelhos”, por sua vez, criaram oportunidades para um aprendizado e para uma vivência da sexualidade com mais liberdade do que permitiam os padrões vigentes.¹⁵ Por outro lado, existem indicações de que os dirigentes das organizações, geralmente homens, interferiam em decisões relativas a casamentos e à manutenção ou não da gravidez e que foi preciso, em muitas ocasiões, que os militantes vivendo nos “aparelhos” simulassem ser uma família, na qual homens e mulheres tinham papéis bem definidos.

O corte em relação à família, tanto o exigido pelas organizações clandestinas, quanto aquele que tinha por fim proteger os próximos da repressão, não se dava de forma simples. As entrevistas que realizamos mostram como a família toda era afetada quando um dos seus membros se engajava ou era alvo de perseguição. Nos tópicos que seguem, serão apresentadas algumas das entrevistas que permitem pensar sobre as questões colocadas acima.

A casa devassada, o sustento da família ameaçado e a sensação de marginalidade

Honório Peres tinha 87 anos ao ser entrevistado, em maio de 2011. Era militante do Partido Comunista desde a década de 1940, tendo passado várias vezes pela experiência da prisão. Quando aconteceu o golpe de 1964, trabalhava na Procuradoria do Estado do Rio Grande do Sul, de onde foi expurgado. Durante a ditadura, Honório

¹⁵ ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de & WEIS, Luiz. Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano de oposição da classe média ao regime militar. In: SCHWARTZ, Lília (org.). *História da Vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, vol. 4, p., 380.

foi preso duas vezes, uma em 1964, na “primeira operação limpeza” e, outra, em 1975, na perseguição aos comunistas que se seguiu à vitória do MDB nas eleições de 1974 e que levou a muitas prisões e a vários assassinatos, como o de Wladimir Herzog.

Ao conceder a entrevista, Honório reclamou, em vários momentos, da dificuldade em lembrar as coisas do passado, no que foi ajudado pela esposa Delly, que reuniu-se ao grupo logo após iniciada a entrevista. Ela chamou a atenção do marido para certos fatos e apresentou detalhes a respeito de outros. Revelou, ainda, que o marido nunca havia falado a respeito de uma das prisões mencionadas. A entrevista, assim, criou oportunidade para o relato de uma experiência que Honório guardara para si, durante décadas. Além disso, trouxe um conjunto de cenas domésticas e relativas à família, especialmente quando se tratou da prisão e da clandestinidade.

A narrativa sobre a segunda prisão carrega menções a ser buscado em casa, ser afastado da casa, ter a casa devassada. No mesmo período, 1975, outros companheiros de Honório tinham sido presos.¹⁶ Ele reconstituiu a cena contando que um policial chegou em sua casa, foi atendido pela esposa e pediu para falar com o marido. A esposa quis ser gentil - não sabia quem era o visitante, que poderia ser um cliente, já que Honório era advogado - e convidou o homem para esperar dentro de casa. Honório chegou em seguida, com a filha que buscara na escola. Uma amiga que iria almoçar com eles já estava na casa. Delly disse não ter se arrependido da gentileza com o homem que viera prender o marido. Destacou que ele foi muito educado, já que não tocou em nada: “ele jamais abriu uma gaveta, ele mandava eu abrir, ele não pegou nada”. Outro homem - não se sabe se nesta prisão ou na anterior - segundo Delly, “levou até os retratos da minha filha”. A comparação feita por Delly se deu entre os dois indivíduos que prenderam seu marido, mas também teve como parâmetro histórias de outros comunistas que tiveram a casa devassada: “o cara se portou educadamente, eu digo isso porque ele... Outros foram na casa do [João Batista] Aveline, por exemplo, e fizeram horrores. E o Fernando Almeida, [eles] algemaram, fizeram tudo que eles queriam fazer”.

¹⁶ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O MDB e as esquerdas, p. 283. In: FERREIRA, Jorge & REIS FILHO, Daniel Aarão. *Revolução e democracia (1964..)*. Rio de Janeiro: Record, 2007, p. 294.

Honório relatou a iniciativa da filha para livrá-lo de papéis comprometedores: “Eu fui buscar a guria no colégio, eram onze horas, meio-dia. Aí, quando cheguei em casa com ela - a menina essa estava lá em casa - aconteceu esse troço todo. A polícia invadiu lá e ela [a filha] saiu com os jornais na cintura pelo telhado, pulou o muro”. A narrativa continuou na voz de Delly que acrescentou maiores detalhes, nos quais a geografia da casa ganhou lugar central. “Ela foi no quarto do meu filho pela janela, e depois tinha um telhado que ia dar lá em baixo no pátio, na área. Ela subiu, foi pelo telhado, pelo muro da vizinha, e se atirou lá para baixo com os jornais”. Além da filha, outra pessoa do universo familiar teve participação na “operação”. Delly contou que

a minha empregada - maravilhosa, foi minha empregada durante não sei quantos anos - pegou esses jornais e botou dentro das roupas. E ela tentou sair com os jornais e aí perguntaram: 'Para onde é que a senhora vai?' [Ela respondeu:] 'Não, vou lá comprar um refrigerante, e tal.' [E disseram a ela:] 'Não, a senhora não pode sair'. Então, ela voltou para dentro de casa, ela não chegou a sair. Ela voltou do corredor, foi para a cozinha de novo e ficou lavando o chão lá todo o tempo. Até o Honório sair, ela ficou lavando o chão - para eles não descobrirem que ela estava com aqueles jornais ali.

Depois do susto, Delly passou a ser muito cautelosa com as possíveis provas da subversão do marido. Começou a queimar muitas coisas: “queimei coisas que até hoje eu me arrependo”. Entre estas coisas está uma “fita gravada, naqueles gravadores antigos, tinha músicas do meu filho cantando, uma série de coisas, e tinha muitas coisas do Luiz Carlos Prestes, que ele tinha estado em Porto Alegre, a gente gravou a conversa”. Aqui se misturam, nos “museus de família” perdidos pela ação da repressão ou por medo dela, os registros dos eventos políticos e da infância que se foi.

Perderam-se as lembranças da infância quando os filhos já não eram mais crianças: a filha fazendo “um ato de heroísmo”, na avaliação da mãe e o filho, ainda no relato de Delly, “a esta hora estava acampado, era 1975, ainda era época dos hippies, cabelo comprido...”.

Depois de expurgado, Honório atuou como advogado trabalhista. Enfatizou em sua entrevista que “nunca defendeu patrão” e que defendeu muitos trabalhadores sem cobrar nada e ainda que “só não atuava quando tinha que me esconder. Uma vez passei uma semana

escondido lá no apartamento do Jorge, lembra? Passei uma semana encerrado dentro de um apartamento. Sabe lá o que é isso! Era o mesmo que a prisão. Era do meu sobrinho. Isso aí foi muito..." Aqui, o entendimento de Honório é de que na clandestinidade, a casa deixa de ser algo familiar, mesmo que seja a residência de um sobrinho, e se torna uma prisão. Estar em casa alheia é, por um lado, uma estratégia de autodefesa. Por outro, é começar a viver a experiência do isolamento, próxima àquela da prisão.

Cláudio Accurso também foi expurgado em 1964. Ele era professor de Economia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1964. Teve dificuldades para conseguir emprego em Porto Alegre. Recebeu, no ano seguinte, um convite para trabalhar no Chile, o que exigiu arranjos familiares difíceis: "Aí eu cheguei em Santiago, fui sozinho primeiro, deixei mulher e filho aqui". Ele explica que era metade do ano letivo e o filho estava no colégio. No exílio, a família aumentou: "quando eu estive no Chile, nasceram dois no Chile. Entrei com um e saí com três filhos que são chilenos e brasileiros, compreendeu? A certidão deles é um negócio complicado, mas tem um papel que tem que dizer a nacionalidade, é um rolo o negócio." Depois passou um tempo trabalhando na Bolívia.

Sua análise sobre as consequências do expurgo passa pela falta de reação dos colegas da universidade e pela forma como a perda do trabalho afetou a estrutura familiar: "mas o tal de expurgo foi duro. No fundo, no fundo, foi muito bom. Para mim foi muito bom. Foi muito ruim no curto prazo. Porque é muito desagradável, com família, com casa, com aluguéis, com compromissos, perder o emprego por questões políticas. Tu ficas marcado inclusive na área privada". Perder o emprego para um homem, nesta época, significava perder a possibilidade de cumprir o papel que lhe era destinado: o de provedor da família. "Foi duro porque a gente não só perde o emprego como perde o direito de trabalhar, entendeu? E com família, com compromissos, é brabo!".

Antes de sair do Brasil, teve que lidar com a marginalização que afetava os expurgados: "foi difícil aquilo. Mais era aquele constrangimento da gente se sentir marginal. Em toda a parte a gente, uma pessoa assim [gesto de afastamento], as pessoas recebiam com

reservas." Accurso ficou fora do país em 1965 e 1966, quando voltou após passar por problemas na Bolívia. Na ocasião, corria o risco de ser preso, o que não chegou a acontecer. Ele contou em sua entrevista que "não me prenderam, eu fiquei quieto aqui, um mês sem sair de casa, quieto, esperando, pensei que ia ser preso chegando ao Brasil. Mas não, não me prenderam". Assim como Honório, Accurso viveu um momento em que a casa era uma espécie de prisão.

Tanto Honório quanto Accurso eram pais de família durante a ditadura. Tinham tido atuação profissional e política nas décadas anteriores ao golpe. Tinham vivenciado o período conturbado do governo Goulart, no qual o trabalhismo e o comunismo eram forças políticas atuantes. Filiado ao PCB logo que entrou no curso superior, Accurso se afastou da agremiação após a divulgação dos crimes de Stalin, em 1956. Honório, que permaneceu no partido, nos relatou casos de prisão e militância desde a década de 1940 e enfatizou sua participação no MASTER, Movimento dos Sem Terra que existiu no Rio Grande do Sul, entre o final dos anos 1950 e início dos 1960. Lembrou também sua participação como orador em comícios em frente à Prefeitura de Porto Alegre, os quais podem estar ligados à agitação política do pré-golpe. Temos aqui, um caso de militante comunista atuando próximo às bases do trabalhismo. O MASTER tinha apoio do governo Brizola e de outras lideranças trabalhistas.

A repressão vista por duas filhas

Tanto Leonel Brizola quanto o MASTER foram mencionados na entrevista que nos foi concedida por Marta Sicca Rocha, a qual iniciou com o relato da militância de seu pai, Tapir Rocha, que em 1964 foi preso e teve o mandato de vereador cassado. A fala de Marta, na condição de filha de militante e de perseguido político, trouxe à pesquisa uma importante contribuição para pensar no impacto do regime na vida de crianças e de adolescentes. Marta tinha sete anos na ocasião do golpe. Sua infância foi marcada pela perseguição sofrida pelo pai e pelo preconceito que atingiu a família como um todo.

A forma como a entrevistada narrou este período da vida de sua família foi muito peculiar em relação a outros entrevistados. Em 1964, Marta não conseguia compreender a dimensão política do que se

passava com o pai. Buscou, então, explicações possíveis para os limites de sua idade. Na ocasião da prisão do pai, ela pensou que a princípio ele teria feito algo errado: “Tu vê teu pai sendo preso, tu tem a noção: ‘bom, o meu pai virou bandido! Ele agora, o que que é isso?’”. Com o passar do tempo, Marta assimilou os acontecimentos e a vivência de seu pai ao período do nazismo. Ao vê-lo muito machucado na prisão, associou esta situação com o que havia assistido no filme sobre Anne Frank. Aquilo pareceu-lhe ser um campo de concentração. O raciocínio foi que seu pai estava preso, mas estava do lado certo, lutando contra os “alemães”.

A família dos Rocha era composta pelo casal, Tapir e Laís, e por dez filhos. Os avós também são mencionados na entrevista. Viviam em Viamão, cidade próxima de Porto Alegre. O pai foi cassado e impedido de trabalhar. A mãe, que era professora estadual, foi afastada da sala de aula. Foi-lhe permitido atuar como merendeira. Os problemas financeiros fizeram os irmãos mais velhos trabalharem desde cedo para complementar a renda familiar. Os problemas, no entanto, não eram só materiais. Marta disse ter sofrido muito com o preconceito da população de Viamão. Durante a entrevista, ela enfatizou que a repressão não partia apenas dos agentes estatais, mas da população como um todo:

Existia também uma certa alienação da classe média, que faziam com que essas pessoas também fossem repressores nossos, faziam com que nós tivéssemos um ambiente psicológico, um ambiente social muito, vamos dizer assim, sem muita chance de crescimento. A gente se sentia, assim, tolhido, não só o pai, mas nós também.

Marta afirma que o preconceito sofrido tinha duas origens: por um lado, se devia ao fato deles serem pessoas de esquerda e, por outro, por serem pobres. A entrevistada afirma que essa situação se agravava por a família residir na praça central de Viamão, dividindo espaço com os ricos da cidade. Conforme suas palavras: “era uma situação difícil, porque as pessoas sequer passavam na calçada da nossa casa e, como eu digo, (...) nós estávamos no lugar errado”.

Aqui o relato de Marta se aproxima daquele de Accurso, que narrou como as pessoas o recebiam com reserva. Ela também apontou para a forma como a perseguição ao pai afetou sua infância: “Ninguém

consegue, digamos assim, ter o Estado contra ti, a sociedade contra ti, e tu não ficar nervoso, ter pesadelos, fazer xixi na cama, coisas desse tipo, que são, digamos assim... afetam, afetam psicologicamente a pessoa". Como podemos ver, o sofrimento de uma criança pode ser intensificado pela incompreensão a respeito do que está acontecendo no mundo a sua volta. No caso de Marta, os traumas sofridos tiveram que ser trabalhados na vida adulta através de acompanhamento psicológico.

Tapir, depois de posto em liberdade, teve que apresentar-se periodicamente à Justiça Militar. O preconceito contra ele e sua família foi atenuado, no relato de Marta, com a mudança da família para Porto Alegre. Numa cidade maior, Marta viu se abrirem oportunidades que lhe tinham sido negadas. Esta mudança foi relatada da seguinte forma: "Aqui, é claro, que numa cidade como Porto Alegre, que é uma metrópole, a repressão tu não sentes tanto, porque tu és mais um na multidão. Não sente tanto no teu dia-a-dia. Então, ali os meus irmãos (...) eles já fizeram amigos, eles têm amigos, eles vão lá, eles visitam".

Com a mudança para Porto Alegre, a família se livrou do estigma social que sobre ela recaía. O pai passou a trabalhar na Assembleia Legislativa, ocupando um cargo de confiança do MDB. Os irmãos mais velhos fizeram novos amigos, encontraram trabalho e tiveram mais liberdade para desenvolver sua militância política. Uma de suas irmãs, um pouco depois, atuou no Comitê Brasileiro pela Anistia, criado em Porto Alegre em 1978. Marta destacou ainda que sua geração "queria sair de casa e se libertar. As mulheres queriam se libertar".

Deste longo processo de rearranjo familiar após a prisão e a cassação do pai, Marta destacou, em diferentes momentos da entrevista, a importância dos avós - maternos e paternos - na manutenção da família. Eles prestaram ajuda financeira, apoiaram a opção política dos pais e deram aos netos suporte emocional. A entrevistada finalizou seu relato com uma homenagem aos avós: "quando tudo estava contra nós, a menina Marta sempre pensava assim: 'não, espere aí, ainda existem os meus avós'".

Outra de nossas entrevistadas iniciou sua entrevista falando do pai e em nome do pai. Flávia Schilling, hoje professora da USP, e sua família tiveram suas vidas marcadas pelas ditaduras na América Latina,

em virtude da trajetória de seu pai, Paulo Schilling, assessor de Leonel Brizola. Já em 1964, ele buscou exílio no Uruguai, fugindo de uma possível prisão. A mãe e as quatro filhas ainda ficaram um tempo no Brasil, até conseguirem ajuda para sair do país.

A experiência do exílio foi descrita por Flávia como um momento muito complicado de sua vida, em primeiro lugar pela situação de uma família, com quatro filhas, sem renda, ao se aventurar em outro país; e em segundo lugar pela dificuldade de uma adolescente - Flávia tinha onze anos em 1964 - de se adaptar a uma mudança tão drástica: "A gente chega a Montevideú extremamente revoltadas, porque a gente não queria ir para lá, porque estávamos muito bem no Rio de Janeiro. Depois estávamos muito bem em Porto Alegre. Imagina, em plena adolescência. Então, você tinha grupo, não é? Você já tinha um grupo de amigos". A separação imposta, aqui, foi em relação às amizades, tão importantes nesta fase da vida.

Quando saiu do país, segundo o relato da Flávia, a família acreditava que seria por um período curto. Esta impressão foi generalizada entre os primeiros exilados, mas aos poucos eles perceberam que o regime se estruturava e se consolidava.¹⁷ Mesmo que a volta ainda permanecesse no horizonte, especialmente entre os mais jovens, filhos e filhas, a perspectiva de levar a vida num novo país começava a se mostrar interessante. Foi o que aconteceu com Flávia. Apesar do choque cultural e das dificuldades com a nova língua, a entrevistada lembra com entusiasmo sua formação escolar no Uruguai, segundo ela, muito completa. Foi no colegial que a entrevistada se envolveu com o movimento estudantil, e posteriormente com o Movimento de Libertação Nacional, ligado aos Tupamaros.

Flávia conciliou durante um tempo a militância e os estudos para ingressar na Universidade. Em 1971, passou a cursar medicina, mas por pressão do movimento abandonou a faculdade e se dedicou exclusivamente à luta política. Após alguns meses atuando junto à organização, teve que passar pela experiência da clandestinidade. Afastada da família, dos amigos e mesmo da militância, a entrevistada assim se referiu a este período de sua vida: "[...] a clandestinidade é a tua morte social. É uma situação que até hoje eu não gosto de lembrar

¹⁷ ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radeas*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

porque exatamente como você não vive socialmente, é um tempo em branco". A avaliação é próxima daquela presente na fala de Honório, para quem a casa onde ficou morando como clandestino era uma espécie de prisão. Flávia destaca dessa experiência o isolamento, a falta de vida social, o tempo sem aproveitamento, inútil.

No mesmo ano que entrou para a clandestinidade, 1972, Flávia foi baleada e presa pela repressão uruguaia. A entrevistada passou boa parte de sua juventude na prisão - entre os dezenove e os vinte e sete anos de idade. Se, na infância e na adolescência, a vida de Flávia foi afetada pelas opções políticas do pai, na juventude foram suas próprias opções e a pressão da organização da qual ela participava que a colocaram frente a frente com a ditadura. A militância da entrevistada se diferenciou tanto da ação política do pai antes do golpe, quanto daquela da mãe, menos visível, após a derrubada de Goulart. Ingborg, quando do golpe, manteve a casa na ausência do marido e do pai - ele ficou vários dias sem fazer contato -, mudou-se para o Rio Grande do Sul com as filhas e, finalmente, foi ao encontro do marido no Uruguai. Viveu naquele país, passou um tempo no Brasil, voltou quando da prisão da filha. Na metade da década de 1970, ela e o marido foram expulsos do Uruguai e tiveram que ir para a Argentina, onde Ingborg atuou junto ao Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). Durante a campanha pela libertação de Flávia, visitou autoridades e concedeu entrevistas.¹⁸

O fato de Flávia ter aceitado abandonar os estudos e se dedicar exclusivamente à militância, hoje visto por ela de forma bastante crítica, significou uma transgressão do lugar ocupado pela mulher na sociedade da época. O estranhamento em relação a esta transgressão era sentido pelos agentes da repressão que, segundo Flávia, se dirigiam às presas políticas com afirmações como as que seguem: "[...] ah, vocês estão aqui porque quiseram acompanhar o marido de vocês, porque o namorado de vocês era [do movimento] e aí vocês também acompanharam, ou então o teu namorado te enganou e te

¹⁸ TRINDADE, Tatiana. *O papel materno na resistência à ditadura: o caso de Flávio Tavares, Flávio Koutzii e Flávia Schilling*. Porto Alegre: UFRGS, Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em História, 2009; RODEGHERO, Carla Simone; DIENSTMANN, Gabriel e TRINDADE, Tatiana. *Anistia ampla, geral e irrestrita: História de uma luta inconclusa*. Santa Cruz do Sul: Ed. da Unisc, 2011.

levou pro mal". Ao se contraporem a este discurso, as presas, segundo a entrevistada, negavam o lugar de vítima que lhes era atribuído, reforçavam seu protagonismo e sua motivação política. Refletindo sobre tais situações, Flávia considera que ela e suas companheiras de prisão foram feministas antes do feminismo.

Na luta, longe e perto da família

Os dois entrevistados sobre os quais falaremos a seguir pertencem a uma geração mais jovem do que aquela na qual podemos inserir Honório, Accurso e os pais de Marta e de Flávia. Trata-se de uma geração que começou a ter participação política já no período da ditadura, e cujos membros, em parte, passaram pelo movimento estudantil e militaram em novas organizações de esquerda, no caso o PCdoB e a AP.¹⁹ Diferentemente do PCB, que apostava na atuação pacífica, por meio da ocupação dos espaços institucionais ainda abertos, como o MDB, o PCdoB, ainda antes do golpe, defendia o recurso às armas para fazer acontecer a revolução brasileira. Depois de 1964, o partido continuou defendendo esta postura e preparando seus quadros para uma guerrilha rural, a partir da qual as cidades seriam tomadas e a ditadura derrotada. A Ação Popular, por sua vez, carregava heranças da Juventude Universitária Católica, mescladas à influência marxista e à experiência da Revolução Chinesa. Diversas outras organizações clandestinas de esquerda foram surgindo entre 1964 e 1969 e parte delas se envolveu em ações armadas nas cidades. Isso não aconteceu com as duas acima mencionadas: o PCdoB porque priorizou a preparação para a guerrilha rural e a AP porque continuou com o trabalho entre os operários.

A experiência da militância e de desaparecimento do militante do PCdoB Cilon Cunha Brum nos foi trazida pela entrevista de seu irmão, Lino Brum Filho. Cilon é um dos mortos e desaparecidos da região do Araguaia. Lino relatou o drama da família desde as primeiras desconfianças e dúvidas sobre o paradeiro do irmão até os dias atuais, passando pela constatação do desaparecimento e pelo engajamento na busca de informações.

¹⁹ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.

Os irmãos Lino e Cilon, naturais de São Sepé, interior do Estado do Rio Grande do Sul, no princípio da década de sessenta, muito jovens, foram trabalhar e estudar na cidade de Porto Alegre. Diante da oportunidade de crescer na empresa em que trabalhava, Cilon se mudou para São Paulo, onde passou a estudar Economia na Pontifícia Universidade Católica e a militar contra a ditadura. Segundo Lino, Cilon ocultou da família o seu envolvimento com a luta política. Com o passar do tempo, os familiares começaram a desconfiar: cada vez mais era difícil se comunicar com Cilon e este já não os visitava.

A última visita feita aos seus por Cilon tem lugar de destaque na narrativa de Lino. Aconteceu em 1971, por ocasião do batizado da filha de Lino, Liniane. Cilon foi convidado para ser o padrinho da criança. Nesse momento, o militante já havia abandonado o trabalho e se dedicava inteiramente ao partido. Lino contou que nesta última noite em Porto Alegre, houve uma conversa séria sobre o assunto: “questionamos e ele confirmou que estava envolvido, que estava nesta luta e que a situação que o Brasil estava não podia continuar, que tinha que ser feito alguma coisa”. Depois dessa visita, o contato com Cilon se tornou cada vez mais difícil. No mesmo ano, chegou um último bilhete: “Vou viajar para fora. Depois mando notícias”. Não houve mais notícias.

O total desconhecimento dos familiares em relação ao paradeiro de Cilon não impediu que eles passassem a ser alvo de perseguição. A polícia realizou buscas na casa dos pais do militante, com a suspeita que ele estivesse escondido na residência ou nos arredores. O próprio entrevistado foi investigado: “Um dia, eles foram na empresa onde eu trabalhava - eu trabalhava na CEEE - me procurar. Queriam informações sobre o Cilon, insistindo que eu dissesse, e eu digo: ‘Eu não tenho informações, eu não sei aonde é que ele está. Eu sei que ele viajou e...’”. O temor em relação à repressão impediu que no seio da família e em outros ambientes se pudesse falar abertamente sobre a situação do irmão desaparecido. Segundo Lino, “nós vivíamos uma situação que nós não podíamos falar. O máximo que nós falávamos é o seguinte: ‘Tem notícias do irmão?’ Porque, usando aquela velha expressão que se usa às vezes: ‘as paredes tinham ouvido’. De repente, tu estavas falando com dois, três aqui, um desses dois, três, aqui era um delator”. Em outro

momento, situado depois da anistia, Lino se deu conta que o mesmo medo continuava fazendo com que o caso de Cilon fosse tratado em voz baixa: "Um dia, um colega meu, professor, me pegou pelo braço e me puxou para debaixo de uma escada e ele [disse]: 'Tens notícias do teu irmão?'. Começamos a cochichar. Daqui a pouco, ele [disse]: 'Pô, mas por que nós estamos aqui cochichando, falando baixinho? Já tem a anistia, vamos falar alto, vamos falar alto, vamos gritar!'"

Durante os anos em que a família conviveu com a falta de notícias, além da perseguição policial, a dor foi intensificada por boatos que surgiram em relação ao paradeiro do irmão. Segundo o relato de Lino, os Cunha Brum foram informados que Cilon estava vivendo bem em outro país, que não queria saber da família, ou ainda, que "ele estava em Paris, paraplégico, queria retornar e não tinha condições e que a família não tinha condições de proporcionar este retorno". O último boato mencionado pressupõe que o paradeiro do filho é resultante do desleixo da família. A repressão, neste caso, explora os laços familiares, fazendo crer que eles foram rompidos por iniciativa do militante, ou ainda, que a família não tinha condições de cuidar de um de seus membros.

O desconhecimento da família sobre o paradeiro de Cilon se estendeu por anos, até que em 1978 o nome do militante apareceu na lista de mortos e desaparecidos da OAB. A dor da perda e a extensão desse sofrimento até os dias atuais aparecem na entrevista de Lino. O mesmo se emociona diversas vezes, e em alguns momentos interrompe a entrevista para se recompor. O entrevistado evoca a responsabilidade do Estado pela morte, ocultação de cadáver e veto de informações, e emocionado fala: "Porque não deram direito à coisa mais sagrada que tem uma família, que é de fazer o sepultamento dos mortos, não nos deram esse direito, nem de chorar pelos seus mortos, porque não ficamos sabendo. Não nos deram direito, tá, de fazer o sepultamento, não nos devolveram o corpo". Nas palavras de Lino encontramos a esperança da concretização do luto através de um enterro digno para o irmão. Como forma simbólica de realização desse ato, a família mantém em sua cidade natal um túmulo à espera de Cilon. Segundo o entrevistado: "está lá uma lápide com a foto do Cilon e escrito: 'esta

sepultura aguarda o corpo de Cilon Cunha Brum”.²⁰

Passados os anos em que a repressão instaurou o silêncio da família em relação à Cilon, Liniane, filha de Lino e afilhada de Cilon, vem se empenhando no resgate da memória e da trajetória de vida de seu tio. Através da escrita do livro *Antes do passado* e da elaboração de um documentário, Liniane reconstrói a passagem de Cilon pela região do Araguaia, entrando em contato com camponeses que o conheceram.²¹ Para Lino, o trabalho da filha vai além do resgate da história de sua família: “eu acho que [o trabalho é importante] para a história do Brasil, para que se queira resgatar essa parte da história que até então ela nos é sonogada”.

A proximidade e a distância em relação à família aparece de outra maneira na experiência e no relato da professora de Física e psicoterapeuta Nilce Cardoso, que foi ligada à AP. Sair de casa, afastar-se da família, sonegar-lhe informações foram formas da jovem levar adiante sua militância e proteger os próximos de qualquer possibilidade de perseguição. Depois da queda, foi a mãe que tornou possível que Nilce recomeçasse a vida.

Oriunda de uma família do interior de São Paulo, Nilce mudou-se para a capital para estudar Física na Universidade de São Paulo. Considerando-se uma pessoa religiosa e preocupada com a desigualdade social brasileira, Nilce envolve-se com a JUC e posteriormente com a AP. Segundo a entrevistada, a AP era um partido político preocupado com a luta socialista e que atuava através da conscientização das classes populares. A estratégia adotada pela organização foi a integração de seus membros com o operariado, através do trabalho em fábricas e da moradia em vilas operárias. Adaptar-se a esta estratégia significou uma total transformação na vida da jovem de classe média. A entrevistada foi designada para trabalhar em Porto Alegre. Também por indicação da AP foi instada a casar com um de seus companheiros, com o qual já mantinha um relacionamento, a fim de tornar sua história mais convincente. Conforme as palavras de Nilce: “Essa foi uma das coisas,

²⁰ A trajetória de Cilon e a luta dos seus familiares são analisadas em SOUSA, Deusa Maria. *Lágrimas e lutas: a reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos políticos do Araguaia*. Florianópolis: UFSC. Tese de Doutorado em História, 2011.

²¹ BRUM, Liniane. *Antes do passado: o silêncio que vem do Araguaia*. Porto Alegre: Arquipélago, 2012.

assim, das minhas aprendizagens mais ricas, que eu considero nessa idade. Que eu tinha acabado de sair duma faculdade, e um mundo completamente diferente esteve a minha frente, porque eu fui morar numa vila operária, muito pobre, mas pobre mesmo”.

Segundo a entrevistada, apesar das dificuldades de viver em uma vila operária, com um salário muito pequeno, esse foi um período de intenso aprendizado. Ao interagir com as operárias, aprendeu estratégias de sobrevivência e novas formas de encarar a vida e as adversidades, sempre de cabeça erguida. Na entrevista aparecem relatos curiosos acerca das diferenças na postura de homens e mulheres na luta política. Segundo Nilce, ela sempre foi uma mulher muito vaidosa. No entanto, quando teve de encarar a vida como operária, foi indicado pelos companheiros de sua organização que ela se “enfeiasse” um pouco, senão correria o risco de ser “pega” facilmente. Acontece que ao entrar em contato com as operárias, Nilce foi surpreendida com uma realidade diversa do que pensavam os companheiros da organização: as operárias se enfeitavam para encontrar com seus namorados ou maridos, ao final do trabalho, e aconselharam Nilce a fazer o mesmo. Nesta situação, Nilce enfrentou as demandas de sua organização afirmando certas particularidades femininas, que talvez fossem vistas como superficiais, mas que eram importantes para sua afirmação como mulher naquele momento.

A trajetória de vida de Nilce é indicativa do poder de intervenção da militância política na vida pessoal e pública de seus membros. Além do exemplo acima citado, no período que viveu como operária, Nilce teve que criar um passado, lidar com um presente de dificuldades financeiras e abandonar momentaneamente o futuro esperado para uma pessoa saída da Universidade. Esse período também contou com a distância da família, que não poderia saber do local onde vivia e das atividades que vinha desenvolvendo, além de um casamento motivado mais por questões políticas do que pelo interesse emocional.

Após se afastar do trabalho na fábrica, Nilce passou a trabalhar dando aulas de Física e de Matemática, também em Porto Alegre. Alugou um apartamento, no qual procurou não guardar nada, evitando dar pistas à repressão, caso fosse presa. E foi o que aconteceu. Ela foi presa e brutalmente torturada no DOPS/RS e na OBAN, em São Paulo,

mas pela falta de provas, acabou por não ser processada. Ela nos disse que “aí a gente conhece outro tipo de horror, porque a OBAN, vocês devem ter lido, eles levam até as últimas consequências, que eles vão acabar com o corpo e com a alma, não é?”.

A tortura deixou Nilce prejudicada física e psicologicamente. Segundo a entrevistada, existiam especificidades nas sessões de tortura devido a ela ser mulher. Referindo-se a um ato brutal em que pretenderam ferir seu útero, Nilce afirmou: “Eu compreendo perfeitamente sobre isso, porque, realmente, é algo tão da natureza feminina, e que pode ser, sim, que realmente os caras pensaram nisso, porque seria algo de tirar alguma coisa que era muito própria da mulher”. A questão da maternidade está muito presente na entrevista, o medo da infertilidade associado à conquista de ter sido mãe e avó é um dos grandes motivos de alegria de Nilce, que começou sua entrevista dizendo: “eu já adianto que eu sou uma pessoa que me considero uma vitoriosa porque consegui ter filhos e netas”.

Depois de libertada da prisão, Nilce teve o apoio da mãe. Como consequência das terríveis torturas que sofreu, ela disse ter ficado “muito alucinada”. Nesta situação, “a mamãe andava comigo de mão dada”. Dona Zaida aconselhou a filha a ocupar a cabeça e foi com ela estudar. Ambas fizeram um curso de matemática moderna. Depois, foi com a filha até uma faculdade, em busca de emprego. A mãe disse sobre Nilce: “ela é uma pessoa boa, ela está meio atrapalhada, mas ela é uma pessoa boa, ela é uma pessoa séria, pode ter certeza que ela vai dar conta”. E foi o que aconteceu. Dado este “empurrãozinho”, a mãe “voltou a trabalhar e eu segui a minha vida”.

Considerações finais

Ao longo deste artigo, as entrevistas e as trajetórias de vida de Honório Peres, Cláudio Accurso, Marta Sicca Rocha, Flávia Schilling, Lino Brum e Nilce Cardoso trouxeram contribuições para o entendimento das formas como a ditadura afetou o cotidiano dos militantes de esquerda e de seus familiares. Entre estas formas, destacamos a invasão da privacidade, o desrespeito com o patrimônio “afetivo” das pessoas, a interrupção da função de provedor do pai e a pressão pelo abandono da casa e até do país.

As prisões realizadas nas casas dos militantes, identificadas em

muitos estudos como sequestros, pela ilegalidade com que aconteciam, eram acompanhadas pelo vasculhamento de gavetas, armários e estantes. Abria-se um ciclo de temores quanto a novas ações, levando a iniciativas de queimar papéis, livros, fotos. Estas fogueiras hoje são lembradas com lamento. Outras iniciativas - com o objetivo de se resguardar da repressão - foram deixar a própria casa, esconder-se temporariamente na casa de outros, viver numa espécie de prisão, antecipando ou repetindo situações reais de encarceramento. Ou, então, mudar de cidade, escapar dos olhos agourentos e preconceituosos dos vizinhos. Em outros casos, deixar o país e enfrentar novos desafios e ajustamentos.

Viver sob uma ditadura teve significados diferentes para homens e mulheres, para velhos e jovens, para pais e filhos. Nas lembranças de algumas das pessoas entrevistadas percebemos a importância de ser bem quisto, bem visto e bem recebido, coisas que se perderam quando recaíram sobre elas ou sobre seus familiares os estigmas de comunista, expurgado, preso(a) político(a). Se os pais precisaram buscar novos caminhos, os filhos precisaram dar significado ao que viam à sua frente. Entraram em ação esquemas diversos de interpretação do vivido, como no raciocínio da filha que associou a condição do pai à resistência aos nazistas na Segunda Guerra.

Para os mais velhos, um dos desafios foi o de sustentar e de proteger a família. Para os mais jovens, a militância se colocou muitas vezes em polo antagônico ao da família. Era preciso romper com ela e sair de casa. Ou, ainda, esconder dela o que realmente se estava fazendo. Os que ficaram passaram a conviver com a dúvida, a expectativa e o medo em relação ao paradeiro daquele ou daquela que partiu. Mesmo que as posturas assumidas pelos pais quanto à militância dos filhos e filhas tenham sido variadas - desde a condenação e a vergonha até a aceitação e a colaboração - os exemplos que colhemos neste projeto mostram a importância do apoio familiar para a reconstrução da vida ao final da ditadura. Uma situação emblemática é a da mãe levando a filha pela mão, literalmente. Outro é o de uma família se mobilizando e, possivelmente, se reestruturando e se reinventando em torno da presença-ausência de um dos seus.

Fontes

Cláudio Accurso. Entrevista concedida a Francisco Carvalho Jr. e Rosemay F. Brum, em 1º de setembro de 2011, em Porto Alegre.

Flávia Schilling. Entrevista concedida a Carla Simone Rodeghero e a Maria Paula Araújo, em 18 de julho de 2011, em São Paulo.

Honório Peres. Entrevista concedida a Dante Guimaraens Guazzelli, em 04 de maio de 2011, em Porto Alegre.

Lino Brum Filho. Entrevista concedida a Gabriel Dienstmann em 18 de outubro de 2011, em Porto Alegre.

Marta Sicca Rocha. Entrevista concedida a Gabriel Dienstmann em 21 de maio de 2011, em Porto Alegre.

Nilce Azevedo Cardoso. Entrevista concedida a Carla Simone Rodeghero e a Gabriel Dienstmann, em 17 de maio de 2011, em Porto Alegre.

Bibliografia

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de & WEIS, Luiz. Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano de oposição da classe média ao regime militar. In: SCHWARTZ, Lília (org.). *História da Vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, vol. 4.

BOBSIN, Milene. *A luta contra a ditadura e as relações de gênero em entrevistas do projeto Marcas da Memória (Brasil 1964 - 1985)*. Porto Alegre: UFRGS, Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em História, 2011.

BRUM, Liniane. *Antes do passado: o silêncio que vem do Araguaia*. Porto Alegre: Arquipelago, 2012.

CARDOSO, Lucileide C. Construindo a memória do regime de 1964. *Revista Brasileira de História*, vol. 14, n, 27, 1994, p. 179 a 196.

COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997.

COSTA, A.O.; MORAIS, M.T.P.; MARZOLA, N.; LIMA, V. da R.(dir.). *Memórias das mulheres do exílio*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. *Mulheres, militância e memória*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do mito*. Cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956). Niterói: Editora da UFF; Rio de Janeiro: MAUAD, 2002.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.

MACHADO, Vanderlei. A luta das mães de presos e desaparecidos contra a ditadura

- no Brasil. In: *I Jornada de Estudos sobre Ditaduras e Direitos Humanos*. Porto Alegre: APERS, 2011, p. 100 a 105.
- MARTINS FILHO, José Roberto. A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militares e militantes. *Varia História*, Belo Horizonte, n. 28, p. 178-201, 2003.
- MARTINS, Marisângela T. A. *À esquerda de seu tempo: escritores e o Partido Comunista do Brasil (Porto Alegre - 1927-1957)*. Porto Alegre: UFRGS, Tese de Doutorado em História, 2012.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O MDB e as esquerdas, p. 283. In: FERREIRA, Jorge & REIS FILHO, Daniel Aarão. *Revolução e democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. In: *Estudos Feministas, Florianópolis*, n 16 v. 2, 2008.
- PEDRO, Joana Maria & WOLFF, Cristina Scheibe. As dores e as delícias de lembrar a ditadura no Brasil: uma questão de gênero. In: *História Unisinos*, 15(3):398-405, Setembro/Dezembro 2011.
- PEDRO, Joana Maria & WOLFF, Cristina Scheibe (org): *Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- RIDENTI, Marcelo. *As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo*. In: Tempo Social, São Paulo, v. 2, n. 2, 2. sem. 1990.
- RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da Unesp, 1993.
- RODEGHERO, Carla Simone. Os historiadores e os estudos sobre o golpe de 1964 e o regime militar no Brasil. *L'Ordinaire Mexique Amérique centrale*, v. 203, p. 93-123, 2006.
- RODEGHERO, Carla Simone; DIENSTMANN, Gabriel e TRINDADE, Tatiana. *Anistia ampla, geral e irrestrita: História de uma luta inconclusa*. Santa Cruz do Sul: Ed. da Unisc, 2011.
- ROLLEMBERG, Denise. "Esquerdas revolucionárias e luta armada", in Ferreira, Jorge e Delgado, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano*. O tempo da ditadura. Vol. 4. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e rades*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- SOUSA, Deusa Maria. *Lágrimas e lutas: a reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos políticos do Araguaia*. Florianópolis: UFSC. Tese de Doutorado em História, 2011.
- SCHMIDT, Benito Bisso. Cicatriz aberta ou página virada? Lembrar e esquecer o golpe de 1964 quarenta anos depois. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 14, n. 26, p.127-156, dez. 2007.
- TRINDADE, Tatiana. *O papel materno na resistência à ditadura: o caso de Flávio Tavares, Flávio Koutzii e Flávia Schilling*. Porto Alegre: UFRGS, Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em História, 2009.
- WOLFF, Cristina Scheibe. Narrativas da guerrilha no feminino (Cone Sul, 1960-1985). *História Unisinos*, v. 13, p. 124-130, 2009.



Contribuição para uma História Oral da Anistia no Brasil a partir do acervo de depoimentos constituído no Rio de Janeiro (UFRJ)

Apresentação da equipe do Rio de Janeiro:

A equipe coordenada a partir da UFRJ foi composta pelos seguintes integrantes:

Coordenadora geral da pesquisa:

Profa. Dra. Maria Paula Nascimento Araújo (Programa de Pós Graduação em História Social, UFRJ)

Bolsistas:

Pesquisadora bolsista/Coordenadora:

Profa. Ms. Izabel Priscila Pimentel da Silva (doutoranda em História na UFF)

Bolsistas de Aperfeiçoamento (estudantes de pós - graduação):

Bacharel em História Desirree dos Reis Santos (mestranda em História na PUC/RJ)

Bacharel em História Cecília Matos (mestranda em História na UFRJ)

Bolsistas de Iniciação Científica (estudantes de graduação):

Ana Carolina Schultz Araújo (Letras, PUC/RJ)

Fernanda Raquel Abreu (História, UFRJ)

Helena Rossi (História, UFRJ)

Luana Góes (História, UFRJ)

Renato Dias Pais (História, UFRJ)

Bolsistas PIBIC (estudantes de graduação/ colaboradores)

Glenda Gathe Alves (História, UFRJ)

Zamara Graziela Pinheiro de Oliveira. (História, UFRJ)

A equipe realizou quarenta e quatro entrevistas nas cidades do Rio de Janeiro, Volta Redonda, Juiz de Fora, Belo Horizonte e São Paulo.

Dois textos foram produzidos a partir da análise dos depoimentos e das discussões realizadas semanalmente pela equipe, todas as terças feiras. O meu próprio texto, intitulado *"Uma História Oral da Anistia no Brasil: Memória, Testemunho e Superação"*. E o texto *"Marcas da Ausência: O Drama dos Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil"*, elaborado pelas três bolsistas já graduadas que tiveram funções de auxílio à coordenação geral da pesquisa: Izabel Priscila Pimentel da Silva, Desirree dos Reis Santos e Cecília Matos. Gostaria também de mencionar que os alunos de graduação integrantes da equipe apresentaram o projeto na Jornada de Iniciação Científica de 2011, discutindo alguns resultados parciais da pesquisa que foram incorporados ao texto da coordenação. Portanto quero enfatizar o caráter coletivo de toda a produção aqui publicada. Nas acaloradas discussões das terças feiras - em que debatíamos as entrevistas, textos teóricos sobre memória e testemunho, textos historiográficos sobre ditaduras militares no Brasil e na América Latina - a troca intelectual foi intensa e as idéias, hipóteses, sugestões e análises circularam amplamente. Por isso, todas as onze pessoas aqui mencionadas são

não apenas integrantes dessa equipe mas também co-autores dos textos produzidos pela equipe do Rio de Janeiro coordenada a partir da UFRJ.

Quero, por isso mesmo, agradecer à Comissão de Anistia que financiou este projeto e me permitiu montar esta equipe e ter o grande prazer de trabalhar, durante todo o ano de 2011, com estes jovens estudantes de graduação e pós graduação e experimentar, mais uma vez, a alegria de um trabalho coletivo.

Profa. Dra. Maria Paula Araujo (PPGHIS/UFRJ)

Setembro, 2012.

Projeto Marcas da Memória-Equipe UFRJ

Entrevistas

- 01** Ana Bursztyn
- 02** Ângela Pezzuti
- 03** Anita Prestes
- 04** Bernardo da Mata Machado
- 05** Cid Benjamin
- 06** Clara Charf
- 07** Clarice Herzog
- 08** Clodesmidt Riani
- 09** Daniel de Souza
- 10** Dom Waldyr Calheiros
- 11** Dulce Pandolfi
- 12** Eunício Cavalcante
- 13** Fani Tabak
- 14** Ferreira Gullar
- 15** Flávia Schilling
- 16** Geraldo Cândido
- 17** Heloísa Greco
- 18** Ivan Seixas
- 19** Jacob Gorender
- 20** James Green
- 21** Jessie Jane Vieira
- 22** João Carlos Santos

- 23** José Dirceu
24 José Ibrahim
25 e 26 José Luis e Nair Guedes
27 Magda Neves
28 Marcos Souza
29 Maria Amélia Teles
30 Maria José Nahas
31 Michel Le Ven
32 Modesto da Silveira
33 Nélie Sá Pereira
34 Raimundo Porfírio
35 Regina von der Weid
36 Reinaldo Guarany
37 Rita Sipahi
38 Rose Nogueira
39 Stanley Bueno
40 Vera Paiva
41 Vera Vital Brasil
42 Victória Grabois
43 Virgílio Gomes Filho
44 Vladimir Palmeira

Contribuição para uma História Oral da Anistia no Brasil a partir do acervo de depoimentos constituído em Pernambuco (UFPE)

Apresentação da equipe:

Coordenadora geral da pesquisa: Prof. Dr. Antônio Torres Montenegro (Programa de Pós Graduação em História, UFPE).

Bolsistas:

Pós-graduação:

Giuliana da Matta (Mestrando em História, UFPE)

Hélder Remígio (Doutorando em História, UFPE)

Pablo F. de A. Porfirio (Doutorando em História, UFRJ)

Monique Vitorino (Mestre em História, UFCG)

Saionara Leandro (Doutoranda em História, UFMG)

Graduação:

Ermano Oliveira (História, UFPE)

Felipe Genú (História, UFPE)

Felipe Pedrosa Aretakis (História, UFPE)

Iana Araújo (História, UFPE)

Mariana Rodrigues (História, UFPE)

Pedro Dantas (História, UFPE)

Raíssa Alves (História, UFPE)

Rebecca Batista de França (História, UFPE)

Suzane Batista de Araújo (História, UFPE)

Tásson Araújo (História, UFPE)

A Equipe da Universidade Federal de Pernambuco realizou quarenta entrevistas, contemplando nove mulheres e trinta homens, nos estados do Piauí, Alagoas e Pernambuco. Seus relatos foram filmados, transcritos e editados. Todo esse material foi organizado em um HD externo e enviado para o Ministério da Justiça. Também foram produzidos DVDs, que serão entregues a cada entrevistado.

Além disso, o grupo de estudantes, sob minha coordenação, realizou reuniões periódicas, nas quais eram debatidas as dinâmicas das entrevistas, definidos novos nomes de entrevistados e elaborada a sequência do trabalho. Ainda ocorreram sessões de estudos de uma bibliografia sobre a Ditadura Militar no Brasil e também dos usos da memória. Nesse sentido, o projeto se apresentou como uma excelente oportunidade para que os estudantes aprofundassem seus conhecimentos nessa área, bem como na produção e trato de uma importante fonte de pesquisa histórica, os relatos orais.

Como resultados, até o momento foram escritos dois textos, que utilizaram parte dessas entrevistas em suas discussões: um deles intitulado História e Memória de lutas Políticas foi elaborado por mim, enquanto o outro, Memórias da repressão: Pernambuco, 1964-1965, por Pablo Porfírio. Ainda deve-se salientar que no decorrer do projeto, alguns trabalhos foram apresentados pelos estudantes de graduação e pós-graduação em eventos acadêmicos de história, divulgando o próprio projeto Marcas da Memória e discutindo algumas das produções de memória dos entrevistados.

Profº Dr. Antonio Torres Montenegro

Programa de Pós-graduação em História da UFPE

Projeto Marcas da Memória / Equipe da UFPE

Entrevistas

- 01** Abelardo da Hora
- 02** Adalberto Arruda
- 03** Alanir Cardoso
- 04** Amparo Araújo
- 05** Aníbal Valença
- 06** Antonio de Campos
- 07** Aybirê de Sá
- 08** Carmem Chaves
- 09** Délio Mendes
- 10** Edival Nunes-Cajá
- 11** Fernando Barbosa
- 12** Fernando Barros
- 13** Francisco de Assis
- 14** Iberé Baptista
- 15** Jarbas Araújo
- 16** Jefferson Barros Costa
- 17** Jesualdo Cavalcanti de Barros
- 18** Jomard Muniz de Britto
- 19** José Antonio Magalhães Monteiro
- 20** José Maria da Silva
- 21** José Nascimento de França
- 22** José Oto de Oliveira
- 23** Josefa Lúcia de Andrade Siqueira

- 24** Juares José Jorge
- 25** Lenise de Sá
- 26** ilia Gondin
- 27** Luciano Siqueira
- 28** Luiz Momesso
- 29** Manoel Messias
- 30** Marcelo Mário de Melo
- 31** Marcos Antonio Igreja
- 32** Maria de Lourdes da Silva
- 33** Otacílio Adriano de Paiva
- 34** Reginaldo Furtado
- 35** Sebastião Miguel Durval
- 36** Selma Montarroyos
- 37** Severino Vicente
- 38** Socorro Ferraz
- 39** Teresa Costa Rêgo
- 40** Theodomiro Romeiro dos Santos

Contribuição para uma História Oral da Anistia no Brasil a partir do acervo de depoimentos constituído no Rio Grande do Sul

Coordenadora geral da pesquisa: Profa. Dra. Carla Simone Rodeghero
(Departamento e Programa de Pós Graduação em História)

Bolsista de pós graduação:

Dante Guimaraens Guazzelli

Bolsistas de graduação:

Gabriel Dienstmann (bolsa Fapergs)

Aryanne Cristina Torres Nunes (Bolsa Marcas da Memória)

Amanda Manke do Prado (voluntária)

Diego Scherer da Silva (bolsa Marcas da Memória)

Isabela Lisboa Berté (bolsa Propesq)

Laura Spritzer Galli (bolsa Propesq)

Milene Bobsin (bolsa Marcas da Memória)

Ricardo Eusébio Valentini (bolsa Marcas da Memória)

Pesquisadores do Núcleo de Pesquisa em História (NPH/UFRGS):

Francisco Carvalho Junior

Rosemary Fritsch Brum

Apoio:

Profa. Maria Luiza F. Martini (Departamento e PPG em História)

Niura Borges (Mestre em Artes Visuais pela UFRGS)

Simone Aparecida Nunes (Bolsista do NPH)

A equipe, que trabalhou junto ao Núcleo de Pesquisa em História da UFRGS, realizou dezoito entrevistas no Rio Grande do Sul. Além do trabalho técnico (definição dos nomes dos entrevistados, montagem dos roteiros, realização das entrevistas, transcrição, revisão, organização de ficha técnica e tratamento digital das imagens), os membros da equipe realizaram reuniões periódicas de estudo. Foram produzidos, até o momento, os seguintes textos com base nas entrevistas realizadas:

BOBSIN, Milene. *A luta contra a ditadura e as relações de gênero em entrevistas do Projeto Marcas da Memória - Brasil (1964-1985)*. Porto Alegre: UFRGS (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em História), 2011.

BRUM, Rosemary Fritsch. Oralidades e narrativa em performance : a situação da entrevista de história oral gravada em imagem e movimento (audiovisual). *Anais do X Encontro Estadual de História: Didática da história: pesquisar, explicar, ensinar*. ANPUH/GO, Goiânia, junho de 2012.

CARVALHO Jr., Francisco. El resentimiento y la amnistia. *Anais da 17ª Conferencia Internacional de Historia Oral*. Buenos Aires, Septiembre de 2012.

BERTÉ, Isabela Lisboa & RODEGHERO, Carla Simone. A ditadura "dentro de casa": experiências de militância e de perseguição entre a política e a vida doméstica (para o presente livro).

DIENSTMANN, Gabriel & RODEGHERO, Carla Simone. Décadas de militância: política e meio ambiente no depoimento de Caio Lustosa. *Revista Brasileira de História Oral*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 14, 2011.

RODEGHERO, Carla Simone. Amnistía y olvido: reflexiones a partir de testimonios del Proyecto Marcas de la Memoria: Historia Oral de la Amnistía en Brasil. *Anais da 17ª Conferencia Internacional de Historia Oral*. Buenos Aires, Septiembre de 2012.

RODEGHERO, Carla Simone. Anistia, esquecimento, conciliação e reconciliação: tensões no tratamento da herança da ditadura no Brasil (para o presente livro).

RODEGHERO, Carla Simone. Um pouco além do concebível: o Chile e a Argentina na memória de um exilado brasileiro. *História Unisinos*, v. 16, p. 93-105, 2012.

SILVA, Diego Scherer da. *A missivista, a prisão e a resistência : as estratégias e táticas nas cartas de Flávia Schilling (Uruguai, 1972-1980)*. Porto Alegre: UFRGS, Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em História, 2011.

Projeto Marcas da Memória - Equipe UFRGS

Entrevistas

- 01** Almoré Zoch Cavalheiro
- 02** Arnildo Fritzen
- 03** Carlos Francklin Paixão de Araujo
- 04** Caio Lustosa
- 05** Cláudio Accurso
- 06** Emílio Chagas
- 07** Fernando do Canto
- 08** Flávia Schilling
- 09** Honório Peres
- 10** Jair Krischke
- 11** José Augusto Avancini
- 12** Lícia Peres
- 13** Lino Brum Filho
- 14** Lúcio Barcellos
- 15** Marta Sicca da Rocha
- 16** Nilce Azevedo Cardoso
- 17** Raul Ellwanger
- 18** Sandra Helena Machado